

Martha Guadalupe Loza Vázquez

*A dimensão social dos processos de integração regional na América Latina:
Atores e Agentes da Sociedade Emergente no MERCOSUL e NAFTA.
Os casos do Brasil e do México
1991 – 2006*



ARARAQUARA / SÃO PAULO.
2006

MARTHA GUADALUPE LOZA VÁZQUEZ

A dimensão social dos processos de integração regional na América Latina:
Atores e Agentes da Sociedade Emergente no MERCOSUL e NAFTA.

Os casos do Brasil e do México

1991 – 2006

Trabalho de Tese de Doutorado,
apresentado ao Programa de Pós-
graduação em Sociologia, da Faculdade de
Ciências e Letras – Unesp/Araraquara,
como requisito para obtenção do título de
Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Estado, Desenvolvimento e
Políticas Públicas

Orientador: Professor Adjunto Enrique Amayo
Zevallos, Ph. D.

Bolsa: Programa de Mejoramiento al Profesorado-
PROMEP / Universidad de Guadalajara / Secretaria
de Educación Pública de México.

Araraquara /São Paulo
2006

Loza Vázquez, Martha Guadalupe

A dimensão social dos processos de integração regional na América Latina: atores e agentes da sociedade emergente no MERCOSUL e NAFTA: os casos do Brasil e do México 1991-2006 / Martha Guadalupe Loza Vázquez – 2006

219 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Enrique Amayo Zevallos

I. América Latina. 2. Globalização. 3. Nafta. 4. MERCOSUL.

I. Título.

MARTHA GUADALUPE LOZA VÁZQUEZ

A dimensão social dos processos de integração regional na América Latina: Atores e Agentes da Sociedade Emergente no MERCOSUL e NAFTA. Os casos do Brasil e do México
1991 – 2006

Trabalho de Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Estado, Desenvolvimento e Políticas Públicas

Bolsa: Programa de Mejoramiento al Profesorado- PROMEP / Universidad de Guadalajara / Secretaria de Educación Pública de México.

Data de aprovação: 22/01/2007

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador: Prof. Adjunto Enrique Amayo Zevallos, Ph. D.
Universidade Estadual Paulista

Membro Titular: Prof. Adjunto Marco Aurélio Nogueira
Universidade Estadual Paulista

Membro Titular: Prof. Adjunto Márcia Teixeira de Souza
Universidade Estadual Paulista

Membro Titular: Prof. Adjunto André Roberto Martin
Universidade de São Paulo

Membro Titular: Prof. Adjunto Niminon Suzel Pinheiro
Universidade de Rio Preto

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

A ti Mamá,
por tu ejemplo.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não poderia ter sido possível sem o apoio da Bolsa PROMEP, Programa de Mejoramiento al Profesorado, da Secretaría de Educación Pública del Gobierno de México, outorgada através da Universidade de Guadalajara, instituição a quem devo a minha formação acadêmica, e na qual trabalho há 17 anos. Meu agradecimento também vai para o Departamento de Estudos Ibéricos e Latinoamericanos, dessa mesma universidade, por me conceder a licença para desenvolver meus estudos de Doutorado.

Ao Professor Adjunto Enrique Amayo Zevallos, Ph. D. que foi meu contato com a Universidade Estadual Paulista, propôs minha entrada ao Programa de Doutorado, deu as orientações do meu trabalho e cujas informações facilitaram meu desenvolvimento acadêmico e contribuíram para uma melhor estadia minha e de meu filho, Jacinto, no Brasil.

À Universidade Estadual Paulista e ao seu Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Muito Obrigada especialmente às professoras e aos professores que contribuíram com a minha formação e o conhecimento sobre o Brasil.

Obrigada também aos membros que fizeram parte das bancas de qualificação e de defesa, aos Professores e às Professoras Adjuntos: Marco Aurélio Nogueira, Luis Fernando Ayerbe, Márcia Teixeira de Souza, André Roberto Martin e Niminon Suzel Pinheiro.

Um reconhecimento especial a Tatiana Cristina Cunha, estagiária da Biblioteca da FCL/Campus de Araraquara por ajudar na correção gramatical do trabalho.

E muito obrigada a todos os amigos e familiares, do Brasil e do México, que acompanharam solidariamente esta etapa da minha vida.

RESUMO

A Tese estuda o processo de integração econômica regional na América Latina como uma *instituição social* formada pelas práticas de seus atores. O estudo parte do enfoque sociológico porque o relacionamento entre os atores acontece em um marco social qualificado de *Sociedade Emergente*, que é produto das transformações mundiais. O resultado da interação é a subordinação das economias latino-americanas sob parâmetros do neoliberalismo global (globalismo). As condições geopolíticas e geoeconômicas continentais formadas no percurso histórico determinam as características dos Sistemas de Integração Regionais, que junto aos Estados são os atores-agentes executivos do processo. Há dois Sistemas que são chaves para perceber a forma como os países latino-americanos desenvolvem as práticas integracionistas: o Mercado Comum do Sul, MERCOSUR e o North American Free Trade Accord, NAFTA. Ambos têm em comum desenvolver os critérios dos agentes impulsores do globalismo, os organismos financeiros mundiais e as empresas transnacionais, mas também mantêm características específicas que são determinadas pelos Estados que os conformam. Analisaremos o desenvolvimento específico do Brasil, no que diz respeito ao MERCOSUL; e do México, por ser um país latino-americano integrante do NAFTA. O perfil da integração regional subordinada se complementa com as ações de atores-agentes que nos marcos nacionais organizam grupos diferenciados, seja para apoiar, resistir ou se adaptar à integração. Nesse sentido, a interconexão de todos os atores constitui o conteúdo social da integração.

Palavras-chave: América Latina. Integração Regional. Atores-agentes Sociais. Sociedade Emergente. Globalização. Globalismo. Subordinação. Sistemas de Integração Regionais. NAFTA. MERCOSUL. México. Brasil.

RESUMEN

La tesis estudia el proceso de integración económica regional en América Latina como una *institución social*, formada por las prácticas políticas de sus actores. El estudio parte del enfoque sociológico porque la relación entre ellos sucede en un marco social calificado como *Sociedad Emergente*, producto de las transformaciones mundiales. El resultado de la interacción es la subordinación de las economías latinoamericanas a los parámetros del neoliberalismo global (globalismo). Las condiciones geopolíticas y geoeconómicas continentales formadas a lo largo de la historia determinan las características de los *Sistemas de Integración Regionales*, que con los Estados son los actores-agentes ejecutivos del proceso; dos de ellos son claves para percibir la forma como los países latinoamericanos desarrollan las prácticas integracionistas: el Mercado Común del Sur, MERCOSUR y el North American Free Trade Accord, NAFTA. Ambos tienen en común desenvolver los criterios de los agentes impulsores del globalismo, los organismos financieros mundiales y las empresas transnacionales, pero también mantienen características específicas determinadas por los Estados que los constituyen; se analiza concretamente las prácticas de Brasil, por parte del MERCOSUL, y de México, país latinoamericano del NAFTA. El perfil de la integración regional subordinada se complementa con las acciones de actores-agentes que en los marcos nacionales organizan grupos diferenciados, sea para apoyar, resistir o adaptarse a la integración. La interconexión de todos los actores constituye el contenido social de la integración.

Palabras-clave: América Latina. Integración Regional. Actores-agentes Sociales. Sociedad Emergente. Globalización. Globalismo. Subordinación. Sistemas de Integración Regionales. NAFTA. MERCOSUL. México. Brasil.

ABSTRACT

This thesis studies the processes of economic integration of Latin America. We consider this process as a social institution formed by actor's political practices. Our approach is sociological because the relation among actors occurs in a social context known as "Emerging Society", which is a result of world transformations. A consequence of this interaction is the subordination of latinamerican economies to dominant world-wide neoliberalism parameters. The continental geopolitical and geoeconomic conditions formed along history, determine the characteristics of the Regional Systems of Integration, which, together with the State, are the executive agents of these processes. Two of these processes are key to understand the way latinamerican countries develop integrational practices: The Southern Common Market (MERCOSUR) and the North American Free Trade Accord (NAFTA). Both institutions have in common to set the criteria for the development of globalization, the financial world organisms and the transnational corporations without losing the specific characteristics of constituting states. In short, we analyze Brazil, as part of MERCOSUR, and Mexico, as part of NAFTA. This profile of subordinate integration is complemented with the actions of social agents who, in their national contexts, are organized to support, to contest or to adapt to this form of integration. The interconnection of all agents forms the social content of integration.

Key Words: América Latina. Regional Integration. Social Agents. Emerging Society. Globalization. Globalism. Subordination. Systems of Regional Integration. NAFTA. MERCOSUL. México. Brasil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

		Pág.
Gráfico 1	Categorias dos Atores-Agentes da Integração	42
Organograma 1	MERCOSUL	106
Organograma 2	NAFTA	114

LISTA DE TABELAS

		Pág.
Tabela 1	Síntese Geográfica do MERCOSUL	103
Tabela 2	Síntese Geográfica do NAFTA	112
Tabela 3	Importações – Exportações Totais do Brasil e do México	135
Tabela 4	TLC's assinados pelo México, sócios e data de início.	136
Tabela 5	Acordos Principais do Brasil	137
Tabela 6	Distribuição e Contribuição porcentual dos TLC's do México	138
Tabela 7	Porcentagens do comércio do Brasil e do México dentro dos seus blocos	139
Tabela 8	Principais Dados econômicos do Brasil e do México	141
Tabela 9	Exportação-Importação Brasileira com o México	147
Tabela 10	Exportação-Importação Mexicana com o Brasil	147
Tabela 11	Síntese Geográfica MERCOSUL e o México	149
Tabela 12	Acordos entre o México e o MERCOSUL	149
Tabela 13	Aspectos Gerais das principais mudanças nas relações sócio-políticas.	195
Tabela 14	Nova Complexidade Social	195
Tabela 15	Sociedade de Mercado e Nova Sociabilidade	195
Tabela 16	Novo relacionamento entre Estado e Sociedade	196
Tabela 17	Novos Processos de Comunicação	196
Tabela 18	Novas Incertezas	196
Tabela 19	ALALC	197
Tabela 20	ALADI	197

Tabela 21	MCCA	197
Tabela 22	CARICOM	198
Tabela 23	GRAN	198
Tabela 24	ALADI 2da. Etapa	199
Tabela 25	ÁLCA –em negociação	199
Tabela 26	CARICOM	200
Tabela 27	SICA / Ex MCCA	200
Tabela 28	CAN/ Ex GRAN	201
Tabela 29	MERCOSUL	201
Tabela 30	NAFTA / TLCAN/ l'ALENA	202
Tabela 31	AEC	202
Tabela 32	G-3	203
Tabela 33	TLCM/TN	203
Tabela 34	CEPAL	204
Tabela 35	BID	204
Tabela 36	INTAL	204
Tabela 37	SELA	204
Tabela 38	PARLATINO	205
Tabela 39	GR	205
Tabela 40	CLAN	205
Tabela 41	MERCOSUL. Território e Principais Dados Demográficos	206
Tabela 42	NAFTA. Território e Principais Dados Demográficos	207
Tabela 43	MERCOSUL. Principais Dados Econômicos	208
Tabela 44	NAFTA. Principais Dados Econômicos	209
Tabela 45	Dados econômicos de NAFTA e MERCOSUL para o ano 2005	210
Tabela 46	CMC	211
Tabela 47	GMC	211
Tabela 48	CCM	212
Tabela 49	SAM	212
Tabela 50	Território e Principais Dados Demográficos de Argentina, Brasil, México, Paraguai e Uruguai	213

Tabela 51	Principais Dados Econômicos de Argentina, Brasil, México, Paraguai e Uruguai	214
Tabela 52	Intercambio comercial entre Argentina, Brasil, México, Paraguai e Uruguai	215
Tabela 53	Tratados assinados pelo Brasil, sócios e data de início.	216
Tabela 54	Exportações-Importações mexicanas por países e blocos 2000-2005	217
Tabela 55	Exportações-Importações brasileiras por países ou blocos 2000-2005	218
Tabela 56	Principais Produtos do Comércio México – Brasil / Janeiro – Junho de 2006	219

LISTA DE SIGLAS

NÍVEIS E CONVÊNIOS DE INTEGRAÇÃO

AAP Acordos de Alcance Parcial
ACE Acordo de Complementação Econômica
APC Acordos de Preferência Comercial
APT Acordos de Preferências Tarifárias
MC Mercado Comum
SIR Sistemas de Integração Regionais
TLC Tratado de Livre Comércio
Tec Tarifa Externa Comum
ZLC Zona de Livre Comércio

SIGLAS ECONOMICAS

GDP Gross Domestic Product
GNI Gross National Income
GNP Gross National Product
INB Ingresso Nacional Bruto
MSI Modelo Substitutivo de Importações
PIB Produto Interno Bruto
PDI Países de Desenvolvimento Intermediário
PNB Produto Nacional Bruto
PMDER Países de Menor Desenvolvimento Relativo

SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

ALCA Área de Livre Comércio das Américas.
CAN Comunidade Andina de Nações
CARICOM Caribbean Community/Caribbean Common Market
CEE Comunidade Econômica Européia
CSN Comunidade Sul-americana de Nações
FTAA Free Trade Area of the Americas.
G-3 Grupo dos Três: Colômbia, México e Venezuela.
L'ALENA L'Accord de Libre-Échange Nord Américain
MCCA Mercado Comum Centro Americano
MERCOSUL Mercado Comum do Cono Sul.
NAFTA North American Free Trade Accord
SICA Sistema de Integração Centroamericana
TLCAN Tratado de Livre Comércio de América do Norte
TLC M-TN Tratado de Livre Comércio México / Triângulo do Norte
UE União Européia

INSTITUIÇÕES DE APÓIO À INTEGRAÇÃO

CEPAL Comissão Econômica para América Latina
INTAL Instituto para a Integração de América Latina
SELA Sistema Econômico Latino-americano

NAFTA

ACLA Acordo de Cooperação Laboral da América do Norte
IAN Iniciativa da América do Norte

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO

PARLANDINO Parlamento Andino
PARLACEN Parlamento Centroamericano
PARLATINO Parlamento Latino-americano

ORGANISMOS FINANCEIROS

BM Banco Mundial
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
FMI Fundo Monetário Internacional
GATT General Accord of Tariff and Trade; Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio
OMC Organização Mundial do Comércio

CARICOM

CARIBCAN Programa Caribenho-Canadense
CARIFTA Caribbean Free Trade Area / Associação de Livre Comércio do Caribe
ICC Iniciativa da Bacia do Caribe: EU e O Caribe
OECD Organização de Estados do Caribe Oriental

MERCOSUL

AIAB Ata de Integração Argentina / Brasil
DI Declaração de Iguaçu
DM Declaração de Montevideu
PICEAB Programa de Integração e Cooperação Econômica Argentina / Brasil
PB Protocolo de Brasília
POP Protocolo de Ouro Preto
TA Tratado de Assunção.
TBP Tratado da Bacia do Prata.

SICA

ALIDES Aliança para o Desenvolvimento Sustentável Centroamericano
ODECA Organização de Estados Centroamericanos
SIECA Secretaria de Integração Econômica Centroamericana

OUTRAS SIGLAS GERAIS

CW Consenso de Washington
GI Grupos de Interesse
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES

ASC Aliança Social Continental
CCCA Campanha Continental contra a ALCA
CCE Consejo Coordinador Empresarial
EZLN Ejército Zapatista de Liberación Nacional
FSM Fórum Social Mundial
FSP Fórum de São Paulo
ONG Organismo No Governamental
PRD Partido de la Revolución Democrática
PT Partido de los Trabajadores
REBIP Rede Brasileira para Integração dos Povos
RMALC Red Mexicana de Acción contra el LibreComercio

INEGI Instituto Nacional de Geografía y Estadística

OIT Organização Internacional do Trabalho

PND Plan Nacional de Desarrollo / Plano Nacional de Desenvolvimento

TE Teoria da Estruturação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	LEITURA SOCIOLÓGICA DA INTEGRAÇÃO. A DIALÉTICA DO SUJEITO	23
2.1	Sociabilidade e Sociedade Emergente	23
2.2	A Identidade	29
2.2.1	Identidade Coletiva	34
2.2.2	Identidade e Vida Cotidiana	38
2.2.3	A identificação dos atores-agentes da integração regional. Tipologia	40
2.2.3.1	Atores-agentes Impulsores: Empresas Transnacionais e Organismos Financeiros Mundiais	42
2.2.3.2	Atores-agentes Executivos: Sistemas de Integração Regional e Estados Nacionais	44
2.2.3.3	Atores-agentes Diferenciados: Grupos de Interesse	46
2.3	A leitura do contexto	48
3	GLOBALIZAÇÃO. UMA REINTERPRETAÇÃO DESDE O PAPEL DOS ATORES-AGENTES	50
3.1	O Prisma da globalização	51
3.2	Definindo Posturas e conteúdos	52
3.2.1	As interpretações acadêmicas	52
3.2.2	O Ponto de encontro: a economia neoliberal na globalização	55
3.2.3	Marcando diferenças: globalismo não é globalização	58
3.3	No olho do furacão: a transformação do Estado nacional	62
3.3.1	Os fundamentos do Estado	63
3.3.2	O Contexto histórico da Ideologia globalista	64
3.3.3	A contradição globalista: a negação do Estado nacional	67
3.4	A complexa Ordem Mundial Contemporânea	69
4	INTEGRAÇÃO SUBORDINADA. A LÓGICA DA GEOPOLÍTICA E DA GEOECONOMIA	76
4.1	As origens da integração na América Latina	77
4.1.1	Os momentos fundacionais	77
4.1.2	A segmentação da Hispano-América (o fracasso do Bolívarismo) e a unificação do Brasil	79
4.1.3	A origem da assimetria O fortalecimento dos Estados Unidos e o Pan-americanismo	84
4.2	A Integração Econômica	87
4.2.1	A primeira experiência em integração econômica 1958-1980	89
4.2.2	A integração econômica neoliberal	92
4.3	A subordinação da integração Latino-americana	96
5	MERCOSUL E NAFTA: DESCRIÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E COMPARAÇÃO	102
5.1	MERCOSUL. Resenha Documental	102
5.1.1	Tratado de Assunção	103
5.1.2	Protocolo De Ouro Preto	105
5.1.3	Protocolo de Brasília	109
5.1.4	Declaração de Montevideu / Declaração Sociolaboral do Mercosul	109

5.1.5	O novo sócio do MERCOSUL	110
5.2	NAFTA. Resenha Documental	111
5.2.1	Documento Constitutivo do Tratado de Livre Comercio entre Canadá, os Estados Unidos de América e os Estados Unidos Mexicanos	112
5.3	Caracterização do ator-agente MERCOSUL	116
5.4	Caracterização do ator-agente NAFTA	122
5.5	Comparação de ambos atores-agentes	129
5.5.1	MERCOSUL e NAFTA no jogo de interesses e a geopolítica	131
6	O BRASIL E O MÉXICO, SIMILITUDES DISTANTES	134
6.1	Política econômica e integração do Brasil e do México	134
6.2	O Brasil e o México na geopolítica da integração	141
6.3	As aproximações	144
6.4	O intercambio comercial	146
6.4.1	O intercambio comercial MERCOSUL-México	148
7	OS ATORES-AGENTES DIFERENCIADOS. DEFINIÇÃO, LÓGICA E AÇÃO	152
7.1	Os Grupos de Interesse	152
7.2	Grupos de apóio	154
7.2.1	A nova Elite	154
7.2.2	Grupos Tradicionais	157
7.3	Grupos de Rechaço	158
7.3.1	Danificados do velho regime	158
7.3.2	Esquerda Tradicional	159
7.3.3	Opositores globalizados	162
8	CONCLUSÕES	175
	REFERÊNCIAS	183
	GLOSSÁRIO	192
	ANEXOS	195

1 INTRODUÇÃO

A integração regional é um processo econômico factível de ser analisado por outras disciplinas. Nela existe uma *dialética entre seus atores*, desenvolvida sob o contexto geopolítico e geoeconômico continental que constitui sua característica social. Interpretada desde a “Teoria da Estruturação”¹ de Anthony Giddens, as práticas dos atores convertem a integração regional em uma *instituição social*²; a origem, as motivações e os interesses dessas práticas formam a essência social da integração. (GIDDENS, 1988, p. 66-68) Nosso *objetivo* é identificar esse componente.

Como a integração regional se materializa na organização dos *Sistemas de Integração Regional* (SIR)³, nosso *objeto* de estudo é a caracterização e comparação das práticas sociais entre o *Mercado Comum da América do Sul* (MERCOSUL) e o *North American Free Trade Accord* (NAFTA) ou *Tratado de Livre Comércio da América do Norte*, (TLCAN),⁴ que representam dois padrões para as práticas de intercâmbio econômico-comercial no continente.

A transformação do capitalismo, do estatismo, da tecnologia informacional e a reorganização de movimentos sociais (CASTELLS, 1999), geraram uma nova ordem; no interior dos Estados há uma definição dos interesses e do posicionamento político dos atores, constituindo um *cenário social emergente*, que consideramos o contexto base das práticas da integração regional.

Esta tese está no campo da sociologia, mas nos apoiamos em três disciplinas: os estudos internacionais, a economia, especificamente a política comercial, e a ciência política.

Antecedentes

¹ Essa teoria reflete os princípios que a sociologia européia chama de “unidade ação-estrutura”; considera que a sociedade não é um reflexo mecânico das imposições estruturais, mas também não é consequência de atos voluntários dos indivíduos; é um processo onde a participação dos sujeitos estruturam instituições, as quais refletem padrões de comportamento seguidas pelos membros da sociedade, o processo de “estruturação” (GIDDENS, Cap. 1) A obra foi publicada pela primeira vez em 1984; em espanhol *La Constitución de la Sociedad: Bases para la Teoría de la Estructuración*, é nossa fonte.

² Uma instituição social se constitui por comportamentos habituais dirigidos a uma situação específica, que os atores repetem com o objetivo de se adaptar a esse contexto; essas ações repetitivas terminam criando normas, códigos e leis; as práticas se sedimentam em estruturas “estruturantes”, ou seja, que influem mas são factíveis de ser influenciadas pelas práticas contínuas. (GIDDENS, 1988, Capítulo 1)

³ A integração regional é coordenada através da *Associação Latino-americana de Integração*, ALADI, que estabelece os mecanismos base das negociações. Tem-se criado SIR's em cada sub-região: *Caribbean Common Market*, CARICOM; *Sistema de Integração Centroamericana*, SICA; *Comunidade Andina de Nações*, CAN, a *Associação de Estados do Caribe*, AEC, o *Grupo dos Três*, G-3, e o *Tratado de Livre Comércio México-Triângulo do Norte*, TLCM-TN, e o MERCOSUL e NAFTA. Cada sistema - dos que falaremos no capítulo 3 e cujas características aparecem no Anexo C-, mantém rasgos particulares, e pensamos que neste momento seu futuro dependerá da força que consiga desenvolver o MERCOSUL e o NAFTA (que pretende se desenvolver no nível continental como *Área de Livre Comércio das Américas*, ALCA).

⁴ Utilizaremos as siglas em inglês, NAFTA porque assim é identificado no Brasil e no mundo.

As análises da integração regional têm se focado na sua característica econômico-comercial, que constitui seu motor originário; paralelamente acompanhado de estudos sobre o papel do Estado nos processos, sobretudo depois da reestruturação neoliberal, enfatizando abertura da soberania nacional para o livre comércio.⁵ Apareceu, também, o sub-tema político, domínio da administração pública, da formação e funcionamento dos aparelhos burocráticos dos SIR's, e a participação dos Estados para facilitar a integração institucional. O assunto da integração política tem sido freqüente na América Latina, porém, na maioria das vezes, como recurso retórico e até demagógico dos governos.

O tema chave que situa na realidade cotidiana o assunto da integração e do globalismo⁶ é a análise da participação dos atores sociais: os seus interesses, os seus direitos, a sua manifestação, e as formas que assumem; o jogo de poder que desenvolvem; as vantagens da integração regional para alguns e sua defesa; as conseqüências negativas para outros e sua denúncia, etc.

Nossa tese faz parte desta corrente de estudo, porém pensamos que a análise das manifestações públicas dos atores deve-se complementar com a avaliação sociológica, porque, a mais de quinze anos do início da nova estratégia de integração econômica,⁷ embora os pontos de vista sobre integração tem se ampliado, há uma carência de enfoques no social.

Não negamos que a integração regional é, sem dúvida alguma, uma política econômica que os governos utilizam para sair do subdesenvolvimento, porém afirmamos que os governos tem enfatizado sua interpretação técnica, atenuando o papel das decisões políticas, a participação dos diferentes atores, os custos e benefícios que significam negociações e acordos. Sobretudo no início, a integração foi considerada como mais um assunto de aplicação correspondente aos especialistas comerciais e financeiros e dos tecnocratas no poder.

Desde 1990, contudo, as estratégias do intercâmbio intra-regional e as facilidades para formar blocos competitivos foram prioritárias para se posicionar melhor no mercado mundial, justificando-se no pressuposto de que as vantagens são mais que os inconvenientes, especificamente no argumento

⁵ Como referência citamos nossa experiência em trabalho acadêmico da área; para desenvolver nossa dissertação de mestrado, apresentada em 1997, referida à integração política, constatamos que a maioria dos textos sobre o tema eram econômicos, provenientes sobretudo da "Revista da CEPAL", - *Comissão Econômica para América Latina*- e da revista "Capítulos", do *Sistema Econômico Latino-americano*, SELA; como exemplo dos textos de análise político mencionamos os de Ruy Mauro Marini, Victor Urquidí, Gustavo Vega, Samir Amin, Alejandro Dabat, Dora Kanoussi, Heriberto Rojas, John Saxe-Fernández, Osvaldo Sunkel, José Luis Reyna. Em nossa equipe de pesquisa "Grupo de Investigación sobre Integración Política Regional em América Latina" da Universidade de Guadalajara, detectamos também, como nos primeiros anos se dava prioridade ao componente econômico.

⁶ *Globalismo* é o termo específico para determinar particularmente a característica neoliberal da globalização; proposto por Ulrich Beck (1998, p.163), e também analisado por Otavio Ianni (2000). Será tratado no capítulo 2.

⁷ A estratégia integracionista não é nova na América Latina; como política concreta se apresenta desde a década de 1960, diminuindo consideravelmente até 1980; começaria com as características neoliberais atuais, aproximadamente em 1990. A parte 4 da tese tratará o assunto.

de que os benefícios macroeconômicos superariam qualquer obstáculo, postura típica do neoliberalismo. A difusão na mídia das expectativas positivas da concorrência comercial reafirmou o caráter quase exclusivamente econômico na integração.

Mais um elemento a considerar na integração é o tema da supranacionalidade. Globalismo e integração são estratégias que transcendem as unidades nacionais, não só pelo intercâmbio entre mercados no mundo, também porque as decisões prioritárias não dependem totalmente dos Estados nacionais, senão também de sujeitos multinacionais, que vem enfraquecendo a soberania econômica das nações. Na América Latina, os Estados ainda têm um papel protagonista nas decisões, e são os centros dos sistemas regionais de integração; embora o seu papel protagonista se faz acompanhar pelas decisões, medidas e efeitos transnacionais. O nacional e supranacional se geram simultaneamente, e ambos os níveis devem-se considerar para estudar a integração. Como diz o sociólogo Octavio Ianni, no livro *Teorias da Globalização*:

O paradigma clássico das ciências sociais foi constituído, e continua a desenvolver-se com base na reflexão sobre as formas e os movimentos da sociedade nacional. Mas a sociedade nacional está sendo recoberta, assimilada ou subsumida pela sociedade global, uma realidade que não está ainda suficientemente reconhecida e codificada. (IANNI, 2002a, p.237)

Já a condição social do fenômeno integrador se inicia, quando decisões, segundo critérios supranacionais, aplicam-se no espaço nacional, provocando-se efeitos colaterais econômicos, políticos e também culturais; no nível social, os resultados acabam sendo positivos para alguns atores, enquanto para outros, que não tem capacidade para afrontar as mudanças do sistema, sofrem uma maior marginalidade.

Somos testemunhas de como as próprias características econômicas da integração se transformam aceleradamente, segundo as circunstâncias econômicas e comerciais da região, do país ou do mundo: o cenário parece trocar a cada ano, mudam as negociações, as alianças, as parcerias, acontecendo até a paralisação de SIR's. Contrastando, as características sociais da integração, a dizer, a identidade dos atores e o tipo de relacionamento social que estabelecem, são manifestações muito mais constantes, por isso a importância de seu estudo, o que permite falar de resultados mais abrangentes e duradouros no tempo. O estudo social atende comportamentos diversificados, respostas segundo interesses de todos os grupos da população, e até deixaria perceber alternativas ao globalismo.

Propostas para a análise social da integração.

O desenvolvimento da pesquisa, além da nossa experiência de trabalho acadêmico⁸, levou-nos a propor traços metodológicos para a análise social da integração latino-americana. Percebemos como requisitos para compreender a prática dos atores e a integração como instituição social; derivam-se da *dialética do sujeito* na integração, ou seja, da interação constante entre seus atores. A partir deles tentamos definir o perfil dos atores e caracterizar a panorâmica geral do seu relacionamento, nos concentrando no NAFTA e no MERCOSUL, sem pretender fazer o estudo exaustivo da identidade de cada ator concreto; propomos que sejam considerados para realizar pesquisas aplicadas para cada um deles.⁹

1. A integração é produto da sociabilidade.

A integração econômica não só é uma prática estratégica aplicada, é uma instituição regional formada das *relações produtivas* surgidas entre os atores envolvidos, que se relacionam social e politicamente para conseguir resultados na dinâmica econômica de integração. O fundo do relacionamento é a tendência dos grupos sociais à **sociabilidade**, tanto local, regional e global.¹⁰ Minimizar a existência do processo social do trabalho na expansão capitalista que está por detrás da integração, leva a estudar estes fenômenos apenas pelo ângulo econômico-comercial, desenvolvendo uma metodologia que acentua a dinâmica das estruturas sobre a dinâmica do sujeito. A integração aparece quase como resultado da planificação operacional, do desenvolvimento das instituições financeiras, e dos sistemas de integração.

Os papéis diferenciados dos sujeitos e os interesses que procuram, determinam o intercâmbio comercial e também desenvolvem as práticas políticas, culturais e sociais da integração. Na América Latina, os sujeitos procedem de realidades complexas e com características culturais múltiplas, que se adaptam à sociedade por meio de relações cimentadas numa **tradição** coletiva, que politicamente é depositada no Estado. Seus relacionamentos determinados nos marcos nacionais se vêm afetados também por **novos padrões** criados pela ordem mundial nova (sociedade em rede), que os sujeitos não estavam acostumados a viver e a nomear.

A sociabilidade acontece em uma **conjuntura de transição** que mistura os velhos e novos modelos de comportamento, que propomos chamar por **Sociedade Emergente**, um marco social

⁸ Como professora do Departamento de Estudios Ibéricos y Latinoamericanos, da Universidade de Guadalajara.

⁹ Apoiamo-nos nos conceitos tanto da *Teoria da Estruturação* de Anthony Giddens quanto das análises sobre identidade no estudo da *Sociedade da Informação*, de Manuel Castells (1999a)

¹⁰ As relações sociais criadoras de instituições se expandem em espaço e tempo, hoje vivemos uma sociabilidade mundial, definida como *globalidade* por Ulrich Beck (1998).

amplo, até certo ponto abstrato. É o cenário da luta de interesses entre os sujeitos participantes, que manifestam seu comportamento político racional. Porém, a participação política não se restringe ao momento da sua ação pública, têm a ver com mais dois elementos.

2. Os atores têm uma visão de si próprios e dos demais, que constrói a sua identidade política.

Os sujeitos desenvolvem uma percepção de si mesmos e dos outros, que constrói sua **identidade**; quando o **sujeito** social - participante em geral do processo - define-se diante do processo da integração, posiciona-se politicamente se convertendo em **ator** e **agente**; atores são aqueles membros que compreendem a situação e participam num processo social; os agentes são também atores que têm a capacidade de gerar mudanças (Giddens, 1998, p.39-75). Pelas características deste estudo, ambos são eminentemente **coletivos**, ou seja, atores e agentes que se conduzem de maneira associada (DE GALLINO, 1995, p.178-180)¹¹ Ainda que todos os sujeitos de uma sociedade são influenciados pelas consequências da integração, só consideramos aqueles envolvidos exclusivamente no processo integracionista.

A identidade define a conduta política de cada ator e agente, e por consequência determina os posicionamentos de poder na integração; constroem-se os perfis de três categorias de atores-agentes que identificamos na integração. Por seu papel definitivo no globalismo e na integração econômica regional, o primeiro grupo é dos **Atores Impulsores**: empresas multinacionais e organismos financeiros mundiais. Aplicando e organizando os projetos na região segundo os parâmetros do globalismo, o segundo grupo é dos **Atores Executivos**: Estado e SIR's; Grupos variados, guiados por seus interesses específicos, que aceitam ou rechaçam a integração regional formam o terceiro grupo, dos **Atores Diferenciados**: novas elites, grupos tradicionais, esquerda tradicional, opositores globalizados.

3. Há uma interpretação dos contextos nos quais os atores-agentes desenvolvem suas práticas.

Da leitura dos cenários onde se desenvolve a ação, os sujeitos planificam as estratégias que realizam. O contexto não é um só, já que se manifesta em escalas relativas às dimensões supranacionais e nacionais e, também, a partir da interação social dos atores envolvidos. Identificamos três contextos, mundial, regional e nacional. Os atores da integração participam em todos, mas há

¹¹ Atores Coletivos são sujeitos que se conduzem de maneira associada, constituída voluntariamente ou por intermediação de estruturas. Realizam fatos externamente observáveis e criam regras internas para conseguir resultados (GALLINO, 1995, p. 178-180; 168-170, 51-56)

dimensões onde sua participação é mais preponderante: um mesmo sujeito se pode manifestar como agente em um contexto, e em outro, ficar como ator, por isso sua referência é a de **atores-agentes**.

O **contexto mundial** está associado com o globalismo, onde os Impulsores da integração se constituem em agentes principais. Seu comportamento tem formado o cenário geopolítico e geoeconômico posterior à ordem mundial bipolar para readequar o capitalismo a escala global. Tenta-se homogeneizar o mundo através de medidas radicais do comércio: diminuir o papel do Estado interventor na economia; dar preferência aos interesses das elites com capacidade altamente competitiva; impulsionar a expansão de mercadorias determinadas; pressionar a abertura de certos mercados de consumo, com conseqüências graves para atores fracos e em geral para as populações mais pobres. É, portanto, um processo que tenta usurpar outras dinâmicas de sociabilidade global, apropriando-se do nome genérico de **globalização**, porém, precisa ser limitado a suas características neoliberais, sendo chamado de **globalismo**; Identificamos esse cenário hegemônico como um primeiro nível do contexto mundial.

As tendências globalistas se materializam através de estratégias de integração econômico-comerciais nas diferentes áreas do mundo. Na América Latina a **integração regional** têm sido experimentada em diferentes momentos da história, e constitui um segundo nível de contexto mundial, porque aqui há uma participação maior dos atores-agentes executivos. Mesmo que os Estados condicionem a ação dos agentes impulsores, os padrões assimétricos do globalismo combinados com os fatores geopolíticos e geoeconômicos do continente, evidenciam a característica nuclear do integracionismo na América Latina: a **subordinação**. A assimetria continental tem suas raízes desde a época pós-independente, quando surgiu o modelo pan-americano de integração, o que hoje se renova pela ação dos agentes impulsores, representantes também dos interesses estadunidenses.

O **contexto regional** se determina pela ação direta dos atores-agentes executivos, particularmente as práticas dos SIR's **NAFTA e MERCOSUL**, e pelos dois Estados nacionais específicos, **México e Brasil**. Ambos os SIR's são resultados da integração da nova geração, a dizer, nascidos na década de noventa e com procedimentos e metas diferentes da etapa de integração na América Latina dos anos 60-70. Mesmo que mantenham o esquema básico de subordinação, mantêm diferenças: O MERCOSUL é uma associação entre países latino-americanos, com intenção de criar um Mercado Comum e ter uma maior diversificação econômica com o resto do mundo; o NAFTA pretende uma Área de Livre Comércio e envolve um país latino-americano com desvantagens econômicas ante os sócios Estados Unidos e Canadá; e o modelo da proposta da ALCA, que tenta incorporar a todos os países da América. As características do MERCOSUL e NAFTA se podem observar, também, através das práticas dos atores-agentes escolhidos; Brasil é a maior economia do bloco, por conseqüência é

protagonista no MERCOSUL; o México é o único país da América Latina associado diretamente aos Estados Unidos, exemplificando ao modelo pan-americano de integração.

O **contexto imediato** se forma a partir da participação dos grupos diferenciados e seus atores-agentes, interagindo com os Estados, SIR's e os atores-agentes impulsores. A sociedade civil se organiza através destes grupos de interesse variados, sendo, as novas elites, as que têm o maior reconhecimento dos agentes impulsores da integração, porque são os sócios nacionais das empresas transnacionais; são reconhecidas também pelos Estados, ainda que em determinado momento entrem em disputa com eles. Os outros atores, a esquerda tradicional e os opositores globalizados. apesar de não serem agentes protagonistas do globalismo, estão definindo seu perfil de agentes por manter uma atitude crítica constante; sobretudo estes últimos, pela organização que aproveita as conexões em rede, têm conseguido modificar as políticas globalistas da integração subordinada, influenciando no estancamento das negociações da ALCA.

Sobre essas três propostas de análise social da integração regional estruturamos o conteúdo da tese.

A estrutura da tese.¹²

No título principal “A dimensão social dos Processos de Integração regional na América Latina”, tentamos expor que nosso objetivo é a relação social que contem a integração. O subtítulo “Atores-Agentes da Sociedade Emergente no MERCOSUL e NAFTA” significa que essa relação social dos atores e dos agentes se desenvolve em um marco em transição, porém, concentrado nos SIR's, representantes de dois tipos de integração que países latino-americanos desenvolvem. “Os casos do Brasil e do México”, fazem referência aos atores imediatos envolvidos, além de concretizar mais o estudo de ambos os modelos. O recorte temporal - 1991 – 2006 - é o período de tempo que contem o início oficial do MERCOSUL em 1991, o de NAFTA em 1994, e termina em 2006, ano da defesa da tese.

Na parte 2, “Leitura Sociológica da Integração. A Dialética do Sujeito e seus Atores”, desenvolvemos os parâmetros sociológicos da ação dos atores de NAFTA e MERCOSUL. Tratamos o tema da sociabilidade interpretando que é um processo que conduz as práticas da integração e que forma também a sociedade emergente, da qual fazemos a descrição. Depois abordamos os princípios da identidade, base que define o posicionamento dos atores-agentes na integração, e

¹² O texto obedece às formas ditas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas: NBT 6023, 6024, 6027, 6028, 10520 e 14724, citadas nas referências.

construímos sua tipologia. Finalmente, falamos sobre o papel dos contextos nas práticas da integração.

As práticas dos atores se organizam em cinco capítulos. A parte 3, intitulada “Globalização, uma re-interpretação para o estudo do social em integração”, reconstrói o cenário do neoliberalismo global criado por ações dos agentes impulsores, porém fazemos a exposição refletindo sobre a necessidade de separar o conceito amplo de globalização do termo *globalismo*, que propomos utilizar para definir a globalização econômica neoliberal. Como a principal interação dos impulsores se estabelece com outro ator-agente fundamental, o Estado, tratamos suas características atuais na parte “No olho do furacão: a transformação do Estado nacional”, e o resultado da interação entre ambos, atores-agentes, forma o ponto “Complexa Ordem Mundial Contemporânea”.

A parte 4, “Integração Subordinada. A lógica da geopolítica e da geoeconomia”, define os resultados da participação direta dos agentes impulsores da integração. Definimos a integração regional como uma estratégia dos Estados para obter crescimento econômico, mas, condicionada pelas características assimétricas do continente. Introduzimos os fundamentos geopolíticos e geoeconômicos, para explicar desde suas origens a integração e a assimetria. As diferenças entre a primeira experiência da integração econômica e a atual, caracterizada esta última pelas políticas de reajuste estrutural e como parte da lógica neoliberal de livre mercado voltado à competência internacional.

Na parte 5 “MERCOSUL e NAFTA: descrição, caracterização e comparação”, falamos da interação entre os atores agentes executivos, os SIR’s e os Estados, descrevendo as ações específicas e resultados de ambos os sistemas. Estabelecemos também suas diferenças e similitudes, condicionadas pelo contexto geopolítico continental. A descrição e comparação de ambos os atores executivos se complementa com o capítulo 5, “O México e o Brasil, similitudes distantes” em que assinalamos as práticas do Brasil, representante do MERCOSUL e do México, que mostra o tipo de integração direta com uma das economias hegemônicas do mundo e as implicações na sua relação com os países do MERCOSUL, especificamente o Brasil.

O perfil dos atores-agentes da integração se finaliza no capítulo 6 “Os Atores Diferenciados. Definição, lógica e ação”, no qual falamos da importância dos grupos de interesse, as razões que os organizam e sua forma de organização. Definimos sua participação na integração, como grupos de apoio e de rechaço; nos primeiros, destacando-se as novas elites, tanto políticas como econômicas; nos segundos, sobressaem os opositores globalizados, que tem feito da defesa e reconhecimento de suas identidades a principal ferramenta de luta contra o globalismo que tenta a homogeneização da sociedade.

2 LEITURA SOCIOLÓGICA DA INTEGRAÇÃO. A DIALÉTICA DO SUJEITO.

Esta parte explica os fundamentos sociológicos da integração regional. Nosso princípio apregoa que entre os sujeitos participantes se desenvolve uma sociabilidade além dos marcos nacionais, que gera uma dialética entre suas motivações, cálculos e estratégias.¹³ A dialética de esses sujeitos se manifestam externamente como as práticas que convertem a integração regional em uma instituição social. Identificamos os **sujeitos** como indivíduos que obram humanamente, seja como resposta reativa ou com intenção de agir de uma maneira determinada (GIDDENS, 1998, p. 45), e sua dialética como a dinâmica de movimento, de interação, de complementaridade e de confronto que acontece entre tais participantes da interação social.

Todos os sujeitos de uma sociedade sentem os efeitos das práticas da integração, porém estudaremos somente os atores e agentes (participantes diretos das ações). A atenção nos atores está centrada no momento que acontece a sua máxima manifestação, a articulação *política*: quando seus atos estão voltados a organizar e dirigir uma esfera da vida social (LAGROYE, 1994, p.21), neste caso a integração. Pensamos que existem neles duas reflexões anteriores que definem o seu desenvolvimento: a construção da sua *identidade* e a interpretação dos *contextos* nos quais se desenvolvem; ambos elementos, apoiados nas análises de outros componentes da integração, servem-nos de critério metodológico para identificar as práticas concretas dos atores.

Estruturamos esta seção em três partes. A primeira aborda o papel da sociabilidade na integração e na conformação do marco social amplo da sociedade emergente, na qual se desenvolvem os atores; depois, explicamos os componentes da identidade e, nos baseando nela, tipificamos os atores; no final, explicamos o que entendemos pelo contexto e seu papel na dimensão social da integração.

2.1 Sociabilidade e Sociedade Emergente.

A sociologia define a **sociabilidade** como a disposição genérica dos seres humanos que, convivendo em um espaço determinado, estabelecem uma rede de relações entre si, que assumem uma forma determinada para solucionar os problemas referentes à vida cotidiana e também satisfazer necessidades correspondentes a espaços mais complexos; o resultado disso é a criação de um

¹³A explicação sociológica de esta segunda parte esta baseada na *Teoria da Estruturação* de Anthony Giddens (1998) e nos conceitos sobre identidade coletiva provenientes da obra de Manuel Castells, *A era da Informação* (1999) Também tomamos os parâmetros sugeridos pelo sociólogo chileno, Norbert Lechner (1996) referentes às mudanças sócio-políticas do mundo contemporâneo.

conjunto de práticas simbólicas, políticas, econômicas e legais que são a essência das instituições e suas mudanças (BERGER E LUKMAN, 1997), (GIDDENS, 1994)

A inter-relação social pode ser espontânea ou organizada; também, instrumental ou gratificante; ou ainda, solidária ou conflitiva. Pode ter, segundo a aproximação que trate, manifestação concreta sob formas como grupo, associação, comunidade, massa, etc. (GALLINO, 1995, p.798). O fato social da integração é produto da sociabilidade entre seus atores, assim seus componentes podem também explicar que:

1. *A Integração é um Relacionamento Organizado*, porque é produto do planejamento racional de atores, segundo as suas necessidades e os fins que perseguem. Os grupos econômicos e comerciais pretendem obter participação no crescimento e a ganância econômica; os Estados pretendem sobreviver como instância mediadora; os grupos políticos pretendem alcançar e desenvolver sua capacidade de poder e influência na integração.
2. *A Integração é um Relacionamento Instrumental*, porque desenvolve estratégias concretas, dirigidas segundo o processo de trabalho na rede social capitalista na sua tendência histórica à trans-nacionalização e regionalização; nessa inclinação as instituições financeiras e empresas supranacionais têm um papel mais agressivo, que delimita as ações dos Estados nacionais na direção da integração e do globalismo. (CASTELLS, 1999a, p. 374-376)
3. *A Integração é um Relacionamento antes conflitivo que solidário* devido à luta pelos interesses econômicos e políticos, manifestados tanto no interior dos Estados como nos SIR's.
4. *A Integração mostra um Relacionamento Supranacional*, porque se estabelece entre atores que transcendem as suas atividades além do Estado-nação. A supra-nacionalidade acontece de fato, nos atores impulsores e é pretendida pelos atores executivos, especificamente os dos Sistemas de Integração Regionais.
5. *A Integração é um Relacionamento Multiforme*, porque além da aproximação supraespacial que a define prioritariamente, estabelece vinculações concretas entre grupos e associações econômicas e pretende a união de comunidades regionais e nacionais.

A sociabilidade faz da integração um relacionamento supranacional, organizado, instrumental, multiforme e fundamentalmente conflitivo.

A sociabilidade explica a dialética das **relações sociais**¹⁴ presentes na integração; desde o ponto de vista econômico e político, elucida as conexões de exploração, porque as ações dirigidas ao intercâmbio comercial no mundo atual são mais um processo de trabalho capitalista, sustentado nas clássicas relações de produção entre os produtores e os que se apropriam do produto de trabalho (Idem p. 374).

Os produtores da integração são o conjunto de trabalhadores envolvidos, desde os operários e camponeses que criam as mercadorias do intercâmbio regional, passando pelos prestadores de serviços comerciais, até os burocratas que coordenam as políticas de integração; do outro lado, estão posicionados os grandes consórcios multinacionais e às instituições financeiras mundiais, junto aos Estados hegemônicos que as sustentam e as elites nacionais; são esses últimos atores que agem como a principal influência na política de integração e seus sistemas regionais e ficam com a maioria dos ganhos.

A sociabilidade mostra especificamente as fontes de união–desunião, agregação–desagregação, conflito–consenso (GALLINO, 1995 p.798) entre os atores da integração; o tipo de relacionamentos que surge, variados por virem de distintas necessidades e interesses, pode também identificar os papéis sociais dos atores. A sociabilidade permite, assim, identificar a tipologia e a função dos atores na integração.

Porém, em um nível anterior ao plano concreto da integração, a sociabilidade explica os condicionamentos sócio-políticos e sócio-culturais da sociedade em geral, que condicionam à própria sociabilidade da integração.

Pensamos que hoje, qualquer relacionamento, seja local, regional ou mundial, reproduz-se sob parâmetros do globalismo (neoliberalismo global, o que será descrito na próxima parte), o que significa a introdução de mudanças nos padrões de gerações passadas que estavam acostumadas a viver e nomear.

A sociabilidade atingida pelas transformações neoliberais gera uma *conjuntura em transição* nas relações sociais em geral. É o marco social mais amplo que envolve quaisquer fatos contemporâneos da sociedade, o que propomos chamar de *Sociedade Emergente*.

¹⁴ Segundo a definição que faz Gallino, (1995, p.752), as **relações sociais** seriam conexões, ou seja, interdependências de sujeitos individuais ou coletivos vinculados por uma condição comum, atuando de determinados modos e gerando a exclusão de outros sujeitos. Suas ações podem ser induzidas ou realizadas em plena consciência do nexos existente entre eles.

É um grande contexto em transição contido nos marcos do Estado nacional no qual os habituais parâmetros de relacionamento entre os sujeitos ainda estão presentes, porém, vão vagarosamente deixando de ser seguros; ao mesmo tempo, novos padrões surgem e modificam as estruturas econômicas ou políticas.

Esses contextos de variação na esfera mundial, que têm sido chamados de “mudanças de paradigmas”, “transição histórica”, “transformação sistêmica” e até prenúncio de uma nova civilização, são mudanças econômicas, políticas, sociais que constroem novos parâmetros e têm um efeito tanto na identidade coletiva dos sujeitos quanto nas suas atitudes individuais¹⁵. Como assinala o antropólogo mexicano, Juan Castaingts:

Lo que se vive es una transformación importante de la identidad. Hasta hace pocos años, la identidad tenía tres sólidos pilares: todo un conjunto de mitologías ligadas al Estado-nación, la religión católica, y un conjunto mas o menos armonioso de procesos culturales. Lo que realmente está en crisis, es el conjunto de mitologías ligadas al Estado-nación; por su parte, lo católico tiene un desgaste considerable, y se mantiene la fuerza del conjunto de procesos culturales. (CASTAINGTS, 1998, p. 43)

Interpretamos que a Sociedade Emergente manifesta uma nova sociabilidade constituída das alterações estruturais e das transformações na identidade.

Pode-se observar com maior clareza a transformação na esfera da política, através das ações da luta pelo poder e da tomada de decisões, porque ambas exibem as características e capacidades dos atores.¹⁶ Organizamos os CONTEÚDOS NOVOS da sociedade emergente nos seguintes pontos.

- a) *A Sociedade Emergente não está totalmente expandida*: as mudanças se evidenciam em alguns espaços mais do que em outros, sobretudo nos ambientes onde o globalismo tem se manifestado com mais força.
- b) *A Sociedade Emergente evidencia diminuição de força da ação coletiva*. Nesses espaços, afeta-se o conteúdo tradicional do relacionamento social entre grupos e agentes sociais.

Os sindicatos e partidos políticos, ainda na década dos oitenta, eram as formas de organização básicas; os receptores das demandas comuns constituíam um corpo de representação da vontade majoritária da população e, portanto, eram mediadores dos interesses dos grupos civis e trabalhistas diante dos donos do capital e perante o Estado. Hoje, testemunhamos uma crise severa de ambos:

¹⁵ Uma linha tênue divide identidade coletiva e identidade individual; as ciências sociais consideram que as ações do indivíduo determinam ao mundo social, sociologicamente estudadas no relacionamento ação-estrutura. Para nosso estudo priorizaremos as características da identidade coletiva.

¹⁶ Usamos aqui as mudanças nas sociedades contemporâneas resumidas pelo sociólogo chileno Norbert Lechner, quem propõe uma série de categorias, fundamentalmente socio-políticas, as que sintetizamos nos quadros do Anexo A. LECHNER, Norbert. La política ya no es lo que fue. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, Núm. 144, p. 104-113, Jul.-Ago.1996.

desgastados pelo tempo, vítimas da corrupção dos dirigentes, deixaram de ser percebidos como reivindicadores legítimos, mas sim, cada vez mais, como aparelhos mediadores do tráfico de influências; seu desgaste foi lesionando aos poucos a potencialidade da ação coletiva do cidadão em geral e do trabalhador em particular.

O esgotamento dos valores ideológicos e das demandas utilitárias dos movimentos políticos e sociais também diminuiu a importância da organização popular e a força coletiva: os discursos de uma sociedade igualitária foram ficando sem legitimação e se priorizou o pragmatismo leviano sobre o aprofundamento de reivindicações cidadãs.

- c) *Na Sociedade Emergente a mediação das instituições do Estado nacional se mostra menos eficaz* pela pressão do globalismo e do neoliberalismo, situação agravada pelo enfraquecimento da ação coletiva.

A representação dos interesses públicos e coletivos da população nas instituições e planejamentos do Estado (força da política), tem cedido ante a política frontal dos grupos econômicos poderosos. Têm logrado que as suas propostas, estratégias e até as visões de grupo hegemônico, se convertam em princípios dos Estados neoliberais. O vazio da representação pública no Estado e a sua falta de posicionamento firme pela defesa dos interesses gerais, tenta se compensar aplicando programas assistencialistas de qualidade questionável e insuficiente para afrontar as consequências do neoliberalismo; a decadência dessas práticas, que substituem as políticas sociais que o Estado é obrigado fazer, provoca na população geral, um sentimento de rejeição a tudo que seja governamental.

- d) *Na sociedade Emergente, o trabalho, instituição outrora muito sólida, está se modificando.* Tentou-se proteger o trabalho por leis e instituições governamentais para garantir a estabilidade das funções laborais e o salário. Esta regulamentação histórica - por ser produto da luta de movimentos sociais foi-se convertendo pelos discursos hegemônicos, em um aparelho rígido que obstaculiza o desenvolvimento da modernização.

A “flexibilização” trabalhista significa a alteração das condições estabelecidas nas contratações; modificam-se as funções antes mantidas como exclusivas e, também, os salários instituídos e há, ainda, alteração de horários segundo as necessidades da produção. Esses novos princípios se aplicam fundamentalmente nos espaços operários onde há um vazio sindical firme. Embora a flexibilidade seja expandida, há empregos privilegiados, usualmente na área de serviços e na de informática, nos quais a troca de horário ou funções é compensada com salário melhor. Os postos executivos das grandes empresas continuam a ser intocáveis.

Além das modificações na legislação trabalhista, estão as novas condições da crescente atividade informal, sem direitos garantidos pelo Estado: prevenções e tratamentos de doenças ,

condições minimamente aceitáveis na condição trabalhista, a vivenda, ou aposentadoria, depende dos indivíduos.

- e) *A Sociedade Emergente, no plano sociocultural, constrói novos símbolos e comportamentos sociais gerados pela transformação de instituições históricas e pela saída pública de padrões antes mantidos no âmbito do privado.*

Um exemplo evidente é a família. Das instituições básicas da sociabilidade tradicional é modificada em certos espaços devido aos novos inter-relacionamentos sociais; presenciamos mudanças em suas características burguesas tradicionais: mononuclear, de pais heterossexuais e convivendo de forma estável num espaço como consequência do contrato matrimonial. Hoje, também se considera como família qualquer estrutura baseada em compromisso: seja com a presença de um só conjugue - usualmente a mãe-, seja sem o acordo matrimonial, seja por casais do mesmo sexo, seja com membros sem laço sanguíneo; também qualquer dessas estruturas compartilhando moradia e responsabilidades com outros membros das famílias mútuas.

De outro lado, critérios de sexualidade, religiosidade, gênero ou etnia, são fortemente reivindicados no relacionamento político e social. A luta pelo seu reconhecimento tem ultrapassado os marcos do Estado nacional se convertendo nas primeiras manifestações globalizadas: os movimentos indígenas, racial-nacionalistas, de diversidade sexual, etc.

Estes cinco traços transformadores da sociedade emergente se apresentam combinados com CONTEÚDOS TRADICIONAIS da organização sóciopolítica: ainda que diminuídos, os sindicatos continuam a fazer negociações; os partidos seguem sendo estruturas intermediárias de poder, quiçá sem características de “partidos de massas” ou de reivindicação de classes sociais, porém, com importância vital na política atual. O Estado é também a forma básica de organização da política e recipiente dos interesses dos grupos sociais; a manifestação e exigência de direitos continuam a se reivindicar através das suas instituições, embora feridas pelo neoliberalismo.

Com respeito às necessidades sociais, na sociedade emergente observamos as demandas trabalhistas de sempre (por salário, condições dignas, prestações sociais) junto a exigência de novas garantias para o espaço individual, o reconhecimento de identidades antes excluídas ou esquecidas; reivindicações democráticas no âmbito público e privado; vemos até criação de utopias baseadas em novos símbolos socioculturais.

A eleição de regimes políticos de esquerda que recuperam a ação do Estado como depositário do direito coletivo, é em nosso ponto de vista, uma chave de como as formas organizacionais tradicionais se adaptam aos conteúdos novos.¹⁷

Sobre estes critérios descrevemos a **Sociedade Emergente** como: um espaço social em transição, onde novas regras e comportamentos estão emergindo, mas as velhas diretrizes não se esgotam por completo. O adjetivo emergente é usado *no sentido do novo* porque surge uma nova sociabilidade: seja por pressões do mercado ou da sobrevivência do Estado, os atores acatam certas normas; seja por necessidades de grupos sociais que reivindicam formas convenientes a novas necessidades, constroem-se paulatinamente padrões de vida diferentes do passado. Também se usa emergente *no sentido do velho* porque prevalecem padrões do passado: uma comunidade, baseando-se somente na novidade, cria ansiedade. A habituação de comportamentos tem sido o recurso que os grupos humanos criaram para economizar esforços e ter certezas (BERGER, P, LUCKMANN, T, 1997, p. 74-75), por isso as normas acostumadas não desaparecem.

A sociabilidade então, cria a integração e também forma a sociedade emergente, designando um jogo dialético entre ambas, porque pois os marcos da sociedade emergente influem no conteúdo social da integração e esta incorpora os seus resultados.

A seguir expomos a *identidade* e seus componentes, base da autodefinição dos sujeitos; vamos construir depois a tipificação dos atores.

2.2 A Identidade.

De raiz etimológica *idéia - pensamento específico sobre alguma coisa* -, a identidade cria o axioma do próprio ser. Os atores constroem uma **auto-representação** que dá sua referência com respeito aos demais: há uma comparação nas diferenças ou nas semelhanças.

a) La identidad no es algo inherente al individuo, es el resultado de las relaciones sociales en las que él se encuentra inmerso. Estas relaciones son reales y simbólicas, pero el hecho es que la parte real de ellas las viven los individuos y la sociedad a través de un conjunto de representaciones imaginarias y simbólicas (CASTAINGTS, 1998, 33)

A identidade não se restringe em criar apenas a figura do ator que se compara socialmente, ela também constrói o **imaginário** através do qual se relaciona com os demais. Isto significa que produz um conjunto, mais ou menos articulado, de elementos cognoscitivo e valorativo das estruturas

¹⁷ Uma reflexão obrigada é compreender que de um lado o novo significa reivindicar direitos antes negados, porem também a imposição de critérios neoliberais que têm efeitos negativos para a maioria das populações menos favorecidas; assim mesmo, não toda a organização tradicional significa o cumprimento dos direitos coletivos, porque foram beneficiados elites que diziam representar as maiorias e muitas formas da tradição no continente, levam o conservadurismo de uma ordem socio-política antidemocrática.

fundamentais da sociedade onde vive, tanto para se mesmo como para os outros (GALLINO, 1995, p. 512).

b) La identidad proviene de una auto representación [...] por medio del cual el individuo configura internamente un grupo de imágenes y símbolos que encarnan el conjunto de seres y cosas que lo rodean [...] y se representa a si mismo frente a ese mundo (CASTAINGTS, 1998, 33)

Ditas estruturas nas quais ele existe e compartilha, geram o marco social que se nutre dos elementos político-econômicos do espaço imediato, mas também dos componentes da história e da cultura referente.

Identificamos que a auto-representação e o imaginário que constrói o sujeito (identidade), envolvem três dialéticas internas:

1. O jogo subjetivo-objetivo ou interno-externo. Se a identidade é uma imagem construída, então, é uma criação meramente subjetiva ou depende das experiências aprendidas?

Peter Berger e Thomas Luckmann, em sua obra clássica *A construção social da realidade*, estabelecem que o imaginário criado pelos grupos sociais depende da cotidianidade em que vivem, ou seja, é uma construção externa; porém assinalam que também é uma reconstrução interna porque se transforma em uma ferramenta de conhecimento, uma interpretação para afrontar a realidade da vida cotidiana (BERGER e LUCKMANN, 1997, p. 13-15).

A referência do contato exterior (objetividade) passa por um processo de conhecimento do indivíduo (subjetividade) antes de se converter em ação.

Cornelius Castoriadis define a subjetividade como “a capacidade de receber o sentido, de fazer algo com ele e de produzir sentido, dar sentido, fazer com que cada vez seja um sentido novo” (CASTORIADIS, 1999, p.35). Podemos falar então que o sujeito identifica, reflete, compara e finalmente elabora uma construção social sobre si mesmo que coloca em contato com a realidade.

2. O jogo individual-coletivo ou ator-comunidade. A identidade é uma autoconstrução determinada pela sociedade, então qual é a força da ação do sujeito no coletivo?

A obra de Emile Durkheim notou que as ações individuais vão no sentido da atuação social, ou seja, é uma ação individual, mas com a referência de seu agir em coletividade. Um sujeito se define como ator (dono das suas ações), no momento que a comunidade é a sua referência.¹⁸ Porém, as ações do ator também determinam o mundo social, porque, como Weber interpretou, o conteúdo

¹⁸ Durkheim colocou como eixo da análise social a ação individual, embora insistiu ao longo da sua obra, que o modo de perceber as condutas individuais a partir da sociologia é muito diferente do modo em que os psicólogos o fazem. Tanto as ações individuais como a subjetividade do ator, de um lado têm como referência a sociedade onde vive e por outro, são as referências para condutas coletivas. Pode identificar-se este raciocínio tanto nas “Regras do Método Sociológico”, “O Suicídio” ou em “As Formas Elementares da Vida Religiosa”.

mesmo da relação social e sua manifestação são determinados pelo sentido que os homens outorgam a sua atividade:

Para la interpretación comprensiva de la sociología, esas formaciones no son otra cosa que desenvolvimientos y entrelazamientos de acciones específicas de personas individuales, porque sólo ellas pueden ser sujetos de una acción orientada por el sentido (Weber, 1977, 17).

A sociedade não seria só um acúmulo de indivíduos se guiando por regras impostas (comunidade, coletivo), seria resultado também de uma ação, ou seja, da intervenção de processos reflexivos entre a origem de um estímulo (motivação) e a conclusão da resposta (fins); a dizer, a ação só ocorre quando os indivíduos atribuem significados, compreensões subjetivas a suas atividades.¹⁹ São esses indivíduos conscientes de suas ações que se transformam em atores, ou seja, agindo em comunidade.

3. O jogo passado-presente. A identidade é produto da história, dos elementos culturais herdados e do imediato, então, os elementos da tradição marcam sempre a solução dos problemas no imediato, ou são as necessidades do dia a dia que impõem suas condições do aqui e agora?

A construção dos imaginários do ator nunca está detida no tempo. A identidade é produto do passado, herda elementos interpretativos provenientes de seu grupo social (cultura), que têm sido formados por gerações (história); o passado e a cultura outorgam as referências básicas, aquelas explicações e respostas com as quais o ator se conduz de um jeito determinado, correspondente ao seu grupo originário.

A identidade também é um resultado do aqui e agora, porque a situação imediata outorga o último sentido ao imaginário e a sua ação, sendo que, no final, se vive segundo o momento atual. Aquilo que na corrente fenomenológica²⁰ se chama vida cotidiana.

La vida cotidiana se presenta como una realidad interpretada por los hombres y que para ellos tiene el significado subjetivo de un mundo coherente [...] El mundo de la vida cotidiana no sólo se da también por establecido como realidad por los miembros ordinarios de la sociedad en el comportamiento subjetivamente significativo de sus vidas. Es un mundo que se origina en sus pensamientos y acciones, y que está sustentado como real por estos [...](BERGUER y LUCKMANN, 1997, p. 36-37)

¹⁹ Weber é mais claro em seu significado de ação quando identifica quatro tipos ideais básicos: *ações racionais*: atuar segundo fines; *ações valorativas*: atuar segundo valores de conduta; *ações tradicionais*: atuar segundo as costumes e hábitos e *ações afetivas*: atuar segundo as emoções (menos estudadas por ele para marcar diferencia com a psicologia).(RITZER, 1993, p.264).

²⁰ A Sociologia fenomenológica é uma orientação da pesquisa e a metodologia nutrida da filosofia de E. Husserl; na década de 1950 sobre tudo nos Estados Unidos, se concentrou na ação social e na influência primaria da estrutura intencional da consciência humana. Pretende construir os nexos significativos entre ação, observação e compreensão para incluir na análise do sujeito agente e também do sujeito observador (GALLINO, 1995, p. 829; 844-845).

Na Teoria da Estruturação de Giddens, considera-se os três componentes dialéticos para se referir à imagem que o ator e o agente constroem.²¹ O ator passa assim por um processo *reflexivo* sobre si, nutrido de imagens coletivas, adquiridas do passado.; Com esses elementos, logra fazer um balanço da sua situação imediata, do aqui e hoje, no marco coletivo (GIDDENS, 1998).

Relacionada a essas dialéticas, a psicologia fica envolvida na construção da identidade, quando reivindica a importância dos processos de pensamento e de interpretação com respeito à auto-imagem do indivíduo, e da sociedade onde vive. Mas, a sociologia demarca que quando o sujeito de seu estudo faz a reflexão sobre si mesmo traz como eixo das suas representações o contexto social no qual se desenvolve.

No debate político sobre identidade, identificamos duas interpretações polarizadas que se apóiam em certos resultados do desenvolvimento da identidade, porém, não são suficientes para defini-la, porque, segundo nosso parecer, subordinam outros conteúdos.

A discussão mais velha é sobre a estrutura, que define a identidade dos atores: a posição social, a função sistêmica do ator ou sua ação em contextos específicos. Manuel Castells²² diz que proveniente de certas posturas sociológicas, por muito tempo e erroneamente, a identidade tem sido confundida só com os papéis que a pessoa desenvolve na estrutura:

La identidad ha de distinguirse de lo que tradicionalmente los sociólogos han denominado roles y conjuntos de roles. Los roles [...] se definen por normas estructuradas por las instituciones y organizaciones de la sociedad. Su peso relativo para influir en la conducta de la gente depende de las negociaciones y acuerdos entre los individuos y esas instituciones y organizaciones. Las identidades son fuentes de sentido para los propios actores y por ellos mismos son construidas mediante un proceso de individualización (Castells, 1999a, p.28-9)

A identidade subordinada à estrutura, aos poucos foi se tornando relativa, até compreender, graças às chamadas “micro-sociologias”, que o processo da compreensão, da individualidade do sujeito é parte fundamental da sociabilidade. A auto-compreensão de si mesmo permite ao ator um relacionamento característico com as estruturas da sociedade e de suas instituições.

De outro lado, em tempos do globalismo e se posicionando com muita força, os fatores culturais individuais, como a etnia, a cor, a sexualidade, o gênero, e as crenças, aparecem exaltados como os únicos fatores determinantes do agir do ator. A identidade de um sujeito não pode subordinar as suas ações sociais aos traços imediatos da sua origem cultural.

Ressaltar as características privativas é discriminar a ação social do grupo ao qual pertence; desconsiderar o posicionamento social que este ator social ocupa na sua comunidade, como a classe

²¹ Especificamente no capítulo dois “Consciência, próprio ser e encontros sociais”.

²² Dedica um tomo inteiro ao assunto da identidade, o volume II da *Era da informação*, “O poder da identidade”, 1999.

social; evadir o jogo político que o cobre; minimizar os interesses coletivos que persegue, etc. Aqui as palavras de Alain Touraine no livro *¿Podremos vivir juntos?* (1997):

La disociación de la economía y las culturas conduce o bien a la reducción del actor a la lógica de la economía globalizada [...] o bien a la reconstrucción de identidades no sociales, fundadas sobre las pertenencias culturales y ya no sobre roles sociales. Cuanto más difícil resulta definirse como ciudadano o trabajador en esta sociedad globalizada, más tentador es hacerlo por la etnia, la religión o las creencias, el género o las costumbres, definidos todos como comunidades culturales (TOURAINÉ, 1997, p.39)

Temos testemunhado massacres em várias partes do mundo que são justificados pela necessidade de reivindicação de nacionalismos ou identidades religiosas; os Estados aplicam políticas assistencialistas a comunidades ou a grupos específicos minimizando as capacidades da sua ação política. A cidadania se esvazia de laços públicos nacionais para privilegiar interesses culturais específicos, forçando à relatividade do comportamento institucional e legal. No plano individual, por exemplo, um comportamento autoritário que deveria ser questionado pelas ações cometidas, minimiza as condutas do ator pelo fato de ser negro, mulher, asiático, gay ou ministro de igreja; o mesmo quando uma pessoa é qualificada de narcotraficante, terrorista ou inepto devido a suas origens nacionais, étnicas, econômicas, ou mesmo até de aparência.

Resumindo os conteúdos anteriores, a **identidade** é então, uma auto-representação do ator construída por ele mesmo, tendo como referência os demais; cria também um imaginário, feito dos conhecimentos e valores das estruturas sociais onde vive, projetado para si mesmo ou para os outros. A identidade surge da intermediação de binômios dialéticos entre subjetivo-objetivo e individual-coletivo e é produto da interseção entre passado e presente. Significa também a identificação do ator em relação a sua procedência imediata (de etnia, gênero, religião, etc.) e faz consciência do seu papel na estrutura social (posicionamento econômico, de classe, de interesse, etc.); a análise da identidade se complementa na definição dos comportamentos políticos dos atores.

A concepção de identidade que una as procedências sociais e culturais pode confrontar a interpretação artificial do neoliberalismo, qual seja : a difusão de uma suposta “identidade global”, amplamente difundida pela mídia, que assegura ter conseguido a semelhança entre os seres humanos através dos valores de consumo compartilhados, que faz o mundo inteiro participar de tempos e espaços comuns e únicos. É um jogo ideológico que constitui uma das características para o fortalecimento hegemônico do império mundial (HARDT e NEGRI, 2001), pois difunde valores vazios de cidadania e traços culturais homogêneos a favor do mercado. Ademais, é também utilizado para culpar o Estado-nação de ser obstáculo para a universalidade dos valores.

O antídoto contra a “identidade global” é tanto ressaltar quanto motivar a existência da participação coletiva e pública dos atores, porque a ação social reivindica o poder de decisão e motiva a obtenção de resultados do ator, depois de se identificar com as necessidades do seu grupo.

O referente comunitário dos imaginários nos leva a especificar a característica coletiva da identidade.

2.2.1 Identidade Coletiva.

A participação pública no marco social comum, compartilhado entre os sujeitos, cria a consciência da *identidade coletiva do ator*. Dela surgem os mais fortes argumentos para explicar a atuação do agente e ator na integração.

A identidade coletiva é uma ação racional, porque o agir dos atores é guiado pela simbologia comum do grupo social, para conseguir os seus fins determinados. Em Castells, a identidade dos atores é evidentemente coletiva, construída a partir do sentido que para eles tem a cultura:

Por identidad, en lo referente a los actores sociales, entiendo el proceso de construcción del sentido atendiendo a un atributo cultural, o un conjunto de atributos culturales, al que se de la prioridad sobre el resto de las fuentes de sentido [...] desde una perspectiva sociológica, todas las identidades son construidas. Lo esencial es cómo, desde qué, por quién y para qué. (CASTELLS, 1999a, p.28-9).

A **cultura** é a identidade suprema e eixo numa *sociedade em rede*²³, porque é o marco coletivo primário de identificação, mantido no tempo e no espaço, que organiza o sentido das ações dos sujeitos.

O **sentido** é a identificação simbólica que os atores sociais têm do objetivo de sua ação (CASTELLS, 1999a, p.29). Inferimos, então, que os objetivos que perseguem os atores-agentes outorgam, por sua vez, o conteúdo simbólico aos sujeitos que se identificam com suas metas. Por serem os líderes de uma sociedade, os atores-agentes transferem parte dos seus imaginários, assegurando o apoio às visões, os objetivos e às lutas que propõem.

Para Castells o conceito de identidade coletiva não pode se separar do conteúdo político, porque ele reflete o posicionamento dos atores baseado no sentido da sua ação. O tipo de participação pública dos grupos e da luta pelo poder organiza três formas de identidade coletiva:

²³ *Sociedade Rede* ou *Sociedade em Rede*, é o eixo da obra de Castells, quem diz que embora em outros tempos e espaços já existia, a atual demonstra mais força de relacionamento como consequência do poder de expansão da tecnologia da informação, e a define como “[...] nueva morfología social de nuestras sociedades y la difusión de su lógica de enlace modifica de forma sustancial la operación y los resultados de los procesos de producción, la experiencia, el poder y la cultura [...]” (Cf. CASTELLS, 2000, p. 505) Para mais referências, ver as conclusões do volume I, *A sociedade Rede* e do volume III *Fim de Milênio*.

- **Identidade legitimadora.** Construída pelas instituições dominantes da sociedade para se expandir e racionalizar sua dominação frente aos atores sociais. O nacionalismo seria o exemplo principal.
- **Identidade de resistência.** Gerada pelos atores colocados em posições ou condições desvalorizadas, ou estigmatizadas pela lógica dominante. Constroem campos de resistência ou sobrevivência baseados em princípios diferentes da lógica do poder. Exemplo: o feminismo.
- **Identidade projeto.** Os atores sociais utilizam os materiais culturais que possuem para construir uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade, e assim, buscam a transformação de toda a estrutura social. O exemplo é o objetivo inicial dos zapatistas, a reivindicação do índio num contexto nacional e mundial (Castells, 1999a p. 30).²⁴

Na identidade coletiva, a forma, a imagem e o sentido vão além da projeção dos papéis e status externos dos sujeitos, porque primeiro, descobre-se a si mesmo; segundo, busca-se a comunicação com aqueles que se considera iguais; e terceiro, em momentos específicos, luta-se tanto individual como coletivamente pela sua reivindicação.

A identidade coletiva é inseparável do acontecer histórico, especificamente da política e do Estado, e também é atingida pelo processo da transição emergente. De um lado, contribuiu para a consolidação do Estado moderno, cuja principal característica foi a centralização baseada no sentido de *pertencia*, de reflexão sobre as raízes culturais, criando assim uma simbologia patriótica que logrou construir identidades nacionais (CASTAINGTS, 1998) Ainda hoje, pese a investida neoliberal contra a institucionalidade estadual, a reivindicação da identidade coletiva reforça as nações e contribui com sua defesa e expansão, como os exemplos da China, da Rússia, do Japão e dos próprios Estados Unidos. Nesse processo centralizador, do passado e do presente, inibiram-se também diferentes manifestações identitárias, regionais e locais.

De outro lado, a identidade coletiva permite também o fortalecimento dos grupos sociais excluídos e, junto ao alto desenvolvimento tecnológico na era da informação, constrói as redes que pressionam o poder. A rebelião contra a homogeneização cultural e contra a proibição de direitos às minorias, quebra o monopólio do Estado na difusão dos padrões hegemônicos e uniformizadores que condicionam o comportamento da população. A reafirmação de seus valores se traduz em comportamentos cotidianos, que re-definem as instituições da vida social.²⁵

²⁴ Esta última forma coincidiria com a definição de Movimento Social, de Alain Touraine, quem diz que só é movimento quando aposta á transformação cultural, política e social da sociedade.

²⁵ Uma *instituição* sob os critérios da Teoria da Estruturação de Giddens (1998), se define como a rotinização das práticas sociais com o fim de adaptar-se ao contexto espacial e temporal no qual se desenvolvem os sujeitos; terminam por criar normas, códigos e leis que ao longo da história determinam condutas sociais. Esta definição se apóia na tradição

Castells na Introdução do tomo II da *Era da Informação*, diz que “*el proceso de globalización tecno-económica que esta modelando nuestro mundo está siendo desafiado, e acabará siendo transformado, desde una grande diversidad de fuentes, según cultura, historia y geografías diferentes*” (CASTELLS, 1999a, p. 25) Negros, pobres, índios, mulheres, queers; resumindo, os que por muito tempo têm sido excluídos, agora questionam as rotinas históricas ; quando organizados como atores coletivos, assumem a sua identidade e lutam pela sua reivindicação. Antes, eram sujeitos que chegaram a repetir que *as coisas devem ser assim*, aceitando à ordem estabelecida, primeiro, por medo, depois por imposição, logo por herança e até por convicção, para poder viver sem problemas. Como Foucault diz: assumindo as regras internamente e se auto-impondo o controle (Foucault, 1984).

Por ser um fator que marca as dinâmicas sociais em qualquer espaço, a identidade provoca interpretações extremas sobre o seu papel atual. Em um extremo há uma ponderação otimista de seus alcances: percebe-se o triunfo da pluralidade e a confirmação da tendência a estabelecer laços solidários no mundo. Efetivamente, a manifestação pública de identidades que antes se mantinham soterradas é um passo significativo do reconhecimento da sua existência; apoiadas no avanço das comunicações, facilita-se o contato entre elas na escala mundial. Porém, a manifestação e difusão das identidades, sozinhas, não garantem a participação democrática dos grupos nos marcos do Estado nacional, e os contatos globais que desenvolvem, também não asseguram a consistência de nexos supranacionais.

No extremo contrário encontramos as interpretações conservadoras. A manifestação das identidades é concebida como fator nocivo à ordem, identificada com a permissividade de culturas estranhas para pôr em perigo a civilização ocidental, tornando-se a justificativa dos “novos bárbaros” para tirar a hegemonia democrática representada fundamentalmente pelos E.U. Um exemplo são os ensaios de Samuel Huntington (1998), ao assinalarem que os traços de identidade estão criando o cenário mundial marcado pelo “choque entre civilizações”:

El tema central de este libro es el hecho de que la cultura y las identidades culturales, que en su nivel más amplio son las identidades civilizacionales, están configurando las pautas de cohesión, desintegración y conflicto en el mundo de la posguerra fría (HUNTINGTON, 1998, p.20)

Depois aponta:

Por primera vez en la historia, la política global es a la vez multipolar y multicivilizacional; La modernización económica y social no está produciendo ni una civilización universal en sentido significativo, ni la occidentalización de las sociedades no occidentales... occidente va

fenomenológica, superando certas limitações que apresentava o conceito definido desde a política, que reduzia à instituição como associações ou organizações governamentais, religiosas ou civis, ou seja, distribuindo a prática normativa em espaços diferenciados.

perdiendo fuerza relativa, las civilizaciones asiáticas están aumentando su fuerza económica, militar y política, el Islam experimenta una explosión demográfica de consecuencias desestabilizadoras... y las civilizaciones no occidentales reafirman por lo general el valor de sus propias culturas (HUNTINGTON, 1998, p.21).

Alguns atos de reivindicação cultural podem efetivamente se considerar desgastantes para a hegemonia imperial, e até ser uma efetiva ameaça em conjunturas determinadas, mas pensamos que, nestes momentos, os Estados Unidos, ainda com senhas de fragilidade, são, todavia, capazes de novas estratégias para continuar sua preponderância. Sobretudo com o sucesso do 11/09, a presença maior do militarismo estadunidense e sua tendência à homogeneização do poder pode significar a neutralização ou até a eliminação de manifestações culturais distintas ao projeto imperial.²⁶

Pensamos, sem embargo, que a própria existência de discursos como o de Huntington, além de ser um apóio ao fortalecimento da potência é indicativo de que a nova ordem mundial está matizada pelas identidades coletivas dos povos que a confrontam, alertando ao poder hegemônico do império, embora tenha o monopólio militar no mundo.

A identidade, no contexto de globalização, apresenta componentes ambivalentes. Observa-se a padronização de condutas econômicas difundidas no mundo, no mesmo momento em que se reivindica pertencer a uma localidade. A chamada *glocalização*²⁷ define essa circunstância dizendo que para ser global é necessário se reconhecer no local. O individuo deve assumir e mostrar as suas particularidades identitárias seja gênero, etnia, religião, etc., para ser identificado mundialmente. Como diz Castells, “a oposição entre globalização e identidade está dando forma a nosso mundo e a nossas vidas” (CASTELLS, 1999a, p. 23).

Outra dualidade está presente na conformação da identidade de hoje: muitos dos componentes que aparecem como novos estão fundados em padrões anteriores à própria modernidade, como a reivindicação da pertença milenar, como os movimentos indígenas do Peru, do Equador ou o Zapatismo no México, como o nacionalismo criado por culturas anteriores aos Estados, como o redescobrimento de religiões não ocidentais; soterrados no processo de reafirmação do Estado nação se manifestam com métodos diferentes à luta política tradicional da modernidade.

As manifestações identitárias mostram diversidade nos objetivos políticos e nos métodos de luta. Relacionado aos objetivos, observamos a reivindicação pelos direitos de grupos já incorporados no Estado, movimentos operários, estudantis; movimentos libertários fundacionais como o feminismo, a

²⁶ Império interpretado segundo fazem Hardt e Negri no seu livro de mesmo nome: uma associação das nações hegemônicas, cuja parceria é facilitada pela tendência à globalização, embora que militarmente comandada pelos Estados Unidos. Falaremos do império na seguinte parte.

²⁷ A *glocalização* é um termo adotado pelos estudos culturais da *globalização*, proposto desde a teoria cultural de Roland Roberson, (*Globalization: Social Theory and Global Culture*, Londres, Sage, 1992) na qual se tem a idéia do espaço local como fonte de sentidos e simbolismos humanos que interage influenciando o espaço global.

reivindicação negra ou o movimento gay; Também lutas de incorporação ao Estado com total reconhecimento de suas particularidades culturais: movimentos milenares, fundamentalmente indígenas; alguns nacionalismos europeus como catalães ou sevilhanos na Espanha. E outras batalhas identitárias pela independência dos Estados que os absorveu, por exemplo, os bascos, irlandeses ou chechenios, procurando sua própria estrutura estadual.

Concernente aos métodos de luta, utiliza-se, ainda, a estrutura partidária, mas, a grande maioria forma movimentos, sejam nacionais ou globalizados, utilizando o poder da informação atual.²⁸ Suas manifestações são frontais, enérgicas, contundentes para obter respostas decisivas, e os métodos de alguns não são necessariamente pacíficos, mas, diferenciando-se daquelas reivindicações através do terrorismo de nenhuma maneira justificável.

A resposta desde os poderes constituídos também variou como consequência das manifestações da identidade. Passou o tempo da guerra fria e o ataque ao comunismo, focalizado naquelas nações do leste europeu e em algumas outras no resto do mundo, assim contra os partidos e movimentos de esquerda no interior das nações. Hoje, são as lutas extensivas contra o terrorismo que, diferente do comunismo, mostra várias caras segundo o grupo que o reivindique.

Em resumo, a identidade coletiva é um reconhecimento de pertença a uma comunidade, seja espacial, de símbolo, de práticas sociais, de gênero, de etnia, etc. Sobretudo, ajuda a criar o sentido dos atores, os que começam com o seu auto-descobrimento, depois procuram a comunicação com aqueles que considera iguais, para, em momentos específicos, lutar coletivamente pela sua reivindicação, representada pelos movimentos sociais. A identidade coletiva é também usada pelo Estado nacional para preservar sua liderança, e pelos grupos hegemônicos para preservar seus interesses, refletidos nas políticas oficiais.

A identidade coletiva se complementa quando realizam práticas comuns *no aqui e agora*, o que a sociologia fenomenológica chama de *vida cotidiana*, o conceito que liga a pessoa social com a sua realidade imediata. Falaremos deste último componente da identidade.

2.2.2 Identidade e Vida Cotidiana.

A construção do conceito foi uma adaptação sociológica de Alfred Schutz da filosofia de Edmund Husserl; tomamos a obra clássica que resume ambos encaminhamentos: *A construção social*

²⁸ Muitos começam defendendo objetivos elementares às vezes mesmo de sobrevivência e se convertem em movimentos com capacidade de provocar mudanças; no marco da globalização observamos que articulados ao redor de reivindicações identitárias, tem-se convertido em sementes das mudanças globais.

da realidade, escrita por Peter Berger e Thomas Luckmann.²⁹ No capítulo I se define a Vida Cotidiana inicialmente como:

[...] una realidad interpretada por los hombres y que para ellos tiene el significado subjetivo de un mundo coherente [...] El mundo de la vida cotidiana no sólo se da por establecido como realidad por los miembros ordinarios de la sociedad en el comportamiento subjetivamente significativo de sus vidas. Es un mundo que se origina en sus pensamientos y acciones, y que está sustentado como real por estos (BERGER, P, LUCKMANN, T. 1997, p. 36-37)

Essa realidade é compartilhada e processada pelos sujeitos num relacionamento frente a frente, para satisfazer necessidades, atender demandas, participar de conhecimentos, solucionar problemas, debater pontos de vista, confrontar posturas, etc. Através de suas experiências comuns constroem a auto-imagem e a imagem sobre os outros:

La realidad de la vida cotidiana es algo que comparto con otros. ¿Pero cómo se experimenta a esos otros en la vida cotidiana? Una vez más se puede distinguir aquí entre diversos modos de tal experiencia [...] La experiencia más importante que tengo de los otros se produce en la situación “cara a cara”, que es el prototipo de la interacción social y del que se derivan todos los demás casos (BERGER, P, LUCKMANN, T. 1997, p. 46)

Na vida cotidiana o sujeito desenvolve sua imagem aqui e agora. É o cenário no qual a atuação social adquire um caráter concreto que permite fazer a ação consciente e desenvolver objetivos específicos, baseados no imaginário das identidades. Os fatos da vida cotidiana, como se referem a uma situação imediata e próxima, interpretam-se como simples repetições de condutas, esquecidos depois de obter o resultado pragmático.

Contrariamente a esta visão reducionista, a fenomenologia esclareceu que a vida cotidiana forma uma realidade que se prende na consciência, porque nela se reproduzem primeiro as práticas sociais, aquelas interações condicionadas por necessidades específicas e experimentadas cotidianamente, as quais vão criando um registro de comportamentos sedimentados. Por consequência a vida cotidiana está formada de objetos significativos.³⁰

La realidad de la vida cotidiana se organiza alrededor del “aquí” de mi cuerpo y el “ahora” de mi presente. Este “aquí” y “ahora” es el foco de atención que presto a la realidad de la vida cotidiana. Lo que “aquí y ahora” se me presenta en la vida cotidiana es lo realissimum de mi conciencia. Sin embargo la realidad de la vida cotidiana no se agota por estas presencias

²⁹ Os princípios da fenomenologia sociológica proposta por Schutz se reconstróem no Capítulo I, de Berger e Luckmann “Los fundamentos del conocimiento en la vida cotidiana” (1997, p. 36-65)

³⁰ A vida cotidiana é também chamada de “suprema realidade” porque contém as atividades, as técnicas, os usos da atuação social carregados do sentido comum, que servem para resolver necessidades colocadas no momento. “[...] tengo conciencia de que el mundo consiste en realidades múltiples [...] entre ellas] existe una que se presenta como la realidad por excelencia. Es la realidad de la vida cotidiana. Su ubicación privilegiada [dentro de la conciencia] le da derecho a que se le llame suprema realidad” (BERGER, P, LUCKMANN, T. 1997, p. 38-39)

inmediatas, sino que abarca fenómenos que no están 'aquí y ahora'. Esto significa que yo experimento la vida cotidiana en grados diferentes de proximidad y alejamiento (BERGER, P, LUCKMANN, T. 1997, p. 39-40)

Carregam-se informações que transcendem uma temporalidade imediata depois que foi o acervo de ferramentas para resolver necessidades, cria-se então o mundo de representações, de crenças, de conhecimentos acumulados prontos para serem usados pelos atores e que determinam seu comportamento.

Nas práticas da integração, a informação referente a como se portar diante das necessidades de atender uma demanda econômica, política ou social derivada da estratégia integracionista tenta-se resolver a partir dessas informações no momento que acontece o encontro dos sujeitos sociais. Nesses encontros cotidianos os atores revelam suas características e interesses, que vão reafirmando ou modificando a imagem mútua e de si mesmos.

Tanto um indivíduo determinado quanto um ator coletivo podem-se identificar com uma pluralidade de identidades, mas todas são construídas desde a individualidade, mediada pela vida em sociedade, e definidas pelas experiências de todos os dias, ou seja, a vida cotidiana o impulsiona a formar seu sentido, unir-se e atuar.

De igual forma, os participantes na integração tem uma cultura que os determina, uma história que os precede, interesses que perseguem e práticas cotidianas que exercem, sobretudo na esfera da política e nas atividades de intercâmbio econômico-comercial; concedem a cada ator uma identidade dentro da integração, que permite definir também a sua tipologia.

2.2.3 A identificação dos atores-agentes da integração regional. Tipologia.

Os sujeitos que estudamos na integração social são **coletivos** porque suas ações se conduzem de maneira associada. A união surge voluntariamente ou por intermediação de estruturas. Criam regras internas para dirigir essa associação, e seus atos são claramente observáveis (GALLINO, 1995, p. 178-180, 168-170, 51-56). São tanto *Instituições Governamentais*, nacionais, regionais e internacionais, ou *Grupos de Interesse*, econômicos ou políticos.³¹

O coletivo se aplica tanto ao ator como ao agente. Anthony Giddens utiliza ambos conceitos como sinônimos, porém esclarece a sua diferença. O **ator social**, seja coletivo ou individual, gera atitudes cotidianas dentro de um contexto de atividade social, caracterizando-se por ter uma atitude

³¹ Como *Grupos de interesse* definimos uma associação de atores que tentam influir, até afetar o que fazem aqueles que estão no poder. "Un grupo organizado de ciudadanos uno de cuyos objetivos es asegurar que el Estado siga ciertas políticas". (PHILLIPS, 1997, p. 243)

disposta a compreender o que faz no momento em que atua; (Giddens, 1998, p. 24). Essa atividade racional inicia quando a sua ação parte de uma *motivação* –desejo que o faz agir. A ação é *racionalizada* – têm uma consciência prática em seu agir. Compreende o que faz e se concentra em fazê-lo. E por último, *registra a sua ação* – desenvolve uma consciência discursiva de sua ação, ou seja, que expressa o que fez, como fez e anuncia seus resultados (GIDDENS, 1998, p. 43-52).

O **agente** tem todas as características do ator, porém, distingue-se por controlar seus pensamentos e atividades, assim como, seus contextos físicos e sociais, agindo segundo seus objetivos. O domínio do interno e do externo outorga sua máxima característica: *capacidade de introduzir mudanças*. Quando o agente deixa de gerar mudanças é só ator, porque, embora continua sendo consciente dos objetivos e procura obter seus fins, perdeu a capacidade de controlar as situações externas.

Podemos dizer que todos somos sujeitos sociais, mas, quando estamos cientes de nossa identidade coletiva e nossa organização, podemos atuar racionalmente para obter e defender nossos objetivos, convertendo-nos, assim, em atores de nosso cenário social. Porém, se ademais temos a capacidade de transcender a participação dos nossos contextos imediatos, baseados na confiança, na identidade e na administração dos nossos recursos para transformar situações, estamos aptos para controlar ações externas, influir nos outros, convertendo-nos em agentes capazes de introduzir mudanças na realidade social.

No acontecer da integração, o papel do ator ou agente varia segundo o contexto no qual atuam e a capacidade para impor seus interesses, por isso nomeamos esses sujeitos coletivos indistintamente como atores-agentes:

Os sujeitos mais poderosos são as empresas transnacionais e organismos financeiros, que se consideram os agentes chaves do globalismo, embora a pressão dos Estados e até os movimentos sociais podem modificar suas condutas. O Estado por sua parte é agente no interior dos seus próprios marcos porque determina o acontecer sócio-político dos outros atores; porém, no cenário mundial-global, apenas é um ator que luta pela defesa de seus interesses ante o controle que exercem os agentes globais. No caso dos atores diferenciados, podem se transformar em agentes. Quando fortalecidos na sua identidade, organizam as suas ações de tal maneira que suas questões influem nas decisões do ator-Estado, como é o caso das novas elites empresariais da América Latina. Os opositores se manifestam continuamente para se converter em agentes, logrando o objetivo dos movimentos mais organizados, que influem nas políticas estaduais e até nos cenários globais.

A partir da observação da dinâmica da integração, construimos um mapa dos atores-agentes segundo: os principais espaços da sua ação, os interesses pelos que lutam e as influencias que obtêm.

O resultado foi a organização de três categorias que chamamos: atores-agentes Impulsores, atores-agentes Executivos e atores-agentes Diferenciados.

De maneira esquemática apresentamos assim:

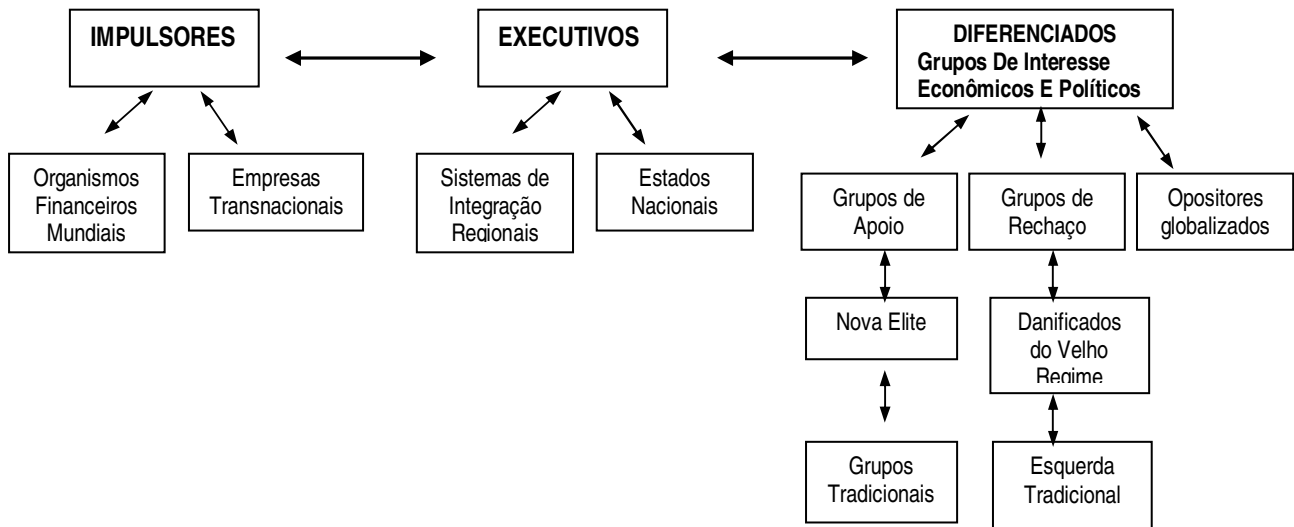


Gráfico 1- Categorias dos Atores-Agentes da Integração
Elaboração: Marta G. Loza Vázquez

Sua descrição geral é a seguinte:

2.2.3.1 Atores-agentes Impulsores: Empresas Transnacionais e Organismos Financeiros Mundiais.

São eles quem têm substituído a política de hegemonia mundial organizada mediante Estados, por critérios econômicos contundentes que marcam a nova dinâmica mundial. Adaptam redes complexas baseadas na tecnologia para unir ou excluir funções, pessoas e locais no mundo e assim desenvolver a industrialização e mercado com alta interdependência econômica.

As **empresas transnacionais** seguem a lógica do desenvolvimento capitalista, criando primeiro monopólios no interior de seu Estado nacional e, paulatinamente, com o apoio deste, transcendem fronteiras, formando grandes zonas de influência, a ponto de hoje serem imprescindíveis para os Estados nacionais. São agentes da globalização econômica, porque suas necessidades de matérias primas, correntes produtivas, expansão de mercados, e territórios estáveis para o investimento, tem motivado inicialmente a criação de regiões mundiais. Algumas dessas empresas são tão poderosas que constituem verdadeiras “formas-Estados”, cuja territorialidade se expande pelo

mundo e cujo governo é de altos executivos, tendo mais poder e orçamento que muitas nações convencionais. Além disso, suas políticas controlam populações condicionando-as por intermédio de necessidades criadas para venda dos seus produtos.

Estes agentes mantêm sua motivação – a ganância econômica - em fluxo constante, porque se incrementa tanto quanto se expande pelo mundo, e com expectativa de seguir crescendo. Desde seu nascimento, têm gerado uma consciência prática que não só pertence a eles, tendo-a convertido na racionalização do mundo. Ademais, sua consciência discursiva tem difundido os valores da ganância, da competição, da organização corporativa, da eficiência, características que têm substituído os valores públicos e coletivos do mundo pré-globalista.

Mas também não tem sido fácil a sua ação, porque existe uma competição pelo mercado mundial, razão que leva a investir com muito risco de perder enormes quantidades de dinheiro. Também é complexa a penetração de fronteiras sustentadas em regulamentos protecionistas, porém têm compartilhando parte de seus lucros com as elites político-econômicas dos Estados que admitem abrir seus mercados indiscriminadamente; antes, eram vistas como as grandes ameaças à soberania econômica das nações, agora, essas empresas são requeridas para a sobrevivência dos Estados.

Formam parte das regiões hegemônicas do Império, porque contribuem para a hegemonia dos centros periféricos e determinam a competição entre eles. Na América Latina, a força da indústria e da empresa transnacional estadunidense têm transformado as redes econômicas tradicionais, muitas vezes as substituindo, seja de maneira direta ou se associando com a empresa nacional. Assim, a regionalização continental no nível econômico se modula segundo os interesses e capacidade de expansão que as transnacionais desenvolvam.

Os **organismos financeiros mundiais**, por sua parte, são fundamentalmente o Banco Mundial BM, o Fundo Monetário internacional, FMI, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, surgidos dos legendários acordos Breton Woods; Além destes, surgida nos tempos da expansão globalista, a Organização Mundial do Comércio, a OMC. Todos eles fortaleceram sua presença no âmbito latino-americano quando impuseram os pacotes de políticas financeiras aos países da região como parte dos requisitos para a prorrogação de empréstimos e continuidade do crédito, como falaremos nos próximos capítulos.

A motivação destes agentes é preservar a regulamentação neoliberal globalista no mundo, porque há um convencimento que o fluxo do capitalismo guarda à ordem democrática. Baseiam-se totalmente no pragmatismo das ações econômico-financeiras, gerando uma sólida consciência prática difundida nas instituições estaduais e nas administrações empresariais. A sua consciência discursiva difunde os valores de uma filosofia utilitarista, dos valores de livre mercado, que se fossem violados, levariam o caos ao mundo, por isso, suas atuações são através de imposições, friamente calculadas.

Esses órgãos têm tanta influência mundial e continental, que quando os países não cumprem suas diretrizes, entram em conflito com as forças internacionais. Por isso, aplicam os chamados “Marcos Condicionantes”: mecanismos institucionais que restringem efetivamente as opções de políticas ao nível do Estado-nação (GRISPUN, KREKLEWICH, 1995, p.123), que nem sempre são imposições de fora, porque *“las elites nacionales manipulan tales obligaciones internacionales para imponer políticas, que de otra manera, no recibirían un apoyo general”* (GRISPUN, KREKLEWICH, 1995, p.123)

Fazem acordos *formais* ou *informais*, dependendo do que apareça ou não impresso num acordo legal. Como exemplo de acordo formal temos o “Condicionamento do FMI”. Como Informais temos as des-regulações financeiras. Também podem ser acordos *visíveis* ou *invisíveis*, dependendo da difusão clara ou não de seus efeitos: visível quando se explicam as seqüelas na inflação de uma medida sugerida pelo FMI, invisíveis quando há uma fuga de inversão a propósito de uma ação informal, mesmo que se descubra depois (GRISPUN, KREKLEWICH, 1995, p.123).

São, portanto, agentes fundamentais da ordem mundial atual, cujas decisões afetam até a vida cotidiana das populações. São, também, as únicas instituições verdadeiramente supranacionais que funcionam como tais, acima de qualquer outra organização que tente consolidar sua supranacionalidade, como a Organização das Nações Unidas.

2.2.3.2 Atores-agentes Executivos. Sistemas de Integração Regional e Estados Nacionais.

Estes são os atores-agentes que se encarregam de organizar e aplicar as políticas de produção, intercâmbio e comercialização entre as regiões. São dois atores coletivos: os Sistemas de Integração Regionais, criados especificamente para essa missão e os Estados nacionais, que, sendo a máxima instituição pública, tem como uma de suas funções a decisão e aplicação das políticas comerciais.

Referente aos **Sistemas de Integração Regionais**, fundados numa *consciência prática* da formação, aplicação e vigilância dos tratados comerciais e a normatividade que contêm, a sua motivação é a existência mesma da integração regional. A necessidade do intercâmbio comercial como estratégia prioritária para o desenvolvimento das regiões Latino-americanas sustenta a consciência discursiva dos SIR's.

Um SIR é o marco institucional formado a partir de códigos e tratados comerciais para organizar normas reguladoras e mediadoras entre Estados assinantes dos pactos de intercâmbio.

Criam zonas onde se adotam critérios comuns, fundamentalmente para o comércio entre países que compartilham características mínimas, sejam geográficas ou de interesse recíproco para uma execução efetiva.

O grande objetivo que contemplam no futuro é formar jurisdições governamentais supranacionais no interior das regiões, que sejam capazes de mediar interesses entre os países e grupos econômicos. Em outras palavras, constituir-se em instituições decisórias acima dos Estados, em matéria de intercâmbio comercial. Embora estejam longe de ter capacidade decisória definitiva, os regulamentos que têm criado fazem parte das bases que determinam as políticas comerciais dos Estados.

São, também, fortemente influenciadas pelos atores impulsores: as políticas do globalismo se fazem concretas quando se formam marcos institucionais como os SIR's, porém, os interesses dos Estados que os conformam, também têm um papel fundamental para formar a personalidade política e legal dos sistemas.

Isso se mostra nos “atores executivos SIR” que temos escolhido, o NAFTA e o MERCOSUL: ambos mantêm o padrão elementar da regulamentação globalista, condicionando-os a assumir características de subordinação – assunto que trataremos nos dois capítulos seguintes. Porém, como falamos em nossa introdução, há diferenças entre o tipo de integração que pretendem e o grau de subordinado respeito à hegemonia estadunidense de maneira particular.

O NAFTA é protótipo de modelo hegemônico dos Estados Unidos, segundo o comportamento que mantêm, no seu interior, com o sócio latino-americano, o México. Já o MERCOSUL, que associa apenas países latino-americanos, tenta ter mais autonomia em relação ao norte, segundo observamos nas iniciativas de fortalecimento da região mostradas nos últimos anos.

O Estado, como forma elementar de organização política, econômica e social, têm manifestado no seu interior as principais mudanças para possibilitar a regionalização. No marco do globalismo, o Estado latino-americano é o agente mais questionado pelo seu passado interventor da economia.

O estado que predominou, em boa parte do século XX, na América Latina teve pretensões de estado de bem-estar - conciliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social (DE LA GARZA, 1992, p.62) - mas o seu resultado foi qualificado como populista - de caráter demagógico, que defendia veemente às classes populares e deixava as grandes decisões para as oligarquias. Seria este estado que desenvolveu as políticas de integração regional da primeira etapa, 1960 a 1980: compromisso na defesa da soberania e da criação de uma região latino-americana forte frente às políticas econômicas dos centros hegemônicos. A crise fiscal, a politização das demandas e das proteções trabalhistas, a queda produtiva, o desemprego crescente, entre outros fatores que gerou,

junto às novas condições mundiais do globalismo, levaram o Estado a uma severa crise de legitimidade que trouxe seu enfraquecimento.

Hoje, o Estado aceita, às vezes indiscriminadamente, às condições das transnacionais, rompendo sua autonomia nas decisões, o que tem modificado substancialmente as relações sociais da população. Por outro lado, embora assine tratados de livre comércio e abertura, em diversas ocasiões o Estado se fecha nas negociações reais, assumindo medidas protecionistas que contradizem o próprio livre comércio.³²

Estamos diante de Estados-nacionais que se transformam, alguns cedendo mais às pressões dos centros hegemônicos. Mas, a motivação geral do Estado na América-Latina é manter a ordem institucional, o funcionamento sistêmico e a participação na ordem mundial, porém, com atitudes definidas para a mudança de estruturas. A consciência prática do Estado, em matéria de política comercial, é fazer aquelas transformações que facilitam a abertura, porém, não se mostram comportamentos homogêneos, porque a integração regional implica inversão e desenvolvimento desiguais, já que existem sub-regiões mais atrativas que outras para os capitais transnacionais.

Simultaneamente, o Estado têm uma consciência discursiva que tenta se manter como a instituição básica da tomada de decisões, mas, sendo modificado pelas pressões internas e externas do globalismo. Ainda é importante o seu registro passado como Estado social, que não lhe permite ceder totalmente às práticas da abertura econômica total, sendo essa a fonte da sua ambigüidade.

Particularmente, o México e o Brasil são os nossos “atores-agentes executivos Estados”, que refletem dois tipos de atitudes ante a integração, condicionadas pelos SIR's aos que pertencem. As características específicas dos atores executivos estão contidas nos capítulos 4, que fala do NAFTA e MERCOSUL, e 5, do Brasil e do México.

2.2.3.3 Atores-agentes Diferenciados: Grupos de Interesse.

São aqueles sujeitos organizados segundo os interesses de grupos diversos da sociedade civil. A sua identidade se define pela atitude ante as conseqüências do intercâmbio comercial regional, por

³² Existe uma forma de Estado proposta para regiões que alcancem um alto grau de interdependência econômica, o Estado Transnacional, uma nova organização política-institucional que ultrapassara os limites da configuração tradicional, um “não Estado nacional, não Estado territorial”, segundo palavras de Ulrich Beck, (1999, p.154) Este Estado se formaria para garantir a participação de agentes sociais que reivindiquem seus direitos além das fronteiras. O complemento político da integração econômica é conseqüência da tendência global da sociedade contemporânea: “los estados transnacionales se unen como respuesta a la globalización y desarrollan así su soberanía e identidad regionales más allá del ámbito nacional. Son pues, estados (sic) particulares e cooperativos” (BECK, 1999, p.186). Como tema de estudo se tem desenvolvido na Europa da CE.

consequência, é a categoria de atores mais diversa na integração, daí que os chamamos de “diferenciados”.

Contidos nos marcos do Estado nacional, a motivação geral de todos os grupos está em conseguir que seus interesses políticos e econômicos sejam contemplados pelas instituições estaduais, e que as estratégias oficiais se desenvolvam a seu favor. A consciência prática que desenvolvem surge do conhecimento do papel que cumprem na organização política. Assumem-se como atores que tem direito à informação, à organização e, sobretudo, à participação na tomada de decisões. A sua ação é fundamental para a construção de novos mecanismos democráticos, para modelar um novo espaço público e para definir, sobretudo, a ação civil.

De maneira específica, segundo a postura ante os processos de integração, e de como eles sejam considerados pelo Estado, aqueles grupos de interesse desenvolvem sua particular consciência prática. Os grupos melhor posicionados, no entanto, são os que compartilham o poder: as **novas elites** e, secundariamente, os **grupos tradicionais** têm a negociação direta com os governos, fazem parte dos poderes executivo, legislativo e judiciário, mas, também, sua comunicação com o Estado se dá através dos partidos políticos. Em certo modo, não têm uma necessidade de procurar sua legitimação na sociedade em geral, porque já têm a legitimidade do poder, portanto, apenas respondem a seus grupos particulares.

A consciência discursiva deles se expressa através das próprias ações das instituições estaduais, ou na atividade das empresas privadas que eles dirigem. Estes grupos de interesse têm uma elevada percepção de si mesmos que difundem abertamente, porque se consideram agentes indispensáveis para a sociedade em geral, a qual depende de suas atividades.

Já os grupos contidos na categoria de resistência, fazem da manifestação e protesto constante a base da sua consciência prática; a **esquerda tradicional** e os danificados do **velho regime** usam a ação dos partidos políticos e sindicatos como o meio fundamental de articulação. Mas são os **Opositores globalizados** que estão revolucionando as formas de fazer política.

Sobretudo a esquerda e os opositores globalizados, porque surgem das reações de defesa e demanda da cidadania, procuram a legitimação de toda a sociedade, buscando ações baseadas no consenso e em mecanismos democráticos. Há, em particular, uma necessidade dos opositores globalizados de construir um projeto novo de sociedade, porque eles surgiram com um claro distanciamento das instituições estaduais, e do esgotamento de partidos e sindicatos.

No campo da integração regional se concentram muitas das suas ações, pois, consideram o globalismo (e seus agentes impulsores) como um adversário direto, no mesmo nível de confrontação

que o Estado. A integração subordinada se converte em objetivo de sua luta, visto que ela representa a concretização da ordem capitalista sem fronteiras.

O discurso que sustenta a consciência discursiva desse grupos exalta certa autoridade moral, porque representam os excluídos e castigados pela ordem globalista e neoliberal. Como seu acesso ao poder é quase nulo, tentam manter a presença na opinião pública como forma de pressão, que se converte, assim, em fonte de legitimidade. Por isso, também, são os que melhor aproveitam as vantagens da rede comunicacional que permite a interconexão entre os que lutam como eles: a solidariedade e o fundamento da sua existência, para manter a conexão entre os movimentos.

Esse é o panorama dos atores-agentes da integração. Já o contexto, cuja lógica explicamos a seguir, diz que a dialética de relacionamentos que acontece entre grupos específicos vai formando espaços sociais que servem de referência para a ação de outros.

2.3 A leitura do contexto

Como falamos no início desta parte, as ações políticas dos atores precedem da consciência das suas próprias características identitárias e da interpretação sobre a situação em que se encontram. Em outras palavras, fazem uma leitura do contexto no qual desenvolvem suas estratégias. O contexto deve ser entendido tanto como o espaço e tempo específico imediato, quanto como uma situação mais ampla e influente.

Esse contexto amplo se forma do resultado de outras interações entre atores-agentes, que ficam como registro para as ações de outros, convertendo-se em uma referência causal. A referência contextual pode ter acontecido antes da situação que acontece, ou paralelamente a ela. A mútua referência dinamiza a integração em geral e o contexto se manifesta, assim como um cenário múltiplo formado dos vários níveis de participação de todos os atores-agentes, formando, sociologicamente, a *visão dos significados da integração* que determinará as ações racionais dos atores. Carregados dessas informações, cada ator estabelece o relacionamento com os demais, cujos resultados estarão incorporando, por sua vez, novos sentidos ao marco da integração.

Desse modo, as decisões dos atores-agentes impulsores, mesmo que estes tenham o poder mais amplo para determinar as políticas de integração, consideram as conseqüências para outros e, sobretudo, as reações políticas que possam afetar as suas decisões futuras. O mesmo acontece com os Estados e os Sistemas de Integração, que ficam atentos tanto ao contexto gerado pelos impulsores como pelos grupos diferenciados. Já estes últimos, fazem a sua leitura do contexto provocado pelos

atores antecessores e tentam , segundo o grau de participação nas decisões que tenham, influenciar a direção da integração.

Como o contexto permite observar as ações dos atores-agentes, nos próximos capítulos, expomos a dialética da integração, partindo dos atores-agentes impulsores, cujo espaço é o **Contexto Mundial** que prepara o marco mais abrangente para os outros. Usamos o caminho dedutivo para uma melhor organização da nossa proposta de análise dos atores-agentes, sem que isto signifique diminuir a importância das ações de atores mais localizados e de sua influência na dialética da integração.

Identificamos dois sub-cenários gerados pelas ações dos impulsores da integração: um, onde se desenvolve o fenômeno amplamente conhecido como globalização, que nos propomos especificar como globalismo; o segundo, que resulta de suas imposições diretas na América Latina, é o cenário da Integração subordinada.

As ações dos atores-agentes executivos da integração formam o **Contexto Regional**, pois nele se percebem os resultados da integração organizada pelos atores NAFTA e o MERCOSUL, e os Estados do México e Brasil, concentrados em duas regiões continentais.

O globalismo e a integração subordinada, que se materializam nas ações de NAFTA e MERCOSUL, com a intermediação dos dois Estados chaves, cobre os relacionamentos entre os atores-agentes diferenciados, formando o **Contexto Imediato**.

3 GLOBALIZAÇÃO. UMA REINTERPRETAÇÃO DESDE O PAPEL DOS ATORES-AGENTES.

Em uma manhã de sol, aviões domésticos de passageiros transformam-se em mísseis balísticos intercontinentais, tecendo novas relações transnacionais e explicitando outras, antes pouco evidentes. (IANNI, 2003, p.21)

Este é o primeiro cenário criado pela dialética dos atores-agentes impulsores: Empresas Transnacionais e Organismos Financeiros Mundiais. A sua hegemonia é regularmente chamada de *globalização*, que, ainda sendo um conceito muito amplo, fica definido segundo os seus interesses econômicos. Decidimos definir esse contexto mundial sobre a redefinição dos conteúdos que usualmente se utilizam sobre o termo.

O conceito *globalização* faz parte da vida cotidiana. É superexposto pela mídia, que repete mecanicamente: *globalização* é motor das mudanças. Em parte criado pelas poderosas relações comerciais do capitalismo contemporâneo, interpreta-se geralmente pelas conseqüências do neoliberalismo, e se explica através fundamentalmente do seu conteúdo econômico, o que também aparece como um poder irreversível. Mas, a *globalização* exhibe outros componentes igualmente válidos, por isso pensamos necessário escrever sobre a variedade temática que mostra.

Três observações metodológicas intervêm na construção de um conceito amplo de *globalização*: 1. As suas acepções variadas podem ser comparadas, possibilitando a objetividade e enriquecimento do conceito. 2. Embora esses significados compartilhem elementos básicos, não existe uma atitude “neutral” sobre *globalização*, porque há um matiz específico do observador que depende do seu posicionamento. 3. A formação do conceito deve atender os conteúdos ideológicos dos atores que o interpretam, porém, distinguindo o sustento ideológico da ortodoxia.

Conforme essa atitude metodológica, consideramos básica a proposta do sociólogo brasileiro Octavio Ianni, que diz que *globalização*, pelo fato de ser um conceito tão amplo, dependendo das necessidades a estudar, permite criar *metáforas* segundo os enfoques que estudam o fenômeno. Em nossa tese, decidimos procurar a *metáfora* da *globalização* que reflete o jogo dos atores impulsores da integração, e ao mesmo tempo, formar uma outra mais abrangente que separe o domínio do neoliberalismo mundial do conceito, assinalando aqueles seus componentes úteis no estudo do social na globalidade.

3.1 O prisma da globalização.

O conceito é constante nas produções das Ciências Sociais nos últimos anos. Embora algumas retomam definições, a tendência é oferecer novos conteúdos, de frente à complexidade da globalização.³³ Pensamos que em todas as suas expressões se reflete a etapa em transição histórica que hoje vivemos, como Immanuel Wallerstein nomeou, o cenário dos últimos 35 anos da história mundial.³⁴ Coordenadas numa escala mundial, as mudanças nas atividades humanas fazem da globalização uma construção ideal e *em processo contínuo de formação*, mais que um conceito concreto referido a um só fato determinado, e por isso, difícil para se definir.

Começou-se a delimitar a globalização a partir dos conteúdos tecnológicos das comunicações, de onde surgiu, mas, foi-se definindo, segundo os elementos comerciais de corte neoclássico, a partir da transformação econômica e tecnológica, que modificou profundamente as estruturas nacionais a favor da abertura comercial. Há, com isso, uma mutação social e política motivada pela agressividade do neoliberalismo exercido pelos organismos financeiros e empresas transnacionais, que, apesar da sua contundência, não pode usurpar todo o significado que a globalização traz.

Assim, como vivemos uma nova sociabilidade dentro dos marcos do Estado-nação que constroem a sociedade emergente, pensamos que também na escala mundial se configura uma diferente sociabilidade, que tenta responder às alterações da ordem tradicional,³⁵ cujos eixos eram o relacionamento internacional e a bipolaridade. A globalização se forma por todas as mudanças, as econômico-comerciais, as sociais e culturais e as geopolíticas, que desmantelam a ordem acostuada,³⁶ por isso foi ficando no *inconsciente coletivo* como conceito associado a uma incerteza geral, mas, que não deve se ver como um processo de transição histórica.

Especificamente na academia, que analisa os seus conteúdos de transformação e identifica seus variados elementos, o conceito globalização gera polêmica. Pensamos, desse modo, ser conveniente definir nossa postura a respeito das correntes de interpretação que surgem.

³³ O livro de Otavio Ianni, *Teorias da Globalização* (2002a), é uma referência que oferece a panorâmica das correntes interpretativas do termo, mostrando a armação da globalização a partir de suas manifestações econômicas, políticas e culturais.

³⁴ Interpretação derivada segundo a teoria do “Sistema Mundo”, desenvolvida na sua obra principal: *O Moderno Sistema Mundial*, aparecida em 1974.

³⁵ Para Giddens essa transformação é um processo de abandono, desincorporação e problematização da “tradição”, a dizer, rompimento com a lógica de instituições modernas; “*A vida em uma sociedade pós-tradicional*”, artigo da compilação *Modernização Reflexiva* (2001) e de seu livro *Em defesa da Sociologia*, (2001b)

³⁶ Pensamos que os conteúdos do desmantelamento e as fontes do desconcerto se concentram em três cenários: o vacilante *Estado-Nação*, uma *Ordem Mundial* diferente à bipolar e a *criação de uma nova Sociabilidade baseada na Identidade* (que hoje tem muita força)

3.2 Definindo posturas e conteúdos.

Identificamos nas Ciências Sociais certas interpretações que têm desenvolvido posturas contundentes, sejam de resistência ou aceitação à globalização, que acabam fazendo uma análise negligente diante a complexidade do processo.

3.2.1 As interpretações acadêmicas

a) De diretriz pessimista, uma primeira corrente que pode se qualificar como tendência *cética de esquerda*,³⁷ baseada nas conseqüências negativas do modelo neoliberal sobre economias fracas, é a dos produtores não incorporados ao processo e, sobretudo, das populações pobres que sofrem as piores implicações. Embora coincidamos com seu balanço negativo, pensamos que associar a globalização só com o conteúdo econômico hegemônico, como se fosse um dos “cavaleiros do Apocalipse”, não aporta um panorama objetivo porque nega outros conteúdos e caminhos que tem desenvolvido.

b) Uma variante desta tendência considera que a globalização é um resultado linear do desenvolvimento do capitalismo, protagonizado ainda por Estados nacionais poderosos, que continuam sendo autônomos e independentes entre si. Consideramos que há também uma realidade global, com parâmetros supranacionais³⁸, por isso não concordamos com estas interpretações dirigidas apenas à ordem internacional. Pensamos, também, que a defesa da ordem estadual hoje pode justificar práticas nacionalistas superficiais, instituições autoritárias e verticais, e, portanto, excludentes.³⁹ A globalização está marcada pela supranacionalidade, embora em construção, mas que vai se tornando muito real.

³⁷ Retomamos as categorias expostas pelo professor Marco Aurélio Nogueira na disciplina *Globalização, Estado e Sociedade Civil. Temas e Problemas de Teoria Política*, curso de pós-graduação, FCLAr, UNESP, março-agosto 2002; segundo as propostas do livro de Held e Mc. Grew (2001) “Prós e contras da globalização”. Já Giddens no primeiro capítulo de “Um mundo Desbocado” (2000, p.19-31), fala da tendência dos “céticos da globalização”.

³⁸ Sobre se o capitalismo nasceu sendo global, alguns analistas, por exemplo, Samir Amin (Imperialismo e globalização, *La insignia*, junho 2001) ou Ruy Mauro Marini, (1993), estabelecem que a época atual, no fundo, não traz nada novo, porque desenvolve a mesma exploração e expansão desde o início. Concordamos que o capital sempre tendeu a se expandir, buscar territórios para obter mercadorias, depois matérias primas, mão de obra e agora também mercados e investimentos, porém, a discordância fundamental é que os processos se davam em marcos delimitados pelas nações, com maior soberania e autonomia que os dias de hoje. Como coincidem autores como Ianni (2002a, 2002b), Castells (2000) e Giddens, (1991, 2000, 2001b), formou-se uma vasta rede de informações compartilhadas que permite coincidir, em um só tempo, dinâmicas do capital espalhadas pelo mundo, facilitando a formação de instituições supranacionais financeiras e comerciais que estão ficando paulatinamente mais fortes que as nações, o que tem logrado o rompimento de soberanias econômicas, esgotando uma parte fundamental do Estado-nação, por isso o capitalismo atual desenvolveu a sua característica globalizadora, ou melhor, globalista, fim fundamental que se explicará mais na frente.

³⁹ Como exemplo das conseqüências da defesa do nacionalismo, estão os efeitos na identidade do índio e do mestiço pobre no México: o discurso dominante do Estado-nação assinala que os piores momentos vividos por eles se deram só durante a Conquista e na Colônia. O mesmo oculta que foram as políticas desde o nascimento do Estado-nacional (1824), que estandardizaram a cultura, desconhecendo e marginalizando as diferentes etnias. Em sua fase de nacionalismo-revolucionário (depois de 1924), o discurso se ufanou por preservar os valores de índios e mestiços, chegando a utilizar

c) Posicionando-se do outro lado, observamos posturas “apologéticas de direita”, que exaltam a irreversibilidade do processo globalizador interpretados sob os critérios da famosa proposta de Francis Fukuyama,⁴⁰ que viu como fato a expansão totalizadora e homogênea do capitalismo global, inibidor das soberanias nacionais. Embora nós reconheçamos a existência do avanço supra-nacional da sociabilidade, isso não significa concordar com estes critérios, que segundo nosso parecer, são conceitos neofuncionalistas e acríticos que concretizam, na academia, na política e na administração, a hegemonia neoliberal que responsabiliza o Estado pelos males da sociedade.

d) Confrontada também com o Estado, encontramos a postura dos “apologéticos de esquerda”, que enfatizam a importância da mobilização planetária e o surgimento de uma sociedade civil global, cuja expressão mais evidente são as manifestações *globalifóbicas* (das que falaremos na parte 7). A sua razão de existência é a globalidade política através da mobilização contra os males da globalização econômica. Convergem, aqui, analistas e militantes das posturas mais diversas da esquerda tradicional e grupos de uma nova militância supranacional, os opositores globalizados, como os conhecidos “macacos brancos”, ou ecologistas radicais.

Apesar da sua capacidade de mobilização, estas expressões massivas estão fundamentadas na espontaneidade. Seriam, todavia, reações mais de defesa e embate, ainda com carência de objetivos claros: “não sabem a quem reivindicar e como influir na alteração mais ampla do processo global” (DUPAS, 2005, p.30)⁴¹ Existiria uma ansiedade por encontrar um novo sujeito de mudança, único e certo que teria capacidade, nas condições atuais, de derrotar o neoliberalismo.

e) Uma outra interpretação altamente acadêmica, que provém da teoria política é representada pela obra de David Held (1999), que aspira à formação da chamada *Sociedade Cosmopolita Mundial*, baseada no exercício global de uma “bateria de direitos”, protegida por instituições supranacionais. A primeira aspiração é constituir em toda Europa uma institucionalidade segundo o marco da Comunidade Européia, que posteriormente poderia se expandir pelo mundo.

como componentes da identidade nacional seus traços de pobreza e exclusão. Esse nacionalismo exaltado nas datas oficiais pelos governos (até os de direita conservadora, desde 1989) mostra a falta de um sentido responsável do nacional e que não se limita às elites mexicanas. Como todos os Estados de pretensões de bem-estar e que criaram o modelo populista, o que fizeram, no final, não foi outra coisa que aumentar a reverência popular a uma ordem patrimonialista. Estudos importantíssimos como *México Profundo* do antropólogo Guillermo Bonfil Batalla, *El laberinto de la soledad*, de Octavio Paz e para o caso do índio peruano, a obra de José Carlos Mariátegui, especialmente *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*, seriam evidências do anterior.

⁴⁰ Revelou-se como apóio a esta postura o ensaio de Francis Fukuyama “El fin de la historia y el ultimo hombre” (publicado na Revista Vuelta, México: 1993, do original em inglês “The end of History and the Last Man”, New York: Free Press, 1992), em que, por um lado, o enfraquecimento das nações autoritárias de Europa Oriental, e a débâcle da oposição socialista ao interior das nações, abriu-se a marcha do poder capitalista liberal sobre o globo.

⁴¹ Pensamos que a falta de objetivos totalmente claros é própria das incertezas; a violência desenvolvida por estes grupos é em termos filosóficos a resposta à insegurança, e no imediato responde à própria violência estrutural e a repressão direta dos corpos repressivos dos governos. José María Gómez (2001), assinala que o movimento trans-nacional é resultado de um processo de convergências, todavia em formação.

Também as obras de Ulrich Beck (1998, 2000, 2001) e Anthony Giddens (1991, 2000), refletem a confiança numa ordem pós-moderna. Este último autor, no livro *Un Mundo Desbocado*, diz, referindo-se à Europa Ocidental e especificamente à Grã Bretanha: “*Somos la primera generación que vivimos en esa sociedad [...] más bien emergiendo de una forma anárquica, casual, estimulada por una serie de influencias*” (GIDDENS, 2000, p.31), postura que toma forma na sua famosa “Terceira Via”.

Pensamos que embora no velho continente tenham começado a se desenvolver instituições supranacionais, os Estados nacionais são a referência fundamental, e além disso, uma sociabilidade não pode se repetir fora dos seus espaços e tempos sociais.⁴² São interpretações que, segundo nosso ponto de vista, fortalecem tendências eurocentristas com uma criticável prática política, que embora pretende apoiar a criação de regimes democráticos através de justificativas teóricas sistemáticas e politicamente corretas, acaba por desqualificar maneiras diferentes de sociabilidade, aquelas fora do contexto ocidental⁴³: propõe um modelo de liberalismo ético fundamentado no *individualismo metodológico*, contraposto a uma *lógica social coletiva*, base de uma outra solidariedade, antiga base da sociabilidade de outras latitudes e populações, como na América Latina.

Depois de fixar nossas posturas sobre as interpretações da globalização, procuramos agora os conteúdos para fazer nossa própria explicação do conceito. Reconhecendo seu forte conteúdo econômico, existem também elementos da sociologia, da ciência política, da antropologia, até da psicologia, que formam conceitos para uma sociedade complexa.

⁴² As análises sobre o Estado supranacional e a sociedade cosmopolita faz parte apenas de uma proposta política. Sem embargo, reconhecemos que estas teorias trazem uma importante contribuição metodológica para a compreensão do mundo atual pensado como uma coletividade global, mas a sua análise se basearia num contexto sócio espacial específico, “de Europa para o mundo” poderíamos dizer, como se percebe nos casos de Giddens e Beck. A obra de Antonio Negri e Michel Hardt resumida em *Império* (2001), também apostaria por uma coletividade mundial, só que considerando que, contextos do mundo castigado por um império mundial (potências hegemônicas), gerariam uma espécie de sociedade civil global, ainda sem organização clara chamada de *multidão*. Consideramos que Manuel Castells é mais específico a respeito dos contextos diferenciados. Embora tenha a influência européia, tem construído suas interpretações valendo-se de relações, poder-se-iam chamar de “dialéticas”, entre o local - nacional - global, cruzado-as com sua idéia de Sociedade Rede.

⁴³ É lamentável que essas interpretações justifiquem ações bélicas que não só destroem regimes políticos, também assassinam populações. Não pode se exonerar dessa responsabilidade, a Anthony Giddens como assessor político do Primeiro Ministro da Grã Bretanha, mesmo que seja, como sociólogo, uma figura importante no teórico-metodológico. É uma situação que aceitamos polêmica, porque as interpretações políticas obviamente têm suas raízes em uma construção metodológica. Contudo, defendemos nossa opção por duas justificações: o marco teórico-metodológico proposto, a Teoria da Estruturação, de 1984, (usamos a edição em espanhol de 1998), é resultado de seu análise comparando três clássicos: Marx, Weber e Durkheim, de onde vem seu estudo da intersecção entre ação-estrutura, importante para este estudo; como sociólogo, Giddens é altamente reconhecido e inovador. Em segundo lugar, no seu análise da situação mundial em transição, se sustenta na existência de uma realidade supranacional que atua juntamente com os Estados nacionais. Não coincidimos com a proposta política da terceira Via, porque não acreditamos que seja realista para nossas sociedades latino-americanas.

3.2.2. O ponto de encontro: a economia neoliberal na globalização.

O conceito globalização foi saindo da marginalidade filosófica humanista⁴⁴ quando se começou a utilizá-lo a mais de trinta anos nos estudos de comunicação. Mas, também ultrapassou esse espaço e paulatinamente se dirigiu ao domínio econômico, porque as comunicações interconectadas mediante uma sofisticada tecnologia, evidenciaram uma grande utilidade para as atividades econômicas. Início, assim, uma estreita relação entre comunicações e a organização política-administrativa pós-keynesiana. (CASTELLS, 2000, 1999b; GÓMEZ, 2000, IANNI, 2002a, 2002b)

Menciona, Otavio Ianni, que a união comunicação-economia criou as metáforas das *economias mundo* para explicar a globalização, (2002a, capítulo 2) a qual, nos anos sessenta, originalmente, foi proposta por Fernand Braudel com o nome de **economia mundial** e retomada posteriormente por Immanuel Wallerstein sob o nome de **sistema mundo**.

Na maior parte do século XX, predominou o modelo de Keynes, com Estados-nacionais exercendo preeminência normativa e administrativa planejada e semi-centralizada do poder público sobre os assuntos econômicos. Para os anos de 1970, esse velho padrão estava levando ao colapso as economias mundiais, porque as empresas multinacionais e os organismos financeiros exigiam, para funcionar e crescer, maior liberdade de ação. Sua forma de pressão foi deixar de apoiar economias baseadas no modelo antigo. Apresentariam-se assim as crises econômicas e políticas dos Estados que se mostravam inoperantes (BECK, 1998, p.13-23; CASTELLS, 2000, p.23-92; IANNI, 2000a, 2000b)

A nova geração de empresas, organismos e agentes administradores, que são também os atores-agentes impulsores da integração, na sua intenção de participar supranacionalmente sem limites, radicalizaram o mercado se auxiliando da tecnologia e da comunicação. A era da informação satisfaz os dois imperativos do capital: a necessidade *espacial* - converter-se em um só pelo mundo, integrando-se além dos limites nacionais; e a necessidade *temporal* - atuar em compasso com os ritmos e regras do comércio aberto. Ambas tendências tentariam fechar o círculo, expandir-se pelo mundo todo em um só tempo, criar uma grande bolha (CASTELLS, 2000)⁴⁵

⁴⁴ Surgiu desde 1944 no campo da cultura humanista, marginalmente utilizada nos anos sessenta associada também ao conhecido termo “aldeia global” nas comunicações, porém, com a conotação atual associada à economia nos anos oitenta, segundo José María Gómez (Cf, 2000, p. 18 e 19).

⁴⁵ Acreditamos que esta é a utopia irrealizável da globalização econômica, criar uma unidade temporal e espacial expandida no mundo todo, onde os Estados nacionais deixariam de exercer soberania para administrar os territórios. A solução de controvérsias entre empresas multinacionais seria por consenso e o jogo de livre mercado acabaria satisfazendo necessidades básicas, evitando a ação de atores sociais obstaculizadores. Pensamos que o discurso hegemônico faz aparecerem estes planos como fatos reais, mas são princípios contraditórios, porque os que primeiro se fecham à abertura total são os próprios Estados nacionais hegemônicos e as empresas multinacionais teriam que acabar com sua tendência ao monopólio que vai contra a livre competência. No final, como Castells diz, o capitalismo tem logrado essa integração em alguns espaços, porém provoca desastres em outros, que constitui a maior evidência do seu fracasso essencial, porque jamais logrará a homogeneidade funcional do capital no globo (2000, p.124-25)

As perspectivas acadêmicas críticas ou apologéticas coincidem tanto que os processos econômicos atuais respondem a uma faceta nova do sistema capitalista desenvolvida a partir da crise do modelo keynesiano, conhecida como globalização.

Os analistas latino-americanos opositores contribuíram para a explicação do processo econômico hegemônico. Por exemplo, o sociólogo latino-americanista Alejandro Dabat definiu já em 1994: “*Vivimos una etapa de capitalismo informático y global en proceso de constitución [...]*”, a dinâmica comercial tem ultrapassado os marcos do Estado-nação e tende a “[...] integrar en un solo circuito de reproducción del capital global, espacios complementares [...]”. Portanto, quanto maior o envolvimento com o comércio global, através do mecanismo da integração (DABAT, 1993, P.21), maior a possibilidade do desenvolvimento econômico atual das nações.

Em 2001, o economista brasileiro Gilberto Dupas, associa globalização com mundialização sócio-econômica, porém dando-lhe importância à tecnologia comunicacional:

[...] desde já, é preciso enfatizar que esse processo não é novo. Mais ganhou características inusitadas e um assombroso impulso com o enorme salto qualitativo ocorrido nas tecnologias da informação. Essas mudanças permitiram a reformulação das estratégias de produção e distribuição das empresas e a formação de grandes networks. A forma de organização da atividade produtiva foi radicalmente alterada para além de busca apenas de mercados globais: ela própria passou a ser global (DUPAS, 2000, p.2).

A globalização econômica neoliberal se manifesta em vários níveis de estratégias que a mídia acompanha e, em geral, tenta justificar. Há *estratégias de longo alcance*, que mostram os mais amplos elementos da globalização: a aceleração tecnológica em comunicações; as ações em campos determinados das empresas e as finanças transnacionais; o crescente papel dos organismos financeiros internacionais; os reajustes econômicos e as políticas de integração regionais e sub-regionais (que serão tratados no próximo capítulo).

Na difusão da mídia hegemônica, estas estratégias apareceriam como benéficas: oportunidades de participação tão grandes como as próprias capacidades que se consigam desenvolver; solução dos prejuízos gerados pelo Estado burocrático ou, com certo esboço de crítica, como um mal necessário.

No plano estratégico seguinte, estariam as *políticas econômicas neoliberais*⁴⁶, que segundo o economista mexicano, José Carlos Valenzuela são:

⁴⁶ Al igual que o término globalização, o *neoliberalismo* seria outro conceito complexo, porque “...desde el punto de vista teórico abarca varias perspectivas, no siempre coincidentes...” estabeleceria o pesquisador mexicano, Enrique de la Garza, hasta donde conocemos, uns dos primeiros especialistas em estudar os impactos do neoliberalismo em economias debilitadas a partir dos argumentos da filosofia econômica. No artículo “*Neoliberalismo y Estado*” (1992) resume as correntes fundadoras, diz que as mais ilustrativas poderiam ser *A Escola de Chicago*, a mais influente em políticas econômicas concretas, com sus posturas neo-positivistas elaboradas sobre todo por Milton Freedman; *A Escola Austríaca* de sofisticadas propostas epistemológicas baseadas em fatos empíricos ‘incontrovertíveis’ que demonstrem, segundo eles,

[...] i) *reducción del gasto y del déficit público*; ii) *congelamiento de salarios nominales*; iii) *liberación de precios*; iv) *restricciones crediticias y elevación de la tasa de interés*; v) *devaluación y liberación del comercio exterior, etc* [...] (VALENZUELA, 1992, p.9)

Na América Latina seriam impostas a partir da crise da dívida externa. A mídia, neste caso, as justifica argumentando também o “saneamento” econômico.

As *políticas estruturais* seriam uma outra categoria de estratégias: a substituição de investimentos seguros de longo prazo e compromissos específicos por missões e acordos virtuais que podem se desfazer diante mostras de instabilidade; junto à especulação financeira, significariam quebras de mercado e desestabilização econômica. Apoiadas em decisões que tentam fortalecer a estrutura macroeconômica, desatendem outros componentes sócio-econômicos, provocando a exclusão, o traço mais característico.

A mídia apresenta os resultados negativos como *conseqüências lógicas* da necessária transformação radical da economia. O Estado interventor e a sua ordem social-nacionalista aparecem como origem dos problemas.

O saldo mais grave se reflete na vida cotidiana das populações. O saneamento macroeconômico exclui atividades e atores de produção incapazes para afrontar a competência, gerando desemprego e conseqüentemente aumentando a pobreza. Apresentam-se também os cortes no orçamento do setor social, tornando insuficientes os serviços de saúde, educação e de outras áreas públicas. Em decorrência da crise social, estariam se consolidando redes de delinquência organizada, tanto local como transnacionais. A partir dessas implicações negativas, os estudos críticos têm construído o universo simbólico da dominação globalista.

A exclusão social é parcialmente apresentada e, quando se difunde a opinião oficial, promovem-se os programas governamentais ou cifras que demonstrariam sua suposta efetividade se

o inviável e indesejável do coletivismo. A *Escola Virginiana* o do *Public Choice* que se declara a favor da racionalidade, o construtivismo e o contratualismo, nas quais a criação de instituições novas superam os vícios do estado burocrático e ajudam às ações individuais; por último os chamados *Anarco capitalistas*, que buscam fundamentos éticos ao neoliberalismo, baseados na “natureza humana” e criticam o excesso economista dos diversos Estados neoliberais. Assim, o conteúdo do neoliberalismo em geral dependeria do contexto específico donde se aplicarem as estratégias e segundo o problema por resolver, seria a opção teórica elegida.

exaltando ademais, a assistência privada. Como complemento, há uma super-exposição do ambiente violento, pedindo castigos severos e associando-o com condutas individuais.

3.2.3 Marcando diferenças: *Globalismo* não é Globalização

Mantemos que a globalização vai além de ser mais uma etapa do capitalismo voraz. O sociólogo alemão, Ulrich Beck, em *¿Qué es la Globalización?*⁴⁷, reconstrói criticamente o conceito, e tenta, a partir da lógica sócio-política, demonstrar que a globalização reflete relações sociais múltiplas. Retomando inicialmente as características neoliberais do processo, principia a definição assim:

(globalización) [...] Significa también ausencia de Estado mundial; más concretamente: sociedad mundial sin Estado mundial y sin Gobierno mundial. Estamos asistiendo a la difusión de un capitalismo globalmente desorganizado, donde no existe ningún poder hegemónico ni ningún régimen internacional ya de tipo económico ya político (BECK, 1998, p. 32)

Podemos encontrar nesta descrição o elemento geopolítico: quando fala de *sociedade mundial sem Estado mundial*, expõe a tendência agressiva do capitalismo global para destruir formas que obstaculizem a sua expansão, e que gera a própria desestabilização da ordem tradicional da modernidade, porque a globalização hegemônica desmantela Estados nacionais na sua soberania econômica, embora se mostre incapaz de formar uma nova organização com poder contundente.⁴⁸

Beck continua sua definição de globalização ressaltando a relação entre agentes sociais do cenário mundial:

[...] la globalización significa los procesos en virtud de los cuales los estados nacionales soberanos se entremezclan e imbrican mediante actores transnacionales y sus respectivas probabilidades de poder, orientaciones, entramados varios (BECK, 1998, p.29)

Prossegue se referindo aos elementos sócio-culturais:

[...] se puede describir como un proceso (antiguamente se habría dicho: como una dialéctica) que crea vínculos y espacios sociales transnacionales, revaloriza culturas locales y trae a un primer plano terceras culturas (BECK, 1998, p.30).

⁴⁷ Consideramos esta como uma obra importante para ajudar a definir o conceito, porque aporta os primeiros conteúdos incorporando teorizações diversas. Coincidindo com Ianni, propõe a sistematização destes fenômenos para criar uma *Sociologia da Globalização*.

⁴⁸ Entre a teses de Beck e a de Antonio Negri e Michael Hardt propostas em *Império* (2000) se percebe uma diferença sutil, mas interessante: os três coincidem em dizer que ainda não existe uma figura de Estado-mundial, mas para Beck também não há um poder hegemônico claro, enquanto Negri e Hardt afirmam que existe sob a forma de um Império, formado por uma hegemonia compartilhada pelos Estados atuais mais poderosos.

O resultado é um conceito que coloca a globalização como um processo que se inicia nas dinâmicas econômicas e se expande como produto de relações geopolíticas em um jogo de agentes mundiais que emergem desde suas singularidades culturais e conseguem criar espaços comuns.

Ultrapassando as definições clássicas de globalização, Beck aporta os elementos sociológicos ao tema. Explica que a significação social do conceito é possível graças à *globalidade*, uma dinâmica estudada pela sociologia. Parafraseando o autor, a **globalidade** é uma tendência social profunda e histórica do movimento dos grupos humanos em direção ao contacto contínuo (BECK, 1998, p.28).⁴⁹

Nestes tempos, expande-se ainda mais, porque é mais fácil transpor as fronteiras do Estado-nação. Afirma-se, assim, a irreversibilidade do processo, facilitando relações múltiplas e recíprocas entre as distintas dinâmicas:

Existe una afinidad entre las distintas lógicas de las globalizaciones ecológica, cultural, económica, política y social, que no son reducibles ni explicables las unas a las otras, sino que antes bien, deben resolverse y entenderse a la vez en sí mismas y en mutua interdependencia (BECK, 1998, p.29)

É possível também criar análises locais, nacionais e mundiais, numa situação de transição e sob uma visão crítica:

La globalidad nos recuerda el hecho de que a partir de ahora, nada de cuanto ocurra en nuestro planeta podrá ser un suceso localmente delimitado, sino que todos los descubrimientos, victorias y catástrofes afectarán a todo el mundo y que todos deberemos reorientar y reorganizar nuestras vidas y quehaceres, así como nuestras organizaciones e instituciones, a lo largo del eje "local-global [...]" (BECK, 1998, p. 30)

Beck adverte que a globalidade tem sido manipulada pelos grupos hegemônicos para difundir sua própria percepção da história: o discurso dominante difunde que graças à tendência expansiva do capitalismo deu-se o contacto entre sociedades, processo que não acontecia com igual força em outros modos de produção. A *ocidentalização* é um modelo expandido pelo mundo todo e termina sendo o grande aporte do comércio à humanidade, ficando como eixo da sociedade o motor do mercado. Sem embargo, a história mostra como outras civilizações expandiram sua economia, cultura, e sociedade em vastas regiões do mundo (a tendência dos impérios mundiais, como recapitulam Hardt e Negri).

O interesse do autor é ressaltar que ainda que a globalização econômica neoliberal seja o processo de expansão atual do capitalismo e parte muito importante na transição histórica atual, não seria a única tendência global. Para evitar a confusão de associar o conceito globalização com o

⁴⁹ A tendência à globalidade estaria assim afirmando que as relações sociais têm uma disposição a transpassarem fronteiras, não só o capital. *Globalidade* está diretamente ligada a outro conceito sociológico fundamental: *Sociabilidade*.

conteúdo exclusivamente econômico neoliberal, Beck propõe o termo diferenciador de **globalismo**.

Diz:

Por globalismo entiendo la concepción según la cual el mercado mundial desaloja o sustituye al quehacer político; es decir, la ideología del dominio del mercado mundial o la ideología del liberalismo. Ésta procede de manera monocausal y economisista y reduce la pluridimensionalidad de la globalización a una sola dimensión, la económica, la dimensión que considera asimismo de manera lineal, y pone sobre el tapete (cuando, y si es que, lo hace), todas las demás dimensiones –las globalizaciones ecológica, cultural, política y social– sólo para destacar el presunto predominio del sistema de mercado mundial [...] El núcleo ideológico del globalismo reside más bien en que da al traste con una distinción fundamental [...] entre política y economía. La tarea principal de la política, delimitar bien los marcos jurídicos, sociales y ecológicos dentro de los cuales el quehacer económico es posible y legítimo socialmente, se sustrae así a la vista o se enajena (BECK, 1988, p. 27)

Octávio Ianni também utiliza o termo para definir o neoliberalismo mundial: como resultado histórico do capitalismo, criado a partir de critérios econômicos da produção e de uma nova divisão transnacional do trabalho, o liberalismo se transformou em neoliberalismo assumindo sua característica hegemônica e, portanto, em modelo dominante (IANNI, 2000b, p.183). Porém, diferente do globalismo de Beck, essas características econômicas não ficam só como componentes da globalização, para Ianni faz parte da metáfora de “fábrica-global”, para explicar que o capitalismo globalizado se constituiu em “[...] uma configuração abrangente, complexa e contraditória na qual se inserem as práticas e os imaginários de uns e outros, em todo mundo [...]” (IANNI, 2000b, p.216), formando uma configuração sócio-histórica própria:

[...] no âmbito da qual se movem os indivíduos e as coletividades, ou as nações e as nacionalidades, compreendendo grupos sociais, classes sociais, povos, tribos, clãs e etnias, com as suas formas sociais de vida e trabalho, com as suas instituições, os seus padrões e os seus valores [...] tais como o feudalismo e escravismo antigo, tanto quanto o mercantilismo, o colonialismo e o imperialismo, ou capitalismo ou o socialismo (IANNI, 2002b, p.183)

Nós tomamos os critérios de Beck para demarcar como globalismo o lado econômico hegemônico da globalização, porque esta tem mais conteúdos, como assinalam outros autores.

Giddens diz que a globalização “[...] es política, tecnológica y cultural, además de económica [...]” (GIDDENS, 2000, p.23); implica riscos e incertezas que afetam a todos, derivados da tecnologia e a ciência, assim como das apostas inovadoras da economia globalizada; “[...] es una serie compleja de procesos, y no uno solo. Operan también, de manera contradictoria o antitética [...]” (GIDDENS, 2000, p.25). Desde o campo das representações, estabelece: “La globalización está reestructurado nuestros modos de vivir y de forma muy profunda [...] influye en la vida diaria tanto como en los acontecimientos que se suceden a escala mundial [...] la sexualidad, el matrimonio e la familia [...]” (GIDDENS, 2000, p.17)

Para Manuel Castells a globalização é uma formação historicamente nova, começada no final dos anos sessenta e meados dos setenta, quando convergiram três processos independentes: a revolução da tecnologia da informação; as crises econômicas e posteriores reestruturações do capitalismo e do estadismo e o desenvolvimento de movimentos sociais e culturais como os anti- autoritários, de defesa dos direitos humanos, o feminismo:

La interacción de estos procesos y las reacciones que desencadenaron crearon una nueva estructura social dominante, la sociedad red; una nueva economía, la economía informacional/global; y una nueva cultura, la cultura de la virtualidad real. La lógica inserta en esta economía, esta sociedad y esta cultura subyace en la acción social y las instituciones de un mundo interdependiente (CASTELLS, 1999b, p.370)

A força da globalização reside na tecnologia avançada das telecomunicações, dos sistemas de informação interativos e transporte de alta velocidade na escala mundial para pessoas e mercadorias (CASTELLS, 1998, p.2), que transformaram as relações políticas no interior dos Estados e redefiniram a geopolítica, reestruturando os espaços e o jogo de poder no mundo. O capitalismo desenvolveu uma administração estratégica que constituiu um sistema econômico mais articulado globalmente, com regras mais homogêneas entre as empresas e territórios. Constitui-se a ordem social baseada na interconexão informacional e a sociedade rede:

Las estructuras sociales emergentes por distintos ámbitos de la actividad y experiencia humanas conduce a una conclusión general: como tendencia histórica, las funciones y los procesos dominantes en la era de la información cada vez se organizan más entorno a redes. Estas constituyen la nueva morfología social de nuestras sociedades y la difusión de su lógica de enlace modifica de forma sustancial la operación y los resultados de los procesos de producción, la experiencia, el poder y la cultura. Aunque la forma en red de la organización social ha existido en otros tiempos y espacios, el nuevo paradigma de la tecnología de la información proporciona la base material para que su expansión cale toda la estructura social. (CASTELLS, 2000, p.504)

Consideramos que Castells concilia a ciência econômica, política e outras disciplinas sociais para definir globalização, enfatizando que é um processo social amplo. Nesse sentido, como formação social capitalista, participam de maneira diferenciada os atores sociais, porque a rede hegemônica “*valiéndose de la flexibilidad proporcionada por las tecnologías de la información, conecta todo lo que vale y desconecta todo aquello que no vale o se devalúa: personas, empresas, territorios, organizaciones [...] (CASTELLS; 1998, p.3).*

Participando ativamente, as empresas globais e organismos financeiros (os impulsores da integração) articulam seus mercados: as bolsas de valores e serviços em um fluxo incessante de decisões estratégicas determinando o destino econômico do mundo sendo os protagonistas do

globalismo. No universo dos excluídos, surgem atores-agentes que também se envolvem na rede informacional desenvolvendo sua ação, dos quais falaremos na última parte.

A tendência hegemônica globalista tenta excluir o Estado, porém, ele é imprescindível nas decisões, sendo o mediador das escalas globais e locais, enquanto suas instituições organizam a vida social, por isso é outro ator fundamental da globalização. Prosseguindo com Castells, estabelece que o projeto da supressão do Estado é inviável porque ainda é uma estrutura necessária e que oferece sólida resistência⁵⁰: *“la inmensa mayoría del empleo, de la actividad económica, de la experiencia humana y de la comunicación simbólica es local y regional y las instituciones nacionales continúan siendo las instituciones políticas dominantes [...]”* (Castells, 1998, p.3)

O relacionamento entre os atores-agentes do globalismo e o Estado constitui uma outra cara da globalização, que descreveremos a seguir.

3.3 No olho do furacão: a transformação do Estado nacional.

O globalismo acelerou a expansão espacial do capitalismo, promovendo a desterritorialização de capitais, mercadorias, indústrias e mão de obra. Este fenômeno significa a mudança mais contundente da transição (ROCHA, 2003) As políticas tradicionais orientadas pelo Estado-nação se têm questionado, e parecem perder seu papel reitor ante o poder das decisões de empresas transnacionais e dos organismos financeiros mundiais. Embora são fatos que lesionam a soberania econômica, um dos pilares do Estado nacional, não significa seu desaparecimento. Consideramos que o globalismo tem afetado parcialmente ao Estado nacional, e só algumas nações, considerando a sua fragilidade econômica, têm cedido soberania em troca de investimentos e participação no comércio internacional, como é o caso da América Central.

Para refletir sobre o seu estado atual e o seu futuro, fazemos a seguir a análise sobre os princípios sociais do Estado, a fonte da sua oposição e as razões que pensamos permitem a sua permanência.

⁵⁰ A obra de Castells, escrita antes do 11/09 já enfatizava a incongruência de eliminar al Estado-nação e muito menos al Estado como forma geral de organização política. Depois de essa data, se consolida essa interpretação com o fortalecimento do Estado Bushista, que a nome da segurança nacional, tem intervindo, limitado e até ameaçando as liberdades civis da população estadunidense; atividades que antes eram encomendadas à empresa privada, como a segurança de aeroportos, carreteiras e bancos, por exemplo, tem voltado às mãos da administração pública.

3.3.1 Os fundamentos do Estado

O Estado se define, em um sentido político, como aparelho de poder ou governo, e também em sentido sociológico, como sistema social subordinado às estruturas de poder (GIDDENS, 2001a, p.42). Diz o autor que este último foi aporte de Emile Durkheim, que exaltou seu papel de órgão de comunicação com a sociedade, por ser depositário de sentimentos, idéias e crenças coletivas que se evidenciam no dia-a-dia da vida social (GIDDENS, 2001a, p.43) Na interpretação política do Estado, Max Weber definiu os componentes de violência e territorialidade, condensados em três pontos: (i) existência de suporte administrativo regular e capacitado; (ii) sustentação do direito de monopólio legítimo do controle dos meios de violência e; (iii) manutenção desse monopólio dentro de uma determinada área territorial (GIDDENS, loc. cit.)

O resultado é que o Estado responde tanto a necessidades de controle e organização, como a de identidade para a *associação coletiva*. Ambas características desenvolveram práticas específicas na administração política, que no percurso da história variaram. A proposta radical do globalismo de eliminar a participação do Estado, parte de um falso dilema, porque desconsidera que sua força se sustenta nas relações políticas e sócio-culturais, das quais os próprios atores-agentes hegemônicos participam. A polêmica se traslada ao assunto da *forma* que o Estado adquiriu nos últimos anos e os custos e benefícios para o capitalismo.

O Estado-nação⁵¹ é a configuração político-institucional da modernidade⁵² através da qual a maioria das sociedades começou a se organizar, de maneira geral a partir da Revolução Francesa. É a instituição histórica que hoje estaria sendo lesionada, não só pelo globalismo, também pelos questionamentos que surgem, com dimensões sociais e culturais. Suas transformações respondem à interdependência entre os sujeitos de todos os grupos sociais, os que demandam respostas a necessidades de todo tipo. Vão se construindo ligações específicas com as instituições, que se obrigam a mudar para tentar dar resposta e manter a ordem.

Mas, o globalismo reconhece como demandas legítimas, que devem ser respondidas prioritariamente pelo Estado, aquelas que provêm dos seus agentes econômicos. Sobretudo, sob a necessidade da expansão do capitalismo, exige-se revisar a soberania econômica exercida pelo

⁵¹ Suas características básicas são: a territorialidade definida; população compreendida entre os limites da fronteira; organização jurídica-política para administrar e controlar a organização social; soberania para determinar organização interna e ante outros Estados; e capacidade de usar a violência para defender soberania e as regras internas.

⁵² Modernidade é definida por Giddens: “[...] refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 11).

Estado, ou seja, diminuir a administração e controle público que este desenvolve sobre as riquezas naturais, os capitais e os processos produtivos, para deixar o passo livre à participação das empresas privadas locais e internacionais nos recursos nacionais.

A exigência é a liberdade de mercado, concebendo o Estado como uma forma administrativa coadjuvante na mediação entre os grupos de interesse individuais, sem participação direta na economia. Esta ideologia apoiada pelos símbolos difundidos nos grandes meios de comunicação confunde que o objeto severamente atacado e deslocado é o Estado-nação, fundamentalmente na sua soberania econômica, porém, insiste em repetir que o Estado em geral é quem deveria se dismantelar por inoperante (NOGUEIRA, 2001, p.69-70).

A interpretação globalista do Estado tem a ver com a confrontação das elites econômicas e o Estado de Bem-estar.

3.3.2 O contexto histórico da ideologia globalista.

Interpretamos a agressividade do globalismo perante o Estado como uma “revanche histórica” do liberalismo ante a forma que assumiu como *Estado Social*. Mais conhecido como *Estado de Bem-estar*, surgiu na Europa entre as Guerras Mundiais do século XX, e foi experimentado em outros lugares, sob formas particulares, como o populismo na América Latina. A sua política exterior se caracterizou pela reafirmação da soberania diante da ordem bipolar.

Implementou-se como alternativa ao regime liberal que entrou em colapso ao final da década de 1920, por não ser capaz, como prometeu, de manter crescimento econômico sem crises e sem desordem social (DA GARZA, 1992, p.62) As características internas do Estado Social se resumem assim:

1) Una redefinición de las relaciones clásicas entre sociedad civil y política, politización de las relaciones civiles a través de la intervención el Estado en la economía y de las corporaciones en la política económica y una “civilización” de las relaciones políticas (la importancia de la planificación en las decisiones políticas); 2) una legislación de la clase obrera y sus organizaciones, institucionalizando una parte del conflicto interclasista [...] los pactos corporativos adquieren centralidad en las grandes políticas del Estado [...] 3) en síntesis, el Estado social es en parte inversor económico, en parte regulador de la economía y el conflicto, pero también, Estado benefactor que trata de conciliar crecimiento económico con legitimidad del orden social. (DE LA GARZA, 1992, p.62)

O Estado de Bem-estar se desenvolveu na época que vai do fim da segunda guerra, 1947, até a crise capitalista de 1973, e que o historiador Eric Hobsbawm denominou como a Era de Ouro:

quando o mundo viveu um impacto extraordinário de transformação econômica, social e cultural em pouco tempo e com grande influência para a humanidade. (HOBBSAWM, 2001).

Esta forma de Estado não ocasionou maiores problemas para os grandes donos do capital, além de acatar as regras de participação política e as taxas de impostos para sustentar a máquina estatal. As grandes atividades da burguesia não seriam questionadas a fundo⁵³, pelo contrário, o apóio do Estado estimulou a saída do capital dos limites territoriais, como aconteceu com a indústria automotora que teve um acelerado desenvolvimento entre os anos 50 e 60.

Ainda assim, cresceu a busca das elites econômicas em conseguir uma maior expansão no menor tempo. Suas políticas de exportação e procura de mercados se encontraram com restrições estatais, tanto internas quanto de outras nações que colocavam barreiras protecionistas. Foram-se incubando o ressentimento liberal contra a instituição estatal e procurando-se com afincio medidas afins. Diz Hobsbawm a respeito:

Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível Sra. Teacher na Grã Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma sub-variedade de socialismo [...] da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o "Império do Mal", no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor. Seu inimigo era tanto o liberalismo [...] quanto o comunismo. (HOBBSAWM, 2001, p. 245)

Reapareceria a histórica postura liberal de reduzir o Estado a instituições burocráticas, árbitros do jogo entre particulares. Enfatizaria-se, como nunca, a estratégia de despolitização da relação economia-sociedade para eliminar as mediações públicas entre grupos diferenciados, eixo do Estado social.

O aumento das transações internacionais enriqueceu, cada vez mais as elites econômicas que participavam nos jogos financeiros mundiais, tornando-se aos poucos agentes transnacionais, convencidos de ultrapassar a organização tradicional da economia. A nova atitude transformou contundentemente a ordem mundial.

O modelo econômico *keynesiano* do Estado de Bem-estar iniciou sua decadência: crises fiscais, o aumento de impostos, a demanda crescente de trabalhadores de outros setores sociais, a inflação monetária e a paulatina impossibilidade política e, sobretudo, econômica para resolver

⁵³ O modelo, proposto pela social-democracia européia, foi uma *readequação sistêmica*, com antecedentes no contexto das grandes pressões operárias no âmbito mundial, que ameaçavam desembocar na formação de governos socialistas e comunistas como o caso da União Soviética. Hobsbawm assinala uma situação política de assédio pelos comunistas, que emergiram da segunda guerra com mais força que nunca (HOBBSAWM, 2001, p. 228) Em um marco de crise liberal, a negociação com o movimento popular foi a saída necessária para conter a força dos trabalhadores e o enfraquecimento capitalista.

problemas (DE LA GARZA, 1992, p.62-4). O colapso se manifestou a partir de 1973 e o modelo globalista acelerado pela revolução tecnológica foi esgotando o Estado de bem-estar e construindo um imaginário hegemônico no qual o Estado era prescindível. Ao mesmo tempo, as economias “socialistas”, afundadas nas crises consecutivas e insuperáveis, não puderam competir mais com o ocidente e a concorrência mundial restringiu-se às próprias economias hegemônicas.

No âmbito ideológico, foi determinante a decadência dos regimes burocráticos do *socialismo real* e as violações aos direitos humanos dos regimes comunistas.⁵⁴ O seu caráter profundamente antidemocrático mostrou, como Hobsbawm diz contundente, que “nenhuma forma séria de oposição política organizada ou qualquer outra era possível” (HOBSBAWM, 2001, p. 460). A falta de alternativa social foi maior com a derrota dos movimentos revolucionários no mundo, gerando um vazio ideológico, aproveitado pela ideologia neoliberal para expandir sua hegemonia.

Apresentaram-se novas condições mundiais com a derrocada da União Soviética, em 1991. Quando chegou o momento das nações alcançar a transição para a sociedade da informação mundial, a dizer, crescimento, expansão, experiência no intercâmbio de informação referente à tecnologia de ponta, a economia soviética não contava com os elementos necessários, iniciando essa fase com a falta de consciência da participação na rede de informação global (CASTELLS, 1999b).⁵⁵

Gorbachov tentou reformas imperativas para conseguir uma nova re-inserção mundial (a participação nas redes informáticas): aceleração econômica (*koreníe*), reestruturação (*Perestroika*) e abertura (*glasnost*), que acabaram com a estrutura já decadente. As reformas da Perestroika⁵⁶ provocaram a oposição das forças que haviam tido o poder: 1) ideólogos comunistas; 2) elite estatal, nomenclatura do PCUS, administradores econômicos e dirigências do exército vermelho e da KGB; 3) gestores industriais das empresas estatais e 4) chefes da economia submergida que vivia das falhas sistêmica (CASTELLS, 1999b, p. 75, passim). Apresentou-se uma situação de ingovernabilidade, agravada, ademais, pela irrupção das identidades nacionais e pelo começo da desintegração territorial.

⁵⁴ A derrocada da esperança começou com a repressão às demandas de liberdade na Hungria (1956) e na Tchecoslováquia (1968). O fracasso se mostraria depois na insurreição na Polônia (início dos anos 80) e na própria União Soviética, na Alemanha Oriental e na Iugoslávia; ainda na Romênia ou na Bulgária, onde havia condições materiais relativamente melhores, foram evidentes os saldos negativos; além das atrocidades no Camboja ou na Coreia do Norte, e as invasões soviéticas, desencorajavam a alternativa ao capitalismo. Com respeito à China, é assunto a parte.

⁵⁵ Concordamos com a descrição da economia soviética que faz Castells (1999b, p.29-93, passim): por oitenta anos a economia da URSS se apropriava do excedente econômico sem fazer investimento dirigido à ganância econômico-comercial. Estabeleceu um modelo industrial centralizado e uma coletivização de mão de obra forçada, mas com um deficiente mercado interno e forte preconceito ao mercado externo. Apesar da grande capacidade tecnológica e científica, não gerou inovação e inversão em tecnologia própria e diversificada, a não ser naqueles bens dirigidos às corridas armamentista e espacial. Os produtos tecnológicos que precisava eram adquiridos no mercado normal, comprando só o que havia a disposição. Acabou se tornando uma economia agroindustrial e dependente, como qualquer outro país pobre, sacrificando os bens de consumo, o sistema habitacional e de serviços.

⁵⁶ Sintetizadas pelo autor em: “ [...] a) desarme e renúncia ao império soviético na Europa Oriental, e fim da Guerra Fria; b) reforma econômica; c) liberalização gradual da opinião pública, os meios de comunicação e as expressões culturais [...] glasnost [...] e d) democratização controlada e descentralização do poder político “ (1999b, p.75)

O final do processo decadente do Estado de bem-estar, apresentou dois cenários no mundo dos anos noventa: economicamente, o falido modelo de controle estadual da economia, que, especificamente na América Latina, deixou a crise da dívida externa (temas que trataremos posteriormente), e a competição pelos mercados mundiais da mão de obra da alta tecnologia das finanças. Politicamente, o fracasso dos modelos estadistas como o da URSS, a abertura ao capitalismo do Estado chinês, começada desde a década de setenta, e a incapacidade de modelos alternativos ao liberalismo. Os dois panoramas foram expostos para questionar o papel do Estado e exaltar as vantagens do modelo de livre mercado.

3.3.3 A contradição globalista: a negação do Estado nacional.

Pensamos que, assim como o keynesianismo formou o Estado de bem-estar e reabilitou o sistema capitalista, as estratégias neoliberais para superar a crise dos últimos 20 anos ativam a refuncionalidade do Estado atual. O discurso do esgotamento do Estado para a recuperação do capital é uma contradição.

Efetivamente, o poder dos atores da economia global, apoiado na enorme massa de recursos que flui atravessando as fronteiras nacionais, permite assumir um menor compromisso com as nações (DUPAS, 2000) e se comportar quase livremente, segundo os critérios criados por eles mesmos. A economia mundial atua hoje sob a dependência dos mercados financeiros e monetários, agindo como fluxo global articulado. Suas regras deslocam a maioria dos lucros para empresas privadas e funcionam a partir da especulação das turbulências informativas.

A característica flutuante da economia global, forma sua própria *soberania virtual* que “[...] ocorre, ela própria, nas margens, onde as fronteiras são flexíveis e as identidades são híbridas e fluidas [...]” (HARDT e NEGRI, 2001, p.58). Exerce-se naqueles espaços nacionais que diluem a sua própria soberania na necessidade de participar no globalismo. Mas, nem todos os espaços cedem soberania com facilidade, além disso, as próprias nações ricas, impulsionadoras do globalismo, defendem sua soberania econômica. Dupas (2000, p. 14) assinala que a própria necessidade, dos Estados, de participar no mundo de mercado integrado coloca restrições (taxas, impostos) para obter recursos adicionais e elevar sua competitividade.

Além do exercício de soberania econômica e sua função de impulsor de desenvolvimento, o Estado é o intermediário do globalismo nos espaços nacionais. Na lógica da sociedade em rede, recebe e processa os sinais do sistema global e o ajusta às possibilidades do país (CASTELLS, 1998, p. 5)

Pensamos que a contradição neoliberal-globalista é a tentativa de desconhecer que, assim como o capitalismo impulsionou a formação das nações, o Estado protegeu suas praticas. O próprio liberalismo em sua expansão criou um regime internacional no qual o Estado representava os donos do capital. Continua hoje a necessidade política de proteção, que, paradoxalmente para os radicais que exaltaram a supressão do papel estadual, só pode oferecer o próprio Estado nacional.

Para as empresas globais, a burocracia, a legislação, a administração e a organização espacial das nações permitiriam desenvolver as atividades econômicas e estabelecer os contatos necessários com seus aliados. Quando os organismos financeiros mundiais tomam decisões que afetam o orçamento social, a estabilidade financeira, o investimento interno-externo, etc., aparece a inconformidade, e muitas vezes os protestos. Quem contém as reações discordantes e aplica medidas paliativas é a estrutura institucional do Estado nacional. Eles são os executivos das políticas globalistas e os contedores das conseqüências.

As necessidades econômicas e sociais dos atores-agentes globais precisam do poder público para serem resolvidas. Depois da exclusão das praticas keynesianas, o papel do Estado está em sua atuação *mínima* no nível econômico para não entorpecer o fluxo do mercado, e em sua participação *forte* no nível político para contribuir com a globalização, minimizando seus conflitos (DUPAS, 2000, p. 88) Nesse último sentido, também Hardt e Negri, (2001, parte 2) falam que as nações são reconhecidas como instâncias reais para a aplicação de estratégias e de repressão.

Na situação hipotética do Estado nacional acabar sendo árbitro dos interesses privados, ratificando só as ações dos vencedores, o próprio fato de mediar entre atores econômicos, significaria continuar outorgando personalidade organizacional, judicial e institucional ao Estado; e é uma forma de permanência da *soberania política*, que continuaria dentro e fora das fronteiras.

É evidente o esgotamento da soberania econômica e da organização política do Estado de características keynesianas, mas, na lógica globalista, o Estado nação que quer competir, luta por manter controle mínimo da organização econômica. Também sente as pressões da sociedade, que exige respostas conforme aumenta a pobreza e a degradação geral da vida; mas, esse Estado neoliberal também não possui capacidade para dar repostas contundentes e a cidadania desconfia de instituições que percebe como incapazes. Continua a ser necessário “o novo Estado indutor-normativo—regulador, apto simultaneamente a enfrentar sua enorme e indelegável missão de viabilizador de serviços públicos essenciais à população de baixa renda nas áreas de saúde, educação , habitação e amparo à exclusão social” (DUPAS, 2000, p.89)

O fortalecimento do Estado significa recuperar o espaço público das decisões, resgatar o papel da política. Não é só argumentar favoravelmente por uma forma especifica de poder. Como diz Marco Aurélio Nogueira:

Sair em defesa da política, portanto, não é algo que se confunda com a defesa de políticos ou das instituições que nos governam: é ao contrário, uma operação destinada a defender a hipótese mesma da vida comunitária. Corresponde à necessidade vital de manter abertas as comportas de oxigênio, para que possam continuar a respirar (NOGEIRA, 2001, p. 10-11).

A interdependência dos agentes globalistas com os Estados nacionais constitui o grande contexto político, o qual define todas as outras grandes interconexões entre sujeitos-agentes, sobretudo os envolvidos na integração regional.

3.4 A Complexa Ordem Mundial Contemporânea.

O desmembramento da União Soviética e a passagem da ordem pós guerra fria, explicavam o contexto da transição. Hoje se deve incluir outro sucesso definitivo: os ataques aos centros simbólicos, as Torres Gêmeas em New York e o Pentágono em Washington, não como acontecimentos que fecham a transição, senão como mais um elemento da continuidade da mudança. O mundo continua em um processo de (des) organização através das múltiplas tendências que se globalizam. O militarismo encabeçado abertamente pelos EE.UU, agora acompanha a tendência hegemônica do globalismo e ambos definem as pautas a seguir.

O 11 de setembro de 2001 situa-se não como um marco isolado inaugurando um novo período, mas reforça tendências que começaram a se esboçar no início da década de 1990, atestando um desequilíbrio no sistema internacional. Por um lado, os Estado-nação permanecem numa crise econômica, em especial a nação "líder", que se vê cada vez mais dependente de recursos materiais produzidos externamente (sobretudo alimentos e petróleo) ao mesmo tempo em que se observa um de seus principais trunfos (o dólar como moeda universal para o comércio internacional) ser trocado por outras moedas, via de regra no interior dos blocos regionais supranacionais. Por outro lado, as grandes corporações já não inspiram a mesma confiança e, agora, no lugar de megafusões, começamos a assistir as megafalências devidas a fraudes milionárias, fruto da incapacidade dos Estados de regular essas organizações. Elas se tornaram poderes autônomos cuja meta é o maior lucro possível em qualquer circunstância (MENDES, 2003, p.14)

Antes do 11/09, com a URSS desaparecida, avançou o modelo neoliberal e globalista. Percebia-se certa conjunção das práticas dos Estados centrais, que ainda competindo economicamente entre si, compartilhavam a hegemonia mundial. Esse argumento sustentou posturas como as de Antonio Negri e Michael Hardt, na sua obra **Império**, cujas idéias principais compartilhamos, e são as seguintes: A volta a um direito internacional para formar uma instituição supranacional forte, que seria o desejável depois da guerra fria, haveria sido um fracasso depois da atuação da ONU na 1ra. Guerra do Iraque. (HARDT e NEGRI 2001, p.122-26)

Conseqüentemente se fortaleceria um novo **império**, que como qualquer outro no passado, sustenta-se em categorias jurídicas e valores éticos universais, cuja hegemonia garantiria a justiça para

todos. Assim, paradoxalmente, para levar a paz lhe é reconhecida força necessária para conduzir, quando for preciso, **Guerras Justas**: fora das suas fronteiras contra os bárbaros, no interior de seus domínios, contra os rebeldes (HARDT e NEGRI, 2001, p.28)

O império formaria um estado de exceção permanente e de ação policial que na ordem atual estaria compartilhado por Estados nacionais hegemônicos (HARDT e NEGRI, 2001, p.57) A partir da invasão à Afeganistão e ao Iraque, a potência ratificou o seu domínio de Império, intensificado depois do 11/09. Nações da Europa ocidental, além da França e da Alemanha, opositoras iniciais à segunda invasão ao Iraque, coincidem nas suas posturas contra o terrorismo e nas justificativas valorativas para as intervenções diretas. Pensamos que esses fatos significaram a reestruturação da hegemonia imperial compartilhada.

Nos territórios devastados pelos Estados Unidos, a identidade política estava lesionada por causa das ditaduras de Hussein ou do Taliban, sendo totalmente flexíveis ao poder da invasão.⁵⁷ Estes fatos podem comprovar a tese de que a soberania do *Império* se exerce naquele ponto de flexibilidade e de identidades fluidas (HARDT e NEGRI, 2001, p.58)

No mesmo ponto, observamos que, por outra parte, existem territórios onde não haveria necessidade de intervenção militar, apesar de caracterizados pela mesma fraqueza institucional; zonas em que o império teria uma influência política evidente - por exemplo, Porto Rico-, ou influência econômica - outras ilhas caribenhas como Bahamas, Barbados, Caiman , e mais as “pequenas Antilhas” -, a tal grau de controlar as suas soberanias.

Contudo vale deixar claro, como ressalta Jonh Belane Foster, a necessidade de não confundir o clássico conceito *imperialismo* com o conceito de Império, diz, retomando partes do livro de Hardt e Negri:

The term “Empire” [...] does not refer to imperialist domination of the periphery by the center; but to an all-encompassing entity that recognizes no limiting territories or boundaries outside of itself. In its heyday, “imperialism [...] was really an extension of the sovereignty of the European nation-states beyond their own boundaries” (p. xii). Imperialism or colonialism in this sense is now dead [...] Empire is thus both “postcolonial and postimperialist” (p.9) “Imperialism”, we are told “is a machine of global striation, channeling, coding, and territorializing the flows of capital, blocking certain flows and facilitating others. The world market, in contrast, requires a smooth space of uncoded and deterritorialized flows of capital. Blocking certain flows and facilitating others [...] imperialism would have been the dead of capital had it not been overcome. The full realization of the world market is necessarily the end of the imperialism” (p. 333) (FOSTER, 2001, p.1-2)

Observamos características que permitem falar da existência do *Império*, e também da existência dos Estados nacionais que assumem diferentes posturas geopolíticas e geo-econômicas perante o

⁵⁷ Outro assunto é a resistência que EEUU estaria enfrentando no interior do Iraque, porém anteriormente, as instituições políticas estavam dizimadas.

globalismo. Existem sociedades que procuram consolidar ou formar suas nações – a Palestina ou Estados africanos em guerra, como a Somália ou a Etiópia –. Outras, baseadas em fundamentos históricos, afirmam-se como “nações culturais” na América, Europa, Ásia, África e Oceania ante a expansão cultural do Império.

Participamos em uma *miscelânea* de realidades nacionais se relacionando em diferentes planos e com diferentes interesses, em um contexto de globalização. Podem se organizar, conforme observado, nas seguintes sete categorias:

- I. Os Estados Unidos reafirmam a sua própria soberania e afirmando sua liderança no Império, provoca a dissolução das soberanias de outras nações. Consideramos, aqui, algumas circunstâncias:

Antes do 11/09, questionava-se a supremacia econômica dos Estados Unidos com relação à concorrência exercida pela CE e pelo Japão. Politicamente, continuou a sua liderança mundial sob os argumentos da luta contra as novas ameaças da ordem pós guerra fria: narcotráfico, migração, protecionismo econômico e terrorismo, desenvolvendo estratégias de “controle”, como o Plano Colômbia, a Lei 187,⁵⁸ a ALCA, e a 1ra. Guerra contra o Iraque.

O ataque terrorista do 11/09 afetou a supremacia dos Estados Unidos. Superada a surpresa inicial, o evento foi aproveitado para fortalecer a hegemonia estadunidense, ressurgindo o ultra-nacionalismo para justificar a intervenção e atribuir autoridade moral à nação para exercer seu cargo de *policia mundial* em qualquer território.

Depois do 11/09 a supremacia dos EEUU se tornou evidente, e as suas regras de vigilância e controle de indivíduos e coletividades se ampliaria ao mundo. (IANNI, 2003, p.22) Porém, a necessidade de domínio das situações, paradoxalmente, significaram o enfraquecimento das próprias instituições, evidenciando-se uma crise nos fundamentos da democracia americana, porque o Estado endurece o controle interno, chegando a violentar direitos civis em nome da segurança: “Em suma, o problema dos Estados Unidos de Bush, não é o fato de ser um novo império global, mas, de NÃO sê-lo: enquanto finge ser, continua agindo como um país-Estado, perseguindo impiedosamente seus interesses” (Zizek, 2004, p.6)

Pensamos que os Estados Unidos estão sendo pressionados pelo imperativo de se afirmar como império e evidenciar enfraquecimento institucional. Esse esgotamento têm como antecedentes a eleição duvidosa do primeiro período presidencial de Bush filho, ou as fraudes da empresa “Enron”

⁵⁸ A lei 187 do Congresso Estadunidense foi aprovada em 1997. Em resumo, elimina os direitos de assistência social, escola e saúde a imigrantes ilegais e seus filhos. Antes, a legislação de trabalho garantia esses direitos para qualquer trabalhador e suas famílias, independentemente de seu estado migratório. Foi uma medida para deter a migração, sobretudo de latino-americanos.

com cumplicidade do governo. Depois do ataque, ficam por atender situações urgentes como a migração crescente ou a desaceleração econômica.⁵⁹

Paradoxalmente, no tempo que tenta dissolver soberanias nacionais, por razões de hegemonia, impulsiona o fortalecimento de outros Estados nacionais, como o do Iraque ou o do Afeganistão. Em nosso continente, ao mesmo tempo em que incentiva o ALCA, o governo estadunidense apóia projetos nacionais conservadores como o da Colômbia ou o do México, argumentando razões de segurança nacional⁶⁰

- II. Estados nacionais desenvolvendo formas de resistência como nos casos do Oriente Médio e de Cuba, por exemplo.
- III. China e Rússia, com impressionantes características de países continentais, estão desenvolvendo políticas de inserção econômica definitivas para a organização da ordem mundial atual.

Diz, Castells, que a incorporação das ruínas que ficaram do modo de produção estadual da economia global da Rússia –e das outras repúblicas da Europa oriental-, seria “a última fronteira para a expansão do capitalismo”. (Castells, 2000, p.163) A economia da Europa agregaria cerca de 400 milhões de consumidores, embora a incorporação do leste europeu seja lenta pelos saldos negativos em razão do desmoronamento econômico. Capitais alemães levariam vantagem na corrida das economias ocidentais por ficarem com os retalhos da Europa Oriental (Idem. p. 164) A importância econômica da Rússia fez com que ela fosse incluída como membro do G-7 em 1997. Sem o desenvolvimento econômico dos outros membros, não participava em todas as reuniões, no entanto, com sua inserção maior nos mercados globais, e sua presença constante nos fóruns da CE e em outras instâncias mundiais, em 2006 assumiu a presidência do agora G-8.

Por sua vez, a China, com suas singularidades, faria relativas as considerações gerais do processo de globalização, capitalismo neoliberal e transformação estatal.⁶¹ Com uma vasta rede de

⁵⁹ Um dado interessante: a um ano da catástrofe provocada pelo furacão “Catrina”, associações civis de New Orleans, denunciaram que o governo ainda não concertara completamente os diques da cidade, argumentando problemas financeiros, situação que contrasta com o custo exorbitante da guerra no Iraque. Argumentam ainda a presença de preconceitos raciais que interferem no atendimento do problema.

⁶⁰ A luta contra o narcotráfico e a guerrilha justifica o apoio de governos autoritários na Colômbia durante os dez últimos anos. No caso do México, ao passo que pressionam a abertura de soberania econômica, apóiam as medidas nacionais para conter a migração para os EUA, tanto mexicana como de outros lugares.

⁶¹ A incorporação chinesa ao ocidente experimentou vários lances na história, sem renunciar ao centralismo estatal, ao sentido nacionalista e à economia agrícola. Na década de 1980, surgiu o projeto das “zonas econômicas especiais”, (zee), locais para o desenvolvimento capitalista, porém, fora do território nacional, para não contaminar a economias socialista: formou-se um sistema próprio de economia: O chamado *capitalismo guanxi* (relação). Os agentes guanxi, nacionalistas e leais ao partido, procuraram parceiros com identidade lingüística nas regiões próximas, Honk Kong e Taiwan. O investimento: com dinheiro do Estado chinês tem dirigido as estradas, os hotéis, os serviços, os aeroportos, a infraestrutura urbana, que em pouco tempo renderam fortes dividendos. Depois procuraram sócios de ultramar: em Singapura, Bangkok, Penang, Kuala Lumpur, Jakarta, até na Califórnia e Nova York (CASTELLS, 2000, p.318-39 passim) Honk Kong e Macau são hoje subdivisões administrativas da China, transformando-se de zee às denominadas *Regiões Administrativas*

agentes produtivos, investidores e comerciantes, a China tem se transformado numa economia que mistura o que parecia inconciliável: capitalismo e estadismo. A fórmula tem resultado eficiente, porque se construiu uma rede baseada em produtos e investimentos reais, não especulativos.⁶² Castells fala:

Las redes empresariales chinas de ultramar son, en efecto, los principales intermediarios entre el capital global, incluido el capital chino de ultramar, y los mercados y los centros de producción / exportación de China [...] el vínculo múltiple de China con la economía global es local, es decir, se realiza a través de la conexión entre las empresas chinas de ultramar y los gobiernos locales y provinciales de China, la clase sui generis que Sing denomina los "empresarios burocráticos" (CASTELLS, 2000, p.328)

- IV. Existem aqueles territórios historicamente afetados pelas políticas agressivas e depredadoras dos países hegemônicos. São fundamentalmente países africanos que no passado teriam perdido sua capacidade de autonomia econômica, vítimas da desintegração social e imensa pobreza vindas como consequência das posições que ocuparam no jogo capitalista.

Paradoxalmente, o G-8 pediu ao FMI e o BM, em 2005, perdoar a dívida externa dos 18 países mais pobres do mundo segundo a ONU. Deles, 14 são africanos: Benin, Burkina Faso, Etiópia, Gana, Madagascar, Malí, Mauritânia, Moçambique, Nigéria, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.⁶³ Todos são afetados pelo globalismo, porém não por sua participação nos mercados financeiros, senão pela omissão: não garantem mais a especulação das empresas transnacionais e não atraem recursos de organismos mundiais, condenando esses países africanos à exclusão e miséria.⁶⁴

- V. Em outro extremo, teríamos aqueles novos espaços incluídos na organização transnacional, que começariam a desenvolver institucionalmente a globalização social, falando já em sociedades cosmopolitas, como as que têm formado a União Européia.

São países que segundo Giddens formam a *sociedade pós-tradicional*, ou que constituem espaços globalizados que compartilham a hegemonia do Império, diriam Negri e Hardt, ou que são países *pós-ocidente*, segundo o conceito de Timothy Ash.

Especiais, para desenvolver autonomia econômica capitalista, mas formando parte, administrativamente, não política, do Estado centralizador chinês, no esquema denominado como "Um país, dois sistemas", refletindo a essência guanxi.

⁶² Hipoteticamente poderia dar resultado em outros países que têm redes sociais estendidas trans-nacionais, como no caso do México, no entanto, precisaria de um controle estatal fortemente centralizado e muito organizado.

⁶³ Os quatro restantes da lista são países da América Latina: a Bolívia, a Guiana, Honduras e a Nicarágua, que mantêm outra lógica de inserção mundial, considerada nos sistemas de integração regionais, mas, que igualmente são excluídos do globalismo.

⁶⁴ Esta situação que descreve países e regiões mundiais, também se pode aplicar naquelas zonas marginais dentro dos Estados nacionais que participam do globalismo: territórios índios, zonas pauperizadas, regiões com meio ambiente devastado seriam os "omitidos" pelo globalismo.

Porém, é uma suposição também relativa, se observamos os acontecimentos na Europa em junho de 2005, quando países como a França, no referendo europeu, votaram rejeitando a validade da Constituição da EU no seu território. As revoltas sociais de novembro, dirigidas ao Estado nacional francês, fazem duvidar da consolidação de instituições supranacionais. Contudo, pensamos que existe certa governabilidade trans-nacional na CE, pela existência mesma do sufrágio continental, independente do seu resultado.

- VI. Existe uma forma *intermediária* de globalismo que permite, especialmente ao Japão, declarar soberania completa e conviver com países do sudeste asiático. Estes países, a sua vez, têm aberto apenas sua soberania econômica, na abertura comercial com o Japão: Coreia do Sul, Singapura e Taiwan.
- VII. A grande maioria de Estados nacionais experimentariam as contradições da velha e nova ordem social-global, formando instituições novas, porém, conservando, por estratégia ou por convicção, aquelas herdadas pela história.

Uma característica compartilhada é estarem sendo governadas por elites fieis ao globalismo, e que estão organizando mecanismos de Integração comerciais. Algumas destas nações, aliás, com uma evidente debilidade econômica e política, estariam aderindo a sistemas comerciais regionais e sub-regionais com precipitação, situação que poderia facilitar a dissolução da sua soberania, como pode suceder na América Central.⁶⁵

Pensamos que através desta múltipla panorâmica mundial, produto do relacionamento entre os agentes globalizados (e impulsores da integração) e os Estados nacionais, pode-se observar a tentativa de fortalecimento capitalista, que, referido ao grande capital especulativo, estaria tendo sucesso. Embora o 11/09 trouxe mudanças ao percurso do globalismo, também confirmaria as suas tendências.

Nesta ordem mundial existe mais um elemento que não pode se deixar de lado e que constitui um elemento a mais na globalização : a criação de associações criminais globais. A *conexão do mal*, como diz Castells e que Octavio Ianni também menciona: “fica evidente que está em marcha a globalização do terrorismo” (IANNI, 2003, p.20). Timothy Ash fala que, depois do 11/09, a emergência de um novo terrorismo desvinculado de qualquer centro de poder estatal explodiu o próprio conceito de ocidente vinculado ao *Tratado do Atlântico Norte*, OTAN (ASH, 2005, p. 4)

O acontecido nos EEUU faz parte dessa vertente da globalização. Ianni, falando do ataque a New York e Washington, diz ser, “sob vários aspectos, um evento heurístico, com o qual se

⁶⁵ Para os habitantes marginalizados no (seno??) desses países, seria despercebida, no entanto, nunca foram importantes nas decisões. Estes pontos específicos serão o tema da próxima parte, que tentará descrever a integração subordinada na América Latina.

assemelham impasses fundamentais do novo ciclo de globalização do capitalismo, visto como integração e fragmentação, guerra e revolução (IANNI, 2003, p.24) Depois estabelece que são ações que dependendo do ator, e como este é percebido, poderiam se ver como “ataque terrorista”, como um “ato político” ou como uma “ação revolucionária” (IANNI, 2003, p.21)

No plano da ação política, revela formas de resposta do século XXI. Uma crítica à atitude das classes dominantes das nações hegemônicas, que utilizando critérios de “diplomacia total”, impõem caminhos a seguir (econômicos, políticos, tecnológicos, sociais, culturais) a nações de capitalismo dependente (IANNI, 2003, p.25) Com o 11/09 se evidenciaria o que era uma constante depois da segunda guerra, o mal-estar, a fadiga, a indignação, o protesto e a revolta contra as “missões civilizatórias” estadunidenses (IANNI, 2003, p. 35).

Tentamos neste capítulo assinalar que a globalização não é um contexto exclusivo das empresas transnacionais e os organismos financeiros, é um campo de luta em que a participação dos Estados nacionais define o mundo contemporâneo, e também determina as práticas da integração em regiões específicas, como América Latina.

4 INTEGRAÇÃO SUBORDINADA. A LÓGICA DA GEOPOLÍTICA E DA GEOECONOMIA.

Este é o segundo nível do contexto mundial, desenvolvido também pela ação das Empresas Transnacionais e pelos Organismos Financeiros Mundiais, porém, assumindo seu papel como atores impulsores da integração na América Latina. A interação acontece concretamente com os atores-agentes executivos: os *Sistemas de Integração Regional* (SIR's) e os Estados, mas, também é um cenário no qual intervêm atores-agentes *diferenciados*.

O resultado é o processo de integração regional. Assim, como fizemos no contexto da globalização, tentamos definir o conceito de integração segundo as características concretas que apresenta na América Latina: condicionada pelo poder hegemônico dos atores e pelo papel político das nações segundo suas características geográficas e históricas, cujo resultado é a noção de *Integração Subordinada*.

A Integração adquire características específicas, porque é um processo histórico, mas, também precisa ser concretizado como conceito. O especialista Raul Grien (1994, p. 42) diz que por ser derivado da acepção matemática de *integral de uma função* ($\int$), é um conceito abstrato, uma “idéia primária” associada em geral a *união*, que obtém sentido quando se enquadra com um complemento: “[...] *puesto que aún girando en todo momento alrededor de ‘recomponer’, ‘acoplar’, ‘combinar’, ‘adherir’, ‘sumar’, etc., muy pronto requirió adscribir su significado a una parcela concreta para cobrar un valor expresivo*”.

Determinando aquilo que se quer integrar, o motivo da união e os procedimentos para fazê-lo, obtém-se múltiplos significados [...] *integración* exigió y exige su anclaje idiomático en tantas áreas limitadas como sean las expresiones de lo que se acopla, combina o suma por medio de la integración; en consecuencia, la integración debe ser cultural, de espacios geográficos, de fuerzas, de propósitos, familiar, etc. [...] (GRIEN, 1994, p.42)

Na América Latina, a integração faz referência tanto a um processo político-ideológico como projeto para unificar as nações em base a suas similitudes históricas e culturais, quanto a um processo econômico, como política pública dos Estados para procurar o desenvolvimento econômico, explorando sobretudo as possibilidades de intercâmbio comercial, tentando integrar os mercados para aproveitar a sua complementaridade e as vantagens que oferecem, organizando estratégias coordenadas pelos SIR's.

Desde o pós-guerra, o conteúdo concreto da integração na América Latina se determina por ser uma política pública, econômica, particularmente comercial. Mas, também é um fenômeno variado por estar matizado pela história de cada região, pelos objetivos que pretendem os SIR's e pelos

interesses dos Estados nacionais que a impulsionam. Contudo, a sua característica constante é a subordinação.

Nossos argumentos sobre *integração subordinada* se apóiam em dois eixos de análise:

1. *A raiz da subordinação são as relações geopolíticas assimétricas do continente*, iniciadas mesmo no período pós-independência segundo o desenvolvimento das idéias fundadoras das três grandes zonas continentais: Anglo-americana, Hispano-americana e Luso-americana.

2. *O desenvolvimento dos conteúdos econômicos que tem apresentado*, em dois períodos posteriores à segunda metade do século XX.

4.1 As origens da integração na América Latina

As raízes históricas e culturais da colonização delimitaram no continente duas áreas sóciopolíticas e geográficas gerais: Anglo-Americana e Ibero-Americana (que por sua vez se distinguiria em Hispano-Americana e Luso-Americana).⁶⁶ A fundação de nossas sociedades foi marcada pelas particularidades intelectuais e institucionais das metrópoles, as que conferiram seus projetos civilizadores. Cada modelo também tinha uma visão concreta sobre a integração territorial, social e política. O posterior desenvolvimento dessas influências, leva-nos a explicarmos fenômenos fundamentais na história sóciopolítica do continente, determinantes para o processo da integração na América Latina.

4.1.1 Os Momentos Fundacionais

Quatro grandes revoluções apareceram no horizonte ocidental para resolver os dilemas que a ordem feudal não conseguia mais responder: a *científica*, com um sentido empirista e humanista; a *religiosa*, de sentido anti-eclesiástico; a *econômica*, com perfil capitalista; e a *política*, da nova ordem baseada no Estado (BEYHAUT, 1992, FUENTES, 2000; MORSE, 2000)

Esses paradigmas foram incorporados pelos anglo-saxões e os ibéricos, ao passo que tinham a mesma necessidade de responder aos problemas da nova ordem; embora, cada cultura o fez, segundo a sua sociabilidade e experiência. A diferença entre a velha e nova ordens, segundo o historiador Richard Morse “[...] não é a apreciação sensível de distintos ‘estilos de vida’[...]”, senão a

⁶⁶ Existe também a *Franco-Americana*, a quarta raiz fundadora, que definiu o nome da América Latina. Porém, pensamos que nas suas regiões, o Leste do Canadá e parte do Caribe, não tiveram a contundência para definir as características da integração que analisamos.

comparação entre “[...] respectivas tradições [que] surgem de uma matriz moral, intelectual e espiritual comum [...]” (MORSE, 2000, p.22) ⁶⁷

Em termos gerais, a tradição ibérica foi *conservadora*: uma visão tomista na ciência; obediência à *raison d'état* como receptor de normatividade coletiva e controlador único da economia; e a essência católica do livre arbítrio como princípio da justiça humana. Quando se trasladou ao novo continente, esta visão se complementou de certa maneira com a organização comunitária regulada pela tradição teocrática das civilizações majoritárias: *mexica/azteca*, *inca* e *maya*, traduzindo-se numa forte institucionalidade colonial.

A dinâmica organizativa da América Ibérica teve como imperativo a UNIDADE HOMOGÊNEA entre metrópole e colônia e os vastos territórios americanos entre si. Politicamente, seus habitantes e instituições eram considerados como um prolongamento das coroas:⁶⁸

Não é necessário dizer que as Américas ibérica e anglo-saxônica compartilhavam as culturas políticas de suas respectivas pátrias de origem. No primeiro caso é inclusive difícil, formalmente, distinguir os vice-reinados americanos como um corpo político separado, dado o alcance da teoria política ibérica e a integração transatlântica das instituições burocráticas, eclesiásticas e acadêmicas, bem com a afiliação e as simpatias, as vezes ambivalentes, de seus porta-vozes. (MORSE, 2000, p.72)

O processo anglo-saxão é contrastante: no norte da Europa, especificamente na Inglaterra, na época dos descobrimentos e conquistas, a ordem tinha como parâmetros os conteúdos das quatro revoluções: o pragmatismo da revolução científica; o acento protestante e puritano da religiosa; a expansão liberal-individualista da comercial e a participação heterogênea da política. Os conteúdos eram, também, os princípios do pacto socialmente aceitado pelos indivíduos.

Aplicava-se uma punição severa para quem não respeitara esses critérios, sendo a exclusão uma prática comum na dinâmica inglesa. As novas terras na América constituíram um refúgio para quem era castigado. Grandes conglomerados de exilados começaram a colonizar as possessões inglesas americanas, **formações heterogêneas**, cujas características dependiam muito do grupo migrante que chegasse.

[...] num certo sentido, as povoações americanas, produto de novas forças econômicas, políticas e religiosas ficaram à margem da própria história – isto é, da trama de dilemas morais, questionamentos ideológicos, hábitos e instituições mantidos por inércia - que

⁶⁷ Segundo Morse, interpretar a ibero e anglo-américa, segundo a qual se qualifica a uma de sociedade tradicional ou sociedade feudal, e a outra de sociedade moderna ou sistema burguês, contribui à dependência ideológica. A intenção do autor é “ver se as civilizações ibero-americanas, que evidentemente possui identidade histórica, têm alguma mensagem para o nosso mundo moderno” (MORSE, 2000, p.16)

⁶⁸ Todos os habitantes da América ibérica tinham as obrigações com a colônia, mas, por serem sociedades segregacionistas e racistas só reconheciam como cidadãos com direitos plenos aos peninsulares, restringidos aos filhos nascidos na América.

resultou na diáspora européia. As novas colônias começaram, ou seus atores tiveram a sensação de começar, a partir de uma base nova. (MORSE, 2000, p. 23)

Observamos, na integração inicialmente territorial e posteriormente política-administrativa de cada região, que, depois dos processos de independência, embora se mantinha como princípio a coordenação sob um mando capaz, *seus resultados parecem transcorrer inversamente do momento fundacional*. Explicamos a continuação.

4.1.2 A Segmentação da América espanhola (o fracasso do Bolívarismo) e a unificação do Brasil.

A tradição de homogeneidade institucional lbero-americana fazia pensar que se trasladaria à administração das regiões pós-independentes, porém, o resultado foi o contrário: aconteceu a fragmentação da maior parte do subcontinente, a maioria das vezes de forma violenta, provocando uma situação difícil que retardaria a formação de Estados nacionais fortes para assumir a vida autônoma. O costume autoritário de impor regras semelhantes à metrópole tornou-se difícil em um território amplíssimo – aproximadamente 20 364 128 km². A heterogeneidade das realidades sociais obrigou à improvisação administrativa, evidenciando-se a contradição do “caráter aparentemente inadequado de sua tradição política e a natureza incoerente de sua organização social” (MORSE, 2000, p.72).

Resultou uma estrutura ideológica e instrumental eclética, na qual se misturavam opções de vanguarda, conservação do catolicismo e o absolutismo político. (MORSE, 2000, p.73) Cada elemento deu sentido à prática política dos diferentes grupos ativistas e, conjugado com o ideário da autonomia política, levou ao confronto entre os grupos, para construir um modelo político-organizacional e sócio-cultural de acordo com seus interesses.

Especialmente na América espanhola, em que os grandes vice-reinados (a Nova Espanha, a Nova Granada, do Perú e do Río da Prata)⁶⁹ impunham militarmente a homogeneidade institucional, o uso da força fez radicalizar a confrontação e gerou uma situação de guerra generalizada para conseguir a independência. A rebelião contra a ordem colonial foi também heterogênea, apresentando-se a revolução *indígena* de *Tupac Amaru*, no vice-reinado do Peru, e a antiescravista, no Haiti, que foram antecedentes das revoltas *mestiças*, encabeçadas pelos filhos de europeus na América (*criollos*), ocasionando as Guerras de Independência desatadas entre 1810 e 1824.

⁶⁹ Dos vice-reinados espanhóis dependiam as *Audiências* (territórios com autoridade judicial e administrativa), de seus limites se formariam depois os Estados latino-americanos. Dependiam também as *Capitanias Gerais* (províncias limítrofes ameaçadas). No fim do século XVIII, existia o vice-reinado da Nova Espanha (audiências de México, Guadalajara e Califórnia e Capitanias de Cuba e Guatemala). O vice-reinado do Peru (audiências de Lima, Quito e Charcas e Capitania de Chile). O vice-reinado da Nova Granada (Capitania de Caracas) e o vice-reinado do Rio de la Plata.

O ideário político moderno da revolução francesa e o processo bem sucedido da independência das treze colônias anglo-americanas contribuíram ao mosaico de visões herdadas da colônia para criar uma nova ordem. Porém, nem as idéias ibéricas ou as anglo-francesas puderam dar resposta às necessidades do subcontinente. As idéias heterogêneas e os interesses diversos no interior das regiões foram bases da fragmentação, ainda em territórios que compartilhavam institucionalidade e até cultura quando organizados no vice-reinado. No período pós-guerra (década de 1820), as enormes regiões, agora autônomas, exibiam uma marcada desorganização social:

O que acontece é que nenhuma das duas versões, nem a mistura de ambas, podia oferecer uma ideologia “hegemônica” que encontrasse aceitação, ou mesmo aquiescência passiva, em sociedades (a) cujas identidades nacionais eram improvisadas, (b) cuja articulação interna era invertebrada, (c) onde nenhum poder soberano estava legitimado e (d) cujas relações econômicas com o mundo exterior envolviam uma mistura incerta de concessão externa e liberalização interna (MORSE, 2000, p. 78) ⁷⁰

Observamos que aconteceu um processo tanto centrífugo como centrípeto nas regiões: as antigas zonas coloniais se dividiam territorialmente, mas, no seu interior se dava a união de grupos políticos para defender a separação. Evaporava-se a possibilidade de unidade política-administrativa continental independente.

A tendência à formação de Estados nacionais era evidente, tendo como princípios de coesão a organização territorial colonial que ainda ficava no interior, as similitudes culturais ou os interesses econômicos, processo no qual as figuras dos senhores e as alianças entre os caudilhos independentistas foram fundamentais. De todas as tendências ideológicas e de todas as regiões do subcontinente, as elites manteriam a herança ibérica da unidade homogênea, porém, *dentro dos territórios onde influíam*, baseadas no coletivismo representado pelo Estado supremo e no conservadorismo católico.

A partir da declaração de Independência do Brasil, o 7 de setembro de 1822, e depois da batalha de Ayacucho de 9 de dezembro de 1824 (última confrontação continental entre espanhóis e independentistas), o conceito de integração no sentido territorial, político e administrativo foi importante para definir a história da nova ordem nas Américas espanhola e portuguesa. A construção das nações tinha que resolver dois conflitos-chaves derivados do rompimento colonial: a desintegração e a anarquia; cada região resolveu de forma diferente e com resultados particulares para a estabilidade.

Na América espanhola surgiu uma proposta de unificação continental: o projeto da “Grande Colômbia” criada por Simon Bolívar, que pretendia a formação de uma confederação de todas as

⁷⁰ Morse (2000, p. 80), baseando-se em Laclau, diz que hegemonia não significa simplesmente uma ideologia doutrinária e dominante imposta a toda sociedade; oferece um conjunto aceitável de princípios, dos quais surgem diversas mensagens, por conseguinte, um padrão reconhecido por consenso, no qual se articulam tais mensagens.

regiões, baseado nas coincidências da identidade histórica, cultural, política e econômica comum “ *Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería por consiguiente, tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse* (Bolívar, 1996, p.12) ⁷¹

Semelhante unidade político-administrativa conservaria em certo nível a organização colonial de concentração do poder, “[...] *un ejecutivo fuerte y un despotismo ilustrado* [...]” (FUENTES, 2000, p.373) coincidente com a herança ibérica de unidade, no intento de evitar a desagregação alarmante dos nascentes países da região.

Duas convocações falidas para institucionalizar a proposta (1822 e 1824) antecederam à esforçada reunião de 1826 entre as antigas colônias: o *Congreso Anfictiónico de Panamá*.⁷² O objetivo era fazer com que a iniciativa comesçasse a ter consenso, argumentando que também a confederação serviria para criar uma região com capacidade de se incorporar ao mundo. Sem embargo, foi mais forte a tendência de criar Estados autônomos afirmando soberania nacional, porque permitia que os grupos de poder exercessem o controle no interior de suas zonas de influência.

O plano bolivariano fracassou: o congresso foi boicotado pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, que, junto com o Chile e o Brasil, não participaram. As conversações dos assistentes naufragaram, e a Grande Colômbia acabou se dividindo em três Estados: a Colômbia, a Venezuela e o Equador. Além disso, a proposta não teve o estratégico apoio internacional da Grã Bretanha (para decepção de Bolívar), que se opôs à iniciativa (BEYHAUT, 1992, p. 24) Os Estados Unidos também objetariam à unidade.

Além de não ser possível a coesão continental, a afirmação do poder das oligarquias levou a múltiplas confrontações fronteiriças e a negociar em separado a entrada de cada país à comunidade internacional. A temida desintegração continuou: do México se separou a Confederação Centroamericana em 1824, que por sua vez se fragmentaria na Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica.⁷³ No sul, a Bolívia e o Paraguai criaram Estados autônomos⁷⁴ e nasceria Uruguai, em 1825, entre a Argentina e o Brasil (BEYHAUT, 1992, p. 24)

⁷¹ Simon Bolívar era cético de que o sistema federalista dera certo na América; seu modelo político era a Inglaterra, sem monarquia. Pensava em um Estado centralizado e com dinamismo do parlamento para conter os interesses dos grupos, como sistema político da região, a que propôs chamar de Colômbia em homenagem a Cristóvão Colombo “tributo de justicia e gratitud al creador de nuestro hemisferio” (Bolívar, 1996, p. 20)

⁷² Pela associação com o istmo Corintiano das anfictônias “*que bello seria que el istmo de Panamá fuese para nosotros lo que el Corinto para los griegos*” (ibid. p22) O caudilho, como Presidente Vitalício do Peru, convocou a reunião do Congresso Nacional desse país.

⁷³ Com a exceção de Panamá, pertencente na época à Colômbia e que conseguiria sua independência formal em 1903, com auspício dos estadunidenses, interessados na localização estratégica do istmo.

⁷⁴ O Paraguai, desde 1811, era independente e fechado ao mundo sob a ditadura ilustrada de Gaspar Rodriguez de Francia; o Alto Peru, conhecido assim até 1825, quando pela ação de Bolívar se tornaria independente e tomaria o nome de Bolívia como homenagem (Enrique Amayo, 2005)

Apesar da derrota do projeto de Bolívar no terreno político, ficou no imaginário coletivo o termo *Bolivarismo*, associado ao esforço de unidade, ampla e ambiciosa entre as nações Latino-americanas, apesar de que a proposta específica do caudilho, como produto de seu tempo, pretendia o governo de uma elite *criolla*, conservadora e centralizada. As versões posteriores, como o *neobolivarismo* ou o *movimento bolivariano* são interpretações da esquerda a favor do fortalecimento regional para manifestar a oposição contra a intervenção norte-americana.

Interpretamos que a tradição ibérica de procurar a integração política administrativa baseada em um forte centralismo fracassou parcialmente, porque funcionou no interior das nações, apesar de que, também, as lutas intestinas ameaçaram a unidade.

No extremo atlântico continental, os pensadores e políticos luso-americanos cautelosamente observavam os acontecimentos ocorridos com seus vizinhos. Existia no Brasil um cuidado extremo por conservar a unidade territorial, que além de garantir a apropriação das riquezas da variada região, fortalecia o império português perante o espanhol. A tradição ibérica de unidade seria continuada quando Pedro I proclamou a independência.

O deslocamento da enorme burocracia de Portugal para Bahia, em 22 de janeiro de 1808, para preservar, assim, o império da invasão napoleônica, começaria a ser um fator decisivo para a unidade territorial, peça chave na criação do Estado (BEYHAUT, G. e H., 1992, p. 25; LESSA, R. 2001, p.36). A integração nacional foi pactuada entre a elite imperial de marcado centralismo e os poderes locais; os senhorios, múltiplos e variados, na sua maioria sem força suficiente para se opor ao império, procuraram se aproximar às autoridades centrais para sobreviver. O governo só em alguns casos de insurreição atuou com grande violência⁷⁵, o seu interesse era controlar os senhorios locais, permitindo certa autonomia, mas porém, conservando sua obediência (LESSA, R. 2001; MAXWELL, K., 2002)

No Brasil se conseguiu gerar uma integração regional, embora não sem problemas, através da negociação vertical: o mais fraco conseguia acordos até onde permitia o poder do mais forte. O resultado foi uma vasta extensão governada a partir de um poder centralizado, que negociava com mandantes regionais de grande controle local.

A revolução social contra a colônia espanhola, aparentemente garantia a eliminação radical de uma ordem que exclui os poderes locais. De outro lado, o pacto dos poderes brasileiros com o próprio império português, parecia manter a velha ordem excludente. Paradoxalmente, o Brasil, sob a figura do império, preservou a unidade territorial e logrou a consolidação nacional através da integração entre as elites, ao passo que a formação das nações hispano-americanas foi *boicotada* pelos

⁷⁵ Casos separatistas importantes são a insurreição republicana das províncias nordestinas de Ceará, Paraíba, Pernambuco, e Rio Grande do Norte que intentaram fazer a *Confederação do Equador*, derrotada em 1825, a insurreição da Província Cisplatina que, com o apoio de Argentina e Grã Bretanha, emanciparia-se do Brasil formando a República Oriental do Uruguai (BEYHAUT, 1992, p. 27)

próprios grupos de poder que se sentiam excluídos, inaugurando o longo período de lutas intestinas. A seguinte citação resume o contraste entre ambos projetos:

El traslado de la corte primero y la proclamación del imperio después, dieron a Brasil, a diferencia de las naciones salidas de la colonización española, un gobierno local unificado desde los comienzos [...] no sólo evitó el desmembramiento territorial, sino que se pudo hacer una política de expansión – no siempre exitosa – [...] le permitió escapar a las guerras civiles que asolaron a las nuevas repúblicas de origen hispano y que no pasaron en Brasil más que de simples conspiraciones abortadas. Sin embargo, el lastre de un estructura social dominada por el gran latifundio y la esclavitud impidió que el poder político aprovechara cabalmente aquellas ventajas iniciales de su vida política” (BEYHAUT, 1992, p. 28)

A última parte da citação nos leva a refletir sobre o problema social que a integração nacional das duas regiões não resolveu: a incorporação ao Estado dos segmentos populacionais, que excluiu aqueles sujeitos que não cumpriam as expectativas civilizatórias de origem europeia, porque como diz criticamente Enrique Amayo:

A realidade econômico-estrutural do período colonial assentou as bases da *colonialidade*. Este é um fenômeno de longa duração extraordinariamente captado por Aníbal Quijano. Simplificando, esse fenômeno tem como um de seus componentes a idéia de que tudo que vem de fora, especialmente da Europa, é melhor; que os peruanos, andinos e latino-americanos em geral não servem porque em tudo são inferiores: tanto como homens quanto como cultura. Na verdade, nunca foram algo. A Europa e o Ocidente lhes deram tudo. (AMAYO, 1999, p.31)

Ainda tendo como base a idéia política cristã do bem comum, a discriminação foi determinante na formação de nossos países. Boa parte dos fundadores do Estado pertencia a uma aristocracia que culturalmente acreditava nos preconceitos sociais que a Ilustração tinha daqueles considerados não civilizados. Em relação a isso, Amayo continua assim a citação:

Antes do contato salvador com o Ocidente eram pagãos, idólatras, selvagens sem ciência e técnica úteis para o seu tempo. A Europa os salvou, cumprindo a sua missão civilizadora. Deu a eles: idioma, religião, ciência e técnica. Graças ao Ocidente, entraram à civilização (AMAYO, 1999, p.31)

Em outra parte, estavam os que *perderam a alma*⁷⁶, aqueles que começavam a ser parte das oligarquias que antes invejavam e que não estavam dispostos a compartilhar o obtido com os considerados inferiores. Foram muitos mestiços que, na América espanhola, participaram ativamente nas revoluções e que, no Brasil, encabeçavam os poderes locais.

⁷⁶ *Perder a alma*, assinala Amayo, inspirado em José Maria Arguedas, e sempre criticamente, consistiria no processo de, consciente e mimeticamente, adaptar-se ao Ocidente por considerá-lo o sumo da modernidade e paradigma da civilização atual e, ao mesmo tempo, renunciar ao não-Ocidental porque este só significaria atraso e barbárie (1999 p. 31)

O Estado latino-americano iniciaria pregoando a incorporação da população ao projeto nacional, porém paradoxalmente, tirando de fato os direitos econômicos e políticos dos estratos subordinados:

[...] para os pensadores e escritores da época, mais preocupados com os ingredientes sociais da reconstrução [...] a clivagem estrutural e cultural das sociedades em “civilização e barbárie” parecia ser o mais importante [...] para eles era mais evidente [...] um processo de desarticulação: o colapso do ideal ibérico da “incorporação social” e a dicotomização da sociedade em “gente de bom senso” e uma plebe cada vez mais enfurecida e inassimilável (MORSE, 2000, p.77)

A forma como um país obtém sua emancipação e como integra, é um fator indicativo de como desenvolverá sua organização sócio-política e, por conseguinte, como construirá seu Estado. A experiência das duas regiões ibero-americanas mostra, de um lado, que a luta civil não garante a consolidação de um projeto de nação forte nem em pouco tempo; por outra parte, nem o fortalecimento territorial nem a negociação entre oligarquias assegura um Estado soberano e inclusivo.

4.1.3 A Origem da Assimetria. O Fortalecimento de Estados Unidos e o Pan-americanismo.

No momento em que, na América Latina, a unidade que mantinha como princípio se desfez, na América do Norte a integração interna foi se construindo até se converter numa região hegemônica com peso mundial. A América anglo-saxônica, que aparentava uma desagregação maior pela heterogeneidade dos imigrantes e seu isolamento, além do desinteresse das instituições régias para unificar o processo colonizador, foi criando paulatinamente uma base de unidades comunitárias autônomas, porém com idéia de interação que posteriormente seria a base do Estado estadunidense. (PALMER, 2000, p.78-85; LIPSET, 2000. 75-80)

Associamos três elementos que facilitaram a integração dos colonos: a) desde seu local de origem, boa parte deles formava grupos com convicções definidas, que ante as dificuldades da migração (entre elas a expulsão), fortificaram a sua identidade no novo mundo; b) o sistema de crenças se manteve quase sem alteração porque não aconteceu o fenômeno da miscigenação com as sociedades originárias;⁷⁷ c) o exercício livre da prática de idéias ante a nova realidade construiria um sistema ideológico consolidado. (MORSE, 2000, p.71-87; LIPSET, 2000, p.78-85; PALMER, 2000, p.58-75)

⁷⁷ Há certo paralelo entre as colonizações das Américas anglo-saxônica e Portuguesa referente ao contacto dos europeus com os habitantes originários: uma falta de contato pelo isolamento tanto de colonizadores como de índios; a organização social das populações originárias em ambas regiões não tinham estruturas econômicas e político-militares suficientemente fortes para resistir à conquista; o seu sistema de crenças mítico-religiosas, científicas e culturais chocaram com o imaginário europeu ao grado da aniquilação dos índios. Já a América espanhola compartilha também esta última característica.

Os colonos da América do Norte não tinham uma idéia de governo estadual repartido entre a metrópole e a nova terra; em contraste com a invasão ibérica, não perseguiram uma missão civilizadora em nome de um Estado ou uma igreja, esferas que ademais consideravam separadas. (MORSE, 2000, p.71). A maioria dos grupos colonizadores vivia isolado uns dos outros, o que permitiria a coesão ao interior; quando acontecia o contato entre eles, fazia-se sob um sentido pragmático para afrontar problemas em comum. Ambos, elementos fortalecidos no tempo, seriam os princípios de um sistema de governo que garante a identidade grupal, a participação pública vantajosa e a autonomia.

Na obra dos *federalistas*⁷⁸ se ressumem os conteúdos fundacionais e as bases da Constituição de 1787, que até hoje se mantêm relativamente com poucas mudanças (PALMER, 2000, p.63-68; MORSE, 2000, p.75) Existiam diferentes visões sobre a nação, porém, conseguiram unir os critérios e conservar a identidade separada.

O desenvolvimento capitalista do Estado nacional estadunidense – consolidado depois da guerra civil – na procuração por matéria prima e por mercados, foi paulatinamente expandindo as suas fronteiras originais: desde os métodos originários de aniquilação,⁷⁹ a compra de terras,⁸⁰ até a invasão e apropriação de territórios.⁸¹ Quase definidos os limites territoriais atuais, o fortalecimento econômico e político dos Estados Unidos permitiu a expansão da sua hegemonia nas novas nações vizinhas, sem descartar a invasão territorial.

A primeira política exterior dirigida à América Latina foi a declaração do presidente James Monroe em 1823 ante o Congresso, quando definiu o papel dos EEUU ante a restauração européia⁸²: expôs uma série de princípios como “*el de no intervención, de no colonización o de aislacionismo, valederos para el futuro y oponibles sólo a las potencias europeas*” (BEYHAUT, G. e H., 1992, p. 151),⁸³ sendo os primeiros países latino-americanos em apoiar, o Chile e, paradoxalmente, a própria Colômbia (base do projeto bolivariano de afirmação regional) .

No percurso da história, foi formando-se o que se conhece como *Doutrina Monroe*. Em escritos anteriores à declaração, os estadistas Thomas Jefferson e John Quincy Adams, falaram sobre as

⁷⁸ Entre 1877 e 1878, *Os Artículos Federalistas* foram escritos pelos três ideólogos da formação de EU, Alexander Hamilton, John Jay e James Madison, que discutiram sobre as opções da ordem política, monarquia ou república, centralismo o regionalismo, criando uma proposta com elementos diversos.

⁷⁹ A primeira expansão se dá desde a costa leste à zona central através da aniquilação das etnias originárias.

⁸⁰ Luisiana, comprada à França em 1803; Flórida à Espanha, 1819; Alaska à Rússia, 1867, segundo BEYHAUT (1992, p. 152)

⁸¹ Aproveitando a separação do Texas do México, instigada por colonos estadunidenses entre 1835 e 1836, declarou-se uma guerra que é perdida pelo país hispano-americano e assim foi anexado o estado do Texas. Depois, pela incapacidade da ditadura de Antonio Lopez de Santa' Ana, em 1848, seriam perdidos, Novo México, Califórnia, Nevada e Colorado. Estes territórios significariam dos milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente a metade do México atual.

⁸² No contexto da presença russa na Alaska, da Inglaterra no Canadá e da intenção da Espanha para recuperar suas ex-colônias apoiados na *Santa Aliança* (BEYHAUT, 1992. p.151)

⁸³ No contexto da presença russa no Alaska, da Inglaterra no Canadá e da intenção da Espanha para recuperar suas ex-colônias apoiadas na *Santa Aliança* (Op. Cit. p.151)

características geopolíticas no relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina, alguns desses elementos foram incrementados ao pronunciamento original; depois, outros documentos com um perfil mais agressivo, seriam também usados para definir a política exterior dos estadunidenses.⁸⁴

Em 1885 foi publicado o livro *Our Country* de Josiah Strong, que falou de uma superioridade inata dos anglo-saxões. Assinalava também os perigos de esgotamento das terras livres, da urbanização exagerada e da incontrolável imigração. Mas, ainda, no mesmo ano aparece um artigo no “Hunt’s Merchant’s Magazine”; Gustavo e Hélene Beyhaut reproduzem parte de seu conteúdo:

Así como en la sociedad moderna el capitalista tiene al indigente en su poder, así entre las naciones, las ricas requerirán el servicio de las pobres, o causarán su destrucción. No debe ser lamentada la vigencia universal e irresistible de esta ley ... es mejor que una raza inferior se extinga, y no que resulte frustrado el desarrollo de una raza superior. (BEYHAUT, 1992, p.156)

Apareceria também o livro *The manifest destiny*, título que definiria a intenção da política exterior, no qual o militar John Fiske justificava a expansão ultramarina, a comercial e a colonial dos Estados Unidos. (BEYHAUT, 1992, p.156)

A atitude intervencionista foi levada à prática por Theodore Roosevelt, o mais fiel seguidor das posturas ideológicas do seu amigo pessoal, o historiador Alfred Mahan. Este, no livro *The influence of sea power on history*, publicado em 1890, argumentou que os Estados Unidos tinham uma missão cristã e civilizadora sobre os povos inferiores, que tinham que cumprir se apoiando na intervenção da marinha de guerra e mercante, do comércio e das possessões coloniais (BEYHAUT, G. e H., 1992, p.156)

Sob essa visão, que reforçava a filosofia do “destino manifesto”, Roosevelt participou na guerra de 1898 contra os espanhóis, na qual os EUA intervieram na luta cubana para conseguir a sua independência (que depois permitiria o controle das ilhas de Cuba e Porto Rico). Roosevelt tornou-se considerado herói de guerra e essa condição permitiu ser governador de New York e depois presidente dos Estados Unidos, aplicando na América Latina a política exterior conhecida como “Big Stick”.

A hegemonia estadunidense não seria só expandida à escala militar: a fórmula de maior sucesso foi a ligação comercial com os países americanos, iniciada antes da etapa intervencionista de Roosevelt. Em 1881, James G. Blaine, no seu primeiro período como secretário de Estado (presidências de James Garfield e Chester Arthur) propôs convocar uma conferência pan-americana que não foi aceita no congresso por precaução à reação europeia. Seria em 1889, na segunda vez

⁸⁴ Começo por uma carta enviada por John Quincy Adams em 1821 a Henry Clay, onde opinava “É inevitável que o resto do continente será nosso”; posteriormente, em 1823 Thomas Jefferson em outra carta destinada ao presidente James Monroe em que prediz uma rápida expansão dos Estados Unidos além das suas fronteiras. Embora estes pronunciamentos não apareçam explicitamente no documento da “Doutrina Monroe”, foram fundamentos do seu caráter interventor, concordam Fuentes e os BEYHAUT (Cf. 2000, p.374-413, 1992, p. 151)

que Blaine ocupou o cargo (presidência de Benjamin Harrison), que aconteceu a *Primeira Conferência Internacional Americana*, no próprio Washington.

As propostas foram a união aduaneira e um tratado de arbitragem obrigatório, porém, tanto América Latina como os próprios Estados Unidos impuseram políticas protecionistas. O rechaço da iniciativa pan-americana foi consequência da tendência histórica por consolidar projetos nacionais, ou seja, adequar um governo e um mercado dentro de um território autônomo com fronteiras bem delimitadas (ROCHA, 1997, p.4), antes do mercado externo. Ainda que suas propostas não foram aceitas, a capacidade de convocação foi evidente: contrastando com o Congresso do Panamá de 1826, a iniciativa anglo-saxônica logrou a assistência até do Brasil e Haiti. Foi assim que um ano depois, 1890, criara-se a *União Internacional das Repúblicas Americanas*, cujo bureau comercial estava na capital estadunidense. No século XX, o organismo, com altas e baixas,⁸⁵ acentuou o caráter hegemônico da potência em nosso continente, até deixar de funcionar depois da Segunda Guerra (BEYHAUT, 1992, p.155; FUENTES, 1992 p.483-92)

O século XIX definiu as propostas integracionistas *Bolivariana* ou *latino-americanista* e *Pan-americana* ou *anglo-saxônica* como as primeiras tendências a criarem blocos e regiões que refletiriam os interesses da nova situação geopolítica do continente. Terminamos este apartado reproduzindo as palavras de Carlos Fuentes:

En el siglo XIX, nos convertimos en huérfanos de nuestro propio capitalismo periférico, febrilmente canjeando nuestras exportaciones por importaciones europeas y norteamericanas a fin de mantener los esquemas de consumo en las clases media a superior, pero siempre posponiendo una consideración racional y radical para mejorar las fortunas de la mayoría. Los capitalistas reinantes de Europa y Estados Unidos retuvieron las ganancias e incrementaron los ahorros, rápidamente aumentando, con ello su productividad. Europa y Norteamérica produjeron su propio banquete. Nosotros les dimos los postres: chocolate, café, azúcar, fruta y tabaco. La frase de Alfonso reyes en este sentido, fue exacta: la América Latina llegaba tarde al banquete de la civilización (FUENTES, 1992, p.418)

4.2 A Integração Econômica

A prática concreta da integração na América Latina tem sido econômica “compreendida como um resultado de relações comerciais entre economias independentes no mercado mundial” (BALASSA, 1965, p. 38), apoiando-se em maior ou menor grau em concepções liberais para conseguir movimentação de atividades econômicas.

⁸⁵ A política estadunidense se manifesta desde as pressões militares de Teodoro Roosevelt (nas zonas consideradas de plena influência, o Caribe e América Central) às exageradas ambições das empresas norte-americanas, até a chamada política *Do Bom Vizinho*, desenvolvida por Franklin Delano Roosevelt, baseada nas negociações e leis internacionais, tentando tirar a impressão imperialista do Big Stick, porém, considerada como uma intervenção de baixa intensidade (BEYHAUT, 1992, p. 156; FUENTES, 2000, p.483 - 92)

A formação de zonas comerciais sob uma regulamentação comum foi o objetivo mesmo desde a reunião pan-americana, em 1889, mas, é a Comissão Econômica Para América Latina, CEPAL, que, na segunda metade do século XX, apresentou um projeto estruturado, desenvolvido pela primeira vez entre a década dos anos sessenta e oitentas. Surgiriam nessa época os Estados e os Sistemas de Integração Regional como os atores-agentes executivos da Integração, que, interagindo com os Impulsores globais, formariam o contexto da integração subordinada atual, experimentada desde finais dos anos oitenta.⁸⁶

A integração é considerada uma estratégia dos governos latino-americanos para superar o subdesenvolvimento, e foi impulsionada em momentos chave da história, procurando, no intercâmbio internacional, a saída da tensão interna segundo fala o economista Alejandro Dabat: “ [...] *se activó para hacer frente a las crisis económicas de la producción, de intercambio e de consumo que zozobraron en el interior de los Estados nación [...]*” (DABAT, 1994, p. 23),.

A integração econômica na América Latina envolve as concepções de “integração nacional” e “integração internacional” sendo que, na primeira, o Estado é um agente fundamental e, na segunda, o papel das empresas é o eixo. (BALASSA, 1965, p.40) O resultado seria um *processo de interação entre ambos os agentes*, porém, sendo o objetivo, a liberdade das atividades econômicas, a integração leva implícita a eliminação de obstáculos, “a abolição de restrições é um ato de integração econômica”, (BALASSA, 1965, p.41), quase sempre referida às medidas restritivas dos Estados.

No conceito de Bela Balassa (1965, p.41), a integração econômica não é conseguida de uma vez e com uma abrangência total; é um processo no qual vão se desenvolvendo aquelas medidas para eliminar “discriminações existentes entre unidades econômicas pertencentes a diferentes estados nacionais”. Cada medida prévia significa um nível diferente de integração, relacionados a libertação comercial, para ir ascendendo a outros componentes econômicos além das mercadorias. Os níveis são:

- Área de Livre Comércio. É o nível elementar, no qual “as tarifas são abolidas entre os países participantes, mas, cada país guarda suas próprias tarifas contra os não membros”.
- União Aduaneira. Um grau mais de interação em que se cria “uma barreira tarifária comum contra os países não membros.

⁸⁶ Inúmera bibliografia pode se encontrar desenvolvida pela CEPAL, a principal instituição organizadora da integração econômica, condensada nos números da “Revista da CEPAL”, que se edita desde 1976; na numero 50, de agosto de 1993, se faz uma comparação entre as duas etapas da integração. Uma outra referência das origens e significados da Integração é a obra de Raúl Grien (1994). Também pode ser consultada nossa tese de Mestrado (1997).

- Mercado Comum. É considerada uma forma mais elevada, porque se aplicam “não só as restrições de comércio, mas também, as mudanças de fatores são abolidas”, para criar uma normatividade conjunta em política cambial, fiscal, monetária, impostos internos, requerimentos não tarifários, etc.
- União Econômica. Significa o grau mais alto, com a unificação de políticas econômicas, fiscais e outras; e requer o estabelecimento de uma autoridade supranacional, cujas decisões sejam obrigações para os membros da comunidade. (BALASSA, 1965, p. 41-41)

A integração organizada através desse processo linear e por etapas originou os outros atores-agentes executivos, os SIR's, que perseguem, como objetivo, um dos níveis da integração. Os dois agentes executivos, os Estados e os SIR's, tomam as decisões para atingir a meta específica que se planeja no segundo, bem como, a integração, segundo a sua concepção nacional, leva implícita também a inclusão de processos sociais, que, no entanto, podem ser objeto da integração até obter a integração econômica total (BALASSA, 1965, p.39) Nesse sentido, o bem-estar social e o eficiente funcionamento político seriam considerados pelos administradores econômicos como resultado de estratégias bem planejadas e corretamente aplicadas.

A partir da década de 1950 começa a estratégia, organizando a integração segundo os níveis que a compõem.

4.2.1 A Primeira Experiência em Integração Econômica. 1958-1980

No período do pós-guerra (1950), a recém criada Organização das Nações Unidas (ONU), propôs como estratégia mundial erradicar o anacronismo econômico em todas as regiões, um dos fatores latentes de guerra, tanto no interior dos Estados como na comunidade internacional. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas foi encarregado de impulsionar o desenvolvimento econômico através de comissões nas zonas onde a pobreza fosse evidente. Em 28 de fevereiro de 1948, nasceu a CEPAL, instituição chave dos projetos econômicos de nossos países depois de 1950.⁸⁷

A CEPAL iniciou seu trabalho com duas atividades que marcariam história: o estudo da situação de atraso estrutural da região, feito por intelectuais convocados pela instituição⁸⁸: a análise

⁸⁷ As suas características se encontram na tabela 34, Anexo D.

⁸⁸ Cinco intelectuais foram os precursores do chamado “estruturalismo cepalino”: Raúl Prebisch, Aníbal Pinto, Celso Furtado, Juan Noyola e Jorge Ahumada. Criaram o plano teórico-interpretativo da “substituição de importações”, cuja base metodológica é estruturalista. Valenzuela Feijo, (1991, p.16), especialista em pensamento cepalino, menciona que Aníbal

identificou como principal problema a dependência de produtos importados de países industrializados, especificamente dos EUA. A segunda estratégia foi a proposta de medidas corretivas: aplicação de mecanismos para fortalecer a produção industrial interna e desenvolvimento do intercâmbio do comércio regional, veículo da inserção na economia internacional.

Nasceu assim a política de *Substituição de Importações*, conhecida também como **Modelo para o Desenvolvimento**, que colocava como objetivo fundamental o crescimento da estrutura produtiva até alcançar um alto nível econômico.⁸⁹

O complemento da política substitutiva foi criar regiões comerciais no continente e no Caribe, entre países de níveis semelhantes para facilitar a produção e o intercâmbio de mercadorias. A integração regional se considerou “*un perfeccionamiento teórico de las tendencias a la reciprocidad con la que el mundo de entonces pretendía paliar los efectos erosionantes de la insolidaridad creciente*” (GRIEN, 1994, p. 42)

Surgiu o que chamamos de **primeira etapa** na integração econômica Latino-americana, cujo objetivo foi a “*Búsqueda de un subsistema regional que permitiera un mayor grado de interdependencia económica entre los países de la región [para] depender cada vez menos del capital y las determinaciones de los centros industriales*” (VACCHINO, 1989, p. 59) O planejamento da CEPAL contemplou três conceitos básicos: preferência comercial, reciprocidade e compensação multilateral dos pagamentos (VACCHINO, 1989, p. 223).

Foi criada uma instituição coordenadora geral, a *Associação Latino-americana de Livre Comercio* (ALALC), posteriormente transformada na *Associação Latino-americana de Integração* (ALADI), logo da crise da estratégia de substituição de importações, quando se pretendeu ultrapassar o objetivo de Livre Comercio, e fazer da integração uma política econômica abrangente.⁹⁰

A ALALC instituiu *tratados comerciais* através de *SIR's da primeira geração*, os quais se organizaram segundo a situação geográfica que facilitara políticas comuns, o paralelo no nível econômico e pela experiência de coordenação no passado.

Pinto justificou o método estruturalista por ser uma “aproximação teórica que se concentra nas variáveis mais importantes da economia, ou seja: i) são relativamente mais permanentes; ii) exercem uma influência relativamente mais decisiva na evolução global do sistema”, sendo três variáveis eixos no estudo da América Latina: a) formas de organização produtiva; b) pautas distributivas e c) formas de relacionamento externo; as duas primeiras recuperam a tradição clássica de David Ricardo e Karl Marx, a terceira considera o caráter subdesenvolvido e *dependente* de nossas economias.

⁸⁹ A substituição de importações supôs as seguintes etapas para lograr a autonomia e o intercâmbio das economias regionais: a) conter compras externas; b) provocar a reativação da indústria existente; c) substituir paulatinamente produtos trazidos do estrangeiro segundo os ritmos da reativação da indústria regional (ponto chave da teoria); d) em etapa posterior, incrementar significativamente as exportações. Porém, tentando manter tais procedimentos, o modelo significou um constante processo inflacionário, visto como um mal necessário; criou também um Estado sumamente protecionista e interventor da economia, suplantando muitas vezes o papel da iniciativa privada, Loza (1997, p.56)

⁹⁰ As características da ALALC e ALADI podem ser consultadas no Anexo B, tabelas 19 e 20.

Nasceram, assim, o *Mercado Comum Centro-americano* (MCCA), formado por a Guatemala, El Salvador, Honduras e a Costa Rica⁹¹; O *Grupo Andino* (GRAN), com a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Bolívia⁹² e a *Caribbean Common Market*, CARICOM.⁹³ A ALALC organizava diretamente as políticas de intercâmbio comercial do México e dos países do Cone Sul: a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai e o Uruguai.

Surgiu também uma instituição para apoiar a primeira etapa de integração, o *Sistema Econômico Latino-americano* (SELA), organismo de análise, que tem tentado ser um organismo crítico do processo. Apareceria um dos atores impulsores da integração, o *Banco Interamericano de Desenvolvimento* (BID), organismo financeiro que será definitivo nas políticas de integração⁹⁴.

Nos primeiros anos, houve uma expectativa favorável na iniciativa integracionista: o desenho, as projeções e as circunstâncias comerciais internacionais favoreciam o alcance efetivo das metas; os Estados latino-americanos se converteram nos atores-agentes executivos da integração, que apoiaram, investindo importantes recursos econômicos e humanos para consolidar os outros agentes executivos do processo, os SIR's. Conquanto, as perspectivas foram diminuindo devido a vários fatores.

Em 1991, preâmbulo da nova era integracionista, a CEPAL convocou o balanço do significado daquela etapa; o especialista Alexandre Stakhovitch assinalou as condições do fracasso da integração cepalina:

- i) *Voluntad política insuficiente y entre otros factores, retorno en fuerza de los nacionalismos y los conflictos que conducen a retiros de participación.*
- ii) *Condiciones estructurales inadecuadas: existencia de países dominantes y de un desarrollo demasiado desigual; pero también complementariedad insuficiente; equilibrio inadecuado de homogeneidad y heterogeneidad.*
- iii) *Conceptos económico-comerciales insuficientemente profundizados o poco realistas.*
- iv) *Ausencia de personalidades suficientemente talentosas, formadas y especializadas.*⁹⁵
- v) *O aspecto más simple: Cuanto más grande sea o número de miembros, tanto más difícil será o funcionamiento de un sistema* (STAKHOVITCH, 1991, p.78)⁹⁶

Grien assinala que os momentos de grandes expectativas foram entre 1960 e 1965 para a ALALC e o MCCA e de 1970 a 1975 para o GRAN. Depois se apresentaria um desenvolvimento

⁹¹ Panamá, devido ao estreito relacionamento com os EUA pela administração estadunidense do Canal, participaria no SIR até finais dos anos oitenta, quando o MCC foi reativado na integração de nova geração.

⁹² A ditadura de Pinochet separa o Chile do Pacto Andino em 1975, argumentando discrepâncias com seus sócios e por sua opção de desenvolvimento individual (a sua estratégia monetarista contraria ao espírito da integração desses anos).

⁹³ As características do MCCA, CARICOM e GRAN podem se consultar nas tabelas 21, 22 e 23.

⁹⁴ SELA e BID descritos nas tabelas 37 e 35.

⁹⁵ Consideramos esta conclusão precipitada, porque como assinalávamos anteriormente, desde a primeira equipe, a CEPAL formou uma escola regional inovadora e preocupada por encontrar respostas à crise estrutural. Pensamos que a verdadeira falta de pessoalidades aconteceu nos aparelhos administrativos, que partiam da errática atitude de tentar "aplicar" modelos, além das interpretações parciais e burocratizadas que fizeram dos projetos, incapazes de combinar propostas e cenários reais.

⁹⁶ Junto a essas características, consideramos a excessiva burocratização dos SIR's um outro elemento que obstaculizou o dinamismo próprio do intercâmbio comercial; por exemplo, a estrutura do MCCA contava com mais de cinquenta organismos, muitos deles repetindo funções

vagaroso , oscilante e questionado da integração, entre o 1975 a 1980, para concluir com o estancamento e esgotamento do integracionismo cepalino entre 1980 e 1990. O autor diz que teria ocorrido um choque entre a *justificação técnica*, baseada na teoria integracionista mais ou menos ortodoxa e a *justificação prática*, derivada da compulsão conjuntural. (GRIEN, 1994, p. 361)

A primeira etapa da integração não pode se qualificar de fracasso total. Outro especialista convocado para a mesma avaliação, Rômulo Almeida, assinala que se apresentou uma expansão comercial entre as maiores economias da América Latina: entre os anos 1962 a 1977, aumentaram os fluxos comerciais na Argentina de 12.7% a 24.3%; no Brasil de 6.3% a 12.2% e no México de 2.7% a 10.8% (ALMEIDA, 1991, p.172). Também aconteceu o crescimento do intercâmbio nos SIR's do GRAN e do MCCA, o que foi reconhecido como exemplo das possibilidades de integração, que incrementou o seu intercâmbio de 4% antes do tratado para 24% em 1968.⁹⁷

As condições adversas da chamada década perdida, não permitiram continuar a estratégia da integração, ainda que fosse criada a ALADI para dar vitalidade ao processo; seria sobre a base do agressivo modelo neoliberal, que iniciou a nova etapa da Integração econômica na América Latina.

4.2.2 A Integração Econômica Neoliberal.

O Modelo Substitutivo de Importações se desmoronou nos anos oitenta. Para tratar de salvar as economias, recorreu-se a empréstimos massivos provenientes dos países industrializados entre 1973 e 1979 e 1980 a 1982. Porém a produção e comercialização da América Latina não responderam aos créditos solicitados, detonando em 1987 a chamada "Crise da Dívida", que segundo assinala Nora Lustig (1995, p.51) foi *sistêmica*, ou seja, produto da própria organização socioeconômica e da debilidade produtiva da América Latina, na qual a responsabilidade não foi só dos devedores, também do excessivo otimismo dos agentes econômicos que outorgavam os créditos, assim como, da insuficiente informação prévia para advertir os perigos de sobre-endividamento.

Os saldos foram alarmantes: em 1987 a dívida externa da América Latina foi de 409.8 bilhões de dólares, com 5% de juros cobrados pela banca credora (LUSTIG, 1995); foi equivalente a 56% do PIB da América Latina nesse ano crítico (SUNKEL, 1994, p.40); a crise da dívida gerou, na América Latina, 60 milhões de pobres. (SIPRO, 1995, p.11)

Para Ruy Mauro Marini, na crise aguda dos anos oitenta está a explicação da anemia de nossas economias:

⁹⁷ Para consultar dados econômicos dos resultados da integração na sua primeira etapa, consultar "Capítulo XI Avaliação dos resultados" do livro de Raúl Grien (1994, p 361-96)

Urgida de crear saldos comerciales capaces de garantizar las transformaciones de ingreso al exterior (que no configuran exportaciones de capital, como se suele decir, puesto que no proporcionan a la región retorno alguno), América Latina ha echado mano de la contención de la demanda e incluso, artificialmente, de los subsidios a la producción y a la exportación. Con ello ha jugado para aumentar la oferta mundial de bienes, con la consiguiente caída de precios, con lo que a la sangría representada por el pago del servicio de la deuda, se añaden las transferencias de valor vía precios. En la medida que esa política se ha llevado a cabo deprimiendo el nivel de vida de la población y sustrayendo recursos a la inversión productiva, los países latinoamericanos han sido conducidos a la estagnación, a la inflación y al desempleo[...] (MARINI, 1993:48)

A paralisia pelo endividamento fazia os países pensar antes na sobrevivência que na integração comercial, sendo nulas as atividades dos SIR's. Posteriormente, com o processo de negociação da dívida, a integração econômica foi proposta de novo, mas sob os critérios do neoliberalismo, surgindo a *Segunda Etapa da Integração*, dez anos depois do estancamento da estratégia integracionista da primeira etapa.

Os parâmetros do livre comércio foram impostos como requisito para negociar a dívida latino-americana; especificamente o chamado *Plano Brady*, condicionou a assinatura para renegociar os acordos de "saneamento" das economias regionais, através da aplicação do reajuste neoliberal.⁹⁸ Os propulsores do modelo auguraram resultados ótimos se fossem seguidas corretamente as indicações chaves, principalmente referidas à abertura comercial, que levaria ao fortalecimento macroeconômico e à movimentação posterior de recursos na micro-economia.

O BID se converteu no principal agente impulsor do neoliberalismo e da nova integração, propondo as medidas chamadas de *Políticas de Estabilidade Estrutural* (PEE); o seu presidente, o uruguaio Enrique Iglesias, resumiu a aplicação consecutiva de três "pacotes" de medidas para o saneamento econômico: O primeiro pacote, o mais radical e abrangente, consistia em procedimentos para modificar bases estruturais e ampliar a capacidade competitiva internacional de nossos países; o segundo, era para gerar novas fontes de emprego, baseadas na ampliação da base produtiva e na tecnologização, porém, só depois de obter resultados positivos no comércio global; o terceiro e último pacote, eram medidas para "o melhoramento das brechas na inversão social", mas, só como consequência da eficiência dos passos anteriores (IGLESIAS, 1995, p. 208-9). As medidas mais importantes do primeiro pacote para América Latina enfatizaram três princípios chaves: abertura comercial e financeira das economias nacionais, flexibilização das legislações sobre o trabalho e desregulamentação das políticas sociais.

O BID convocou entre 3 e 5 de setembro de 1996, a *Conferencia Internacional Teoria e Prática do Desenvolvimento*, na qual foi feito um balanço sobre a aplicação das PEE's; ainda estando no

⁹⁸ Para o significado e conteúdos gerais do neoliberalismo, pode-se ver a nota 14 da terceira parte.

seu primeiro nível, a avaliação foi positiva, porém, foi aceito que os câmbios nas estruturas econômicas nacionais provocavam consequências negativas para a população.

O resultado foi a organização de um compêndio das diretrizes de política econômica, modificando, corrigindo e melhorando as medidas neoliberais. Esse resumo foi complementado com pautas além da economia: a) consolidação do processo democrático; b) defesa dos direitos humanos; c) defesa da biodiversidade sob o esquema de exploração sustentável, d) busca do desenvolvimento econômico através da abertura comercial; e) erradicação do narcotráfico e f) luta contra o terrorismo. (este último fortalecido depois do fatídico 11 de setembro). O BM, FMI, BID e a OMC aceitaram a síntese como guia de princípios para dirigir seus programas. E assim tornou-se conhecido esse evento como *Consenso de Washington* (FERRER, 1998, p.53-55; WANDERLEY, 2003, p.107-8)

Na reorganização da integração regional se conservou aos SIR's da etapa anterior, porém estes agentes executivos adaptaram os seus procedimentos sobre as linhas neoliberais; a ALADI, substituindo a ALALC, e o tratado regional amplo que coordena a estratégia, mas, eliminou as cláusulas particulares para dirigir o intercâmbio do México, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Argentina, porque esses países formaram novos sistemas, paradigmáticos na integração atual: NAFTA e MERCOSUL.

Na nova etapa da integração se manifestam oito agentes executivos SIR: três re-estruturados: *Caribbean Community Market* (CARICOM); *Sistema de Integração Centroamericano* (SICA); e *Comunidade Andina de Nações* (CAN) e cinco de nova criação, MERCOSUL, NAFTA, *Associação de Estados do Caribe* (AEC), o Grupo dos Três (G-3) e *Tratado de Livre Comércio México-Triângulo do Norte* (TLC M/TN)⁹⁹. Ademais existe o projeto de formar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

A principal característica desses atores-agentes é o objetivo de integração que pretendem, segundo os níveis que Balassa identifica, mas, também são parâmetros para estabelecer sua classificação, o relacionamento com os Estados que os constituem, o desenvolvimento que tem alcançado, e o posicionamento na geopolítica continental¹⁰⁰:

- A. Agentes direcionados a uma integração total: MERCOSUL e CAN, o seu objetivo é a União Econômica; entre ambos existe uma tendência a estabelecer maior cooperação.

⁹⁹ No anexo C, aparecem os membros, as datas de fundação, a institucionalidade, os objetivos e características principais de cada um.

¹⁰⁰ Qualificamos de Agentes aqueles SIR's que têm capacidade de gerar mudanças na integração regional e, de atores, os que só participam sem muitas possibilidades de transformar os cenários. Para sua classificação, utilizamos alguns elementos da análise institucional da integração, da qual participamos na Universidade de Guadalajara (ÍNGUEZ; LOZA; RIOS; ROCHA, 2001)

- B. Agente que, pela importância hegemônica do seu principal membro, os Estados Unidos, pretende sua expansão: NAFTA, embora pretenda só o nível elementar de área de Livre Comércio entre três países, sua projeção em ALCA tenta incorporar o continente.
- C. Atores com intenção de serem incorporados a um sistema hegemônico: CARICOM e SICA. O primeiro aspira a um Mercado Comum, o outro pretende a União Econômica; O CARICOM constitui um caso especial devido a seu relacionamento estreito com a UE, com a qual pretende alcançar o nível de União Econômica¹⁰¹ O SICA, por sua vez, pela baixa capacidade de incorporação aos mercados mundiais, pretende ser incorporado diretamente ao NAFTA.
- D. Aqueles atores que não ultrapassam o nível elementar de Zonas de Livre Comércio, e que são a maioria. Acordos bi ou trilaterais, que por sua vez se dividem em:
 1. “Simétricos”: firmados entre economias com certos aspectos semelhantes, AEC, G-3, ou os bilaterais como México-Brasil.
 2. “Assimétricos”: entre economias fortes e as que não são, por exemplo, os acordos entre a união Européia e diversos países de América Latina, ou o TLC M/TN; como o caso principal e o SIR NAFTA, experimentado entre EUA e Canadá, com um nível econômico aproximado e superior ao terceiro membro, o México; por suas características particulares o colocamos em outra categoria.

Os SIR's são referências básicas para a integração atual, interagindo diretamente com os outros agentes executivos, os Estados, os quais constituem seu núcleo, e tem formado instituições que pretendem consolidar como instâncias supranacionais (ROCHA, 1997, p. 25; 2000).

Embora os SIR's tenham construído uma institucionalidade planejada, pensamos que a complexidade burocrática não garante sua funcionalidade. O excesso de medidas entorpece a fluidez e flexibilidade que o comércio atual demanda, causando controvérsias com outros agentes e atores da integração, sobretudo com as empresas transnacionais e seus sócios nacionais, as novas elites. Ainda, entre os próprios Estados membros, ocorrem disputas pela flexibilização das regras para o fluxo comercial.¹⁰²

Ambos os atores-agentes executivos, Estado e SIR's, são necessários para desenvolver a integração regional, não só por serem sujeitos de planificação e coordenação das políticas, mas também, porque garantem o principal objetivo: crescimento econômico. Balassa (1965, p. 45-48)

¹⁰¹ Pretendem um relacionamento, como o acontecido entre os novos países incorporados aos EUA em 1o de maio de 2004, Chipre, Eslovenia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, República Checa y República Eslovaca.

¹⁰² Um caso recente é a polêmica gerada pela aplicação de restrições tarifárias aos eletrodomésticos provenientes do Brasil para Argentina, no interior do MERCOSUL; nos momentos em que o governo brasileiro tentou aplicar as regras do sistema, os impostos que a Argentina cobraria por estas exportações socavam na prática a criação de políticas mercantis comuns da região. Pode se observar o andamento das negociações na imprensa escrita de ambos os países no mês de julho de 2004.

observa que a integração econômica em países em desenvolvimento é uma política nacional, pois o principal objetivo está na maximização da taxa de crescimento; fala também que o livre comércio não é suficiente para se conseguir um intercâmbio comercial internacional, porque existem divergências em política monetária, fiscal e, em parte, social, que necessitam de certo grau de intervenção governamental para seu controle.¹⁰³ Por outro lado, Balassa assinala a utilidade das uniões regionais (papel dos SIR's), porque atingir o objetivo de integração pode ser mais fácil entre um grupo menor de países e com cercania geográfica, obtendo-se um grau de solidariedade para afrontar problemas e usufruir os lucros mútuos.

Embora essas afirmações estejam contextualizadas na primeira etapa da integração, permanecem atuais, porque os Estados são o eixo das decisões e os SIR's se mantêm como instâncias coordenadoras. O desenvolvimento da integração e o papel de ambos os executivos nos remetem ao assunto da subordinação.

4.3 A Subordinação da Integração Latino-americana.

As situações geopolítica e geoeconômica do continente determinam as práticas integracionistas em qualquer das suas manifestações históricas: o lugar que os Estados e as economias ocupam na disposição de poder do capitalismo mundial e a dinâmica dos grupos de interesses ao interior dos Estados latino-americanos.

A **geopolítica**, conceito surgido no ambiente militar para calcular as forças do inimigo, segundo define o especialista Jaime Preciado (2000, p 136), é a dinâmica das negociações que se estabelecem entre países devido à influência da "*ubicación geográfica, el tamaño del territorio nacional y el acceso a ciertos recursos*". Estes elementos configuram as estratégias das nações na participação externa, definindo seu papel e desenvolvendo seu poder.

No mundo globalizado, os critérios de estratégia territorial para se apropriar dos recursos estratégicos, continuam sendo chaves da dominação; mas, o seu controle econômico, dependendo diretamente das características do lugar onde se localizam, combinam-se com o domínio das correntes produtivas, comerciais e financeiras que hoje se conectam através de redes tecnológicas e se constituem componentes da hegemonia mundial. Nessa idéia nos baseamos para dizer que existiria uma dimensão também *geoeconômica* para medir as forças de sócios e concorrentes.

¹⁰³ Balassa falou na época, pela experiência que observava, especialmente na ALALC, que a coordenação do comércio em escala mundial, além de ser oneroso, implicava o abandono de soberania do Estado, elemento que no futuro imediato via improvável (BELASSA, 1965, p. 45).

A sociedade em rede se conforma por uma ordem na qual a geopolítica e a geoeconomia definem “status pós-bipolares” (PRECIADO, 2000, p. 135), que se pode determinar, pelo posicionamento na rede, os atores que participam, os que não participam e os que a controlam. Continuando com o autor: *“Estas transformaciones de las relaciones entre el mundo desarrollado y el subdesarrollado luego del fin de la bipolaridad parecen disminuir la importancia del Tercer Mundo, su capacidad de influencia y sus posibilidades de integración a las redes mundiales de interdependencia”* (PRECIADO, 2000, p. 135).

A partir das suas respectivas circunstâncias geopolíticas e geo-econômicas, a América Latina e os Estados Unidos têm desenvolvido uma realidade assimétrica; o processo foi se evidenciando a partir do século XVIII e tomando características particulares nos diferentes períodos. Ainda que um enorme território e recursos naturais imprescindíveis para o mercado capitalista, a América Latina não conseguiu uma posição continental forte porque os relacionamentos foram feitos separadamente por cada nação; a capacidade de consolidar o seu Estado permitiu aos estadunidenses, além de crescer geograficamente, desenvolver economia e política hegemônicas.

Consideramos que a geopolítica e a geoeconomia explicam as bases materiais da subordinação. Mas é a hegemonia que explica as justificativas da dominação ideológica. A **hegemonia** pode se definir considerando alguns elementos que Antonio Gramsci aportou, como a luta entre grupos de uma sociedade política organizada (embora não privada de conflitos internos), para fazer prevalecer sua visão do mundo e obter poder.

Esta situação de luta entre sociedade política e civil, como Gramsci destacou, ultrapassou a arena no Estado-nação para o terreno internacional, no qual Estados debilitados, necessitados de riqueza e notadamente dirigidos por elites convencidas do discurso hegemônico dos Estados Unidos, facilitaram a situação de subordinação. A identificação com o imaginário do dominador é uma das fontes de poder dos impérios, como fala Negri.

A interferência estadunidense usualmente se associa com as intervenções militares, as pressões diplomáticas e as ameaças econômicas, não obstante, o conceito permite entender que também determinações dos Estados Unidos, as que mostram abertamente os seus interesses, também são aceitas racionalmente sem precisar da ingerência física direta, porque a hegemonia:

[...] trata-se de um conceito empregado basicamente para caracterizar a capacidade que um grupo que tem de dirigir eticamente e estabelecer um novo campo de liderança. Mas como a palavra tem origem militar, muitos a aproximam da idéia de monopólio ou uso intensivo do poder, quer dizer, vêem-na muito mais como sinônimo de força, autoridade, imposição (NOGUEIRA, 2003, p.64).

O modelo de organização social e internacional dos EUA, que no século XIX começou a se expandir, formou paulatinamente uma imagem atrativa para as elites da América Latina, que tentaram agir segundo as suas diretrizes; as políticas estadunidenses foram obtendo uma influência cada vez maior nas decisões sub-regionais. As invasões diretas dos *Marins* nos países latino-americanos, que chegou até o período da lógica bipolar de *Seguridade Continental*, não foi a única forma de exercer controle na América, a dependência econômica e o poder do seu discurso são outras maneiras de manter a hegemonia, às vezes muito mais eficazes.

Na atual ordem mundial as necessidades das elites latino-americanas para se integrar ao círculo comercial global, validam os princípios neoliberais; de novo, e com mais força, o projeto neopanamericanista foi aprovado voluntariamente, sem desconsiderar o poder das sanções econômicas dos organismos financeiros, as empresas e a elite econômica norte-americana, para impor os critérios neoliberais. Mas, nos marcos da concorrência pelo mercado global, a imposição do neopanamericanismo¹⁰⁴ é também uma necessidade estadunidense.

Na sua análise do relacionamento EUA-América Latina, Luis Ayerbe estabelece que a hegemonia desse país tem organizado seus princípios segundo uma “Agenda Internacional”, as bases com que dirige sua política mundial (AYERBE, 2002).¹⁰⁵ Assinala que desde a administração do governo Clinton o elemento econômico é um dos critérios prioritários para a manutenção e expansão da sua hegemonia:

Com o avanço do processo de liberalização das economias das décadas de 1980-90, a abertura dos mercados promoveu avanços significativos na diminuição de barreiras à livre circulação de mercadorias e de capitais. Após a Vitória na definição da tendência, a agenda passa a priorizar ajustes localizados. Destacaremos três que incidem especialmente nas relações com a América Latina e o Caribe: [...] estender as regras e os acordos internacionais para áreas novas, como serviços, corrupção e padrões trabalhistas, intensificar o trabalho da OMC [...] na agenda comercial e ambiental (op.cit.:p.16) [...] Promover a abertura dos mercados para todos os bens e serviços nas economias em desenvolvimento e em transição (op.cit.:p.28) [...] Obter do Congresso a renovação da autoridade para acordos comerciais, incluindo o *Fast Track* (op.cit.:p.28) [...] Esse último objetivo não será atingido pela administração Clinton. Rebatizado pelo governo de George W., Bush como *Trade Promotion Authority* (TPA) será aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente em agosto de 2002 (AYERBE, 2002, p. 5-6)

Coincide também o especialista Howard J. Wiarda, dizendo que se formou um novo consenso nos EUA referido à América Latina, e assinala três elementos básicos e relacionados:

¹⁰⁴ O prefixo “neo” pretende dar conta da sua presença na atual fase histórica; além das decisões do Estado norte-americano, no neopanamericanismo, evidenciam-se as influências dos organismos financeiros mundiais e as multinacionais.

¹⁰⁵ Dirigir-se à análise documental que Ayerbe faz dos materiais-chaves do Departamento de Estado: *America's Overseas Presence in the 21 st Century* (1999), *U.S. Department of State Strategic Plan* (2000) e *Final Report from The Withe House Conference on Culture and Diplomacy* (2000) no artigo “A Política externa dos Estados Unidos nos Governos Clinton e Bush com a América Latina” 2002.

a) énfasis en la promoción de la democracia y los derechos humanos; b) énfasis en el libre comercio (o al menos el comercio 'equitativo') y la integración económica; c) énfasis en los mercados abiertos, la reducción del Estado y las privatizaciones [...] (WIARDA, 1998, p.39)

As agendas internacionais contêm os critérios para proteger a integridade dos Estados Unidos ante uma situação na qual se sente ameaçado. A integração pan-americana faz parte dos seus interesses nacionais: no ponto “Prosperidade Econômica” se fala em desenvolver a estratégia de “abertura de mercados externos para aumentar o comércio e liberar o fluxo de bens, serviços, e capital (AYERBE, 2002, p.5), e que justifica sob o imperativo moral que os EUA têm sobre “o combate a pobreza e à desigualdade no mundo em desenvolvimento” (AYERBE, 2002, p.6).¹⁰⁶

A seguridade nacional não só enfoca a defesa militar, também a proteção econômica frente à concorrência internacional, daí sua estratégia de Expansão da economia aberta. Diz Enrique Amayo:

[...] en la visión que los EUA tiene de sus intereses nacionales, éstos "crecientemente diluyen las demarcaciones entre los asuntos domésticos y los internacionales".¹⁰⁷ Eso explica porque ese país, para obtener lo que quiere, usa todo tipo de presión ya que, en su opinión, eso es legítimo cuando lo querido forma parte de lo que define como sus intereses nacionales; simultáneamente legitima así la expansión y/o control de territorios fuera de sus fronteras (Amayo, 2003, p.6)

O primeiro passo concreto de impulsionar a integração regional neo-panamericana, foi a partir da “Iniciativa para as Américas”, em 1990, proposta da administração de George Bush pai, cuja materialização foi a assinatura do acordo NAFTA o TLCAN, em novembro de 1993.¹⁰⁸ Nas diferenças entre a integração da primeira etapa e a atual, podem-se encontrar dois elementos que evidenciam a hegemonia do pan-americanismo.

1. No passado, a intenção da integração foi fortalecer a região latino-americana perante as acometidas econômicas das potências mundiais; deu-se prioridade ao mercado interno e se tentou fazer intercâmbios regionais. Hoje, a motivação é inversa: o objetivo é participar do jogo globalista através da estratégia agressiva de abertura econômica e comercial, mesmo sabendo os resultados negativos para a estrutura tradicional das nações latino-americanas. (CEPAL, 1991; URQUIDI e VEGA, 1991, SELA, 1992; GRIEN 1994, ESTAY 1997, ALIMONDA, 1998, REDIR, 2001)¹⁰⁹

¹⁰⁶ Contidos especificamente no documento *U.S. Department of State Strategic Plan (2000)*, diz Ayerbe.

¹⁰⁷ Amayo cita a Ayerbe, em **O Ocidente e o "Resto". A América Latina e O Caribe na Cultura do Imperio**. CLACSO - Conselho latino-Americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, 2003, p. 61.

¹⁰⁸ A iniciativa pode se definir como “[...] una estrategia integral (económica, política e militar) de integración continental / hemisférica. En ésta estrategia, o TLCAN, como macro-sistema, está destinado a jugar el rol hegemónico de polo articulador del continente. En esta medida, se ha comenzado la organización de lo que sería su área de influencia geopolítica, o mejor, se han dado inicio al ordenamiento de microsistemas regionales de países de América Latina en función de sus perspectivas hegemónicas.” (Rocha, 1997, p.176)

¹⁰⁹ A bibliografia citada refere-se a diferentes momentos que narram tanto as características anteriores quanto as atuais; em qualquer bibliografia sobre integração latino-americana, perceberam-se as características que permitem a comparação.

2. Antes, a integração se colocou exclusivamente entre países latino-americanos, hoje, temos o México participando ativamente com os Estados Unidos no NAFTA. Esta situação não só expressa o primeiro grande passo para gerar a zona total de livre comércio nas Américas (ALCA),¹¹⁰ como evidência, também, o novo jogo geopolítico mundial e define o perfil das novas elites latino-americanas. (LOZA, 1997, cap. 2)

O pan-americanismo acentua os traços de subordinação das relações econômicas continentais, consequência da realidade geopolítica do continente. A subordinação é estrutural, porque nossos países mantêm aparatos produtivos que não respondem satisfatoriamente às necessidades econômicas internas e externas; mantêm-se instituições políticas que não garantem a inclusão de atores diferenciados, deixando assim as decisões para as elites. Estas aplicam modelos de desenvolvimento dos países centrais e são elas as beneficiadas pelo intercâmbio proposto pelas instâncias hegemônicas. O resultado seria um modelo de *Integração Subordinada*, nosso ponto de chegada, à qual definiríamos a continuação.

A Integração Subordinada é um mecanismo teórico-instrumental que tenta criar uma região comercial estendida por toda América, sujeitando as sub-regiões latino-americanas aos critérios das empresas transnacionais e aos interesses estadunidenses em sua concorrência pela hegemonia do mercado mundial; apóia-se nos critérios do globalismo, aceitos e praticados pelas elites econômicas e políticas nacionais concordantes com as medidas neoliberais. É uma situação de privilégios para certos grupos e de exclusão para outros, os que não cumprem as condições de participação nas atividades prioritárias para o intercâmbio regional. A situação de exclusão se acentua porque o Estado não tem desenvolvido uma estrutura de contenção para contra-balançar os efeitos negativos da abertura comercial (seguro de perdas, inversão para elevar a produtividade, condições para um mercado interno que consuma a produção dos grupos não participantes na integração econômica, etc.)

Na integração subordinada, as decisões sobre políticas econômicas são monopolizadas pelos organismos financeiros e pelas empresas, guiados pelos parâmetros do consenso de Washington. No nível continental, excluem-se nações e SIR's menos fortes; no âmbito nacional, excluem-se grupos econômicos não prioritários e atores políticos opositores. A subordinação também se apresenta no interior dos SIR's, sendo o caso mais claro o NAFTA, onde as decisões com maior peso são dos EUA.

Uma integração latino-americana, o bolivarismo, como afirmação da soberania econômica latino-americana, por enquanto não tem possibilidades de se desenvolver em um plano continental e com ações concretas, embora fazendo parte da retórica eloqüente de governantes. A integração

Como os documentos *A nova etapa da integração regional* do SELA, *Transformação Produtiva com equidade* da CEPAL, Livros como *Umas e outras integrações*, compilado por Victor Urquidí o *Passado e presente da integração econômica* de Jaime Estay, dos utilizados aqui.

econômica da região tem resultados positivos que a unidade da região nunca experimentou . Nem na primeira etapa de integração, quando instituições regionais trabalharam para lográ-lo, os interesses das elites e a pressão do panamericanismo impediram-no. Hoje também não; a existência de SIR's regionais não significa ter um modelo alternativo à integração pan-americana. O neoliberalismo dos anos noventa subordina a integração às decisões hegemônicas globalistas.

O que existe são esforços para lograr uma melhor posição da nossa região nas negociações, como proporem projetos bem como a *Comunidade Latino-americana de Nações*, CLAN ou as posturas para renegociar a ALCA.

5 MERCOSUL E NAFTA: DESCRIÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E COMPARAÇÃO.

Os atores executivos da integração são os Sistemas de Integração Regionais e os Estados. Ambos implementam de maneira particular as tendências globalistas de formação de zonas de intercâmbio econômico-comercial no redor do mundo. A dialética de sua interação mútua com outros atores-agentes, forma o Contexto Regional da integração. Nesta parte, concentramo-nos primeiro na definição, a conduta estratégica e a ação concreta dos atores SIR's: MERCOSUL e NAFTA,¹¹¹ que mostram duas formas de integração desenvolvidas por países latino-americanos: a participação de economias apenas da região (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai); e a associação direta do México com duas das economias mais fortes do mundo (Estados e Canadá).¹¹²

Ambos os sistemas são SIR's de nova geração, ou seja, modelos de integração econômica neoliberal de abertura dos mercados e das finanças para inserção na economia global; os membros passaram por um processo de flexibilização de legislações, especificamente sobre o trabalho e a desregulamentação de políticas sociais por parte do Estado. Constituem-se por duas categorias de participantes ativos: a) Estados Membros: atores que dão vida ao sistema, em termos jurídico-instrumentais, designados como Partes; b) Estados Associados: aqueles países que têm acesso privilegiado ao SIR e, potencialmente, poderão se tornar membros.¹¹³

5.1 MERCOSUL. Resenha Documental.

A síntese geográfica dos membros do **MERCOSUL** é a seguinte¹¹⁴:

¹¹¹ Os traços gerais de cada SIR foram obtidos dos documentos básicos e as cifras e dados provêm dos governos membros e organismos mundiais. Como *conduta estratégica* definimos o comportamento público do ator que mostra tanto o cálculo de sua ação, quanto suas habilidades para obter os objetivos. Como *ação concreta* nos referimos aos resultados das atividades reconhecidas e registradas pelo ator-agente.

¹¹² O resumo de suas características principais aparece no Anexo C, tabelas: C.3.1 para o MERCOSUL e C.3.2 para o NAFTA. Os principais dados geográficos e econômicos dos membros dos sistemas aparecem no Anexo E, no qual as tabelas E.1 e E.3 correspondem ao MERCOSUL; para o NAFTA, as tabelas E.2 e E.4. Os dados foram recolhidos do BM: <www.worldbank.org> ; CEPAL, Anuário Estatístico 2003 e 2005, este último disponível em <www.websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2005> ; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) : <www.ibge.gov.br/dados/htm>; Instituto Nacional de Estadística y Censos: <www.indec.mecon.arg> ; Index Mundi: <www.indexmundi.com/es/paraguay> ; Instituto Nacional de Estadísticas <www.ine.gub.uy> ; Instituto Nacional de Geografía y Estadística (INEGI): <www.inegi.gob.mx> ; U.S. Sensus Bureau <www.census.gov> e Canadá National Statistical Agency <www.statcan.ca> Atualizados em 15 e 18 de outubro de 2006.

¹¹³ Excetuando as Zonas de Livre Comércio, existe nos demais SIR's a categoria de países *observadores*: acompanham o desenvolvimento dos sistemas de integração e podem se tornar associados. No caso do MERCOSUL, o México é observador. Fez sua solicitação formal como associado na XXX Reunião do Conselho do Mercado Comum, no dia 21 de julho de 2006.

¹¹⁴ O novo sócio do MERCOSUL desde 21 de julho de 2006 é a Venezuela, porém, seus dados não estão contemplados nas estatísticas que colocamos por se encontrar no período de transição. Aparece posteriormente um apartado referindo-se às características e à importância do novo membro.

Tabela 1¹¹⁵
Síntese Geográfica do MERCOSUL

Nome nos idiomas Oficiais da região		Membros		Associados	Território dos Estados Membros	Porcentagem da superfície da América do Sul.	População dos Estados Membros
Mercado Comum do Sul	Mercado Común Del Sur	República Argentina,	República do Paraguai	Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru	11 865 931 Km ²	71 %	232,8 milhões de habitantes 2005
MERCOSUL	MERCOSUR	República Federativa do Brasil	República Oriental do Uruguai.				

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE) Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC); Index Mundi; Instituto Nacional de Estadísticas (INE)

São três documentos básicos do MERCOSUL, para o funcionamento econômico-institucional, e um tratado, em matéria social. Apresentamos o resumo.

O MERCOSUL tem como antecedentes, primeiro, o Tratado da Bacia da Prata (TBP), cujo objetivo era a exploração compartilhada da zona hidrográfica do Rio da Prata; foi assinado em 7 de maio de 1969 pelos membros do, hoje, MERCOSUL e também pela Bolívia, embora, por afinidade histórica e econômica, este país oficialmente tenha se incorporado ao GRAN, hoje CAN.¹¹⁶ O segundo tratado foi em 1985, a chamada Declaração de Iguazu (DI), com o Programa de Integração e Cooperação Econômica Argentina-Brasil, (PICEAB), e formalmente constituído através da Ata de Integração Argentina-Brasil (AIAB). Esse tratado transferiu duas características ao MERCOSUL: a) estratégia governamental para procurar a integração dirigida a empresários; b) inclusão do critério democrático como parte dos acordos bilaterais (MATSUSHITA, 1998, p. 276-78).

5.1.1 Tratado de Assunção.

Assinado a 26 de março de 1991¹¹⁷, este é o tratado marco do MERCOSUL que proporciona os elementos básicos para qualquer negociação. A partir da data de assinatura, teve início o chamado período de transição, ou seja, a aplicação de regulamentos específicos à formação do Mercado

¹¹⁵ Todas as tabelas de esta parte foram elaboradas por Martha G. Loza Vázquez.

¹¹⁶ A Bolívia tem manifestado continuamente sua intenção de ser membro do MERCOSUL; o esforço mais específico foi à assinatura de um comunicado junto com o Chile, na XXV Reunião do Conselho do Mercado Comum, em 15 de dezembro do 2003. É uma série de intenções na qual sobressai o caráter variado da integração: econômica, social, legal, turística, cultural, migratória, etc. Especificamente, a assinatura do *Acordo de Complementação Econômica 36*, sobre reduções tarifárias dos produtos com Certificado de Origem, constitui o compromisso concreto para a sua integração ao MERCOSUL. Além disso, esse país foi um dos maiores impulsores da ALCASUR. Depois das medidas do presidente Evo Morales de re-estatização do gás em abril de 2006, que tiraram a participação ampla da empresa energética brasileira Petrobrás da Bolívia, ficaram dúvidas da sua adesão ao MERCOSUL, embora o novo sócio, Venezuela, tente sua incorporação oficial.

¹¹⁷ O ato constitutivo foi na cidade de Assunção, Paraguai, oficializado pelos Presidentes e Ministros de Relações Exteriores das quatro repúblicas: pela Argentina, Carlos Saúl Menem e Guido Di Tella; pelo Brasil, Fernando Collor e Francisco Rezek; pelo Paraguai, Andrés Rodríguez e Alexis Frutos Vaesken e pelo Uruguai, Luis Alberto Lacalle Herrera e Héctor Gros Espiell.

Comum, MC, projetado para 31 de dezembro de 1994.¹¹⁸ Os Estados membros reconhecem as diferenças pontuais no ritmo de incorporação ao MC para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, assunto este que ficaria constando no Programa de Liberação Comercial.¹¹⁹

As diferenças de desenvolvimento tinham sido consideradas, no passado, pela antiga ALALC, que classificava seus membros em três categorias: Países de Menor Desenvolvimento Relativo, PMDER, Países de Desenvolvimento Intermediário, PDI e os Outros Países. Através de um mecanismo de Sistema de Preferências, baseado nos chamados princípios de “não reciprocidade” e de “cooperação comunitária”, considerava o grau econômico comercial para impedir integrações muito desproporcionais. Ainda na etapa atual, a ALADI considera que deve se preservar o sistema de preferências para fortalecer os SIR e lograr uma melhor negociação ante a ALCA.

Sendo assim, o Tratado de Assunção começa definindo os elementos que constituem um MC: a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos isentos de pagamento de direitos aduaneiros, exceto tarifas específicas; a Tarifa Externa Comum, tec; política comercial conjunta perante terceiros, Estados ou agrupações; posições coordenadas em qualquer fórum econômico-comercial; coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais de comércio exteriores, agrícolas, industriais, fiscais, monetários, cambial e de capitais, de serviços, aduaneira, de transportes e comunicações e outras que assegurem condições de competência adequada; compromisso dos Estados Participantes de harmonizar suas legislações para lograr o fortalecimento do processo de integração.¹²⁰

O Tratado de Assunção, TA, assinala como instrumentos gerais para lograr o MC:

- a) Programa de Liberação Comercial: diminuições tarifárias progressivas, lineares e automáticas, junto à eliminação de restrições não tarifárias ou medidas equivalentes, e outras restrições ao comércio, para chegar em 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero e sem restrições não tarifárias.
- b) Coordenação de políticas macroeconômicas graduais e convergentes com os programas de desgravação tarifária e de eliminação de restrições não tarifárias.
- c) Tarifa Externa Comum, para incentivar a competitividade externa dos membros. Acordos setoriais, para otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e de alcançar escalas operativas eficientes (Tratado de Assunção, 1991, Cap. I, Art. 5)

Foram criados regulamentos específicos para o período de transição: o Regime Geral de Origem, o Sistema de Solução de Controvérsias e as Cláusulas de Salvaguarda, para garantir comportamento igual na política econômica exterior diante de países terceiros; para coordenar suas respectivas políticas nacionais e para suas legislações terem normas comuns a fim de evitar importações subsidiadas, dumping ou outras práticas desleais. Ademais, para garantir que os produtos

¹¹⁸ Tratado de Assunção, Capítulo I, Propósitos, Princípios e Instrumentos, Artigo 3.

¹¹⁹ Id. Artículo 6

¹²⁰ Id. Capítulo I Artigo 1.

originários dos países membros tivessem o mesmo tratamento de impostos, taxas e outros custos internos em um outro país membro, como se fosse produto nacional.¹²¹

Ficou também um condicionante que tenta fortalecer a identidade econômica do bloco, o regime de "origem Mercosul", que determina que um produto é feito no SIR quando tem ao menos 60% de sua produção (mão-de-obra e insumos) originada no bloco. Foram dez anos para alcançar a meta. A Venezuela, como novo sócio tem agora até 2014 para completar essa etapa.

Embora surgidos para coordenar a etapa de transição, o Conselho do Mercado Comum (CMC) e o Grupo do Mercado Comum (GMC) ficaram permanentes; as suas decisões resultam do consenso e em presença dos representantes das partes.¹²² As características, as funções, e o desempenho dos órgãos, ratificaram-se com maior precisão no documento fundador da institucionalidade do MERCOSUL, o Protocolo de Ouro Preto, POP. O TA determina estar aberto aos demais países membros da ALADI,¹²³ cuja adesão é mediante negociação, e as solicitações são examinadas pelos Estados Partes; a aprovação é só por decisão unânime.¹²⁴

O TA, depois do período de transição, ficou quase sem alteração, só deixou fora os delineamentos particulares da passagem. No artigo 18, estabeleceu que, antes de 31 de dezembro de 1994, o Conselho do Mercado Comum convocaria uma reunião extraordinária para determinar a estrutura institucional, as atribuições dos órgãos administrativos e o sistema de adoção de decisões, para dar início definitivo ao MC.

5.1.2 Protocolo De Ouro Preto.

A CMC avaliou a etapa transitória para constituir o sistema, e estabeleceu que os Estados, depois de fazerem as considerações necessárias sobre as regiões menos desenvolvidas, cumpriram as tarefas técnicas suficientes para iniciar uma União Aduaneira, UA, a etapa anterior ao MC, e, portanto estavam preparados para fundar sua estrutura.¹²⁵ Assinou-se assim, o Protocolo complementar do TA para regular a Estrutura Institucional do MERCOSUL, o que outorgou personalidade jurídica reconhecida pelo direito internacional.¹²⁶

¹²¹ Id. Artículos 4 e 7

¹²² Tratado de Assunção. Capítulo II, Estrutura Orgânica, Artículos 9 ao 16.

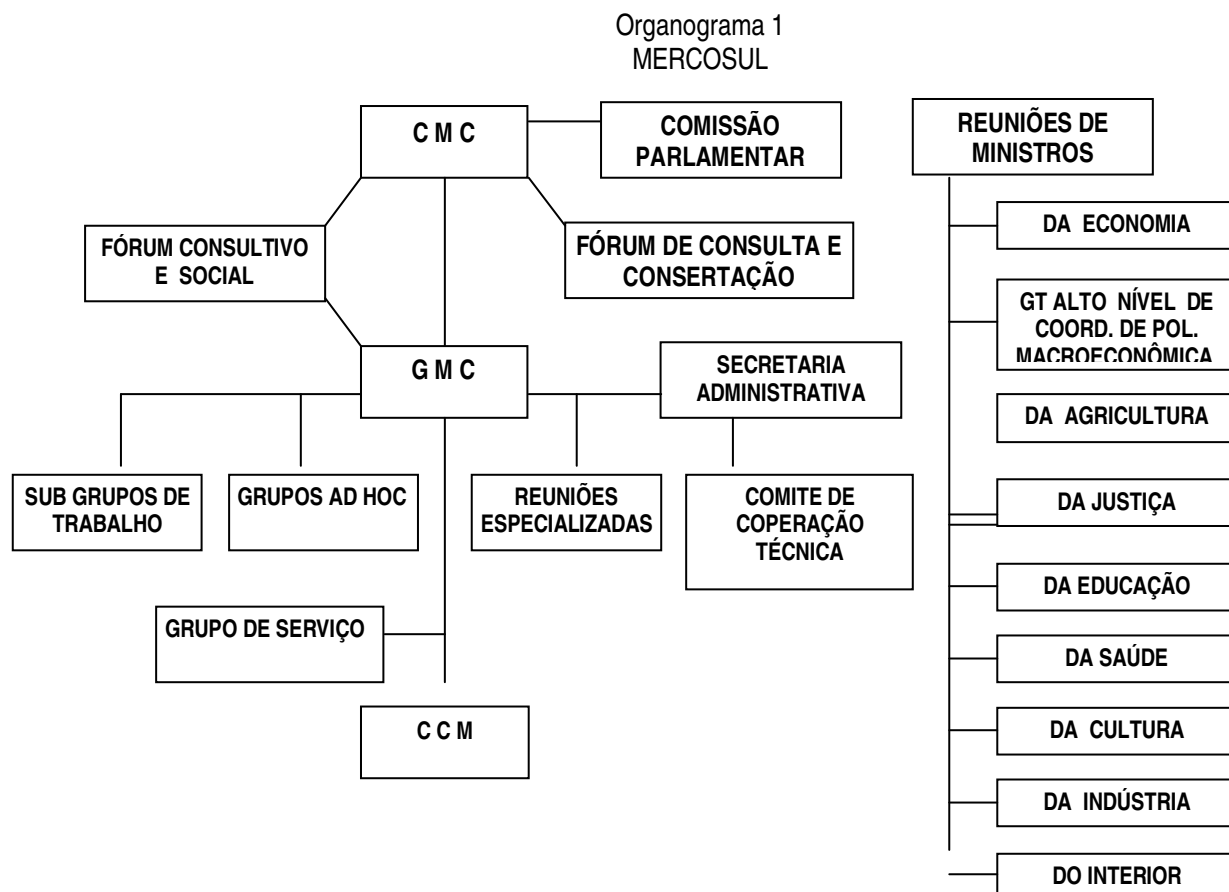
¹²³ No início do MERCOSUL, a adesão de outros Estados poderia ser depois de cinco anos de vigência do Tratado, ou seja, a partir de 1995, porém, na necessidade de tornar o bloco no SIR o mais forte da região e para evitar que outros países sul-americanos (como o Chile) se incorporassem ao NAFTA, estabeleceu-se que os países da ALADI que não formaram parte de esquemas de integração sub-regional ou de uma associação extra-regional poderiam ser considerados antes do prazo assinalado.

¹²⁴ Tratado de Assunção, Capítulo IV, Adesão, Artigo 20

¹²⁵ Protocolo de Ouro Preto. Declarações Preliminares

¹²⁶ Protocolo de Ouro Preto Capítulo II. Personalidade Jurídica. Artigo 34

Como combinado, o tratado foi assinado em 17 de dezembro de 1994.¹²⁷ As disposições do TA no período de transição que entraram em conflito com o Protocolo de Ouro Preto e com as Decisões do CMC, ficaram anuladas.¹²⁸ As instituições do agente MERCOSUL são organizadas assim:



Fonte: Dados do Protocolo de Ouro Preto. Elaboração: Martha G. Loza Vázquez.

Os órgãos com capacidade decisória e intergovernamental são o Conselho do Mercado Comum, CMC; o Grupo Mercado Comum, GMC e a Comissão de Comércio do MERCOSUL, CCM.¹²⁹ Do CMC depende a Comissão Parlamentar Conjunta e organiza o Fórum de Consulta e Conservação Política. O GMC está auxiliado pela Secretaria Administrativa do MERCOSUL e o Fórum Consultivo Econômico-Social. Também podem ser criados os órgãos auxiliares que forem necessários.¹³⁰ As decisões dos órgãos se fazem por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.¹³¹ No

¹²⁷ Assinado na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, em 17 de dezembro de 1994, pelos Presidentes e Ministros de Relações Exteriores dos Estados Membros. Pela Argentina, Carlos Saúl Menem e Guido Di Tella; pelo Brasil, Itamar Franco e Celso L. N. Amorim; pelo Paraguai, Juan Carlos Wasmosi e Luis Maria Ramirez Boettner e pelo Uruguai, Luis Alberto Lacalle Herrera e Sergio Abreu.

¹²⁸ Protocolo de Ouro Preto, Capítulo XII. Disposições Gerais. Artículos 52 e 53.

¹²⁹ Protocolo de Ouro Preto. Capítulo I, Artigo 2

¹³⁰ Loc.Cit. Capítulo I. Estrutura do MERCOSUL. Artigo 1

¹³¹ Protocolo de Ouro Preto. Capítulo III. Sistema De Toma De Decisões. Artigo 37

MERCOSUL funcionam paralelamente às instituições assinaladas, as Reuniões de Ministros, reunidas segundo as necessidades e com seus próprios prazos, cujas decisões são levadas aos órgãos respectivos.

O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior de condução política e tomada de decisões no processo de integração. Está integrado pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Economia - ou seus equivalentes-, dos Estados Partes. A Presidência do CMC é exercida por rotação e por ordem alfabética por um período de seis meses. Reúne-se quando é oportuno, e pelo menos uma vez por semestre participam os presidentes de cada país. As reuniões do CMC são coordenadas pelos Ministérios das Relações Exteriores, mas podem ser convidados outros ministros. O Conselho se pronuncia mediante Decisões, que são obrigatórias para os Estados Partes.¹³² As funções e atribuições do CMC estão contidas no Anexo F, tabela 46.

O Grupo de Mercado Comum é o órgão executivo do MERCOSUL. Integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternantes designados por país, obrigatoriamente devem ser representantes dos Ministérios de Relações Exteriores e da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais. É coordenado pelos Ministérios de Relações Exteriores. Para o cumprimento de suas funções podem convocar representantes de outros órgãos da Administração Pública ou da estrutura institucional do MERCOSUL e construir os Sub-grupos de Trabalho. Existe um regulamento interno e seus pronunciamentos são Resoluções Obrigatórias para os Estados Partes¹³³. Secretarias Administrativas foram criadas para serem encarregadas dos documentos e da comunicação de atividades do Grupo, cuja sede permanente esta em Montevideu.¹³⁴ As funções e atribuições do GMC aparecem na tabela 47 do Anexo F.

A Comissão de Comércio do MERCOSUL é o órgão encarregado de assistir o GMC, sendo a sua obrigação vigiar a aplicação de instrumentos em política comercial acordados para o funcionamento da UA e fazer o seguimento e revisão de matérias relacionadas às políticas comerciais intra-MERCOSUL e com países terceiros. Ela está integrada por quatro membros titulares e quatro membros suplentes, representando cada Estado Partes. Coordenada pelos Ministérios de Relações Exteriores, reúne-se minimamente uma vez ao mês ou quando solicitada pelo GMC ou qualquer Estado Parte. A CCM se pronuncia mediante Diretrizes ou Propostas obrigatórias.¹³⁵ Além de suas funções regulares (tabela 48 do Anexo F), arbitra os conflitos relacionados à solução de controvérsias, previstos nos artigos 1 ao 25

¹³² Protocolo de Ouro Preto. Capítulo I, Seção I. Do Conselho do Mercado Comum. Artículos 3, 4, 5, 6, 7 e 9.

¹³³ Protocolo de Ouro Preto. Capítulo I, Seção II. Do Grupo Mercado Comum. Artículos 10, 11, 12 e 13.

¹³⁴ Id. Artículos 13 e 15

¹³⁵ Protocolo de Ouro Preto. Capítulo I, Seção III. Da Comissão de Comércio do MERCOSUL. Artigos 17, 18 e 20.

do Protocolo de Brasília, sempre e quando estiverem na sua área de competência.¹³⁶ Neste caso, considera as reclamações apresentadas pelas respectivas Secções Nacionais, sejam Estados Partes ou demandas de particulares - pessoas físicas ou jurídicas.

O CMC tem uma coordenação específica que complementa a sua função: a Comissão Parlamentarista Conjunta, CPC, que representa os Parlamentos dos Estados Membros no MERCOSUL. Integrada por um número igual de parlamentares representantes de cada país, designados pelos seus respectivos parlamentos nacionais e segundo seus procedimentos internos. A CPC se maneja com seu Regulamento Interno.¹³⁷ A CPC intervém nos Estados Partes para garantir a aplicação das normas dos órgãos gerais, e é coadjuvante das legislações para fazer avançar o processo de integração. Quando é necessário, a Comissão examina temas prioritários solicitados pelo CMC. Emite Recomendações ao CMC por intermédio do Grupo do Mercado Comum.¹³⁸

Do GMC dependem duas instituições, a Secretaria Administrativa do MERCOSUL, SAM, e Foro Consultivo Econômico-Social, FCES. A SAM é um órgão de apoio operativo responsável pela prestação de serviços aos demais corpos. Está a cargo de um Diretor, cujo mandato é de dois anos sem reeleição, sendo eleito pelo GMC rotativamente, segundo o que determinam os Estados Partes¹³⁹ O pressuposto da SAM é exclusivo para atender seu funcionamento e outros gastos que o GMC disponha; é financiado em partes iguais por contribuições dos Estados Membros¹⁴⁰. Suas atribuições estão na tabela 49. O FCES é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais, integrado por igual número de representantes de cada Estado Membro. Tem uma função de consulta e se manifesta mediante Recomendações ao GMC; o GMC revisa seu Regulamento Interno e permite a homologação.¹⁴¹

Uma outra instituição fundamental do sistema é o Parlamento do MERCOSUL, embora contemplado desde o início não tinha se consolidado ainda como instância funcional. Na XXVII Reunião do CMC, em 15 de dezembro de 2004, informou-se da sua criação e a intenção de ser instalado antes do dia 31 de dezembro de 2006. A partir dessa data, iniciara sua etapa de transição, até 2010, período em que estará composto por 18 representantes de cada Estado-membro. O processo de instalação definitiva ocorrerá por etapas, encerrando-se em 2014, quando passará a funcionar com representantes eleitos pelo voto popular, em datas comuns aos quatro Estados-membros. Na XXX Reunião do CMC, entre 19 e 21 de julho de 2006, verificou-se os avanços através do acordo de cooperação técnica com a UE, "Projeto de Apoio à Instalação do Parlamento do MERCOSUL". Uma

¹³⁶ Loc. Cit. Artigo 21.

¹³⁷ Protocolo de Ouro Preto. Capítulo I, Secção IV. Da Comissão Parlamentar Conjunta. Artigos 22, 23, 24 e 27.

¹³⁸ Loc. Cit. Artigos 25 e 26

¹³⁹ Loc. Cit. Secção VI. Da Secretaria Administrativa do MERCOSUL. Artigos 31, 32 e 33.

¹⁴⁰ Protocolo de Ouro Preto. Capítulo VII. Orçamento. Artigo 45

¹⁴¹ Protocolo de Ouro Preto. Cap. I. Secção V. Do Foro Consultivo Econômico-Social Artigo 28, 29 e 30.

outra proposta dessa ultima reunião foi a criação do Banco de Desenvolvimento do MERCOSUL, para financiar projetos de infra-estrutura e para ter uma estratégia financeira regional consolidada.¹⁴²

5.1.3 Protocolo de Brasília.

Baseado nos lineamentos do TA para adotar um Sistema de Solução de Controvérsias, o Protocolo de Brasília (PB) propõe manter prioritariamente a reciprocidade e honestidade intra-regional no MERCOSUL, solucionando os problemas que o comércio gera entre os sócios. Seus procedimentos tentam resolver controvérsias da interpretação, da aplicação, e do não cumprimento das disposições e acordos do TA ou do CMC.¹⁴³

As Negociações são diretas e não podem exceder 15 dias a partir da apresentação da controvérsia, salvo acordo entre as partes; os Estados que estejam envolvidos informarão ao GMC através da SAM sobre as negociações e seus resultados.¹⁴⁴

5.1.4 Declaração de Montevideu / Declaração Sociolaboral do Mercosul.

Dois meses depois da assinatura do TA, foi criado o documento para ampliar os objetivos sociais do MERCOSUL. Comissões acadêmicas e políticas enfocadas no direito trabalhista foram convocadas para fazer a avaliação sobre o Tratado de Assunção, e assinalaram que os aspectos sociais ainda eram considerados básicos no sistema (inspirado na União Européia) e não tinham sido trabalhados com precisão. Surgiu a chamada Declaração de Montevideu, DM, que marcou as linhas gerais sobre direito trabalhista, considerado como a primeira aproximação ao conteúdo social.¹⁴⁵

A DM traçou objetivos muito amplos, sendo os mais importantes: a) a ênfase na necessidade de atender os aspectos laborais do MERCOSUL para assegurar um processo de integração com condições de trabalho dignas; b) criar um sub grupo de trabalho sobre assuntos laborais na estrutura orgânica do MERCOSUL; e c) estudar as possibilidades de adotar uma Carta Social do MERCOSUL. O resultado foi a incorporação institucional do Grupo de Trabalho em aspectos sociolaborais e do Foro Consultivo Econômico e Social.

¹⁴² COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, Rosário, Argentina, 21 de julho de 2006.

¹⁴³ Protocolo de Brasília, Capítulo I, Âmbito De Aplicação. Artigo 1º

¹⁴⁴ Protocolo de Brasília, Capítulo II, Negociações Diretas, Artigos 2º e 3º.

¹⁴⁵ Assinada dia 26 de março de 1991 pelos ministros de trabalho dos quatro membros.

Como continuação da DM, foi criada a “Declaração Sociolaboral do Mercosul” em 1998.¹⁴⁶ O documento traça com mais precisão o direito trabalhista, apoiando-se na ratificação das principais convenções da OIT, e em outros tratados que “integram o patrimônio jurídico da Humanidade” (MERCOSUL, 1998, p.1) ¹⁴⁷ São 25 artigos divididos em três partes: Direitos Individuais, Direitos Coletivos e Outros Direitos, os quais, segundo as declarações políticas dos membros, comprometem-se a respeitar o interior de cada Estado.¹⁴⁸

5.1.5 O novo sócio do MERCOSUL.

O novo integrante do MERCOSUL desde 21 de julho de 2006 é a Venezuela e sua entrada percorreu um longo caminho; desde a formação do MERCOSUL mostrou interesse em participar, mas foi até princípios do ano de 2005 que o processo se acelerou e em 9 de dezembro do mesmo ano se assinou o “Acordo Marco” para sua incorporação.¹⁴⁹

A Venezuela, a partir da chegada ao poder de Hugo Chávez em 1999, esteve disposta a fazer uma grande aliança continental, iniciando com a união da Comunidade Andina de Nações, CAN, e o MERCOSUL, através do Acordo de Complementação Econômica N° 59 (ACE N° 59), assinado em 2000, que formaria oficialmente a Área de Livre Comércio da América do Sul, ALCASUL, previsto para iniciar em 1° de julho de 2004. Porém, as diferenças com os outros membros da CAN sobre as negociações com o esquema da ALCA, foram afastando a Venezuela do SIR's, do qual era membro fundador,¹⁵⁰ até solicitar sua separação oficial em 22 de abril de 2006. Posteriormente, em 26 de maio, solicitou também seu afastamento do outro sistema que participava, o G-3; sua saída de ambos

¹⁴⁶ Assinada no Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1998, pelos presidentes Carlos Saul Menem, da Argentina, do Brasil Fernando Henrique Cardoso, do Paraguai, Raul Cubas Grau, e do Uruguai Julio María Sanguinetti.

¹⁴⁷ Estabelece seguir os lineamentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Declaração Americana de Direitos e Obrigações do Homem (1948), a Carta Interamericana de Garantias Sociais (1948), a Carta da Organização dos Estados Americanos – OEA (1948), e a Convenção Americana de Direitos Humanos sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1988).

¹⁴⁸ Desde 2005 o MERCOSUL implementou iniciativas para criar políticas concretas sobre o componente social, mudando a prioridade quase exclusiva sobre assuntos comerciais na região, mostrada nos últimos dez anos.

¹⁴⁹ A justificativa foi a melhora nos intercâmbios: entre 2004 e 2005 as exportações do Brasil à Venezuela registraram um crescimento em 51,3% e da Argentina em 17,9 %. Argumentou-se também que a Venezuela como membro oficial, acelera a construção do chamado “Grande Gasoduto do Sul”, contemplado no projeto *Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana*, IIRSA, iniciativa da “Cúpula da América do Sul” celebrada em Brasília em setembro do ano 2000.

¹⁵⁰ A Venezuela e a Bolívia negaram a assinatura da ALCA sem antes fortalecer suficientemente a CAN, entretanto o Peru, o Equador e a Colômbia admitiam uma entrada nas atuais condições, ainda que garantindo benefícios aos membros. Dentro da CAN se dava o confronto entre os governos mais polarizados da região: o conservador Álvaro Uribe da Colômbia e o esquerdista radical Hugo Chávez. A assinatura do TCL do Peru e da Colômbia com os Estados Unidos acelerou o rompimento da união.

permitiu sua incorporação ao MERCOSUL, que estabelece que os membros não podem formar parte oficial de outros blocos.¹⁵¹

No dia 4 de julho de 2006 foi assinado em Caracas o “Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL”, e a sua entrada oficial foi no dia 22 de julho, em Córdoba, Argentina, no marco da reunião de Presidentes do Mercosul. Com a Venezuela no MERCOSUL o bloco passa a ter um PIB superior a US\$ 1 trilhão, um comércio global de mais de US\$ 300 bilhões e um mercado de mais de 250 milhões de habitantes, segundo cifras oficiais.

Segundo determina o Tratado de Assunção, TA - documento base do MERCOSUL -, a Venezuela está no período de transição, tempo estipulado para incorporar a normatividade do MERCOSUL e fixar uma taxa comum, para depois ser considerado plenamente Estado membro. O calendário estabelece que o Brasil e a Argentina deixarão de cobrar tarifas de importação de produtos venezuelanos em 2010, sendo que a Venezuela fará o mesmo em 2012. No caso de Uruguai e Paraguai, os produtos que entrarem na Venezuela terão tarifa zero imediatamente, e os venezuelanos continuarão a pagar até 2014. O país, também, terá que produzir nacionalmente, até 2014, 60% das mercadorias que comercializar, para obter a patente de “produtos de origem Mercosul”. A Venezuela deverá cumprir as decisões já tomadas pelo bloco, mas já poderá, desde sua entrada, participar das futuras negociações.

5.2 NAFTA. Resenha Documental.

O NAFTA tem como antecedente o Acordo Bilateral entre Canadá e Estados Unidos, que, considerando alguns pontos referentes ao intercâmbio com uma economia menos desenvolvida, em 1989 foi proposto para o México, provocando desde esse momento polêmicas contínuas. Em 1990 o NAFTA seria anunciado como o primeiro projeto concreto da Iniciativa para as Américas, impulsionada na administração de George Bush pai. Embora os múltiplos problemas que significava, em 1992 foi apresentado aos congressos dos três países, os quais aprovaram o convênio, chamado de “Documento Constitutivo do Tratado De Livre Comércio entre Canadá, Os Estados Unidos de América e Os Estados Unidos Mexicanos”.

No caso do **NAFTA** a síntese geográfica dos membros é:¹⁵²

¹⁵¹ Segundo determina o *Acordo de Cartagena*, documento base da CAN, a Venezuela tem ainda que cumprir por quatro anos suas obrigações dentro do SIR, e pode também usufruir das preferências tarifárias desse bloco. No caso do G-3, terá também um período de três anos para continuar cumprindo com as obrigações; como no caso da CAN, as desavenças com o governo direitista mexicano de Vicente Fox, levaram ao rompimento do tratado.

¹⁵² Como foi mundialmente difundido, a população estadunidense chegou aos 300 milhões no dia 17 de outubro de 2006, fazendo uma diferença de 4 milhões a mais nos dados demográficos do NAFTA.

Tabela 2
Síntese Geográfica do NAFTA

Nome nos idiomas Oficiais da região			Membros			Associados	Território dos Estados Membros	Porcentagem da superfície da América do Norte e Centroamérica.	População dos Estados Membros
Tratado de Libre Comercio de América del Norte TLCAN	North American Free Trade Accord NAFTA	L'Acord de Libre- Échange Nord Americain L'ALENA.	Canadá	Estados Unidos da América	Estados Unidos Mexicanos.	Outros Países da Centroamérica	21 297 860 k ²	100 % América do Norte 31.2 % Centroamérica ¹⁵³	432,1 milhões de habitantes 2005

Fonte: Instituto de Geografía y Estadística (INEGI); U.S. Sensus Bureau e Canadá National Statistical Agency

5.2.1 Documento Constitutivo do Tratado de Livre Comercio entre Canadá, os Estados Unidos Da América e os Estados Unidos Mexicanos¹⁵⁴

Contém uma estrutura muito simples devido a seu propósito de gerar apenas uma ZLC. Esta, formada por oito partes eminentemente comerciais: I. Aspectos Gerais -conteúdos objetivos do TLC-II. Comércio de Bens; III. Barreiras Técnicas ao Comércio; IV. Compras do Setor Público; V. Serviços e Assuntos Relacionados; VI. Propriedade Intelectual; VII. Disposições Administrativas Institucionais – com o tema da solução de controvérsias; VIII. Outras Disposições - itens sobre as exceções que prevê o NAFTA. Contém também extensos Anexos que tentam definir detalhadamente as mercadorias e itens susceptíveis à aplicação da regulamentação. O chamado Preâmbulo do NAFTA contém as justificativas e os fundamentos para criar a zona de livre comércio, além de declarações simples sobre o contexto socioeconômico do tratado.

O projeto se apóia nas conseqüências da geografia e da história compartilhada entre os três países, que constituem os “laços especiais de amizade e cooperação”. Também nos avanços em matéria comercial, da abertura e da competência: “desenvolvimento harmônico [da] expansão do

¹⁵³ O território total da América Central é de 761.831Km², correspondendo ao México 238.051 Km² e aos outros sete países, 523.780 Km². Considera-se como região centroamericana do México o território desde o Istmo de Tehuantepec até a fronteira com a Guatemala e Belize. Fonte: CIA: The world factbook, 2006 disponível em <www.cia.gov/cia/publications/factbook> ; Observatorio del Desarrollo, Universidad de Costa Rica, disponível em <www.odd.ucr.ac.cr/documentos>. Acesso em 20 de outubro 2006.

¹⁵⁴ As conversações para criar o NAFTA foram muito árduas e constantes. As equipes técnicas foram as mais ativas, porém, os ministros das relações internacionais, da economia e do comércio, ou afins, tinham também constantes reuniões para decidir os termos depois dos balanços e relatórios das equipes técnicas. A assinatura final foi feita no final de 1992 e em dois momentos: em cada país membro entre os executivos e seu gabinete: em Washington, a 8 de dezembro; em Ottawa, a 11 de dezembro e na Cidade do México a 14 de dezembro. O segundo momento foi na Reunião Trilateral, na capital mexicana, a 17 de dezembro de 1992 pelo Primeiro Ministro canadense Brian Mulroney e os presidentes George Bush pai, dos Estados Unidos e Carlos Salinas de Gortari, do México.

comércio mundial e cooperação internacional”; e fala-se da necessidade do fortalecimento regional:

“Mercado mais extenso e seguro para os bens e os serviços produzidos nos seus territórios”.¹⁵⁵

Para praticar mecanismos eficientes, menciona criar um “marco comercial previsível para o planejamento das atividades produtivas e do investimento”, [...] “direitos e obrigações derivados do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio”, e também “outros instrumentos bilaterais e multilaterais de cooperação [...] competitividade de suas empresas nos mercados mundiais [...] inovação e criatividade para fomentar o comércio de bens e serviços que estejam protegidos por direitos de propriedade intelectual” (NAFTA, 1993a p.14-15)

Este acordo é um Tratado de Livre Comércio, apoiado no Artigo XXIV do GATT¹⁵⁶ que se propõe os objetivos seguintes:

- (a) Eliminar obstáculos ao comércio e facilitar a circulação trans-fronteiriça de bens e de serviços entre os territórios das Partes;
- (b) Promover condições de competência leal na zona de livre comércio;
- (c) Aumentar substancialmente as oportunidades de investimento nos territórios das partes;
- (d) Proteger e fazer valer, de maneira adequada e efetiva, os direitos de propriedade intelectual no território de cada uma das Partes;
- (e) Criar procedimentos eficazes para a aplicação e cumprimento deste Tratado, para sua administração conjunta e para a solução de controvérsias; e
- (f) Estabelecer linhas para a ulterior cooperação trilateral, regional e multilateral encaminhada para ampliar e melhorar os benefícios deste Tratado. (NAFTA, Primeira Parte, Aspectos Gerais, Capítulo I, Artigo 102, Objetivos)

Estes objetivos se baseiam nos princípios e nas regras do tratamento nacional de mercadorias, tratamento de nação mais favorecida e tratamento de transparência.¹⁵⁷ Os regulamentos do GATT determinam também sua relação com outros tratados internacionais, e no caso de incompatibilidade entre tais acordos e o NAFTA, prevalecerá a regra deste último, salvo o GATT disponha outra coisa.¹⁵⁸

Enquanto a sua institucionalidade, o agente NAFTA se organiza da seguinte forma:

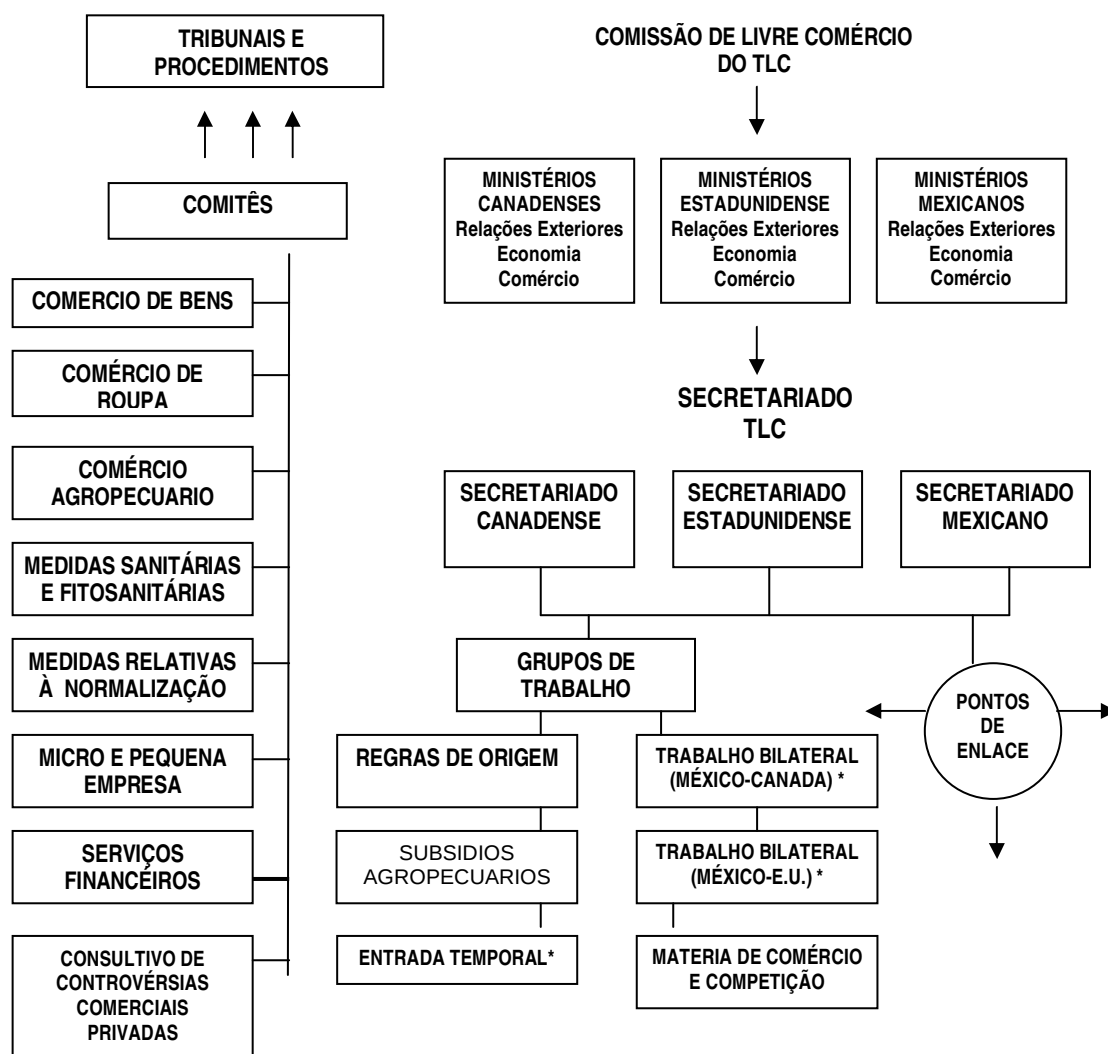
¹⁵⁵ NAFTA, Preâmbulo.

¹⁵⁶ NAFTA, Primeira Parte, Aspectos Gerais, Capítulo I, Artigo 101, Estabelecimento da zona de livre comércio.

¹⁵⁷ Loc. Cit. Artigo 102, Objetivo.

¹⁵⁸ Loc. Cit. Artigo 103, Relação com outros tratados internacionais.

Organograma 2
NAFTA



* Suspendido indefinidamente

Fonte: NAFTA, Parte Sétima, Capítulo XX: Disposições institucionais e procedimentos para a solução de controvérsias, Secção A, Instituições, artigos 2001, Anexos 2001.1 e 2001.2, A. Comitês e B. Grupos de Trabalho.

Elaboração: Martha G. Loza Vázquez.

Sua institucionalidade contempla uma estrutura simples para não transgredir os princípios do livre comércio. São duas instituições principais, a Comissão de Livre Comércio, CLC e o Secretariado, SE.¹⁵⁹ Além disso, não têm uma sede específica e sua função é somente facilitar o desenvolvimento do TLC e a solução de controvérsias. As negociações concretas estão sujeitas aos Comitês e Grupos de Trabalho; sua comunicação interna depende dos chamados Pontos de Enlace; e para as controvérsias existem os Tribunais ou Procedimentos.

¹⁵⁹ NAFTA. Parte Sétima, Capítulo XX: Disposições institucionais e procedimentos para solução de controvérsias, Secção A, Instituições, artigos 2001 e 2002.

As funções do CLC são supervisionar as decisões do TLC; vigiar seu desenvolvimento e resolver problemas de interpretação, aplicação, ou qualquer outro assunto que afete o funcionamento do Tratado; e supervisionar os comitês e grupos de trabalho estabelecidos. Reúne-se pelo menos uma vez ao ano e será presidida sucessivamente por cada uma das Partes. Pode delegar responsabilidades nos Comitês Permanentes ou os Ad Hoc, também nos Grupos de Trabalho e de especialistas. Pode solicitar assessoria de especialistas fora dos governos e adotar qualquer ação necessária, sempre por consenso e estabelecendo as regras e os procedimentos.¹⁶⁰

O SE por sua vez, está integrado por secções nacionais, e é supervisionado pela CLC. Cada Parte, fixa o escritório da sua secção, e se encarrega dos seus gastos, e daqueles dos panelistas, membros dos comitês técnicos e científicos convocados.¹⁶¹ Cada parte tem um Secretario, funcionário responsável pela administração e gestão. O SE proporciona assistência à CLC e concede apoio administrativo aos painéis e comitês instituídos para a solução de controvérsias, assim como aos demais Comitês e Grupos estabelecidos¹⁶².

Os Comitês e Grupos de Trabalho são as verdadeiras instâncias administrativas funcionais, que não dependem de um aparelho burocrático.¹⁶³ Também existem os chamados “Outros Comitês e Grupos de Trabalho” que são formados segundo as necessidades.¹⁶⁴ Para a comunicação entre as Partes, não existe nenhuma instituição fixa: são criados temporariamente os Pontos de Enlace, convocados apenas quando é solicitado tratar um assunto, ou para atender aos mesmos. Cada membro designa a dependência governamental e o funcionário responsável pelo Ponto de Enlace.¹⁶⁵ Estão, por último, os Tribunais e os Procedimentos Judiciais, Quase-judiciais ou Administrativos para revisar ou impugnar as controvérsias. Quando uma Parte entra em diferença, designa uma autoridade investigadora para aplicar as disposições jurídicas.

Os sindicatos dos três países propuseram que o TLC tivesse um pronunciamento mínimo sobre condições de trabalho. O resultado foi o documento paralelo: Acuerdo de Cooperación Laboral de América do Norte, ACLAN, que propõe: a) melhorar as condições de trabalho e os níveis de vida; b) criar atividades de cooperação; e c) observar a aplicação de leis laborais nos Estados partes. Contêm, ainda, artigos muito gerais baseados nas declarações internacionais de regulamentação do trabalho, mas, seus alcances concretos limitados não tratam assuntos delicados como a migração de mão de

¹⁶⁰ Loc. Cit. Artigo 2001, A Comissão de Livre Comércio.

¹⁶¹ A CLC fixa os custos da remuneração e os gastos que deverão ser cobertos em porções iguais pelas Partes implicadas. NAFTA, Parte Sétima, Capítulo XX: Disposições institucionais e procedimentos para a solução de controvérsias, Secção A Instituições, artigos 2001, Anexo 2002.2. Remuneração e pagamento de gastos.

¹⁶² Loc. Cit. Artigo 2002.

¹⁶³ Estabelecidos no Anexo 2001.2, e seus membros têm sido eleitos segundo as determinações do Anexo 2002.2.

¹⁶⁴ NAFTA, Parte Sétima, Capítulo XX: Disposições institucionais e procedimentos para solução de controvérsias, Secção A, Instituições, artigos 2001, Anexo 2001.2 Comitês e grupos de trabalho, C. Outros comitês e grupos de trabalho estabelecidos de conformidade com este Tratado.

¹⁶⁵ Loc. Cit. Capítulo XVIII, Publicação, Notificação e Administração de Leis, Artigo 1801, Pontos de enlace.

obra. As atividades de cooperação estão dirigidas só a duas áreas, segurança e higiene no trabalho e trabalho de menores. Vem sendo desenvolvido apenas seminários técnicos de experiências e de informação na primeira área, nas indústrias de ferro, aço, eletrônica, construção, química e petroquímica, mineira e engarrafadoras de refrigerantes.

A quase dez anos do seu início, a análise do desenvolvimento e do resultado do NAFTA concluiu a possibilidade de fazer avançar a integração; Iniciaram as negociações para transformar o TLC em uma União Aduaneira. O projeto Iniciativa da América do Norte (IAN), foi anunciado na Reunião da Comissão de Livre Comércio do NAFTA, na cidade de Montreal, Canadá, em outubro de 2003, no qual se propôs explorar novos mecanismos, ou melhorar os já existentes, para aprofundar a integração econômica da região. (GOBIERNO DE MÉXICO, 2006b, p. 12) Ainda que não se tenha uma proposta específica, é surpreendente esta iniciativa, chegando-se a falar que a continuidade nas negociações poderia derivar em uma Comunidade da América do Norte, assunto que abordaremos posteriormente.

5.3 Caracterização do ator-agente MERCOSUL.

A expectativa de lograr uma união comercial sul-americana de sucesso foi a força de expansão do MERCOSUL. Mas este ator-agente tem passado por fatos políticos-econômicos que colocaram em risco sua existência:

- O Chile anuncia em 1995 seu interesse de fazer parte do NAFTA, não dando importância ao desenvolvimento econômico-comercial da região em geral, e portanto, não apoiando a um recém criado MERCOSUL.
- Os períodos abertamente neoliberais de Carlos Saul Menem na Argentina, embora impulsionassem o MERCOSUL, sua intenção de se converter no protagonista principal das decisões dificultava mais as já difíceis negociações internas; além disso, tendo como estratégia paralela uma marcada posição a favor do projeto pan-americano, enfraquecia a concretização do sistema sul-americano.
- A instabilidade econômica e sua repercussão no comércio da zona ficou evidente com a desvalorização do real brasileiro: em 1998 de 25%, em 2001 de 18%; e com a crise econômica Argentina de 2001-2003, com uma queda de 7% do pib e desemprego de 20% (REGUEIRO, 2002, p.33)

O maior problema do MERCOSUL é sua assimetria econômica interna. O Brasil como a parte mais forte é assinalado como quem aproveita os benefícios do acordo, situação que torna as negociações internas muito árduas. De outro lado, as concessões que o SIR oferece para as partes

menos desenvolvidas, tem sido aproveitadas pela Argentina no intercâmbio de produtos industrializados brasileiros. Como a situação do Uruguai e do Paraguai não permite uma demanda contínua, a maioria das vezes as vantagens das normas para a nação menos favorecida têm sido usadas pela Argentina. O Brasil continuamente manifesta a sua oposição, mas nas decisões de solução de controvérsias - que podem ser consultadas no site oficial-, quase sempre se resolvem favoravelmente à parte Argentina. Paraguai e Uruguai assinalam suas dificuldades para confrontar a assimetria no MERCOSUL, sendo nos últimos dois anos mais intensas suas críticas, quando falam até de um possível afastamento do sistema e da provável assinatura de acordos bilaterais com os EUA.

¹⁶⁶

Apesar dos problemas internos, continua se incentivando o MERCOSUL sobretudo a partir do avanço do projeto ALCA. Por ser o bloco mais consistente no intercâmbio entre economias latino-americanas, o MERCOSUL tenta se posicionar como agente que encabece as negociações da região, para ter mais poder de operação ante o projeto pan-americano. Por isso, em novembro de 2005, a Venezuela e o MERCOSUL se uniram e bloquearam o ritmo proposto pelos EUA para assinar a ALCA.

Pensamos que, pela sua postura a respeito do projeto pan-americano e por apresentar um modelo de integração mais ambicioso que contempla o desenvolvimento no social, o MERCOSUL, no imaginário de certos setores críticos à integração globalista na América Latina, apreenta-se como uma opção ao livre comércio proposto pelos Estados Unidos; porém, o desenho da sua política comercial se guia pelas decisões do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, GATT (por suas siglas em inglês de *General Agreement on Tariffs and Trade*) organizadas pela OMC, cuja lógica é impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas dos Estados. A dizer do especialista Aldo Ferrer, o bloco se encontra atrapalhado entre dois modelos de integração e inserção mundial, um de Integração Sustentável e outro do Consenso de Washington (FERRER, 1998, p. 53). O desafio para se converter em alternativa está em que o desenho para superar os problemas sociais através da integração comercial se imponha sobre a apropriação dos ganhos econômicos por parte das empresas multinacionais e seus sócios regionais.

A definição deste ator executivo se constrói pelo desenvolvimento dessas duas diretrizes. Segundo o planejamento de Integração Sustentável, contempla-se a conexão em varias áreas, que precisam diminuir a política econômica centrada nas práticas comerciais:

¹⁶⁶ Paraguai e Uruguai, perto da data de adesão formal da Venezuela, fizeram atividades para acentuar a sua presença no MERCOSUL, porque a entrada do novo membro potencialmente deixa com mais desvantagem os dois países. O presidente paraguaio Nicanor Duarte em uma entrevista ao jornal "Financial Times" da Grã Bretanha, no domingo 3 de julho de 2006, acusou ao Brasil e à Argentina de terem atitudes egoístas e até hipócritas, porque ao mesmo tempo que condenam o protecionismo dos EUA e da Europa, fazem o mesmo na região. Por sua parte o presidente uruguaio, Tabaré Vázquez em maio de 2006, reuniu-se com Bush para tentar a possibilidade de um acordo bilateral, e fez uma parada no México para acelerar o intercâmbio entre os dois países.

Una zona preferente de comercio en la que los gobiernos y los agentes económicos y sociales conciertan estrategias y políticas activas. El objetivo es lograr metas de desarrollo y equilibrio intra-regional inalcanzables solamente con el libre juego de los mercados (FERRER, 1998, p. 53)¹⁶⁷

Ainda que procure acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social, a natureza do TA evidenciou ser um convênio eminentemente comercial que fala do social só no prefácio. No início houve reclamações e observações de acadêmicos e sindicalistas, e os diplomatas e economistas criadores do TA retomaram ao tema para emendar o que poderia ser chamado de erro em um projeto ambicioso como o MERCOSUL. Fala Oscar Ermida (1999, p.105) que o documento fundacional *“ignoraba casi totalmente la faceta laboral y social que inevitablemente tiene toda experiencia de integración regional”*. Nem os cidadãos, nem suas organizações apareceram.

A partir de uma iniciativa acadêmica, assinou-se a Declaração de Montevideu, que incorporou a problemática social refletindo inicialmente sobre a participação de empregados e empregadores, através do direito trabalhista, além de constituir normas e órgãos correspondentes. A participação de sindicatos foi definitiva para desenhar a política contida na DM e propor órgãos laborais do MERCOSUL que seriam incorporados no documento de Ouro Preto: o subgrupo de trabalho 11 – hoje número 10- e o Fórum Consultivo Econômico e Social. Como base no direito trabalhista do MERCOSUL, foram negociados, entre os Estados Membros, 34 convênios elementares da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, segundo Oscar Ermida:

La finalidad es establecer un nivel mínimo de protección de los derechos de los trabajadores de la región, válido en toda la dimensión geográfica de ésta. Es obvio que no se apunta a crear un derecho supranacional, sino a crear, a través de la coincidencia de los convenios internacionales ratificados por cada país, un derecho internacional del trabajo común o uniforme por coincidencia. (ERMIDA, 1999, p.112)

Até o momento existem outras intenções que prometem fortificar o assunto trabalhista em particular, como a “Carta dos Direitos Fundamentais do MERCOSUL: proposta dos trabalhadores”, e um grupo Ad Hoc para trabalhar sobre a formação de um núcleo de direitos e sobre o mecanismo de supervisão dos mesmos. Existem também iniciativas conjuntas dos sindicatos para criar um sistema de seguridade social no MERCOSUL, que reconheça os direitos do trabalhador e sua família nos quatro países do sistema. Ainda que não se forme um direito laboral supranacional do MERCOSUL, pode se considerar um avanço, quando no ano 1998, esses esforços formalmente foram colocados na Declaração Sociolaboral do Mercosul.

¹⁶⁷ A detalhe: FERRER, 1998, p.60-65 passim.

Segundo Ferrer, os planos ambiciosos do MERCOSUL pretendem gerar um modelo com menos conseqüências negativas à população geral. Para compor as falhas na distribuição do ingresso, o Estado interviria com ajustes precisos que não colocariam em questão as regras do jogo comercial e a estabilidade do sistema. Precisaria de uma governabilidade baseada numa situação democrática capaz de eleger governantes que praticassem políticas amistosas com o Mercado. (FERRER, 1998, p. 55-66). Sendo assim, teria que considerar a elevação das taxas de emprego e o bem-estar como parte das políticas do desenvolvimento, o que significa, de novo, uma governabilidade inclusiva, na qual os mecanismos democráticos seriam funcionais para assegurar o equilíbrio macroeconômico, a segurança jurídica, o desenvolvimento humano e a proteção ambiental (FERRER, 1998, p. 61-66)

Pensamos que, embora o desenvolvimento social e político se conceba diferente à integração subordinada mais agressiva do globalismo, o MERCOSUL não se opõe às regras do comércio atual, mas as democratiza. Não observamos que o MERCOSUL pretenda um modelo de integração como da primeira etapa, quando se privilegiava o comércio na região latino-americana com claro protecionismo ante as investidas dos mercados centrais, mas percebemos que tenta um modelo baseado na harmonia entre agentes e governos, e no equilíbrio entre seus atores-agentes membros.

O discurso político atual dos governos do MERCOSUL pode enfatizar uma aparente capacidade alternativa do SIR sul-americano, se consideramos a natureza centro-esquerda dos regimes que até o momento ocupam o poder na Argentina, no Brasil e no Uruguai, e o auto-proclamado “socialismo bolivariano” da Venezuela. O posicionamento ideológico desses governos se manifestou na Cúpula do MERCOSUL, em julho de 2006, qualificada no comunicado conjunto como um “marco de afinidade ideológica”.¹⁶⁸ O modelo de integração que se traçou nela insiste no desenvolvimento econômico para afrontar a pobreza e a exclusão social, e portanto, a intenção é desenvolver o MERCOSUL econômico planejado nos anos 90, mas conseguir também o MERCOSUL social e político para o século XXI (MERCOSUL, Comunicado Conjunto, 2006). Conforme esses dois elementos, anunciaram-se medidas concretas. A aprovação nos parlamentos nacionais do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL, FOCES, e a definição de uma Agenda Social Integral e Produtiva.

A outra faceta deste agente executivo é que desenvolve também o modelo de inserção mundial da real politik: a prática das elites econômicas que controlam o projeto, percebe-se as diretrizes do

¹⁶⁸ A Cúpula do MERCOSUL é a reunião entre os presidentes dos países membros e associados, nos marcos das Reuniões do CMC. A que aconteceu na XXX Reunião do CMC, nos dias 20 e 21 de julho de 2006, pode se considerar estratégica, porque assistiu pela primeira vez ao novo sócio; assim, quatro regimes políticos dos Estados membros (Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela) e dois associados (Bolívia e Chile) são de esquerda ou centro esquerda. Estiveram ausentes os presidentes da Colômbia, do Peru e do Equador, embora estes últimos estivessem representados por funcionários do primeiro nível. A falta do presidente conservador da Colômbia foi ainda mais marcante por ter enviado só um representante pessoal. Contrastando, foi convidado pela primeira vez a uma Cúpula do MERCOSUL o presidente cubano Fidel Castro Ruz. Como amostra do interesse nas negociações com o norte, foi convidado também, o mandatário do México, substituído pelo Chanceler Luis Ernesto Derbez.

globalismo, do Modelo do Consenso de Washington. (FERRER, 1998, p.54-60) O desenvolvimento do MERCOSUL mostra as características de subordinação que descrevemos na parte 4. Mesmo que o MERCOSUL, seguindo o modelo sustentável, contenha o Fórum Consultivo para o cumprimento da ação social, com regulamento interno, comissões de temas específicos, especialistas participantes e várias reuniões na sua história, não apresenta resultados contundentes.

[...] su carácter meramente consultivo y los antecedentes prácticos europeos hacen temer que de por sí solo, este órgano sea insuficiente para garantizar la construcción de un sólido espacio social del MERCOSUR y para asegurar una efectiva participación social en la integración. En otras palabras, la existencia de la ciudadanía laboral en el MERCOSUR no estará asegurada con la sola existencia del FCES [Foro Consultivo Económico y Social] (ERMIDA, 1999, p.111)

Assim, o MERCOSUL se planeja segundo o modelo de integração sustentável inclusiva, que demanda um desenvolvimento democrático do Estado e uma contundência para a aplicação de regras de democracia social e, ao mesmo tempo, para conseguir maximizar os benefícios do comércio mundial para seus mercados internos, desenvolve o intercâmbio com as regras de abertura e concorrência internacionais dirigidas pelos grandes órgãos e pelas empresas transnacionais. É mais um ator participante na dinâmica da integração subordinada globalista, embora seja menos agressivo que estes últimos. Contudo, as vantagens da competência e os lucros para as empresas regionais sul-americanas têm mantido o interesse de continuar, e a possibilidade de diversificação com outras regiões garante mais ainda a existência do MERCOSUL. Além disso, a criação do ALCA ou a incorporação dos Estados ao NAFTA é mais distante e implica complexas negociações.

O SIR sul-americano tenta se manter como um tratado global, ou seja, procurar e aprimorar os mecanismos de Integração no interior, mas desenvolver, também, o intercâmbio no nível mundial - como o acordo com a EUA e a Associação Européia de Livre Comércio, AELC - as aproximações com a CAN e as negociações com o México, bem como, o acordo - macro com a South African Customs Union, SACU, com a Índia, Egito e Marrocos, com Israel e com o Conselho de Cooperação dos estados Árabes do Golfo, CCG.¹⁶⁹ A convergência do intercâmbio interno e externo leva a observação do desenvolvimento particular de cada Estado associado. Renato Baumann (2001, p.464) observa as diferenças de inserção mundial entre Brasil e os três sócios: com estes, há ênfase no processo de inserção associada, lógica que corresponde aos países pequenos, já o Brasil pode também de maneira particular, negociar internacionalmente segundo suas dimensões econômica, geográfica e demográfica.

Pensamos que o MERCOSUL pode fortalecer sua face de integração sustentável, se concretizados os compromissos pronunciados na trigésima Cúpula do MERCOSUL, acontecida entre

¹⁶⁹ Os tratados e datas feitos pelo MERCOSUL aparecem na tabela 49 em Anexos.

19 e 21 de junho de 2006. Um deles é a organização da Agenda Social Integral e Produtiva para reduzir o déficit social através de um programa de empreendimentos produtivos regionais com cooperativas e outras iniciativas econômicas de participação social e de políticas ativas de promoção ao desenvolvimento humano Integral. A agenda terá por base um Plano Estratégico de Ação Social, com o objetivo principal de impulsionar a inclusão, que será elaborado pelos ministros com competência nas temáticas sociais (MERCOSUL, Comunicado Conjunto, 2006). Calcula-se que o resultado final dessas iniciativas seja a criação do Instituto Social do MERCOSUL, proposta enfática da Comissão de Representantes Permanentes. O outro compromisso é a dinamização do FOCEM, para começar a funcionar antes de terminar 2006.¹⁷⁰ O anteprojeto visa a um primeiro pressuposto de 100 milhões de dólares para executar modelos piloto contra a assimetria, favorecendo, sobretudo, o Paraguai e o Uruguai.

O outro fator de fortalecimento é a incorporação da Venezuela, ainda que seja observada criticamente. O fato foi comemorado pelos setores diplomáticos de todos os países, porém recebido com reservas por empresários da Argentina, do Brasil e da Venezuela. No econômico, a riqueza gerada da venda de petróleo coloca o país andino em vantagem nas negociações com o Brasil por estar acima dos outros membros. O ponto mais sensível é o futuro das negociações estabelecidas pelo MERCOSUL, como a possível radicalização das condições de negociação com a ALCA, devido à influência venezuelana. Além disso, nos últimos anos houve um incremento de vendas do bloco com o México, e a preocupação é que as vendas possam ficar paralisadas, porque Hugo Chávez rompeu a sociedade com esse país dentro do G-3, devido à confrontação com os regimes direitistas mexicanos que ficaram no poder.

No sentido político, os membros manifestam preocupação quanto a aumentar situações conflituosas se o fórum do MERCOSUL ficar como cenário da retórica de confrontação de Hugo Chávez com os EUA. Na sua primeira participação na Reunião do CMC, o venezuelano advertiu que a ALCA “era o fim do MERCOSUL”, e propôs criar um “mega-Estado americano”, baseado na unidade do bloco sul-americano.¹⁷¹

A evidente tendência do presidente Chaves por construir uma liderança no sul, pode levar ao confronto dentro do bloco, pois o Brasil não estará disposto a perder sua posição dirigente. Até a regularização das negociações plenas segundo os marcos da União Aduaneira, em 2014, o fator

¹⁷⁰ O FOCEM foi criado por decisão do CMC o 19 de junho de 2005, como instrumento para “financiar programas de convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração” (Art.1 da Decisão CMC Nº 18/05, que cria o FOCEM). O compromisso foi que a decisão fosse adotada imediatamente nos parlamentos dos países membros.

¹⁷¹ Respeito a essa crítica, tanto o governo argentino como o brasileiro lembraram que nem o comércio da própria Venezuela com Estados Unidos tem sofrido conseqüências, e o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva foi enfático ao declarar na própria cerimônia de assinatura que ninguém comercializaria ideologias, e sim experiências científicas e tecnológicas. O fator fundamental é o potencial energético que se incorpora ao bloco e a capacidade compradora do novo membro, rico em petrodólares.

político pesará mais na incorporação do novo sócio; enquanto estiver no período de transição, a Venezuela pode optar por se retirar do pacto, mesmo sendo punida segundo determina a regulamentação.

Por outro lado, a riqueza do novo sócio conta muito. O presidente Nicanor Duarte do Paraguai externou que havia certo perigo de converter o MERCOSUL em "fórum para maniqueísmo político ou para a exacerbação de confrontos ideológicos ou dogmáticos"¹⁷², referendo-se ao presidente venezuelano. Apesar disso, extra-oficialmente, para garantir o apoio do Paraguai à incorporação da Venezuela, Duarte pediu a Chávez que comprasse títulos da dívida paraguaia.¹⁷³ Como fizera com a Argentina, de quem comprou mais de US\$ 3,2 bilhões de dívidas em 2005, antes da assinatura de entrada oficial, a Venezuela anunciou que compraria US\$ 100 milhões de bônus da dívida paraguaia.

A inclusão aparenta ter vantagens mais duradouras e efetivas. Ainda que, desde 2005, quando apresentada a solicitação formal de entrada, tenha sido assinado a iniciativa PETROSUL, uma aliança das operadoras energéticas brasileiras e argentinas, que contaria também à venezuelana. Na trigésima Cúpula se fez oficial a construção do "Grande Gasoduto do Sul", no qual se integraram Uruguai e Paraguai. No último momento, a Bolívia assinou também o compromisso, participando com o seu gasoduto, tentando limar as asperezas surgidas com o Brasil, depois da re-estatização da indústria petroleira boliviana. Para a Venezuela, existem também evidentes vantagens na sua entrada. O MERCOSUL pode garantir e fortalecer o papel de interlocutor latino-americano que procura, sobretudo ante o ALCA e os Estados Unidos. Fica assim, um panorama interessante no desenvolvimento do MERCOSUL e os próximos anos serão fundamentais para perceber se é possível que essa aliança proponha elementos alternativos na integração subordinada continental.

5.4 Caracterização do ator-agente NAFTA.

A aprovação do NAFTA pelos respectivos congressos mostra o contraste das suas realidades políticas, um primeiro elemento da caracterização. O congresso mexicano aprovou sem maiores discussões o tratado; aceito por uma maioria do partido oficial, PRI,¹⁷⁴ acostumada a votar, sem crítica profunda, as decisões que provinham do executivo, mais ainda se vindas da figura de enorme poder

¹⁷² Financial Times, entrevista ao presidente Nicanor Duarte, 3 de julho 2006.

¹⁷³ A construção conjunta da Usina de Itaipu entre Brasil e Paraguai tem sido um problema dentro do MERCOSUL. Começaram as negociações na década de 1960, e em 1974 foi criada a entidade binacional "Itaipu", para gerenciar a construção da usina, ainda que o início das obras ocorresse em 1975. Até este ano, o Paraguai deve à Eletrobrás – companhia brasileira de eletricidade-, US\$ 19 bilhões, dos quais 11% são juros da dívida, considerados "exorbitantes" pelo governo paraguaio, segundo a reportagem do diário britânico.

¹⁷⁴ Como legitimador da elite triunfadora na guerra civil, surgiu em 1929 o Partido Nacional Revolucionário, PNR, transformado em Partido da Revolução Mexicana PRM, em 1938, e finalmente em Partido Revolucionário Institucional, PRI, em 1946. Em suas diferentes versões e se tornando cada vez mais de direita, o partido de Estado ficou na presidência até 2000 (71 anos de poder). Nas eleições presidenciais de 2006, o PRI foi a terceira força nas votações.

que o presidente Carlos Salinas de Gortari representava para a política do México.¹⁷⁵ Em uma primeira grande aliança oficial com o partido direitista PAN,¹⁷⁶ deixou-se de lado, no congresso, as perguntas, análises e controvérsias apresentadas pela oposição de esquerda. O questionamento à assinatura do NAFTA foi feito pelos partidos de esquerda, a intelectualidade, sindicatos e até setores nacionalistas do governo, mas na decisão de aprovar o tratado só foi considerado o congresso, que garantia a derrota da oposição. A aprovação confirmou os interesses das cúpulas empresariais e o descaso em relação à sociedade civil.

Da parte canadense, o convênio foi aprovado, porém, o congresso exigiu dos negociadores a defesa dos interesses nacionais; embora a assinatura do novo tratado não fizesse variar em muito a trajetória do relacionamento comercial com os Estados Unidos, o que preocupava eram os riscos de negociar com uma economia instável como a mexicana.

A discussão no fórum estadunidense, entre os meses de outubro e novembro de 1993, seria a mais complicada, porque foi solicitada a aprovação acelerada do protocolo pelo mecanismo parlamentar do fast track, só válido para assuntos de segurança nacional ou sumamente importante para o Estado; a negativa, principalmente dos deputados democratas, justificava-se porque os problemas implícitos do TLC não foram discutidos suficientemente pelos setores envolvidos; e, ainda que esta opinião fosse compartilhada por alguns congressistas republicanos, no fim trabalharam arduamente nas negociações, para que a iniciativa fosse aprovada; a intenção dos republicanos foi apresentar o NAFTA como um sólido artifício da administração de George Bush, visando a reeleição. Mas, o fator decisivo para a aprovação foi o posicionamento estadunidense na economia mundial: O NAFTA, embora cheio de inconsistências, representava um bloco comercial americano formalmente constituído ante os competidores europeus e asiáticos.

Desde o seu surgimento, o tratado forçou negociações difíceis tanto entre os membros como no interior dos Estados; essa problemática gera suas principais características. Para as partes estadunidense e canadense as implicações negativas do NAFTA são fundamentalmente três. a) O risco de negociar com uma economia subdesenvolvida como a mexicana, que, considerada como “igual” no pacto, poderia forçar concessões aos mais ricos; embora até o momento haja uma negativa contundente de estabelecer subsídios para equilibrar seus níveis produtivos em áreas específicas. b)

¹⁷⁵ Como referência do governo de Carlos Salinas de Gortari, pode se consultar a Tese de Doutorado de Ary Ramos Da Silva Junior, **Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativo dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor (1990-1992) e no México de Carlos Salinas (1998-1992): O incremento da Corrupção e seus custos sociais**. Araraquara: UNESP. 2006.

¹⁷⁶ Opositor radical ao projeto da revolução, o Partido Ação Nacional, fundado em 1939, foi por muitos anos o único partido oficialmente adversário do PRI. Representante do conservadorismo mexicano – anti juarista, católico radical e anticomunista-, representava os grupos econômicos excluídos dos favores do regime; foi ganhando as simpatias das elites econômicas insatisfeitas pela decadência do PRI e começaram a sair. Ganhou a presidência em 2000 e em 2006, fortalecendo o projeto neoliberal no país.

As consequências financeiras, produto da desestabilização do sócio latino-americano, como aconteceu na crise de 1994. c) O incremento da migração massiva mexicana, no começo esperançosa por conseguir trabalho legalizado, por efeito de considerar os países vizinhos (sobretudo os Estados Unidos) como “sócios”; apesar disso, a restritiva política migratória não logrou, ficando logo desfeita a expectativa dos migrantes. As negociações mais difíceis dentro do Canadá e dos EUA são com setores produtivos e sindicatos protecionistas, que consideram o TLC promotor de práticas desleais por permitir a entrada de produtos mexicanos mais baratos, arriscando a produção nacional; especificamente o setor agrícola estadunidense, que coloca a mão de obra mexicana como o principal fator de risco às fontes de trabalho. São situações de constante pressão aos governos estaduais dos estados Unidos, quase sempre resolvidas pela intermediação dos governos federais.

O argumento principal da oposição do México ao NAFTA – políticos, analistas e atores desfavorecidos-, mesmo desde o anúncio das negociações, é a assimetria da associação; o acordo com o norte faz mais dependente a economia mexicana à estadunidense, limitando as possibilidades de diversificar seu comércio; a média dos últimos seis anos é de 59,25% nas importações e nas exportações chega até 83,06%.¹⁷⁷ Para as elites mexicanas, continua sendo uma oportunidade para ascender na participação mundial, embora seja contínua a necessidade de equiparar padrões mínimos de produção, investimento, redes de comércio e mercado, para se associar com os Estados Unidos e Canadá. Os ajustes continuam “limpando” os aspectos negativos da economia tradicional. Hoje. O México também garante aos capitais transnacionais um território seguro e estável para o investimento, sem se importar com as consequências: redução significativa de direitos laborais e da seguridade social da população. Constituindo-se como mercado seguro para as mercadorias estadunidenses, no México a variedade de oferta e a liberdade de compra aparecem como signos de progresso econômico, minimizando a capacidade de compra da população.

O México compromete a sua soberania sob as regras que o livre mercado impõem, mas nem assim consegue se posicionar como nação preparada para competir mundialmente com oferta e compra diversificada de mercadorias. Embora oferecendo os recursos que demandam as novas regras do mercado, ainda na sua incorporação ao NAFTA foi determinante os bens de país capitalista dependente: matéria prima e mão de obra barata. A conclusão disso, é que o NAFTA envolve o México em uma exploração muito agressiva, porém, sob o discurso da participação plena na globalização; os fatores de abuso tornaram-se, em princípio, necessários, embora dolorosos, para o acesso à modernidade.

As consequências negativas no mundo do trabalho pretenderam ser contidas através da aplicação do mencionado Acuerdo de Cooperacion Laboral de América Del Norte, ACLAN, mas seu

¹⁷⁷ Pode se consultar a tabela de exportações e importações mexicanas 2000-2005 na tabela 54.

conteúdo ratifica a superficialidade no tratamento dos direitos sociais. No México, há uma particular sensibilidade sobre o aspecto trabalhista. Produto da luta revolucionária de 1910, a Constituição de 1917 traz o artigo 123 sobre os direitos trabalhistas, convertidos em um princípio chave da institucionalidade do Estado mexicano e materializado no pacto com os sindicatos aliados por quase 60 anos. Mas a flexibilização do trabalho, requisito no pacto do TLC, enfraqueceu as bases da legislação: o contrato coletivo (base da estabilidade no posto de trabalho), o salário mínimo e os direitos sociais.

Essa incerteza no trabalho preocupou muitos setores, entre eles o sindicalismo corporativo que viu perigar a fonte do seu poder. O chamado “setor obreiro” do regime priísta, colocou, como condição de apoio ao governo de Salinas na negociação do tratado, incluir uma cláusula para “proteger” os direitos dos trabalhadores. O ato parecia legítimo, defensor e nacionalista, sustentado na história do direito trabalhista. No Anexo I do ACLAN (NAFTA, 1993b, Preâmbulo), aparecem 11 princípios para atender o tema trabalhista. Mas desde o início, ficou claro que não pretendia estabelecer uma legislação sobre os temas. É uma lista que, como fala o próprio documento, são apenas lineamentos que as partes se comprometem a promover segundo as condições das próprias legislações internas, e não tendo a intenção de constituir normas comuns mínimas para as próprias legislações. Ao falar da condição do trabalho, menciona-se, nos discursos e documentos, que os membros não aceitam mercadorias produzidas por trabalho infantil, e reconhecem a necessidade de um salário mínimo, mas o artigo 49 fala que [...] toda norma e nível com respeito aos salários mínimos e proteção ao trabalho de menores não estará sujeito às obrigações deste Acordo.¹⁷⁸

Pensamos que mais que logro, o ACLAN se constituiu em um recurso para conter os protestos dos defensores do direito trabalhista e do movimento sindical independente; o governo de Salinas e os sindicatos oficiais, que de novo usurparam a palavra do trabalhador, simularam um ato de consulta, debate e aprovação do NAFTA apoiado em setores sociais.¹⁷⁹ O SELA em sua análise das políticas sociais nos tratados de livre comércio (1999, p. 91) diz que as convenções laborais estabelecidas entre eles não chegam a ter a contundência necessária para seu sucesso, porque os governos que deveriam promovê-los não querem comprometer a assinatura dos tratados. Pensamos que o ACLAN seria um exemplo.

O NAFTA, sendo apenas um Tratado de Livre Comércio, leva na sua natureza a carência de temas que não são econômico-comerciais. Mas pensamos que a objeção maior ao tratado - e até um obstáculo para sua própria funcionalidade - é subestimar a mão de obra e as condições de trabalho, peças chaves no intercâmbio de mercadorias. Um TLC pode ser acompanhado de documentos

¹⁷⁸ Acordo de Cooperação Laboral da América do Norte. Parte II artigo 49

¹⁷⁹ O ACLA foi tema de discussão por muito tempo no México, mas, tempo depois, pelas contradições de seu conteúdo, dirigiu o debate laboral fora dos marcos do acordo.

paralelos, ainda que desenhados pragmaticamente, tratam a problemática social de maneira séria, visando a possível solução das consequências negativas no intercâmbio comercial. O fato de que o NAFTA convenie economias díspares, e sobretudo, pela história do relacionamento especificamente entre México e os Estados Unidos, poderia tratar temas chaves, como:

1. Estancamento de pequenas e médias empresas mexicanas, que não têm o nível suficiente de competitividade para participar do acordo, mas que fazem parte da economia base do país, cuja paralisação pode afetar o desenvolvimento do bloco.
2. Prejuízo, no sul dos Estados Unidos, da produção agro-industrial, afetada pelos produtos mais baratos provenientes do México; sobre isso, esperar-se-ia a aplicação de uma equitativa política de vantagens comparativas para ajustar ambas realidades.
3. A situação constante e crescente da migração e suas implicações no intercâmbio comercial: continua a espera de uma regulamentação especial e cuidadosa para a mão de obra barata, concorrência desleal para trabalhadores regulares e, sobretudo, solução à exploração dos ilegais sem direitos nos Estados Unidos.

Em 2004, o Instituto Nacional de Migração do México, estimou que há 11,2 milhões de mexicanos nos EUA, sendo 5,3 milhões legais e 5,9 ilegais, ou seja, o 57% (ESCOBAR LATAPI, 2005, p. 9). Mesmo sendo problema vital, no NAFTA não existem ainda normas trilaterais e seu tratamento fica dependente de cada nação. Complicado depois do 11/09, os Estados Unidos pressionam muito mais o México, o qual tem sido culpado da migração incontrolada não só de mexicanos, senão de muitos outros migrantes multinacionais.¹⁸⁰

O ano de 2006 foi chave para a questão migratória. As mobilizações de imigrantes de origem latina entre os meses de abril e agosto tentaram acelerar a definição de leis migratórias que favoreçam todos os grupos. Especialmente os ativistas México-americanos esperavam que ante a proximidade das eleições legislativas de novembro, a migração mexicana se contemplasse no NAFTA. Sem embargo, a solução do governo de George Bush foi a menos esperada. No início do ano, ambos os governos tinham prometido uma reforma migratória integral, porém, em 26 de outubro o presidente estadunidense assinou a “Lei da Vala Segura”, para construir um muro de 1.126 km ao longo da fronteira México-EUA, que é de 3.200 km total. (A 12 DIAS... 2006).¹⁸¹ A medida complica ainda mais a

¹⁸⁰ Esta política assumida sem crítica pelo governo mexicano, especialmente na administração de Vicente Fox (2000-2006), tem prejudicado também as relações entre o México e o Brasil. Em 2002, com a visita do mexicano ao Brasil, logrou-se além dos ACE's com o MERCOSUL, a eliminação do visto entre cidadãos de ambos os países. A medida que se fez efetiva em 2003, aumentou o fluxo de brasileiros para o México, muitos deles com a intenção de entrar clandestinamente nos Estados Unidos. O México, pressionado pelo governo estadunidense, suspendeu unilateralmente o convênio no final de 2004, gesto que foi respondido com a mesma medida pelo Brasil no início de 2005.

¹⁸¹ A Lei foi uma iniciativa do legislador republicano James Sensenbrenner, que argumentou estar respondendo a demanda de segurança fronteiriça. O antecedente é uma vala de 20 Km. que existe entre as cidades de Tijuana no México e San Diego nos Estados Unidos. Estima-se que o muro não poderá ser construído como está concebido por várias razões, tanto

solução da migração no NAFTA, porque a experiência de levantar muros no mundo, como de Berlim ou Cisjordânia, tem sido entre inimigos, nunca entre sócios comerciais.

Como comparação, no MERCOSUL existe a “Declaração Social e trabalhista Do Mercosul”, porém é insuficiente porque não é ainda uma legislação supranacional aplicada, e está formada apenas por considerações. Não obstante, é um documento inicial, cujo conteúdo aborda direitos elementares, assinado pelas partes em 1998, que foi consultado minimamente no início por sindicatos, e sobre propostas acadêmicas, contrastando com o falido Acordo de Cooperação Trabalhista da América do Norte. Na “Declaração” aparecem os seguintes pontos referentes à migração:

1. -Todo trabalhador migrante, independentemente de sua nacionalidade, tem direito à ajuda, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho reconhecidos pelos direitos nacionais do país em que estiver exercendo suas atividades, em conformidade com a legislação profissional de cada país.
2. -Os Estados Partes comprometem-se em adotar medidas tendentes ao estabelecimento de normas e procedimentos comuns relativos à circulação dos trabalhadores nas zonas de fronteira e a levar a cabo as ações necessárias para melhorar as oportunidades de emprego e as condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. (DECLARAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA DO MERCOSUL, 1998) ¹⁸²

No NAFTA as referências dos problemas provocados pelo tratado fazem parte só dos discursos de altos funcionários, porém, sem assumir compromissos para se solucionar. Oficialmente a problemática é tratada superficialmente nas declarações iniciais do “Documento Constitutivo do Tratado de Livre Comércio entre Canadá, os Estados Unidos da América e os Estados Unidos Mexicanos”. Relacionado à assinatura com um país dependente como México, no preâmbulo aparece a medida de “reduzir as distorções no comércio”, que significa acabar com políticas econômicas tradicionais, consideradas responsáveis pelo subdesenvolvimento.¹⁸³ Sobre a assimetria econômica, só menciona estabelecer “regras claras e de benefício mútuo para seu intercâmbio comercial”. Quanto à responsabilidade social, aparece o objetivo de “promover novas oportunidades de emprego, melhorar as condições de trabalho e os níveis de vida nos seus respectivos territórios” e ainda mais: “Proteger, fortalecer e fazer efetivos os direitos fundamentais de seus trabalhadores”. Referente ao risco de depositar as decisões principais em mãos privadas, fala só do compromisso por “preservar a capacidade para salvaguardar o bem-estar público”.

geográficas, como econômicas, mas sobretudo, segundo pessoas com experiência nas fronteiras, como guardas da Border Patrol, prefeitos das cidades limítrofes, ativistas e mesmo migrantes experientes, todos não acreditam que nenhuma vala física poderá deter o fluxo migratório. Embora assinada a lei, falta ainda destinar o financiamento: estima-se que o custo do muro seja entre 2 e 6 bilhões de dólares (A 12 dias... 2006)

¹⁸² Declaração Sociolaboral do Mercosul, 1998. Direitos Individuais, Artigo 4º “Trabalhadores migrantes e fronteiriços”.

¹⁸³ A responsabilidade é dirigida a setores produtivos protecionistas que entorpecem as regras do mercado aberto, especificamente dirigida para o México.

No documento, também, encontram-se outros temas preocupantes como o assunto ambiental.¹⁸⁴ O documento estabelece que a exploração de produtos ou a construção de plantas produtivas para incrementar o intercâmbio devem-se fazer “de maneira congruente com a proteção e a conservação do ambiente” promovendo “o desenvolvimento sustentável” e “o reforço à elaboração e à aplicação de leis e regulamentos em matéria ambiental”. Referindo-se a esta aplicação, assinala no artigo que cita a Relação com Tratados Ambientais específicos o tratado diz que se baseara nos regulamentos de cada acordo existente, e no caso de incompatibilidade prevalecerá a medida mais conveniente ao meio ambiente.¹⁸⁵

Quanto aos assuntos eminentemente comerciais, o NAFTA se propaga como mecanismo que garante o livre comércio, porém, contém um número alto de exceções organizadas em uma lista muito bem preparada de itens, divididas em dois setores. No primeiro, proíbe-se a abertura de Mercadorias “exclusivas” dos países, fundamentalmente da agroindústria, alegando-se que, ao entrarem no mercado livre, afetar-se-iam áreas produtivas tradicionalmente estratégicas do mercado nacional. Embora não seja dito diretamente, pretende-se, com isso, evitar problemas com agentes produtores importantes da estabilidade política (sindicatos e empresários tradicionalmente ativos e organizados).

O outro setor é o de serviços sofisticados de alta restrição, porque constituem o poder do Estado nacional, distribuídos nas categorias de: “Segurança Nacional”, “Energia e petroquímica básica” e “Compras do setor público”. Os defensores radicais do NAFTA (a maioria estadunidenses), levantam protestos severos falando que as exceções, sendo medidas protecionistas, infringem os princípios do livre comércio, da igualdade de oportunidades e da sociedade equitativa. As medidas de proteção de certos produtos poderiam ser adequadas à realidade produtiva e política dos membros, sobretudo para o México, entretanto, na aplicação de regras, a realidade é contrastante.

A política integracionista da América do Norte não contemplou por muito tempo um modelo de comércio complexo, porque os Estados Unidos consideram a sua própria soberania nacional um assunto altamente sensível, constituindo o ponto mais paradoxal na prática do NAFTA. Enquanto protege sua produção, o governo estadunidense coloca barreiras aos produtos de importação, prática altamente desigual. Todavia, é evidente a pressão para comercializar mercadorias exclusivas¹⁸⁶ e,

¹⁸⁴ A deterioração ambiental tem constituído desde muitas décadas atrás um problema sem tratamento adequado; pela parte mexicana são conhecidas as denúncias da existência de lixeiros tóxicos na fronteira: centenas de quilômetros no meio do deserto onde são jogados resíduos líquidos e sólidos de materiais químicos, hospitalares e até radioativos, que os governos estadunidenses negam-se a admitir e menos ainda a solucionar. Além disso, os desperdícios das maquiladoras – armadoras – responsabilidade das firmas e dos governos dos dois países, também não são fiscalizados. Temos também os desmatamentos, seja pela extração de produtos necessários às indústrias participantes na exportação-importação ou pela construção de plantas industriais, preocupação também do Canadá.

¹⁸⁵ NAFTA. 1993a. Artigo 104. Relação com tratados em matéria ambiental e de conservação.

¹⁸⁶ A exclusividade ficará enfraquecida pelos próprios critérios do NAFTA, que considera para 2008 a abertura dos mercados de grãos e outros similares, que prejudicaria a produção mexicana de milho e feijão, produtos tradicionais e

sobretudo, para conseguir a abertura das áreas energéticas, como o petróleo e o gás natural, a petroquímica, a eletricidade e as comunicações, embora, no caso de México, essas áreas sejam consideradas intocáveis, no entanto, sua possessão pública tem como antecedentes lutas sociais elevadas à constituição (SAXE-FERNÁNDEZ, 2002, p.226-376)

No caso das mercadorias exclusivas, a produção básica mexicana de milho e feijão, que inicialmente estava protegida por cláusulas especiais, fora obrigada a se abrir ao mercado livre; enquanto certas hortaliças exportadas pelo México, que diminuem os custos, eram proibidas de entrarem só quando comprometem a produção de legumes estadunidenses e canadenses; arbitrariamente se aplicam medidas fitosanitárias estritas que no final acabam impedindo a entrada da produção. No assunto de recursos energéticos, o México insistiu na sua exceção, por serem bens protegidos pelo Estado, mas, o tema constitui um dos mais polêmicos no debate mexicano, porque embora o petróleo, a energia elétrica e a mineral sejam considerados exclusivos da nação, segundo o próprio artigo I da Constituição, o seu processamento é explorado por empresas estrangeiras, fundamentalmente norte-americanas, que obtêm preços especiais dos produtos secundários.

Do outro lado, estão os componentes de Segurança Nacional, como áreas de comunicações eletrônicas, recursos militares e aeroespaciais e recursos geo-estratégicos que outorgam poder, por isso o maior defensor dessas exceções são os Estados Unidos, porque constituem precisamente as ferramentas para manter a sua hegemonia mundial. De maneira nenhuma estariam dispostos a compartilhar esses recursos com seus “sócios”.¹⁸⁷

Assim, surgem estas reflexões críticas sobre o NAFTA para pensar as possíveis implicações da ALCA no setor econômico, embora ela se apresente com negociações mais flexíveis e a opinião da sociedade civil apareça considerada no plano formal, como pode se verificar no site oficial, em que aparece um link para opiniões da sociedade civil.

5.5 Comparação de ambos os atores-agentes

Estabelecemos a comparação entre os dois atores-agentes executivos segundo características quantitativas e qualitativas. As primeiras fazem muito evidente o contraste no campo econômico comercial, porém, são relativas, considerando que no NAFTA estão duas das economias mais fortes

protegidos que sustentam a média e pequena agroindústria mexicana, com a entrada dos mesmos, provenientes dos Estados Unidos.

¹⁸⁷ A teoria clássica da integração econômica interpreta que, para se alcançar um acordo eficiente de integração, deverá ter limitadíssimas exceções. Em um nível superior de integração, como pretende fazer a União Européia, compartilham-se também os recursos estratégicos.

do mundo. Por exemplo, em 2005 o Ingresso Nacional Bruto (INB) - antes PNB,¹⁸⁸ do MERCOSUL foi de 840,1 bilhões de DIs, enquanto do NAFTA foi de 14, 7 trilhões; o PIB: 1,002 trilhões do MERCOSUL e 14,4 trilhões de NAFTA.¹⁸⁹

Outra comparação refere-se à classificação de países segundo o grupo de ingressos econômicos do INB per capita que propõe o BM.¹⁹⁰ O MERCOSUL flutua entre duas categorias: a Argentina e o Uruguai pertencem à categoria de Ingressos Medianos Altos, e o Brasil e o Paraguai à de Ingressos Medianos Baixos, então, segundo a probabilidade dos últimos dois anos, o bloco em geral se considera nesta segunda classificação. O NAFTA, embora o México tenha que se considerar da classe Medianos Altos, os recursos das economias canadense e estadunidense colocam à região na escala de Ingressos Altos, com um INB per capita dos mais elevados da economia mundial.

Já as características qualitativas permitem uma comparação mais eqüitativa: o tipo de acordo com os objetivos que apresenta e as expectativas geradas por cada um dos sistemas são dois paralelos cotejáveis. Segundo a teoria clássica da integração econômica que mencionamos na quarta parte, o NAFTA é um tratado de nível elementar: livre comércio cujo objetivo é combinar uma tec comum dentro do bloco, criando dessa maneira uma Área de Livre Comércio. Contrasta com o objetivo muito mais ambicioso do MERCOSUL, que propõe primeiro uma UA, ou seja, ter uma tec comum que também é aplicada para países fora do bloco. Alcançada a UA poderá transitar no Mercado Comum. Teoricamente o MC possibilita uma futura integração política e até social. O MERCOSUL ofereceria vantagens maiores aos países membros.

Com respeito ao atrativo que representa cada sistema, o fator principal é a viabilidade para desenvolver seu plano. A favor do NAFTA esta a participação com duas das economias líderes do mundo e também a simplicidade da meta proposta, sendo mais fácil negociar paulatinamente intercâmbios baseados nas vantagens comparativas e fixar tec's só aplicáveis dentro do bloco. Enquanto que para alcançar uma UA e depois um MC exige muitas mais negociações, tempo e recursos, complicado ainda mais, pelo subdesenvolvimento da maior parte das economias continentais.

A favor do MERCOSUL está a identidade econômica mais ou menos igual dos membros e a possibilidade de negociações mais justas para todos os participantes, comparadas com a difícil negociação ante uma das economias mais consolidadas, a maior exclusão de setores produtivos fracos e a concorrência desigual, como mostrou o caso mexicano no NAFTA.

¹⁸⁸ O Banco Mundial trocou as siglas Produto Nacional Bruto (PNB) por Ingresso nacional Bruto (INB); em inglês ficou como Gross National Income (GNI) substituindo a Gross National Product (GNP).

¹⁸⁹ Complementar na tabela 45 "Dados econômicos de NAFTA e MERCOSUL para o ano 2005" dos anexos.

¹⁹⁰ A classificação do BM das economias mundiais se faz sob o critério do *Ingresso Nacional Bruto* INB *per capita* anual dos países: Os grupos são: Ingressos Baixos, US\$ 735 ou menos; Ingressos Medianos Baixos, US\$ 736 – US\$ 2.935; Ingressos Medianos Altos US\$2.936- US\$ 9.075 e Ingressos Altos US\$ 9.76 ou mais. Disponível em: www.worldbank.org Datos e Investigación / Clasificación de Países. Último acesso em 21/10/2006.

Mas, é a prática concreta do NAFTA e do MERCOSUL, com seus complexos processos de negociação e as condições particulares dos países, os fatores que põem em dúvida os benefícios oferecidos, embora para a “real politik” a exaltação dos prováveis lucros minimiza as conseqüências. O benefício para as elites é o eixo dos interesses por detrás da integração subordinada.

5.5.1 MERCOSUL e NAFTA no jogo de interesses e a geopolítica.

No cenário das características geopolíticas continentais, as diferenças quantitativas e qualitativas se convertem em fatores de confrontação entre os dois sistemas: o NAFTA e o MERCOSUL aparecem como se fossem dois modelos alternativos para o desenvolvimento econômico da região, deixando nebulosos seus princípios comuns.

Os interesses hegemônicos do Panamericanismo têm favorecido o modelo do NAFTA, exaltando as vantagens de competir mundialmente junto às economias mais fortes do continente, e segundo, garantindo que a simplicidade de um TLC assegura o bom funcionamento do livre mercado. A intenção foi desde o início projetar o modelo NAFTA no continente; a primeira tentativa foi à solicitação de incorporação do Chile em 1995, mas a crise desatada no México em 1994, tanto política, quanto social e econômica teve conseqüências negativas nos próprios Estados Unidos e complicou a adesão do país sul-americano. A irrupção do Exército Zapatista de Libertação Nacional, questionou o modelo neoliberal e a incorporação do México ao NAFTA, e se constituiu em exemplo de luta que atores-agentes da sociedade civil empreenderiam contra o modelo de integração subordinada.

Os empresários mais fortes da região também se posicionaram segundo as alternativas das propostas. As cúpulas mexicanas, aproveitam o fator geográfico para condicionar sua participação no NAFTA, e são os grandes entusiastas, desde a convocação, para criar a ZLC do norte. Com um crescente poder dentro do Estado, essas elites têm pressionado para obter maiores benefícios na concorrência, colocando-se como os representantes de todo o setor privado mexicano. Influenciam, também, nas decisões da política externa do país, a procura de sociedade com outros blocos; embora existam neles certo interesse em participar com mais sócios, é óbvia sua inclinação favorável ao NAFTA, tanto por razões de proximidade quanto de preferência.

No início das conversações do NAFTA, em América do Sul se acenderam luzes vermelhas. A incorporação do México ao bloco trazia riscos para o mercado estadunidense, e a anexação da sociedade falida do Chile no sistema mostrava que pelo menos nos primeiros anos a participação imediata estava restrita. A resposta da maior parte da América do Sul, foi então, fortalecer os respectivos SIR's: CAN e MERCOSUL. No meio da incerteza inicial da participação no mercado aberto mundial, a expectativa era a confrontação entre blocos. O diplomata mexicano Guillermo Palácios, que

trabalhou na embaixada do México no Brasil na época, descreve as interpretações brasileiras com respeito à assinatura do NAFTA em 1991:

[...] círculos importantes de la economía y de la política brasileñas estaban preocupados con la entrada de México al bloque regional del norte de América. Lo inquietante para la economía de Brasil, era, por supuesto [...] sus exportaciones hacia Estados Unidos. El contexto sombrío que significaba el estancamiento de las negociaciones multilaterales de la Ronda de Uruguay del GATT, sin grandes avances desde su inicio, seis años atrás, hacía temer que los bloques se convirtieran en cápsulas proteccionistas rivales, más que en asociaciones consolidadas de intercambio. (PALACIOS, 2001, p.346)

A partir da análise crítica, as interpretações econômicas vinculadas com as propostas tradicionais da esquerda também qualificaram o nascimento do MERCOSUL como a formação da alternativa ao neoliberalismo representado pelo NAFTA. Com uma visão simplista sobre a integração, os discursos da retórica política interpretaram que qualquer ação entre países latino-americanos seria prova da resistência dos pobres contra os ricos, como fato de uma integração eminente.

Ainda com resultados limitados, os atores-agentes executivos continuaram a organizar a integração regional. O NAFTA, depois de se consolidar formalmente, constituiu o modelo base da proposta continental da Área de Livre Comércio das Américas, ALCA, na I Cúpula das Américas em 1994, impulsionada com muito mais agressividade após o ano 2000, respondendo à lógica geopolítica e econômica do neopanamericanismo, na tentativa de exercer o controle mais seguro do comércio americano ante a concorrência mundial.

Depois do esfriamento nas negociações da ALCA em 2005, o característico fechamento da parte estadunidense a outras opções de intercâmbio mudou, e foi convocada a criação da Comunidade da América do Norte, ou seja, fazer transitar o NAFTA à uma União Aduaneira, com a possibilidade de abrir a participação a mais países. Se o estancamento da ALCA fosse prolongado, embora a nova iniciativa seja complicada, poderia revitalizar a hegemonia estadunidense.

Da parte Sul-americana, a resposta ante a iniciativa da ALCA foi tentar fortalecer mais os sistemas CAN e MERCOSUL, e até procurar a sua unificação na chamada Área de Livre Comércio da América do Sul, ALCASUL, para negociar com melhores condições a adesão à ALCA. Embora a saída da Venezuela tire poder da CAN, fortalece ao MERCOSUL, que sendo um SIR muito mais consolidado, permite ter um bloco sul-americano com maior capacidade de negociação.

Muitas coisas têm acontecido desde o ano 2000 quando os dois agentes executivos se mobilizaram com mais decisão para atrair novos “sócios”. Mas, nem o NAFTA nem o MERCOSUL conseguem ainda se consolidar além de conseguir intercâmbios prioritariamente de produtos chaves da indústria globalista; determinar tec’s só em alguns itens e, beneficiar a certos atores. A realização efetiva de acordos, seja o comercial mais elementar, seja o que pretende uma tec comum, é dificultada

pela problemática de unir economias díspares, pela fragilidade das estruturas produtivas nacionais, e por uma difícil situação social insuficientemente atendida pelos Estados-nacionais. Reiteramos, para concluir, que NAFTA e MERCOSUL respondem à integração globalista porque hoje ainda não existe um modelo alternativo ao capitalismo neoliberal. O argumento dos países da América Latina para optar por um deles será as possibilidades que ofereçam para incorporar os países atrasados no comércio mundial com as conseqüências menos negativas.

Na próxima parte falaremos das ações concretas do México e do Brasil, outros atores-agentes executivos da integração, e que a partir de seus comportamentos, poderá se compreender melhor a integração latino-americana.

6 O BRASIL E O MÉXICO, SIMILITUDES DISTANTES.

Esta parte da tese perfila a prática integracionista do Brasil e do México, Estados que junto aos SIR's MERCOSUL e NAFTA são atores-agentes executivos da integração. Os SIR's desenham o plano geral para a ação dos Estados, porém, como estes aplicam diretamente as estratégias, terminam por definir o tipo de integração desenvolvida na região. O relacionamento que os Estados estabelecem com todos os demais atores-agentes da integração determina, também, o contexto regional.

O Brasil e o México oferecem exemplos das diretrizes que os países latino-americanos têm desenvolvido no intercâmbio da região. O México é o país latino-americano participante no modelo mais evidente de integração pan-americana. O Brasil representa o MERCOSUL, desenvolvido só entre sócios da América Latina. O critério para escolher o Brasil é que sua economia é a referencia principal dentro do sistema e é o sócio que mais exporta aos outros e o que mais produtos compra deles, como pode se observar na tabela 52 dos Anexos.

Da mesma maneira, considerando que esses países são as duas economias mais desenvolvidas da região, é importante assinalar o papel que ambos têm no cenário do capitalismo global e o relacionamento estabelecido entre ambos, e, como complemento, as aproximações entre as quatro economias do MERCOSUL e o México.

6.1 Política econômica e integração do Brasil e do México.

Os governos neoliberais tanto do México como do Brasil adotaram a política de mercado aberto e a procura de tratados no mundo; também, as estratégias de “saneamento” de estruturas “obsoletas”, que impedem o fortalecimento do mercado externo.

Os principais produtos de exportação do Brasil provêm da indústria manufatureira siderúrgica, automotiva, aeronáutica, extrativa – incluindo o petróleo - e de bens primários. O México tem no petróleo cru o produto chave; nas mercadorias não petroleiras, a indústria eletrônica se sobressai, e nos últimos três anos, os produtos parciais automotivos ocupam o terceiro lugar; depois estariam os produtos agropecuários e a indústria da extração. Nos dois países, na categoria manufatureira, as principais indústrias exportadoras são aquelas filiais das grandes empresas multinacionais.

O desenvolvimento geral do comércio exterior de ambos os países pode ser observado nas seguintes tabelas:

Tabela 3¹⁹¹
 Importações – Exportações Totais do Brasil e do México
 Bilhões de dólares

BRASIL					MEXICO				
Ano	Exportações US\$ A	Importações US\$ B	Diferença US\$ A – B	% cobertura A / B	Ano	Exportações US\$ A	Importações US\$ B	Diferença US\$ A – B	% cobertura A / B
2000	55,08	55,83	-752,99	0,99	2000	166, 45	174,45	- 8,00	0,95
2001	58,22	55,57	2,65	1,05	2001	158,44	168,39	- 9,95	0,94
2002	60,36	47,24	13,12	1,28	2002	161,04	168,67	- 7,63	0,95
2003	73,08	48,30	24,77	1,51	2003	164,76	170,54	- 5,77	0,97
2004	96,47	62,83	33,64	1,54	2004	188,62	197,15	- 8,53	0,96
2005	118,30	73,59	44,71	1,61	2005	213,71	221,27	- 7,55	0,96
Total	461,53	343,37	118,15		Total	1,053 ³	1,100 ³	-47.45	
2006 ¹	60,900	41,367	19,532	1,47	2006 ²	101,38	100,34	1,038	1,01

¹ Até junho do 2006

² Até maio de 2006

³ Trilhões de dólares

Fontes: Brasil: Ministério do Desenvolvimento www.desenvolvimento.gov.br/secex acesso em julho 2006

México: Banco de Comércio Exterior www.bancomext.gob.mx /centro de informação . Cifras Comércio Exterior. Documento pdf Acessado em julho 2006 y www.economia.gob.mx /negociaciones comerciales. Comércio do México

Durante os anos 2000 - 2005,¹⁹² o Brasil exportou menos que o México, mas, nas importações o dado se inverte. A balança comercial simples, ou seja, a diferença entre ambos indicativos, é favorável para o Brasil: o México comprou 2,2% a mais do que vendeu, enquanto o Brasil vendeu 14,6% a mais das suas compras.

Do total do comércio exterior brasileiro, US\$ 804, 914 bilhões, a variação entre exportação e importação brasileira é de US\$ 118,156 bilhões: a porcentagem das importações foi de 42,7% , e de exportações a de 57,3%. O México importou 51,1% do total de 2,153 trilhões de dólares do seu comércio exterior, e exportou 48,9%, uma diferença de US\$ 47,459 bilhões.

No mesmo período, o México teve variâncias nas exportações, diminuindo em US\$ 8,012 bilhões entre 2000 e 2001. Contabilizando os seis anos, o incremento anual aproximado é de 9,451 bilhões de dólares. O Brasil se manteve estável no crescimento, com uma média anual de 12, 644 bilhões de dólares

¹⁹¹ Elaboração das tabelas: Martha G. Loza Vázquez.

¹⁹² Os cálculos só consideram 2000-2005, embora colocamos as cifras parciais de 2006 como indicativas do percurso comercial.

Particularmente, o México constituiu a abertura como eixo dos planejamentos gerais do Estado, refletidos nos '*Planes Nacionales de Desarrollo*', (PND).¹⁹³ As secretarias de Estado responsáveis pelo comércio exterior mexicano¹⁹⁴ declaram que a abertura se projeta em duas categorias de convênios: 1. Acordos de Complementação Econômica (ACE)¹⁹⁵ e 2. Tratados de Livre Comércio (TLC's), sendo estes últimos:

Tabela 4
TLC's assinados pelo México, sócios e data de início

Tratado	Sócios do México	Início Oficial
<u>TLCAN</u>	Estados Unidos e Canadá	01 / 01 / 1994
TLC-G3 ¹⁹⁶	Colômbia	01 / 01 / 1995
TLC México – Costa Rica	Costa Rica	01 / 01 / 1995
TLC México - Bolívia	Bolívia	01 / 01 / 1995
TLC México - Nicarágua	Nicarágua	01 / 01 / 1998
TLC México – Chile	Chile	01 / 08 / 1999
TLCUEM	União Européia	01 / 07 / 2000
TLC México – Israel	Israel	01 / 07 / 2000
TLC México – TN	El Salvador, Guatemala e Honduras	15 / 03 / 2001 El Salvador e Guatemala 01 / 06 / 2001 com Honduras.
TLC México – AELC	Islândia, Noruega, Liechtenstein e Suíça	01 / 07 / 2001
TLC México - Uruguay	Uruguai	15 / 07 / 2004
AAE México - Japón	Japão	01 / 04 / 2005

Até o 7 de junho de 2006

Fonte: Governo de México: Secretaria de Economia.

O Brasil, por sua parte, tem os acordos da ALADI e do MERCOSUL como base para outras negociações. O mais recente é o Tratado MERCOSUL-UE, que entrou em vigor no dia 01 de janeiro de 2006, e levanta muitas expectativas.¹⁹⁷

¹⁹³ O PND, Plano Nacional de Desenvolvimento, em português, é o documento base que fixa as políticas específicas em todas as matérias de Estado, criado pelo governo em turno e colocado como meta do seu mandato.

¹⁹⁴ Têm sido chave junto à Secretaria de Relações Exteriores, a antiga Secretaria de Comércio y Fomento Industrial (SECOFI) nos regimes priístas e a nova Secretaría de Economía (SE) criada pelo governo de Vicente Fox Quezada (2000-2006). A SE oferece dois relatórios do comércio exterior, renovados a cada três meses. Relación de México con sus Socios Comerciales e Impacto de los Acuerdos en el Comercio; arquivos PDF, podem ser consultados em www.economia.gob.mx, além dos textos completos, resumos e outros relacionados aos TLC's e ACE's assinados pelo México.

¹⁹⁵ Os ACE assinados pelo México são com o MERCOSUL.

¹⁹⁶ O G-3 ficou como acordo bilateral depois da saída da Venezuela em maio de 2006.

¹⁹⁷ O Brasil tem como principais instituições de negociação internacional o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e o Ministério de Relações Internacionais. As informações e detalhes dos acordos estão nas páginas

Tabela 5
Acordos Principais do Brasil

Nome do Acordo	Países Participantes	Data
ALADI	Todos os países da ALADI	12 de agosto de 1980
MERCOSUL	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai	26 de março de 1991
MERCOSUL-EU	MERCOSUL e União Européia	01 de janeiro de 2006

Fonte: GOVERNO DO BRASIL. Ministério de Desenvolvimento/ Secretaria de Comércio Exterior

Os chamados *Acordos de Alcance Parcial AAP*, os *Acordos de Preferências Tarifárias*, APT e os *Acordos de Preferência Comercial*, APC, são outras modalidades do comércio exterior brasileiro, que aparecem na Tabela 53 dos anexos, com as datas de início e os sócios.

Para o governo mexicano, o sucesso derivado da assinatura do NAFTA justifica pactuar TLC's nos últimos 15 anos pelo mundo inteiro. O acordo com a União Européia ¹⁹⁸ tem sido considerado o segundo logro da política comercial e reforça a estratégia do "telecismo", como aparece na citação a seguir:

[...] La adopción de acuerdos comerciales, como los tratados de libre comercio con América del Norte y con la Unión Europea, ha constituido una poderosa herramienta para promover el comercio, la inversión y el empleo [...] México tiene hoy la oportunidad de aprovechar plenamente el acceso preferencial logrado mediante los acuerdos comerciales firmados con 32 naciones de tres continentes. Con ello puede no sólo lograrse una mayor captación de inversión extranjera [...] sino también penetrar en nuevos mercados, diversificando su comercio, incorporando nuevas tecnologías y mejores sistemas de administración en las empresas. (PLAN NACIONAL DE DESARROLLO, 2001, p.108)

Até 23 de maio de 2006, os acordos vigentes são: uma Área de Associação Econômica com o Japão, quatro ACE's - com os membros do MERCOSUL, explicitados mais para frente -, e 12 TLC's assinados com 32 países.¹⁹⁹ Estes últimos repetem quase textualmente o conteúdo do NAFTA, inclusive o cuidado no tratamento dos temas políticos ou sociais que não comprometam além do comercial.

<http://www.desenvolvimento.gov.br> e <http://www.mre.gov.br>. Especificamente, o Acordo MERCOSUL-UE se encontra em <http://www.mre.gov.br>, política externa /MERCOSUL-UE

¹⁹⁸ O texto do TLCUE é quase similar a outros tratados comerciais, mas as condições para assinar um TLC com a UE foi motivo de fortes negociações. Por iniciativa dos membros da UE, o México teve que adotar a chamada "cláusula democrática", para lograr o acordo. A cláusula compromete o país a certa vigilância de instituições em direitos humanos; também à observação em matéria de "equilíbrio de poderes", para o México ser sensível às recomendações quanto ao respeito. A assinatura do tratado incomodou os Estados Unidos por um tempo, que via uma concorrência séria na região, mas os compromissos com o NAFTA foram exigidos e o intercâmbio do México com a Europa não tem sido muito forte.

¹⁹⁹ Os perfis ideológicos opostos entre o governo de direita de Vicente Fox e o esquerdismo radical de Hugo Chávez provocaram uma crise política entre ambos, concretizada pelas estratégias de integração, a mexicana a favor da integração pan-americana do ALCA, o imediato oposto da postura venezuelana. O resultado foi que em 23 de maio de 2006, a Venezuela saiu do TLC G-3, sob dois argumentos: que o tratado não significava benefícios consideráveis e que a política de fornecimento de petróleo barato aos países da América Central e do Caribe, política que deu início ao G-3 em 1994, (continuidade do anterior "Pacto de San José" na década dos anos oitenta) estava sendo descumprida pelo México.

Os 86% das exportações mexicanas se distribuem entre os TLC's assinados, e deles provêm os 90% da suas importações, o que significa que 77% da economia mexicana depende desses tratados (GOBIERNO DE MEXICO, 2006a, p.1-2)

O governo de Fox estabeleceu que o país deveria aproveitar as vantagens “inerentes” construídas pela política econômica aplicada: “[...] *disponibilidad de una fuerza de trabajo con experiencia y una posición geoeconómica privilegiada* [...]” (PLAN NACIONAL DE DESARROLLO, 2001, p.108)²⁰⁰, apesar da valoração da *força de trabalho de experiência* não ser só aquela baseada em habilidades técnicas - é, também, aquela que está abaixo do trabalho real. Desde os anos setenta as armadoras na fronteira mexicana (*maquiladoras*), têm sido fonte de mão de obra abundante, e ao longo dos anos foi se convertendo em especializada, mas, quando o mercado do sudeste asiático irrompeu com sua manufatura mais barata, boa parte dessas plantas transnacionais migraram, sem se importar muito em deixar a “grande experiência” do trabalho mexicano.

O *privilegio geopolítico* de compartilhar fronteira com Estados Unidos, minimizando a disparidade do intercâmbio regional, levou o governo foxista a assumir o “destino manifesto” de ser um sócio latino-americano “privilegiado” pela América do norte:

[...] En los últimos años, México se ha convertido en la octava potencia comercial mundial y la primera en América Latina, con una participación del 44 por ciento en las exportaciones y 49 por ciento en las importaciones totales de la región [...] En sólo diez años, México ha: triplicado sus exportaciones (de 51.9 mil millones de dólares a 164.9 mil millones de dólares entre 1993 y 2003); e Incrementado sus importaciones en 161 por ciento [de 65.4 a 170.6 mil millones de dólares entre 1993 y 2003] (SECRETARIA DE ECONOMIA. 2006a, p. 1)

Porém, esta vizinhança obstaculiza a diversificação econômica do México. Quanto aos TLC's, observa-se em 2003 a distribuição percentual do comércio exterior mexicano por tratado e suas contribuições à economia de intercâmbio exterior:

Tabela 6
Distribuição e Contribuição percentual dos TLC's do México

TLC's assinados por o México	% de Exportações do México ao TLC	% de Importações do TLC ao México	% da participação do TLC na economia total do México
TLCAN	90.5 %	64.2 %	77.1 %
TLC G-3	0.5%	0.6 %	0.5 %
TLC México-Costa Rica	0.2 %	0.3 %	0.3%
TLC México – Bolívia	0.01 %	0.02 %	0.02 %
TLC México– Nicarágua	0.1 %	0.02 %	0.04 %
TLC México- Chile	0.2 %	0.6 %	0.4 %
TLCUEM	3.4 %	10.4 %	7.0 %
TLC México- Israel	0.03 %	0.2 %	0.1 %
TLC México-TN	0.6 %	0.1 %	0.4 %
TLC México-AELC	0.4 %	0.6 %	0.5 %
TLC México –Uruguai	0.1 %	0.1 %	0.1 %

Fonte: GOBIERNO DE MEXICO. Secretaria de Economía (2006a.)

²⁰⁰ PND 2001-2006 capítulo 6 “Área De Crecimiento Con Calidad”, ponto 6.3.2. “Competitividad”.

O resumo da contribuição de todos os tratados excluindo o NAFTA é só de 9,36%, diferença de 67%; com o mais próximo, o TLCUEM, a diferença é 70,1%; o resto contribui só em 2,36%, a uma distância de 74,74%. A oposição, por isso, questiona a diversificação comercial do México.

Dentro do próprio NAFTA existe também uma desproporção na distribuição comercial: no período de 2000-2005, as exportações totais foram de 895,74 bilhões de dólares, sendo 96,22% dirigidas aos Estados Unidos (861,85 b.d.), e ao Canadá 3,8% (33,88 b.d.). Das importações totais, US\$ 665,13 milhões, dos Estados Unidos provêm 96,1% (639.114m.d.) e do Canadá 3,9% (26.025m.d) (GOVERNO DO MÉXICO, 2006a, p.5)

Nas seguintes tabelas mostramos a distribuição comercial comparativa entre o Brasil e o México, com seus respectivos sócios de bloco.

Tabela 7
Porcentagens do comércio do Brasil e do México dentro dos seus blocos

	Brasil e MERCOSUL						México e NAFTA					
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Exportação	7,73	6,36	3,31	5,67	8,91	11,72	151,03	143,36	145,85	149,63	167,87	121,03
Part. %	14,04	10,93	5,48	7,76	9,24	9,9	90,73	90,47	90,56	92,49	89,06	56,63
Importação	7,79	7,00	5,61	5,68	6,39	7,05	131,55	118,00	111,03	109,80	114,97	79,77
Part. %	13,96	12,61	11,88	11,77	10,17	9,58	74,4	70,1	65,77	64,37	58,35	36,05
Balança	-,6	-,64	-2,30	-,1	2,52	4,67	19,48	25,36	34,81	39,82	52,89	41,26

Bilhões de dólares

Fontes: Brasil: Ministério do Desenvolvimento < www.desenvolvimento.gov.br/secex > acesso em julho 2006

México: Secretaria de Economia < [www.economia.gob.mx/negociaciones comerciales](http://www.economia.gob.mx/negociaciones_comerciales) > Comercio de México. Acesso em julho 2006

O México nos últimos seis anos tem um déficit comercial global, como pode se verificar na tabela 54 dos anexos, porém, só o comércio com os EU e o Canadá outorgam uma balança favorável – exporta mais do que compra-, constituindo um argumento principal a favor do NAFTA. Por exemplo, em 2005, o déficit mundial foi de 7,56 bilhões de dólares, mas o intercâmbio com os sócios do NAFTA proporcionou uma balança favorável de US\$ 41,26 bilhões.

Contrastando, o Brasil, segundo as cifras da tabela 55 dos anexos, mostrou balança negativa com o MERCOSUL nos quatro primeiros anos do período, estabilizada desde 2004. O déficit coincide com a queda econômica Argentina, quando o Brasil teve que manter suas compras para a estabilização do próprio bloco. A balança comercial entre 2000-2005 fica na média assim: US\$ 47,31 bilhões em vendas, 54,5% e US\$ 39.54 bilhões em compras, 45,52%. Para 2006, segundo os dados do Ministério de Desenvolvimento, há uma tendência ao crescimento exportador: até o mês de julho a cifra é de US\$ 6, 25 bilhões em exportações e US\$ 3,85 bilhões de importações.

O intercâmbio comercial dos dois países com outras regiões do mundo aparecem também nas tabelas G.5 para o México e G.6 para o Brasil, cifras que mostram a situação de diversificação com o mundo.²⁰¹

As cifras do México permitem confirmar a dependência com o norte, e os índices muito baixos com outras regiões, ratificando a quase inexistência de diversificação comercial. Por exemplo, para 2005, as exportações para o NAFTA equivalem a 56,63% das exportações totais, e com a UE apenas 2,7%. Em importações, 36,05% do NAFTA e 7,1% da União Européia. O petróleo é o principal produto de vendas mexicanas, ficando como principais compradores aqueles países que demandam o combustível cru.²⁰² Observamos em importações, que os países do Oriente, com uma tendência de crescimento de mercadorias chinesas, têm índices mais altos de intercâmbio do que a Europa, porque abastecem o México de elementos fundamentais para a indústria *maquiladora* mexicana, aquela que produz peças e artigos elétricos e eletrônicos, a segunda categoria de exportação mexicana depois do petróleo. A terceira categoria de exportação do México é a automotiva, abastecendo-se de peças e componentes também do oriente, principalmente do Japão. O Brasil ocupa o sétimo lugar em importações porque Fornece precisamente estes elementos ao México.²⁰³

Nas cifras de Exportações-Importações brasileiras por países ou blocos, observamos uma distribuição mais diversificada. Já no intercâmbio com países individuais, o Brasil também mantém com os Estados Unidos o comércio maior. No período de 2000-2005, o total em exportações brasileiras a esse país foi de US\$ 101,91 bilhões, e a média anual, de 26,70%; e em importações o total foi de US\$ 69,66 bilhões, uma porcentagem de 20,52%. Se comparadas com a média mexicana no período 2000-2005, há uma diferença considerável. Em vendas, 26,7% brasileiro e 96,22% mexicano; em compras 20,52% do Brasil e 96,1% do México. No mesmo período, comparando o comércio do Brasil com a União Européia, a porcentagem média foi mais ou menos equivalente: em exportações 25,33%, em importações, 30,66% (aqui observamos uma balança negativa). Com o MERCOSUL a equivalência com o intercâmbio de outros blocos é muito desigual, representou só 9,6% da exportação, enquanto em importação foi 9,56%.

O Brasil e o México têm sido dois atores fundamentais não só da integração regional, mas também, da abertura econômica global pelos resultados econômicos que obtiveram nos últimos vinte anos.

²⁰¹ Nas tabelas, aparecem os dados de seus associados regionais, a referência com a União Européia - para ambos países é um sócio importante-, e finalmente aqueles países com quem têm mais comércio em geral.

²⁰² Essa razão faz com que o quinto lugar de compradores seja de Aruba, ainda antes que o Brasil, quem ocupa o décimo quarto lugar nas exportações mexicanas; Aruba, antigamente "Ilha Sotavento" ex-colônia holandesa nas Antilhas Menores, é uma importante compradora de petróleo cru porque sua indústria é a refinação petroleira, para abastecer a Europa de gasolina e de outros derivados.

²⁰³ Ver produtos principais na tabela 56 dos anexos.

6.2 O Brasil e o México na geopolítica da integração.

No jogo capitalista, o México e o Brasil oferecem quase as mesmas vantagens para o mercado internacional, porque ambos têm os dois recursos clássicos das economias dependentes: *matéria prima abundante* e *força de trabalho disponível*, e pelo mesmo, *barata*. Também, sob as novas exigências do mercado e finanças, as duas “economias emergentes” oferecem: *estabilidade política* para garantir o investimento interno-externo; *reestruturação produtiva* para garantir os requisitos do livre mercado; *classe empresarial estável* para garantir tanto parcerias transnacionais como mercadorias internas; *padrões de consumo condicionados*, para garantir a compra de produtos multinacionais; *estrutura básica de força*, que ainda pode garantir o controle da delinquência e a violência social.

No globalismo, ser semelhante é paradoxal: de um lado é útil porque permite a estandardização de comportamentos que potencialmente integram uma comunidade; de outro, significa forçar a competição para oferecer características a mais e ser efetivamente considerado. Para nossos países o resultado é o afastamento, e em maior grau para o México e o Brasil.

As estatísticas econômicas básicas de ambos países segundo os dados do BM são estas:

Tabela 8
Principais Dados econômicos do Brasil e do México

	BRASIL			MÉXICO		
Ano indicador	2000	2004	2005	2000	2004	2005
INB	623,8	551,6	644,1	501,0	706,7	753,4
INB Per Cápit*	3,590	3,000	3,460	5,110	6,930	7,310
PIB	601,7	604,0	794,1	581,4	683,5	768,4
Crescimento PIB %	4,4	4,9	2,3	6,6	4,1	3,0
Inflação % (diminuição PIB)	8,4	8,2	7,2	12,1	7,4	5,4
% PIB Agrícola	7,3	10,4	9,8	4,2	3,9	3,8
% PIB Indústria	28,0	40,0	37,9	28,0	26,3	25,9
% PIB Serviços	64,7	49,6	52,3	67,8	69,8	70,2
% PIB Exportações	10,7	18,0	22,7	30,9	29,6	29,9
% PIB Importações	12,2	13,4	15,0	32,9	31,6	31,5

Bilhões de dólares

* Milhares de dólares

Fonte: www.worldbank.org Dados e Estatísticas por países. Acesso em 15 de outubro de 2006

A geopolítica continental e a lógica regional se impuseram na integração, sendo a entrada do México ao NAFTA marca de uma nova atitude latino-americana no comércio mundial. Um dos países de mais tradição, cultura de língua latina, rompeu com seu papel de representante dos países latino-americanos ante as nações industrializadas, iniciado mesmo desde o Congresso de Panamá de 1826, e se trasladou ao “outro lado” (PALACIOS, 2001, p.245), convertendo-se nada menos do que em embaixador do panamericanismo, colocando-se como exemplo da abertura do mundo desenvolvido a países como ele.²⁰⁴

A preocupação dos países sul-americanos quando o México assinou o NAFTA, foi o risco de perderem espaço no mercado estadunidense. Embora esse país tenha se afastado da sua tradição como mediador nos fóruns internacionais, a reclamação dos demais foi apenas um recurso retórico, porque o que mais pesou foi que passou a ter prioridade na concorrência continental.

[...] Al integrarse al norte anglosajón, México se convertía en un socio doblemente privilegiado en sus relaciones con Estados Unidos, pues además de las ventajas de la proximidad geográfica, tenía ahora las de ser un miembro pleno del bloque comercial, con lo cual les ganaba la carrera a otros candidatos de la región, entre los cuales siempre se había destacado Brasil y, en menor grado, Argentina [...] (PALACIOS, 2001, p. 355)

O Brasil reagiu com pessimismo em geral. Na retórica política, assinalou que a atitude do México rompia o bloco histórico latino-americano. O MERCOSUL se converteu, a partir daí, em uma prioridade para o governo brasileiro, tentando assumir sua liderança, ainda que por vários anos o regime argentino de Carlos Saul Menem (1989-1999), protótipo de governo neoliberal da América Latina, tenha lutado para dirigir o MERCOSUL.

A recomendação do México era mostrar sua participação no NAFTA como a primeira de outras possíveis inclusões de países latino-americanos, porém, essa embaixada viu-se questionada pela atitude estadunidense e pelo conteúdo mesmo do tratado. O Chile tentou entrar se apoiando em legisladores dos EUA favoráveis a sua adesão e com a ativa mediação mexicana. A incorporação do país sul-americano ainda que apoiada por uma forte campanha, foi rejeitada com o argumento contundente de que o tratado simplesmente não tem cláusulas de adesão. O fato foi interpretado como a marginalização da América do Sul. A negativa de abrir o livre mercado do norte à América Latina gerou forte tensão, que seria relaxada posteriormente com a proposta da ALCA no ano 1994, na Primeira

²⁰⁴ A abertura comercial se converteu na base da política exterior mexicana; foi modificada a sua tradição diplomática de participação ativa nas negociações políticas internacionais, baseada no princípio da não intervenção, em respeito aos mandatos das Nações Unidas, e a uma série de fundamentos resumidos na chamada “Política Estrada”, que permitiu ao país se colocar como interlocutor importante nos foros mundiais, e ter tido logros em momentos chave da história do século XX, como a proclamação do “Tratado de Tlateloco” pela não proliferação armamentista da energia nuclear, ou sua mediação em conflitos armados, como o colombiano e a pacificação da América Central – Grupo Contadora e Esquipulas.

Cúpula das Américas. Com a expansão de tratados da UE com países e blocos americanos, o projeto foi promovido com maior força.

A ALCA é o prolongamento continental do NAFTA, portanto, o que acontecer nesse último repercutirá no futuro da Área de Livre Comércio. A principal inquietação referida à ALCA seria desde o início, que se repetissem os termos de subordinação sob os quais o México foi incorporado ao NAFTA; ainda mais, desde o ano de 95, as altas expectativas do NAFTA caíram, por causa da severa crise mexicana de 1994-1995, percebida como consequência da reestruturação econômica exigida do país, para desenvolver o livre comércio em associação direta com EUA.

Ante a queda de expectativas do NAFTA e o que poderia acontecer com a assinatura da ALCA, as negociações para sua formação mostraram maior flexibilidade, sobretudo aquelas referentes a mercadorias exclusivas, proteção de setores considerados chaves e prazos maiores para alcançar *tec's* de certos produtos. Os condicionamentos colocados pelo Brasil, ou pela Argentina, até mesmo pela própria Venezuela nas negociações com a ALCA, não têm provocado nos estadunidenses uma atitude de rejeição instantânea como aconteceu nas duras negociações com o México, pelo contrário, mostraram-se abertos a discussão. Certos empresários mexicanos evidenciaram sua inconformidade pelas concessões ao sul, depois deles terem cedido a muitas exigências que não tiveram o resultado prometido, e terem se sentido ridicularizados por promoverem o NAFTA nos termos originais.²⁰⁵

Diante do evidente questionamento dos resultados do livre comércio e da assimetria, além dos protestos de grupos mobilizados da sociedade civil, os promotores da ALCA optaram por baixar o apressado ritmo que impuseram desde 1998. Mas foi na *Quinta Cúpula das Américas*, em novembro de 2005, que o Mercosul e a Venezuela fizeram uma frente comum para neutralizar o impulso que Estados Unidos deram à ALCA.

Já na Cúpula das Américas de Quebec 2001, os participantes manifestaram abertamente inquietudes, pedindo maior cuidado nas negociações. Nas Reuniões Ministeriais posteriores, entre 2001 e 2005, revisaram as ofertas e os compromissos do tratado. Neste, teve que ser incluído o documento “Pautas para o tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias”, cuja discussão faz parte das negociações. Também foi incluída uma comissão para receber “sugestões e aportes” da sociedade civil, feitas públicas na página eletrônica oficial. A difícil negociação fez impossível cumprir os apressados prazos fixados originalmente: 30 de setembro de 2004 para concluir as negociações de acesso a mercados, para que no máximo em dezembro de 2005 entrasse em vigência a ALCA. Depois da Cúpula de Mar del Plata em 2005, não há datas marcadas. A chamada “co-presidência para as negociações finais”, compartilhada pelo Brasil e pelos Estados

²⁰⁵ Embora (mornas: o que Significa?), as opiniões de membros da câmara de comércio mexicana se manifestaram, como reporta a imprensa entre os anos 2001 e 2003.

Unidos, mostra a luta das duas posturas políticas sobre o livre comércio: uma a favor da que tem funcionado no NAFTA e a que tenta a revisão geral dos termos do tratado e da adesão.

O Brasil e o México, quanto ao discurso geopolítico continental, poderiam ser considerados antagônicos por pertencer ao NAFTA e ao MERCOSUL, e nos últimos anos pelas diferenças ante a ALCA, embora tenham os mesmos princípios de integracionismo subordinado. O tempo colocaria em justa dimensão as coisas. O NAFTA significou uma grande vantagem para a movimentação comercial mexicana devido ao acordo direto com EUA, mas não mudou significativamente, trocaram os ritmos e os requisitos formais para a exportação-importação, mas o tratado de livre comércio com o norte, em termos gerais, foi um ajuste formal à dinâmica já presente. Também significou um México mais dependente dos Estados Unidos, com sua diversificação econômica diminuída, como observamos anteriormente.

Nos últimos vinte anos a política exterior mexicana em relação ao sul tornou-se ambígua. Continuo falando da sua necessidade de se aproximar mais aos países do MERCOSUL, mas em termos reais os resultados são escassos. O México apóia a integração do ALCA nos termos originais, e desde que as negociações começaram a se paralisar, o país tem tido um contato maior com o MERCOSUL. O Brasil também mostrou reservas no relacionamento com o México, que desde 2002 tinha solicitado sua associação ao bloco, mas o Brasil argumentava razões legais para a negativa, atitude que foi se alterando nos dois últimos anos.

6.3 As aproximações.

O primeiro acordo recíproco foi a chamada “*Convenção de Arbitramento*”, que regulava as relações internacionais de início do século XX. Foi assinada em 26 de dezembro de 1911. O mais recente é o “*Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para implementação do projeto: ‘Demonstração e Divulgação do Sistema Eleitoral Brasileiro de votação e apuração eletrônicas na Cidade do México’*”, com data de 13 de maio de 2003.²⁰⁶

Na história recente, há um capítulo concreto – e de sucesso - no campo diplomático: a estratégia política que ajudou a resolução de problemas na América Central . Em 1983, o México convocou a Colômbia, a Venezuela e o Panamá para mediar as negociações de paz no chamado grupo “Contadora”. Em 1985, o Brasil teria um convite especial, e sua participação seria chave pela experiência de transição democrática que vivia. Seria formado o *Grupo de Apóio a Contadora* com o

²⁰⁶ Nas eleições federais mexicanas de 2 de julho de 2006 foram habilitadas amostras na capital e em outras cidades importantes, os resultados reportados foram satisfatórios, o que pode levar a propor o sistema no nível nacional.

Brasil, a Argentina, o Peru e o Uruguai, iniciativa que foi bem acolhida por reunir países sul-americanos, sem nenhuma interferência de países alheios à região. A participação conjunta se repetiu em 1987-88 com a criação dos Grupos “Esquipulas I” e “Esquipulas II”,²⁰⁷ logrando a pacificação da área.

Estes antecedentes de organização política-diplomática e com caráter solidário se refletiram na área econômica, na qual o México e o Brasil foram os principais impulsionadores: o chamado Grupo dos Oito (Grupo Contadora e o Grupo de Apoio) instituiu em 18 de dezembro de 1986 o “Grupo do Rio”. Porém, a nova instituição não se ateve em solucionar o problema econômico mais urgente da América Latina na época: a situação da dívida externa. Podendo-se aproveitar a associação alcançada para a mediação da paz e criar critérios comuns para declarar a moratória de pagamento, o seu propósito foi, como estabeleceu seu nome oficial “Mecanismo Permanente de Consulta e Ajuste Político”, um fórum de coordenação continental das políticas neoliberais.²⁰⁸

Os interesses internos e os compromissos de cada Estado com os bancos e organismos financeiros mundiais, especialmente estadunidenses, impediram uma política contestatória conjunta. O Grupo do Rio foi também impulsionador da integração globalista, quando começou a discutir e fazer acordos sobre temas chave: “Promoção dos processos de integração e da cooperação regional”; “Fomento da convergência de esquemas sub-regionais com vistas a uma cooperação econômica hemisférica”; “Promoção dos processos de integração e cooperação regional e Fortalecimento do comércio para o desenvolvimento social como fundamento para a estabilidade democrática”.

No fim da década dos anos oitenta, o Brasil e o México viveram a febre integracionista de corte neoliberal. Procuraram sócios como parte da nova estratégia para sair do atraso econômico, e mesmo que a prioridade fosse fazer alianças com os vizinhos, estenderam pontes com outras regiões.

Já iniciadas as negociações do México no NAFTA, e do Brasil no MERCOSUL, os presidentes dos dois. Estados assinaram uma série de acordos bilaterais em outubro de 1990.²⁰⁹ O ato significava

²⁰⁷ Início das primeiras conversações entre os quatro países iniciadores, na ilha Contadora do país ístmico, como mediação entre os grupos rebeldes e os governos de El Salvador, Guatemala e Honduras. As conversações de Esquipulas – povoado da Guatemala - incluíram mais países, procurando a pacificação da Nicarágua e a guerra civil dos “contras”; mas em geral, Esquipulas foi a continuação de Contadora, logrando importantes acordos de pacificação da América Central em agosto de 1987.

²⁰⁸ O Grupo do Rio se define como um mecanismo flexível de diálogo e ajuste político, o qual não possui nem agenda nem sede determinada, e cuja secretaria, temporária e rotativa, tem a duração de um ano. Tem sido foro de discussão de políticas concretas emanadas das diretrizes do Consenso de Washington – referências no capítulo II. Na Cúpula do ano 2000, incorporarem-se os países Centro-americanos.

²⁰⁹ Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Carlos Salinas de Gortari (1998-2004), presidentes que representaram o estilo abertamente neoliberal na administração estadual, e também, a corrupção e o tráfico de influências. Sobre esse tema é desenvolvida a tese de Doutorado de Ary Ramos Da Silva Junior, **Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor (1990-1992) e no México de Carlos Salinas (1998-1992): O incremento da Corrupção e seus custos sociais**. Araraquara: UNESP. 2006.

para ambos chegar à *Primeira Cúpula Ibero-americana*²¹⁰ como nações diligentes na nova tática geoeconômica e exemplos do intercâmbio inter-regional, apesar das distâncias e das barreiras idiomáticas, concordando com a retórica que distinguiu às Reuniões Ibero-americanas e também com a personalidade pretensiosa de ambos mandatários.

Tais tratados significaram dispor de recursos humanos e econômicos, mas nesse momento a energia negociadora era dirigida prioritariamente aos blocos regionais devido aos interesses geopolíticos. Assim, o intercâmbio Brasil-México acabou sendo de curta transcendência: cooperação em matéria de meio ambiente; acordo macro de cooperação financeira e um memorando de entendimento nas licitações públicas internacionais; o mais concreto foi um Acordo de Alcance Parcial para acelerar a liberalização comercial (PALACIOS, 2001, p. 342-43)

6.4 O intercâmbio comercial

Foi diminuindo a paranóia da aparente rivalidade irreconciliável entre o NAFTA e o MERCOSUL, e no ano 2001 houve novas iniciativas. As estatísticas mostram que o comércio dos países do MERCOSUL se dinamizou um pouco. Porém, foram as grandes empresas multinacionais que motivariam a aproximação.

Especificamente, no comércio existente entre o México e o Brasil, ainda que os acordos de princípios da década caducassem em 1993, os governos iniciaram de novo reuniões em 1999, motivados pelas companhias automotivas com sede nos dois países, devido à necessidade das transnacionais de manter o contato bilateral de complementaridade, vital para fortalecer sua produção (PALACIOS, 2001, p. 351). Surgiria assim o ACE 55, considerado o acordo que impulsionará os outros intercâmbios binacionais.

Desse modo, o comércio entre o Brasil e o México desde o ano 2000, mostra-se nas seguintes cifras oficiais. O *Ministério de Desenvolvimento*, MD, do Brasil através da sua Secretaria de Comércio Exterior reportam só os anos 2003, 2004 e 2005. Pela parte mexicana, a *Secretaría de Economía*, SE e a sua *Subsecretaría de Negociaciones Comerciales Internacionales*, fazem o reporte desde 2000.²¹¹

²¹⁰ A estratégica 1ª Cúpula Ibero-americana, em julho de 1991 na cidade de Guadalajara, México, que foi promotora do integracionismo globalista. O mais recente encontro desse fórum, o número XVI, foi em 2006 no Uruguai, porém já sem a importância que tiveram os três primeiros.

²¹¹ Como se poderá observar, existem diferenças das cifras reportadas pela Secretaria de Economía do México e o Ministério de Desenvolvimento do Brasil. Mas a parte mexicana reporta 1. que as exportações incluem fretes mais seguros; 2. que as importações são segundo o valor aduanar; 3. que todos os dados incluem cifras definitivas, temporárias e das que provêm da maquila, e 4. que as cifras pelos procedimentos de elaboração, poderão ter câmbios posteriores.

Tabela 9
Exportação - Importação Brasileira com o México

Ano	Exportações totais	Exportações ao México	% da Part	Importações totais	Importações desde o México	% da Part	Saldo A-B
2003	73,08	2,74	3,75	48,30	533	1,10	2,20
2004	96,47	3,94	4,09	62,83	703	1,12	3,24
2005 ¹	118,30	4,06	3,43	73,59	843	1,15	3,22
Total	287,86	10,75	3,73	184,72	2,07	1,12	8,67

Bilhões de dólares

¹ Até agosto

Fonte: Brasil: Ministério do Desenvolvimento. www.desenvolvimento.gov.br/secex acesso em julho 2006

Tabela 10
Exportação - Importação Mexicana com o Brasil

Ano	Exportações totais	Exportações ao Brasil	% da Part.	Importações totais	Importações desde o Brasil	% da Part	Saldo A-B
2000	166,45	517	0,31	174,45	1,80	1,03	-1,28
2001	158,44	585	0,37	168,39	2,10	1,24	-3,61
2002	161,04	480	0,31	168,67	2,56	1,5	-2,08
2003	164,76	388	0,2	170,54	2,92	1,71	-2,53
2004	188,62	534	0,28	197,15	3.828	1,94	-3,29
2005	213,71	459	0,2	221,27	3,28	1,4	-2,82
Total	1,053 ³	2,96	0,28	1,100 ³	16,50	1,5	13,54

Bilhões de dólares

³ Trilhões de dólares

Fonte: México: Secretaria de Economia www.economia.gob.mx subsecretaria de negociaciones comerciales, aceso em julho 2006

Vemos nos dados da SE, que desde 2000 a balança comercial tem sido favorável para o Brasil. O total de exportação-importação nos seis anos é de 19.467 milhões de dólares, sendo só 15,22% em vendas contra 84,77% em compras.²¹²

Desde 2003 há uma tendência ao crescimento do comércio, porém com índices muito diferenciados. O aumento das exportações brasileiras ao México mostra um incremento médio de US\$ 2,75 bilhões por ano, ou em porcentagem 16,7% anual. Enquanto as exportações mexicanas mostram irregularidades durante três anos, resultando uma média de 494 bilhões anuais, ou apenas 1,7 % de crescimento por ano.

²¹² Na tabela 56 dos Anexos, aparecem os principais produtos de intercâmbio entre ambos países no primeiro semestre do 2006, sendo aproximadamente os mesmos dos últimos cinco anos, e mostrando a mesma tendência nos índices de compra e venda.

Se o comércio entre os dois países se detivesse, o Brasil seria mais afetado porque os dados do MD, nos anos 2003-05, mostram que as vendas para o México representaram 3,73 % das exportações totais brasileiras. Para o México, no mesmo período, segundo a SEM, as exportações ao Brasil foram de 0,24%.

Nas importações, a situação é aproximada: o México representa 1,11% do total brasileiro, e o Brasil, 1,7% das mexicanas.

Além do desenvolvimento econômico, a diferença entre os dois países também se dá em outros cenários. No posicionamento continental e mundial, já falamos sobre a política econômica, nas negociações da ALCA; o governo de Vicente Fox assumiu uma espécie de representação latino-americana na difusão do tratado, propondo a entrada sem maiores restrições, baseado na experiência com o NAFTA. E o Brasil posicionou-se crítico do projeto, propondo a entrada ao pacto depois da revisão de pontos que prejudicam as empresas nacionais.

Por outro lado, quanto à diplomacia, na América Latina o México assumiu por muito tempo uma liderança importante, porém, desde a chegada dos governos neoliberais, foi abandonando nos foros mundiais as políticas conciliatórias para casos de lutas populares e, também, seu papel propositivo para a solução de problemas complexos da região.

Nos próprios foros internacionais, pode-se observar que o Brasil paulatinamente foi assumindo um papel mais importante no cenário mundial, “relevando” o México. Tem-se pronunciado pela equidade no mercado internacional e pela inclusão nas agendas internacionais a problemática dos países pobres do mundo inteiro.²¹³

O intercâmbio comercial entre ambos atores-agentes executivos da integração, complementa-se com a descrição do relacionamento comercial entre o México e o sistema MERCOSUL em geral.

6.4.1 O intercâmbio comercial MERCOSUL-México.²¹⁴

A assinatura formal do ACE 54 entre o MERCOSUL e o México foi uma senha de distensão entre os governos brasileiro e mexicano. Na reunião do *Grupo dos Oito* (G-8) de junho de 2006, onde os presidentes de ambos os países foram convidados, como gesto de fortalecimento da identidade latino-americana, concordaram em reforçar os laços entre as duas regiões. O presidente Lula fez o

²¹³ Tem-se feito notório desde a chegada do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, 2002-2006.

²¹⁴ O relacionamento comercial entre o México e o MERCOSUL é recente, por isso ainda o seu comércio continua sendo nacional-bilateral. A suma do comércio individual de cada país do MERCOSUL com o México se considera como intercâmbio do bloco, até consolidar o intercâmbio de mercadorias com um tec comum, objetivo que pretendem os ACE assinados.

convite para o México participar da Cúpula do MERCOSUL, acontecida nos marcos da estratégica trigésima Reunião do CMC.

No evento do MERCOSUL, o México apresentou a sua solicitação para ser associado do bloco, com a intenção de receber deferimento antes de finalizar o ano de 2006. Posteriormente, segundo o chanceler mexicano, Luis Ernesto Derbez, o processo de incorporação poderá demorar de dois a cinco anos, tanto para o seu país se adaptar aos condicionamentos, como para o MERCOSUL fortalecer sua integração e baixar suas tarifas.

Vejamos na seguinte tabela o que significa em termos geográficos o conjunto das regiões. Os dados demográfico e econômicos de cada país se encontram nas tabelas G.1 e G.2 dos anexos.

Tabela 11
Síntese Geográfica do MERCOSUL e do México

Nome Oficial dos Países		População dos Estados Membros	Território dos Estados Membros em relação ao continente e porcentagens	
República Argentina	República Oriental do Uruguai Estados Unidos Mexicanos	336,1 milhões Em 2005	13 824 132 km ² . Total	34,85 %
República Federativa do Brasil			11 865 931 km² da América do Sul	71 %
República do Paraguai			238 051 Km² da América Central	31,24 %
			1 720 150. 75 Km² da América do Norte	7,4 %

Fontes: Instituto de Geografía y Estadística (INEGI)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Entre o México e o MERCOSUL existem hoje dois *Acordos de Complementação Econômica*, (ACE) com o bloco em geral (54 e 55); um com o Brasil (53); um com a Argentina (6); e um TLC Uruguai-México, como aparece na seguinte tabela.²¹⁵ O ACE é um convênio comercial simples, referido a produtos específicos, mas constitui um primeiro passo rumo à formação de um TLC.²¹⁶

Tabela 12
Acordos entre o México e o MERCOSUL

Acordo	Sócios	Data
ACE 5 Transformado em TLC	México e Uruguai	29 de dezembro de 1999 15 de junho de 2004
ACE 6	México – Argentina	13 de outubro de 1993
ACE 53	México – Brasil	2 de maio de 2002

²¹⁵ As páginas eletrônicas que registram a maioria dos dados que temos trabalhado são: do governo do México <http://www.economia.gob.mx> / Negociaciones Comerciales/ Acuerdos y Negociaciones; <http://www.ser.gob.mx>; do governo do Brasil <http://www.mre.gov.br>; e <http://www.desenvolvimento.gov.br> e da OEA www.sice.oas.org Assinalamos também, que as tabelas que aparecem nesta parte, feitas a partir dos dados, não são simples reproduções das páginas oficiais, porque precisávamos de cifras que refletissem os argumentos de que falamos.

²¹⁶ A intenção dos acordos entre MERCOSUL e México é transformar imediatamente os ACE's existentes em um TLC.

ACE 54	MERCOSUL – México	5 de julho 2002
ACE 55	MERCOSUL – México Automotivo	2006

Fonte: México: Secretaria de Economía; Secretaria de Relaciones Exteriores
MERCOSUL: Ministério de desenvolvimento do Brasil; Ministério de Relaciones Exteriores do Brasil

O intercâmbio entre os membros do MERCOSUL e o México era individual. O ACE 5 foi o mais avançado: em 2001 tinha-se liberado mais de 90% do universo de atribuições entre seus sócios, o que permitiu em 2004, durante a Cúpula Ibero-americana de Santa Cruz de la Sierra, assinar um TLC. No ano de 2003 o intercâmbio foi de 243 milhões de dólares: do Uruguai ao México 101 milhões, e do México ao Uruguai 142 milhões. (GOBIERNO DE MÉXICO, 2006b, p. 16)

Os ACE's 6 e 53 incluíam um limitado número de produtos. Em 2002 foi combinada a ampliação dos acordos para iniciar tratados como bloco geral.²¹⁷ E mais; pôde se incluir o Paraguai, sem antecedente de intercâmbio com o México. Surgiram então o ACE 54 e o ACE 55, específico da indústria automotiva. O Acordo de Complementação Econômica 54 constitui a base do intercâmbio entre as duas regiões e se apóia nas regras da ALADI e ALALC para a expansão comercial.²¹⁸ Tem como objetivos gerais: a) Criar uma Área de Livre Comércio mediante a eliminação de obrigações, restrições e demais obstáculos do intercâmbio comercial; b) estabelecer um quadro jurídico de segurança e transparência; c) estabelecer um quadro normativo de promoção e impulsionador dos investimentos recíprocos; e d) promover a complementação e a cooperação econômicas (ACE 54, artigo 1).

O convênio é válido a partir da sua assinatura até ser substituído por um Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e os Estados Unidos Mexicanos. (Idem, Artigo 6)

O ACE 54 é um tratado amplo que contém todos os acordos, sejam individuais ou com o MERCOSUL, sejam os já feitos ou os futuros. O próprio ACE automotivo fica dentro da cobertura. (Idem. artigo 2)

Acordaram-se medidas específicas para fazer efetiva a cooperação econômica: a) reuniões empresariais e outras atividades entre setores privados; b) promoções comerciais como seminários, missões comerciais, simpósios, feiras e exposições comerciais e industriais; c) atividades de facilitação ao comércio e d) intercâmbio de informação sobre políticas comerciais. (Idem, artigo 3)

²¹⁷ Especificamente o ACE 6 com a emenda nº 11.

²¹⁸ O ACE 54 foi assinado em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002, pelos ministros da Argentina, Carlos Ruckauf; pelo Brasil, Celso Lafer; do Paraguai, José Antonio Moreno Ruffinelli; do Uruguai: Didier Operti e pelo México Luis Ernesto Derbez Bautista.

O Grupo do Mercado Comum e a Secretaria de Economia do México formam a *Comissão Administradora* para coordenar as tarefas do ACE 64, com seu próprio regulamento interno. Reúne-se duas vezes por ano e suas decisões são por consenso. (Idem. Artigo 4)

O Acordo está aberto aos demais membros da ALADI mediante a negociação correspondente. Estabelece-se também que qualquer adição ou emenda do acordo se fará mediante protocolos e a própria ALADI é depositária do documento (ACE 54, artigos 5, 7 e 8)

Já o ACE 55 é o acordo com vistas a assentar as bases do livre comércio no setor automotivo. Embora focado nessa área, é um longo documento considerado a primeira ação concreta que impulsionará outros intercâmbios específicos entre o MERCOSUL e o México. Descreve com detalhe exaustivo a classificação e respectivos regulamentos sobre automóveis, veículos de carga, ônibus, carrocerias, reboques e semi-reboques, tratores agrícolas, maquinaria agrícola e maquinaria rodoviária auto-propulsadas, autopeças. O início do acordo é esperado para este ano de 2006.

Esta é a situação que envolvem os dois atores-agentes executivos da integração desenvolvida na América Latina. Os resultados gerais das políticas de integração do México e do Brasil permitem nos aproximar mais concretamente do NAFTA e do MERCOSUL e também descrevem um dos contextos imediatos no qual outros atores desenvolvem sua sociabilidade.

Na seguinte parte pretendemos caracterizar os grupos de interesse e os atores-agentes variados que os conformam.

7 OS ATORES-AGENTES DIFERENCIADOS. DEFINIÇÃO, LÓGICA E AÇÃO.

Este é o campo da sociedade civil que participa da integração através de diferentes atores-agentes, que como todos, agem por uma motivação que racionalizam e registram (GIDDENS, 1998 Cap. 1). Suas identidades se definem pelo posicionamento ante as consequências do intercâmbio comercial regional, pelas necessidades que manifestam e pelos interesses políticos e econômicos que pretendem conseguir. Seus contextos imediatos são as interações dos Atores Impulsores e dos Atores Executivos, e suas próprias práticas constituem o cenário imediato da integração regional.

7.1 Os Grupos de Interesse.

Os sujeitos que vivem em sociedade para facilitar a correspondência com o Estado organizam grupos que demandam necessidades específicas, definindo-se como **grupos de interesse**, GI.; Seu principal objetivo, ou motivação geral é conseguir que o Estado desenvolva políticas favoráveis a eles (PHILLIPS, 1997, p. 243). Sua organização mais usual é através de partidos e sindicatos (grupos tradicionais, esquerda histórica), mas também fazem acordos e alianças com os grupos de poder sem mediação (novas elites); outros organizam movimentos de identidade cultural e usam a tecnologia como instrumento de luta, correspondendo às regras do globalismo (novos opositores globalizados). .

A capacidade de afirmação dos GI depende da maneira como enfrentam as características do capitalismo atual, o que se distingue pela preeminência do urbano e a avançada tecnologia. Embora o marco institucional do Estado seja a área principal de luta, o ciberespaço é também definitivo. ; Os atores que comandam a ordem (Empresas Transnacionais, Organismos Financeiros e as Novas Elites nacionais) usam o poder da informação construindo a atual *sociedade em rede* (CASTELLS, 1999) e difundem o seu *universo corporativo* (DUPAS, 2005). Impera a idéia de um mundo homogeneizado através de uma identidade artificial baseada nos padrões de consumo, onde o cidadão é relegado pelo consumidor, o espaço público tornou-se espaço de consumo e num sentido mais amplo, a sociedade política se converte em *sociedade organizacional*:

Passamos de uma sociedade política para uma sociedade organizacional, entendida esta última como uma sociedade de gestão sistêmica e tecnocrática que serve de legitimação e referência aos direitos da pessoa e, portanto, define uma liberdade de maneira totalmente privada. Tudo se reduz ao exercício pragmático do controle e da influência. A referência à cidadania não desaparece, mas, reduz-se à participação nas eleições, numa sociedade de massa totalmente aberta à propaganda e amplamente entregue às solicitações mercantis e às modas. (DUPAS, 2005, p. 45)

,No entanto, as ações individualistas, embora maximizadas pelo esvaziamento do espaço público, não têm a capacidade suficiente para influir no poder, muito menos quando os problemas são

a exclusão, a concentração de riqueza e a queda do bem-estar cotidiano. A organização coletiva da voz política suficiente aos indivíduos, sendo os GI são instrumentos associativos dos cidadãos para se fazerem representar, embora ainda que não todos se institucionalizem formando partidos ou sindicatos. Tanto os grupos de poder quanto os opositores têm na coordenação grupal o médio de luta pela hegemonia.

No assunto da integração regional a ação política dos GI se concentra em difundir suas interpretações sobre as estratégias de intercâmbio comercial. Alguns conseguem influir na aplicação dos planos e outros organizam ações de pressão para serem considerados. No início das mudanças, entre os GI surgiram posturas extremas de aceitação ou rechaço. Depois de 15 anos da experiência integracionista, se moderaram-se as atitudes apologéticas iniciais dos grupos favoráveis e entre os críticos apareceram interpretações moderadas, além de se observar uma maior organização dos opositores.

A convergência dos novos e velhos parâmetros, característica da sociedade emergente se evidencia sobre tudo no comportamento político dos grupos de interesse. Os atores extremos, a *nova elite* e os *opositores globalizados* se guiam pelas concepções mais novas e desenvolvem os métodos de luta mais atuais. Os primeiros, aliados aos atores impulsores do globalismo, aproveitam o enfraquecimento do Estado nacional Latino-americano que não satisfaz totalmente às demandas internas, e ocupam as posturas estratégicas para comandar a integração. Já os *opositores globalizados* vão se convertendo nos críticos protagonistas da ordem global.

No meio estão aqueles atores que tentam se adaptar às circunstâncias contemporâneas e validam os métodos tradicionais na sua ação política. Apoiando a integração estão os *grupos tradicionais*, usando a mediação direta com o poder e aqueles que rechaçam a integração atual, os *danificados do velho regime* e a *esquerda tradicional* que usam a organização em partidos e sindicatos para pressionar o poder.

Há uma evidente convergência entre a esquerda tradicional e os opositores globalizados: ambos analisam e denunciam a ordem capitalista, lutam pelos direitos econômicos e políticos do cidadão comum, estão claramente definidos contra a integração pan-americana e tentam construir alternativas ao modelo subordinado. Porém, os opositores globalizados ficam em uma outra categoria porque rechaçam a mediação com o Estado mediante os partidos e sindicatos (a sua própria existência contribui para o esgotamento de ambos) e estabelecem uma confrontação direta com o globalismo e a integração subordinada aproveitando o ciberespaço como campo de luta.

Já os grupos de apoio se confundem com os atores que dirigem diretamente o processo de integração (Impulsores e Executivos), porém, como atores diferenciados, as novas elites são GI que

mantêm a sua atividade no setor privado mais exercem uma forte influência nas políticas públicas. Nesta parte fazemos o traço geral que cada ator manifesta.

7.2 Grupos de apoio.

O processo integrador só é possível se apoiado em uma base social estável, outorgada por aqueles grupos com expectativas positivas do processo integracionista. As motivações gerais destes atores são participar dos lucros gerados pelo intercâmbio econômico comercial e obter capacidade de influência nas esferas do poder estadual.

Compartilham com os grupos hegemônicos a lógica da participação na economia mundial através do mercado aberto e dirigem todos os instrumentos de seu poder para conseguir a meta, porque acreditam, por convicção ou sobrevivência, que é a melhor forma para alcançar o desenvolvimento. O sucesso das políticas de integração neoliberal posiciona ainda melhor alguns grupos e a outros permite mostrar que têm capacidade para competir e poder ascender aos espaços de decisão. Já aos menos fortes, sua adesão os conserva ainda na ordem social neoliberal. O registro das suas ações guia o comportamento futuro e corrige as decisões mal tomadas. Para os Estados, constitui a base do planejamento das estratégias de integração e define a nomenclatura aliada das empresas e órgãos financeiros globais.

A origem desses grupos na América Latina, embora as condições nacionais definam o perfil específico dos empresários, começa desde a consolidação da burguesia nacional baseada na política de substituição de importações (desenvolvimentismo), passa pelas estratégias que promoveram ante a crise do modelo (transferência de tecnologia a outros mercados emergentes), e, sobre tudo, como confrontaram o intervencionismo do Estado na economia até a sua reinserção no capitalismo globalizado. Enquanto às diferenças entre os grupos que distingimos como a nova elite e os atores tradicionais, têm a ver com as atividades econômicas desempenhadas: industriais ou agrárias, o grau tecnológico que desenvolveram, a conexão com os poderes locais ou federais, e a aliança com as empresas transnacionais.

7.2.1 A nova elite

A transformação econômica mundial libertou o mercado para a iniciativa privada e abriu as portas a este novo ator, de enorme influência no Estado. Formada por uma faixa importante do *empresariado* privado, que em mediados da década de oitenta se definiu como a nova elite latino-americana pelo posicionamento alcançado na nova ordem globalista. É a direita mais tradicional, por

anos opositora do intervencionismo estatal na economia, que manifestava abertamente seu discurso anti-governamental para se defender da discriminação que se dizia vítima.

Na sua percepção, se considera-se o agente que resgatou da quebra aos países da região. Sustenta que a economia só funciona se direcionada pelas mãos privadas, porque responde à lógica da inversão direta no aparelho produtivo sem desviar recursos desproporcionados às esferas públicas – avaliadas improdutivas-, como acontece em uma economia estatizada. Socialmente indispensável, por ser a grande geradora de emprego e sua missão pública se concentrar em participar no direcionamento das políticas econômicas do Estado, baseada no seu conhecimento das regras do mercado e as finanças.

As fontes de seu poder econômico residem na concentração do capital, dos instrumentos da produção e dos mecanismos de distribuição, e na conexão direta que estabelecem com a empresa transnacional e a reprodução das determinações econômico-financeiras globalistas. Um outro fator determinante da hegemonia alcançada é a capacidade de coordenação que desenvolvem: as associações de empresários permitiram, no passado, confrontar e sobreviver à intervenção estadual na economia, e, hoje, a organização coletiva fortalece o sentido da sua identidade, se convertendo em atores indispensáveis na reestruturação capitalista.

Como exemplo podemos citar o caso do México, onde estes atores constituem uma organização eficientemente estruturada chamada de *Conselho Coordenador Empresarial*, CCE, que abrange todos os ramos da empresa privada.²¹⁹ Suas ações se dirigem primeiro a fortalecer a dinâmica própria das empresas: pactuar estratégias para melhor qualidade e competitividade, foros de discussão, estudos e pesquisas sobre temas inovadores, etc., apesar destas atividades serem exercidas principalmente por cada uma das associações membros. O que constitui a atividade principal do conselho é a representação política do empresariado, se definindo-se como a voz oficial das posturas, inquietações e demandas unificadas, para defender a economia do mercado livre e garantir um regime de direito e com instituições que preservem a liberdade da empresa privada, participando

²¹⁹ O CCE: < www.cce.org.mx>, articula as poderosas organizações de diferentes áreas produtivas: a indústria na CONCAMIN (*Confederación de Cámaras Industriales de los Estados Unidos Mexicanos*); comércio e serviços na CONCANACO-SERVYTUR (*Confederación de Cámaras Nacionales de Comercio, Servicios y Turismo*) e agropecuárias no CNA (*Consejo Nacional Agropecuario*). Também articula as organizações de Bancos, ABM (*Asociación de Bancos de México, A.C.*) e finanças AMIS (*Asociación Mexicana de Instituciones de Seguros, A.C.*) Também a COPARMEX (*Confederación Patronal de la República Mexicana*) e o CMHN (*Consejo Mexicano de Hombres de Negocios*). O seu poder político se manifesta em campanhas públicas, como foi demonstrado no último processo eleitoral, quando o chamado “*Ciudadanos em Movimiento*” (que diz representar os empresários privados), manifestou-se abertamente contra o candidato da esquerda Andrés Lopez Obrador.

sobre tudo na elaboração de leis (Documentos CEE, objetivos).²²⁰ Nos foros que organizam, sempre há representantes dos poderes executivo e legislativo, no tempo em que poderosos empresários são sempre convidados anos grandes eventos dos governos federal e estadual. O CCE é um ator fundamental no NAFTA, determinando diretamente as ações dos empresários mexicanos que participam nos chamados *comitês*, que segundo os quais estabelecem que os procedimentos são as instâncias chaves de decisão das políticas comerciais.²²¹

O processo de reestruturação capitalista na América Latina é complementada com a formação da burocracia *tecnocrata* que incorpora os princípios empresariais no governo. Evidentes desde os anos oitenta, os tecnocratas constituem o ator intermediário dos empresários e do Estado. São elites administradoras formadas fundamentalmente na escola privada e até no exterior. Sua motivação é assegurar que a política seja um instrumento que construa nexos eficientes entre atores que garantam a eficiência e a eficácia econômica como requisito da funcionalidade das instituições estatais. O exemplo da de surgimento dessas elites está no Chile durante a ditadura pinochetista.²²²

Os complexos processos de inovação tecnológica, mercados financeiros globais, competitividade mundial e flexibilidade produtiva interna, fizeram necessária a intermediação de mecanismos técnicos, por isso a racionalidade dessa elite administradora é o cálculo técnico entre médios-fins acima do discernimento sóciopolítico: concentrar as estratégias de desenvolvimento em na melhorar a capacidade exportadora e o no controle férreo dos recursos públicos, especialmente aqueles dirigidos às políticas sociais. Uma das suas estratégias chaves é a organização da integração econômica regional sob os critérios da abertura mercantil.

A administração tecnocrata tem como principal problema o estancamento das estruturas produtivas nacionais, obstáculo também para agilizar a integração. O crescimento de setores

²²⁰ Nesse sentido é relevante a sua participação no direita Partido Ação Nacional (PAN) como deputados, além de prefeitos e governadores estarem, hoje, assumindo diretamente secretarias (ministérios) de Estado, como as de *Gobernación, Agricultura y Ganadería, Economía, Energía, Hacienda, Turismo*, por exemplo.

²²¹ Ver parte 5, especificamente o ponto 5.2.1 no que se descreve o funcionamento do NAFTA, e o organograma 2.

²²² Administradores conhecidos como “Chicago Boys”, economistas formados através do convênio entre a Pontifícia Universidade Católica de Chile e a Universidade de Chicago, berço das teorias neoliberais do professor Milton Friedman que aplicou o programa de privatização e redução do gasto fiscal para conter a inflação e crise econômica gerada no governo de Salvador Allende (1970-1973).

exportadores sócios do globalismo não é suficiente para fazer crescer a economia geral. A inconsistência na distribuição da riqueza e na participação desigual dos atores econômicos constitui problemas a serem resolvidos de imediato, ainda que se continue responsabilizando à persistência das estruturas produtivas tradicionais. Empresários e tecnocratas, como novas elites dirigentes, têm o desafio de dinamizar a integração regional e responder às demandas crescentes da sociedade emergente.

7.2.2 Grupos tradicionais

São aqueles atores econômicos e políticos privilegiados pela ordem latino-americana, e que, sobretudo, sobretudo no período da pós-guerra, tiveram um papel importante na administração política. A mudança capitalista e a transformação do Estado modificaram as estruturas e o seu poder foi lesionado. Começaram paulatinamente a ser tornarem obsoletos e politicamente rejeitados pela nova elite tecnocrática, porém, alguns grupos mostraram flexibilidade ante as reformas. A sua motivação geral é continuar sendo considerados pela ordem neoliberal.

Os grupos econômicos tradicionais são parte da burguesia nacional que se consolidou com o desenvolvimentismo. Seus capitais e indústrias floresceram sob o amparo do Estado que procurava a industrialização, conseguindo assim ser o ator que impulsionou o capitalismo na região no período da substituição de importações. Porém, ante a mudança econômica, não ofereceram as características para a competência radical globalista e foram ultrapassados pela nova elite empresarial. O espaço de atuação, prioritariamente o mercado interno, produz mercadorias não prioritárias para exportação, e, sobretudo, seu método de capitalização que dependia fortemente dos subsídios que o Estado oferecia, não motivou a procuração de nexos suficientes com as finanças hegemônicas no mundo. Contudo, parte dessa burguesia tradicional, os banqueiros, ainda que altamente beneficiados pelo velho regime, continuaram sendo atores necessários para a nova etapa capitalista, sendo eles os que absorveram mais rapidamente as novas determinações financeiras do globalismo.

Os setores produtivos sobreviventes são aqueles ainda fortes na agroindústria e na manufatura – das regiões que constituíam os pólos econômicos do velho regime – já que abastecem boa parte do mercado interno; mas, sua permanência também é determinada pela produção que fornece a grande indústria fornece e pelos serviços do empresariado de elite.

Os grupos políticos tradicionais são aqueles atores negociadores na lógica dos grandes pactos intersetoriais do populismo: sub-grupos partidários, dirigentes sindicais, quadros especializados da burocracia, líderes regionais. Como as conexões Estado-sociedade do velho regime dependiam deles, nos primeiros anos da transformação capitalista foram atores indispensáveis. Especificamente, a

continuidade de partidos e sindicatos depende do grau de representatividade que os setores sociais depositem neles, e é aqui o ponto que mais lesionou a sua identidade, porque foram perdendo a confiança de operários e cidadãos, que os percebem como organizações sem força para continuar lutando por seus interesses. Desde Do ponto de vista das novas elites, são instituições que não asseguram mais a transmissão efetiva dos códigos da reestruturação produtiva e política, porém, sobrevivem aqueles que mostram sua adesão incondicional como o caso do sindicalismo oficial mexicano.

Já algumas elites locais mantêm um papel de protagonista maior porque ainda controlam recursos econômicos e humanos em regiões específicas, mantendo assim uma importante rede de comunicação construída em anos. O poder de sua legitimidade é que as populações ainda percebem essas redes feitas com as lideranças locais como o meio fundamental para acessar maiores benefícios econômicos e depara a ascensão social. Os poderes locais são importantes para as novas elites porque permitem a conexão controlada com porções importantes de cidadania, fundamentalmente em áreas rurais e semi-urbanas. Aliás, a prevalência de quadros burocráticos tradicionais depende precisamente da sua experiência de negociação com os poderes locais; embora reproduzam formas políticas do passado, ainda são úteis para o controle político.

7.3. Grupos de rechaço

A planificação regional aberta, embora pretenda impulsionar um crescimento econômico integral e envolver diversos setores produtivos, está pressionada por políticas transnacionais pouco sensibilizadas ante a problemática social do subcontinente. Internamente, está desenhada pelos interesses de grupos ligados com oligarquias, situação que promove relações não democráticas entre os participantes e na distribuição dos benefícios da integração (que permite desenvolver condutas de corrupção). Gera-se uma situação de exclusão severamente questionada por grupos opositores. A continuação da tipologia geral dos grupos de rechaço:

7.3.1 Danificados do velho regime.

São parte daqueles grupos antigamente beneficiados pelo Estado desenvolvimentista, que foram feridos pela transformação política. Embora no início, seguindo a inércia de outorgar apoio incondicional, aceitaram a nova planificação, pouco tempo depois estes grupos não foram requeridos pelas novas elites. Sua separação do Estado os coloca como parte da oposição, mas não diretamente confrontados com o poder, assumindo-se como vozes críticas das suas organizações de origem. A sua

experiência na burocracia da velha ordem ainda permite estar dentro das organizações, mas mantendo a pressão para fortalecer os aparelhos Estaduais, que recupera o poder de decisão nas diretrizes econômicas. Outra parte se foi se integrando formalmente às estruturas de partidos de esquerda.

7.3.2 Esquerda tradicional.

É o setor político e intelectual que historicamente tem buscado alternativa à estratégia capitalista.; aA sua identidade se define sob o princípio da postura crítica à economia de mercado; se observa-se a mesma como o ator social que tem o imperativo da transformação. Utiliza a análise como a sua principal ferramenta política, gerando assim numerosos estudos e interpretações sobre os componentes do sistema social capitalista e projeta diversas alternativas. Podemos falar de duas correntes: **a intelectual-acadêmica**, cujas investigações têm fundamentado o discurso opositor por excelência e **a militante**, organizada em partidos, sindicatos e movimentos.

A nova ordem mundial globalista se evidenciou no mundo junto à queda do socialismo real. ; noNo continente, a evidente crise da Cuba e o fracasso do regime sandinista na Nicarágua; a decomposição das alternativas guerrilheiras, como o Sendero Luminoso do Peru e as FARC da Colômbia, sumindo, na crise, à esquerda continental.

Nessa conjuntura, a esquerda começou a formar um modelo alternativo à integração subordinada dos anos noventa. O resultado não tem sido homogêneo porque há diferentes matizes de como perceber e se envolver na economia mundial.²²³ Em geral as propostas se baseiam nos argumentos sobre as conseqüências do globalismo: os custos sociais da inversão e comércio capitalista e transacional. Podemos identificar uma iniciativa de integração alternativa que surgiu junto a convocação de aglutinação da esquerda. Em julho de 1990, por iniciativa do Partido dos Trabalhadores do PT do Brasil, se convocou o **Primeiro Encontro de Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo**, FSP, que pode se considerar representativo da esquerda em crise no momento da transição. Definiu-se como um espaço de representação da esquerda Latino-americana:

Inédito por sua amplitude e pela participação das mais diversas correntes ideológicas da esquerda, o encontro reafirmou, na prática, a disposição das forças de esquerda, socialistas e anti-imperialistas do sub-continente de compartilhar análises e balanços de suas experiências e da situação mundial. Abrimos assim novos espaços para responder aos grandes objetivos que se colocam hoje a nossos povos e a nossos ideais de esquerda, socialistas, democráticos, populares e anti-imperialistas. (FORO DE SÃO PAULO, 1990, p. 1)

²²³ Existem correntes da esquerda que fazem um balanço negativo da globalização em geral, desconsiderando que ela também significa a formação de redes alternativas à ordem globalista; as características neoliberais do capitalismo mundial, que temos chamado de globalismo, são combatidas também desde a organização global das resistências.

Em todas as reuniões anuais²²⁴ tem se assinalado que a integração regional é uma das transformações principais que a esquerda precisava analisar. No seu primeiro encontro, já feita a declaração do Governo estadunidense da “Iniciativa das Américas”, o FSP declarou:

Mas também definimos aqui, em contraposição com a proposta de integração sob domínio imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Ela passa pela reafirmação da soberania e auto-determinação da América Latina e de nossas nações, pela plena recuperação de nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista de nossos povos. Ela supõe defender o patrimônio latino-americano, pôr fim à fuga e exportação de capitais do sub-continente, encarar conjunta e unitariamente o flagelo da impagável dívida externa e a adoção de políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. Ela exige, finalmente, um compromisso ativo com a vigência dos direitos humanos e com a democracia e a soberania popular como valores estratégicos, colocando as forças de esquerda, socialistas e progressistas frente ao desafio de renovar constantemente seu pensamento e sua ação. (FORO DE SÃO PAULO, 1990, p. 2)

A integração alternativa para América Latina foi um dos temas tratados no VI Encontro. No documento central (FORO DE SÃO PAULO, 1996, p 4-10) pretendeu estabelecer as bases de uma proposta alternativa (Loza, 1997, capítulo 5). Pode-se resumir nos seguintes pontos:

- A integração é pensada, acima de tudo, em sentido político: a consolidação de um bloco regional para defender a soberania dos países latino-americanos nas negociações com os poderes globais. A base é a necessidade de transformar os regimes neoliberais e procurar a unidade continental entre os regimes afins.
- A integração política é acompanhada de uma grande aliança entre as economias exclusivamente dos países da região, baseada na complementaridade da suas produções nacionais.
- É rechaçado o modelo panamericanista de integração, que significa não estabelecer a sociedade econômica direta com os estados Unidos (rebater o NAFTA).
- A política substitutiva de importações é considerada complementar da alternativa de integração, porém suas estratégias são revisadas criticamente: consideração de níveis de países e regiões segundo o desenvolvimento industrial para evitar a exclusão de zonas e setores, como faz a integração subordinada, estabelecendo: regras preferenciais, eliminação de taxas, juros e outros elementos para naquelas economias e setores mais fracos afetados no processo.

²²⁴ O Foro tem tido as seguintes reuniões até o ano de 2005: I em São Paulo 1990; II na Cd. Do México, 1991; III em Manágua, 1992; IV em La Habana, 1993; V em Montevideu, 1995; VI em San Salvador, 1996; VII em Porto Alegre, 1997; VIII na Cd. Do México, 1998; IX em Manágua, 2000, X em La Habana, 2001; XI em Antigua 2002 e o XII em São Paulo 2005.

- A consolidação de uma forma de Estado diferente que fortaleça a produção e o mercado interno, que desenvolva a descentralização e o fortalecimento dos municípios e das comunidades e garanta as necessidades de grupos diversos.
- Uma efetiva regulamentação estadual nos processos de integração para conter os interesses excessivos das elites locais, das empresas transnacionais e dos organismos financeiros mundiais.

Sintetizadas anos atrás, as propostas do FSP propõem uma espécie de integração “fechada” ou seja, enfatizam a soberania econômica e política dos Estados, voltada prioritariamente para o intercâmbio entre países da região para conseguir maturidade regional, se abrindo à comercialização mundial.; Estes princípios básicos são mantidos pelas organizações e partidos de esquerda nos discursos e declarações. Por exemplo, o *Partido de la Revolución Democrática* do México (PRD), a principal organização partidária da esquerda mexicana, declara na “Declaração de Princípios” (PRD, 2001) que a integração regional e mundial só é válida entre economias iguais que tenham objetivos além da economia. Sua Secretaria de Assuntos Internacionais estabelece fundamentalmente a mesma proposta do FSP. . Já o PT do Brasil, ainda embora que, como partido no governo, compartilhe os princípios da coordenação oficial do MERCOSUL, nos foros regionais continua se pronunciando pela integração além da lógica econômica e comercial, e enfatizando o discurso da integração política como o objetivo final da integração, do mesmo modo que aconteceu na Conferência “União Européia e América do Sul: processos de integração” em junho de 2006.²²⁵

De outra parte, os sindicatos têm sido ainda mais castigados pelas novas circunstâncias. Fala o especialista em sociologia do trabalho, Gerardo Cerdas (2004) que nestes tempos se privilegia a categoria cidadão acima da categoria trabalhador na intenção de constituir fontes de legitimidade do Estado, o que significa que a força operária não seja mais o ator com capacidade de influência na reforma do mercado, na transformação produtiva e na reforma do Estado. E nós podemos acrescentar que o partido, pela sua natureza de agregar cidadãos, oferece maiores expectativas como organização representativa. Embora enfraquecidos, os sindicatos tentam recuperar e manter a força que ainda têm, através dos métodos de conexão comunicacional que os novos atores globalizados utilizam com sucesso. A sua concepção sobre integração é a mesma já resumida pelo FSP.

²²⁵ No artigo “Integração deve ser consenso político, conclui conferência”, o próprio assessor para assuntos Internacionais da presidência, Renato Martins, estabeleceu os argumentos da integração, semelhantes aos propostos anos atrás pelo FSP. Disponível em <<http://www.pt.org.br> secretaria de assuntos internacionais>. Acesso em 15 jul. 2006.

7.3.3. Opositores Globalizados

É a nova geração de movimentos sociais. Lutam sobretudo pelo reconhecimento da sua identidade cultural e na sua organização aproveitam melhor do que outros atores opositores os recursos da sociedade informacional, formando redes de comunicação.

Além das aspirações sociais básicas que não foram cumpridas, na modernidade houve uma desqualificação dos recursos culturais e científicos criados pelos grupos marginalizados para conseguir a sua inclusão. Diz Santos (2002, p. 13), que o conhecimento científico moderno prometeu paz e racionalidade, liberdade e igualdade e o compartilhamento do progresso, porém, essas promessas foram restringidas à maioria das populações. Em nome de construir uma ordem social racional e efetiva, a supremacia científica ocidental, cometeu “epistemicídio”, ou seja, destruiu conhecimentos e ciências alternativas e discriminou aos grupos sociais que neles se apoiavam para desenvolver seu próprio caminho, populações que não pertenciam aos espaços dominantes (SANTOS, 2002, p. 14) seja dentro ou fora dos Estados hegemônicos.

A demanda pelo reconhecimento dos bens culturais desses grupos ficou latente. Priorizaram-se as necessidades materiais e políticas que foram canalizadas através dos partidos e sindicatos, os que se conduziram dentro da institucionalidade estadual; especializando-se mais cada vez em demandas econômicas e de representação eleitoral, resultaram insuficientes para representar as crescentes necessidades culturais.

Contidas por muito tempo, no final da década de 1960, como reconstrói Castells, surgiram criando pujantes movimentos sociais expandidos pelo mundo todo, que sem deixar de reivindicar melhores condições de vida, se distinguiram por fazer demandas libertárias:

Eran en esencia movimientos culturales, deseosos de cambiar la vida más que de tomar el poder [...] contra la autoridad arbitraria, una revuelta contra la injusticia y la búsqueda de experimentación personal [...] se extendieron a toda la sociedad, sobre todo entre los jóvenes, y sus valores reverberaron en todas las esferas de la vida. Por supuesto fueron derrotados en la política porque, como la mayoría de los movimientos utópicos de la historia, nunca pretendieron esa victoria (CASTELLS, 1999, p. 373)

Neles se inspiraram lutas pelos direitos humanos, o ecologismo, o feminismo, a libertação sexual, a igualdade étnica e a democracia de base (Idem.)

As exigências sociais no mundo neoliberal e globalista são quase as necessidades de sempre, a novidade hoje é que se aglutinam na demanda primária de inclusão social nesse mundo que aparenta estar ao alcance de todos; a partir da inclusão as reivindicações podem ser ouvidas e até

resolvidas. Mas, o principal é a reativação de atores definidos culturalmente, que constroem valores próprios segundo a sua experiência (CASTELLS, 1999, p. 374), que resultam em “conhecimentos rivais alternativos à ciência moderna” (SANTOS, 2002, p. 15)

Nesse sentido são atores portadores de futuro porque se propõem a atingir uma utopia que pretendem sincronizar nas escalas espaciais da geografia política (mundial, regional, nacional, local) (PRECIADO, 2002, p. 11). Continuando com SANTOS, os opositores globalizados estão dando novos conteúdos á emancipação social evidenciando uma nova forma da confrontação Norte-Sul; nos países de desenvolvimento intermediário ou semi-periféricos sente-se ainda mais essa confrontação e , por isso é lá onde mais se ~~e por isso e onde mais se~~ revela a emancipação (SANTOS, 2002, p.31).

Ainda assim, frente ao poder hegemônico da sociedade em rede, seus recursos cognoscitivos e de ação continuam sendo universos subordinados pelo mundo globalista; no nível político tem uma concepção de participação plena em todos os níveis de decisão, diferente da representativa proposta feita pela democracia liberal, por isso para as elites metropolitanas e as classes médias, os opositores globalizados poderiam retardar o processo de desenvolvimento e atentariam contra a nação, no entanto estabelecem contatos supranacionais. (SANTOS, 2002, p. 67)

A aptidão que eles têm para mostrar e conduzir seus códigos culturais depende da capacidade comunicacional e tecnológica que são capazes de construir nesta sociedade de informação. Porém, têm facilidade de lidar com novos códigos porque são herdeiros da abertura cultural dos movimentos libertários; que estimularam a experimentação tecnológica para a manipulação de símbolos (CASTELLS, 1999, p. 374)

Estes grupos que são qualificados como movimentos “antiglobalização”, pois há uma coincidência de vertentes opositoras de diversos símbolos que reagem aos efeitos da ordem social globalista, porém, no seu interior, verifica-se uma gama de tendências sócio-políticas. Uma das características que define os grupos é seu posicionamento frente ao Estado. Podem-se identificar os que reivindicam uma outra forma de Estado: os socialistas, e no extremo oposto os que não os reconhecem: os anarquistas. Existem também as *Organizações Não Governamentais*, ONGs, que nascerem do confronto entre grupos cidadãos come as instituições oficiais, esses se opõem em serem institucionalizadas pelo poder. Outra característica de sua definição é a interpretação da democracia e da participação cidadã: os que apóiam ou não os mecanismos eleitorais, os que têm uma tendência à democracia deliberativa ou à cidadania cosmopolita ou multicultural (PRECIADO, 2002, p. 6)²²⁶

Quanto aos métodos de luta, observamos também diferentes posturas. Há uma tendência que aceita negociar com os atores hegemônicos, porém, sob condições favoráveis ao movimento social; usualmente reivindicam formas de alto grau de pressão para ganhar negociações, mas, no entanto,

²²⁶ O cosmopolitismo tem sido exposto na terceira parte e o tema da multiculturalidade e identidade.

não abandonam as formas pacíficas de protesto. Uma outra tendência nega qualquer margem de acordo e não reconhece nenhum benefício na globalização, por isso tentam impedir que aconteça; comumente optam pelo enfrentamento aberto contra as forças repressivas (PRECIADO, 2002, p. 4- 6)

Nesse sentido, o autor define duas tendências, os globalifóbicos e os globalicríticos, que têm a ver com o tipo de identidade com que se identificam. Uma parte dos opositores globalizados demonstram resistência ao globalismo porque têm sido os principais prejudicados; entre eles, os mais radicais às vezes não superam a fase do protesto e não apresentam argumentos consistentes, além da denúncia; seriam aqueles que “não sabem a quem reivindicar e como influir na alteração mais ampla do processo global ” (DUPAS, 2005, p. 30) Em geral, esta tendência se distingue por uma “identidade de resistência”, diz Preciado, utilizando as categorias de identidade de Castells; e denomina estes grupos sob o nome de *globalifóbicos*.²²⁷

En los movimientos anti-globalización, esta identidad es la que se encuentra más extendida; el nodo que une la enorme diversidad de movimientos con demandas particularistas, como pueden ser los nacionalismos de base étnica, las comunidades territoriales, o movimientos de jóvenes o minorías sexuales, es la resistencia contra la exclusión. Sin caer en el sentido peyorativo con el que se calificaron a estas formas identitarias, podemos agruparlas bajo la categoría de globalifóbicos. (PRECIADO, 2002, p.5)

Já a outra vertente dos opositores globalizados desenvolve uma “identidade projeto”, segundo a categoria de Castells, adquirindo a sua dimensão de ator social coletivo, porque são capazes de dar propostas segundo a suas experiências, mas com um sentido de totalidade:

En este caso se ubica la etapa de la creación de alternativas, a la que se refiere Xavier Gorostiaga, como la época de la protesta con propuesta; es decir, puede haber un tránsito de la identidad de resistencia a la de proyecto [...] esta tercera identidad podría adaptarse a lo que he llamado globalicríticos. (PRECIADO, 2002, p. 5)

Apesar do fato de serem qualificados como atores globalizados não se deve somente por estarem distribuídos ao redor do mundo e por compartilharem os princípios opositores, mas também por outras causas. A mais evidente é que a rede comunicacional que alguns deles têm formado consegue coordenar iniciativas; como eficientes campanhas propagandistas e eloquentes manifestações conjuntas nas sedes das reuniões dos organismos financeiros internacionais como em Seattle, Montreal, Washington, Genebra ou Davos.

²²⁷ Do prefixo grego fobia=contra. Referente a essas posturas, ver na parte 3, no ponto 3.2.1, os posicionamentos dos chamados céticos de esquerda.

Ainda mais importante do que aparecer em público espetacularmente é, sendo a maioria movimentos locais e com demandas específicas, a comunicação em rede global possibilita o acompanhamento das ações, a partilha de experiências, métodos, sucessos, fracassos, erros e sugestões; facilita-se também a difusão da suas lutas e a descoberta de repressão e das intenções para destruí-los, fazendo com que os movimentos não fiquem isolados.

Os opositores globalizados em um primeiro momento agiram segundo o princípio de *pensar global e atuar local*, enquanto configuravam e fortaleciam a sua rede desde o espaço imediato, preparando o seu lançamento mundial. Depois da primeira manifestação conjunta espetacular de Seattle em 2001, o princípio se complementou com um *atuar global, pensar local*, se revelando contra as instituições globalistas, mas considerando as repercussões que teria na rede local (PRECIADO, 2002, p. 8)

Os opositores globalizados representam uma alternativa contra-hegemônica que está presente nos quatro domínios da geografia política: no nível do Sistema Mundial são evidentes os grupos iniciadores como Anistia Internacional,²²⁸ Greenpeace,²²⁹ grupos feministas e de minorias sexuais ou contra a especulação financeira como a organização ATTAC,²³⁰ e a experiência mais abrangente e importante da atualidade, o *Fórum Social Mundial*, FSM, iniciada em 2001.²³¹

²²⁸ Anistia Internacional foi fundada em 28 de maio de 1961, na Grã Bretanha para lutar a favor dos direitos humanos; começou assim um tipo de ativismo da sociedade civil mundial. Manifesta-se desde a época como um movimento internacional permanente, imparcial e independente e seus membros são principalmente voluntários. Declaram como a sua missão trabalhar para que os princípios proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras normas internacionais sejam válidos para toda a população mundial. Através da pesquisa estabelecem as ações dirigidas contra abusos graves da integridade física e mental, da liberdade de consciência e expressão e contra a discriminação. Em 1977 ganhou o Prêmio Nobel da Paz, em 1978 o Prêmio dos Direitos Humanos da ONU, da qual hoje é membro consultivo. < <http://www.amnesty.org> >

²²⁹ Green Peace nasceu em Vancouver, Canadá em 1971, e é uma das associações globais pioneiras; inicialmente se manifestou contra os testes nucleares da ilha Amchitka na Alaska, sob o lema de “um mundo verde e em paz”; foi se fortalecendo na sua luta pela defesa do meio ambiente, da vida silvestre em geral e pela paz mundial; a sede internacional está em Amsterdã, na Holanda, e tem representação formal em 41 países; na América Latina, na Argentina, Brasil, Chile e México. Estuda e faz propostas sobre questões sociais e econômicas que estão na origem do desequilíbrio ambiental. Define-se como uma entidade sem fins lucrativos, independente financeiramente de empresas, governos e partidos políticos, que vive das doações dos membros, grupais ou individuais e da venda de seus produtos propagandistas. Seus princípios básicos são testemunhar os problemas em nível mundial, o pacifismo na atuação dos ativistas e não estabelecer alianças com partidos nem tomar posições políticas exceto aquelas de proteção do meio ambiente e da paz, por isso a justaposição das palavras inglesas verde (natureza) e paz: *greenpeace*, <[http:// www.greenpeace.org](http://www.greenpeace.org) >

²³⁰ Sob o lema *o mundo não é uma mercadoria*, a ATTAC (Associação por uma Taxa as Transnacionais financeiras e especulativas para Ajuda à Cidadania) são as siglas do chamado “Movimento internacional para o Controle Democrático dos Mercados Financeiros e a suas Instituições”, criado na reunião internacional de Paris em dezembro de 1998; seu objetivo principal é consolidar uma rede de movimentos no mundo que debata, produza e difunda informação para deter a especulação financeira internacional; juntamente convocar ações concretas no nível nacional continental e internacional. O endereço eletrônico é <<http://www.attac.org>>

²³¹ No FSM, < <http://www.fsm.org> >, convergem todas as organizações da sociedade civil mundial opositoras ao neoliberalismo; define-se a si próprio como um espaço não governamental nem partidário, como um processo permanente de construção de alternativas para uma outra ordem mundial, daí seu lema “Um outro Mundo é Possível”(Declaração de Princípios). A suas atividades se desenvolvem todos os anos, através de fóruns regionais e temáticos, sendo os principais as reuniões globais: I, II, III e V edições aconteceram em Porto Alegre, Brasil, a IV em Mumbai, Índia e na VI se declarou policêntrico, descentralizado em Bamako, Mali, Caracas, Venezuela e Karachi, Paquistão, entre janeiro e março de 2006. Organiza-se através de um Comitê Internacional, formado por 129 organizações, e por comissões de Metodologia,

Também é nos espaços Supranacionais Regionais,, que na América Latina têm se concentrado na Cúpula dos Povos,²³² e sobretudo nas ações contra a ALCA, que se constitui a conduta estratégica mais evidente da oposição contra a integração panamericanista, através de uma das primeiras redes continentais, a *Aliança Social Continental*, ASC, a qual abordaremos em breve. Os resultados nas redes de ambos espaços têm repercussões na escala Nacional e regional-local. (PRECIADO, 2002, p. 9-10)

Outro elemento a ser enfatizado é que os opositores globalizados se constituem como comunidades culturais por construírem universos simbólicos ao redor das identidades que reivindicam, simbologia que expandem mundialmente. Aspectos da religião, etnia, sexualidade, que se mantinham nos espaços da “vida” privada (Lechner, 1996) são elementos de identificação para construir suas identidades. Esses símbolos permitem sobreviver por acima da normatividade do Estado-nação que dificulta a sua expressão e a sua ação, por isso, politicamente, exigem espaços de pluralidade para desempenhar suas práticas.

Um debate presente na observação das práticas dos opositores globalizados é sobre ~~sobre~~ a possibilidade de formar uma governabilidade supranacional. O alcance das redes de informação e comunicação poderia fazer com que a normatividade institucional em uma escala global fosse construída não só pelos agentes hegemônicos, mas também modificada pelos agentes opositores. Há consenso em considerar a organização do FSM, como a manifestação de uma globalização emergente que está colocando as bases de uma outra forma de fazer política.

No FSM estão convergindo atores que têm a potencialidade de mudar as formas e fundos da política, isso porque tentam criar uma nova arena pública baseada em um sistema democrático de gestão complexa para lidar com o conflito; existiria também o compromisso de formar uma cidadania com capacidade deliberativa e com poder de decisão sobre seus contextos e suas práticas cotidianas. (PRECIADO, 2002, p. 3)

Estariam formando, segundo Santos, uma recuperação da *demodiversidade*, ou seja, da “coexistência pacífica ou conflituosa de diferentes modelos e práticas democráticas”, as que tinham estado presentes na organização social dos anos sessenta e seus movimentos as representavam. (SANTOS, 2002, p. 71). Pensamos que têm a possibilidade de sucesso na criação de política alternativa porque se dirigem a uma população que discrimina as vias institucionais tradicionais, que é

Conteúdo e Temática, Expansão, Estratégias, Recursos e Comunicação. Hoje é a principal referência dos opositores globalizados e da esquerda em geral.

²³² A Cúpula dos Povos da América é convocada pela Aliança Social Continental, ASC, e se declara como uma coalizão de organizações sindicais, religiosas, camponesas, dos direitos humanos, mulheres e outros movimentos sociais de todos os países do hemisfério, inclusive os EUA, Canadá e Cuba. Foi iniciada em 1997 e desde essa data, tem se concentrado em lutar para impedir a criação da ALCA. Em 2006 celebrou a III reunião geral, na Argentina.

muito sensível à instabilidade vinda do Estado porque tem sido vítima da sua violência. Porém, o desafio dos opositores globalizados é como conciliar a radicalidade com o respeito íntegro aos interesses dos cidadãos.

Na América Latina, as redes opositoras têm seus antecedentes nas lutas tradicionais da esquerda pela igualdade, pela justiça social, por melhores condições de vida,, pela democracia, etc., nos marcos do Estado nacional que hoje convergem com as novas posturas ante os fenômenos da globalização e da integração regional, dando vida às lutas globalizadas no continente. Porém, o movimento que motivou em grande medida sua manifestação é o *Exército Zapatista de Libertação Nacional*, EZLN,²³³ com um antecedente tão antigo como a mesma história da imposição colonial, mas que no globalismo assumiu a nova metodologia de luta, qualificada por Castells como “*la primera guerrilla informacional*” (1999a p. 95).

Ele deve se considerar pioneiro na reivindicação dos novos movimentos baseados na identidade, neste caso, étnica, porém, que abrange todo tipo de exclusão e transcende espaços porque se volta ao mundo através das redes alternativas de informação. O EZLN estimulou a capacidade cultural dos grupos organizados através da luta pela reivindicação de universos diversos, porque ele mesmo legitima a saída de um projeto histórico diferente da racionalidade ocidental imposta na sociedade meso-americana, berço de civilizações distintas e negadas. Como proclamou no seu primeiro manifesto:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental [...] sin importarles que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos. Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias. (PRIMERA DECLARACION DE LA SELVA LACANDONA, 1994)²³⁴

²³³ No ano de 1984, essa organização indígena tomou o nome de EZLN inspirada na luta do “exército do sul” do revolucionário mexicano Emiliano Zapata, que encabeçou o movimento agrário e pelo reconhecimento da verdadeira situação do índio, no período da insurreição armada no México entre 1910 e 1919. Foi a manifestação política que mais perto esteve de ser um modelo nacional alternativo, baseado na resistência permanente dos povos índios para reivindicar seu projeto cultural negado, porém, o sistema político surgido da Revolução Mexicana incorporou na constituição de 1917 só aquelas demandas compatíveis com o modelo liberal triunfador. Por isso o EZLN se considera o continuador daquela luta.

²³⁴ O EZLN surgiu nas comunidades indígenas maias do Estado de Chiapas, e seu mais antigo antecedente foi de 1974, quando as comunidades se organizariam para participar no Congresso Nacional Indígena, em San Cristóbal de las Casas. Desde o ano de 1984 foi se constituindo clandestinamente em uma organização político-militar, o Comitê Clandestino

O EZLN condensou, na luta política, a natureza social e cognoscitiva das sociedades indígenas que sempre foram excluídas da construção da nação, segundo os parâmetros do projeto ocidental; uma situação que o historiador Guillermo Bonfil Batalla coloca como a *confrontação histórica de dois projetos históricos diferentes*, longe de ser só propostas alternativas contidas no marco de uma civilização comum:

Se trata, en cambio, de proyectos diferentes que descansan en formas distintas de concebir el mundo, la naturaleza, la sociedad y el hombre; que postulan diferentes jerarquías de valores; que no tienen las mismas aspiraciones ni entienden de la misma manera lo que significa la realización plena del ser humano; son proyectos que expresan dos sentidos de trascendencia que son únicos y, por tanto diferentes. Por todo ello, los proyectos de unificación cultural nunca han propuesto la unidad a partir de la creación de una nueva civilización que sea síntesis de las anteriores, sino a partir de la eliminación de una de las existentes (la mesoamericana, por supuesto) y la generalización de la otra. (BONFIL, 1990, p. 102)

Embora a luta do EZLN seja a reivindicação específica de “*las capacidades creadas por el México profundo*”, corresponde com a essência de outros movimentos; neles há a mesma característica que distingue aos índios, que o próprio Bonfil assinala, como a capacidade dos grupos subalternos de decidir o seu destino sob os parâmetros da sua própria cultura, e que se manifesta historicamente em lutas, tanto para parar os intentos da sociedade dominante por controlar o diferente, quanto por obter uma maior participação nas decisões dentro do próprio sistema de controle. (BONFIL, 1990, p. 110-111).

Os imaginários relegados encontraram como primeiro eco o projeto do EZLN, contra um Estado que historicamente aparentou que o índio excluído não existia, e aprenderam dos seus métodos de comunicação e difusão a escala global. Esses métodos consistiam em buscar o reconhecimento no interior do Estado mexicano, entre outros atores invisíveis, e também procurar a solidariedade atuante global. Desde a sua aparição pública, no dia 1 de janeiro de 1994, os zapatistas enfatizaram a necessidade de uma democracia plena no país, e procuraram a aliança com a sociedade civil, nacional e internacional. É uma postura estabelecida por uma visão intersubjetiva, que segundo a pesquisadora

Revolucionário Indígena, CCRI, que nomeou como interlocutor ao Subcomandante Marcos. Desde o ano de 74 convergiram os trabalhos políticos dos dirigentes índios, dos grupos de esquerda e dos teólogos da libertação, que desenvolveram a organização. Com as celebrações oficiais do Quinto Centenário do “descobrimento” da América, os movimentos indígenas do mundo se potencializaram, entre eles o CCRI, até fazer sua aparição pública como EZLN em 1 de janeiro de 1994 (CAUDILLO, 2006)

Gloria Caudillo, é uma das características da cultura maia, na qual vai se construindo o projeto comum no próprio percurso do diálogo com a sociedade (CAUDILLO, 2006, p.2)

Depois do desconcerto inicial causado por apresentar características diferentes, o EZLN converteu-se em imã da reivindicação dos novos movimentos culturais do mundo. A solidariedade particular com a luta indígena de Chiapas, e, sobretudo a similitude com os movimentos pelo reconhecimento cultural, fizeram com que a convocatória do primeiro grande fórum global tivesse sucesso, esta fora chamada, em 1996, de **Fórum Intergalático**, e dela também surgira a “Comissão Intergalática” a primeira rede formada para a luta opositora global, inicialmente para apoiar a luta zapatista e depois para a reivindicação das demandas de diversos grupos excluídos e contra a globalização; seria também o predecessor dos movimentos antiglobalização o altermundista.²³⁵ A forma de luta do EZLN, aproveitava-se das redes de comunicação eletrônicas que conseqüentemente, provocaram a aparição de uma nova doutrina militar, resumida no conceito “guerra de redes” ou *netwar*, estudado desde o pentágono para saber como um pequeno grupo pode ter uma presença global.²³⁶

O EZLN deve se considerar paradigmático na luta dos movimentos sociais culturais, mas também como pioneiro da oposição à integração subordinada e panamericanista. O zapatismo revelou-se oportunamente no momento em que a estratégia hegemônica mais pretensiosa, o NAFTA, inaugurava o modelo de imposição contemporânea às sociedades da América Latina. Na continuidade desta luta, atores globalizados opositores se manifestavam com maior, clareza que no caso específico das ações contra integração regional oficial, conformariam a *Aliança Social Continental*, ASC. Desde o seu surgimento, em 1997, é a principal rede que estabelece como objetivo ser “um espaço aberto aos movimentos interessados em mudar as políticas de integração no nível hemisférico” como requisito de “procurar um modelo de desenvolvimento alternativo e democrático”, e como parte do que tem que ser feito, a ASC se comprometer a (ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL, 2005).

A ASC tem sido um dos atores globalizados que tem impulsionado o FSM e o seu conselho coordenador, é formado pelas principais redes regionais da América, tendo um papel básico a *Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio*, RMALC e a Rede Brasileira para a Integração dos

²³⁵ Vale a pena ressaltar que o primeiro grupo de solidariedade contra a guerra em Chiapas nos primeiros dias de janeiro de 2004, foi o *Union Farmer of Nebraska* nos EU, que tinham conhecido cultivadores de café de Chiapas numa reunião binacional entre produtores do grão preocupados os efeitos da integração econômica neoliberal do NAFTA. (La jornada, 2004)

²³⁶ Pode-se consultar uma reportagem completa sobre a Guerra de Redes, feita por Francis Pisani, no *Lê Monde Diplomatique* Edição Brasil de junho 2002. Diz a autora: “Batizada *swarming*, ela foi elaborada de maneira precisa por John Arquilla, professor da Escola Naval de Pós-Graduação de Monterey, na Califórnia, e por David Ronfeldt, pesquisador na Rand Corporation em Los Angeles” (*Lê Monde Diplomatique*, 2006)

Povos, REBRIP²³⁷, aquelas que por sua vez constituem os principais fóruns que concentram a crítica e ações dos processos NAFTA e MERCOSUL.

Dois documentos condensam a interpretação da ASC: *Alternativa para as Américas* de 2002 e *Nossa Proposta: Uma Nova Sociedade e um Novo Mundo* de 2005, que também contém a proposta de integração alternativa. Há uma coincidência evidente na proposta da esquerda cujos pontos principais colocamos na parte anterior. As principais características da proposta integracionista da ASC são:

- Revisão minuciosa dos conteúdos da globalização neoliberal por ser o marco geral das políticas econômicas mundiais. Isto significa a própria revisão dos princípios das instituições multilaterais: FMI, BM, OMC e ONU.
- Rechaço do modelo neoliberal que determina tanto as políticas internas dos países países como os critérios da integração regional.
- Questionamento severo da política dos EU e a sua intenção de expandir o seu projeto panamericanista; se rechaça qualquer acordo direto com o país.
- Reserva contra qualquer outro tratado, convênio ou acordo, proveniente de quaisquer outros países, embora da região, que tenha como eixo os critérios neoliberais ou reproduzam o modelo impulsionado pelos Estados Unidos (clara alusão aos TLC's pactuados pelo México).
- Os pontos centrais da alternativa integracionista visam novos compromissos econômicos e sociais em âmbito nacional: o mercado interno, consistência nas políticas sociais e princípios universalistas.
- Inverter a lógica da integração subordinadora dos conteúdos sociais a favor dos critérios de comércio e investimento. Devera prevalecer uma essência de cooperação antes de uma lógica de competência.
- O modelo de integração alternativa se dirige a fortalecer o mercado interno, a distribuição da renda e a preservação dos direitos humanos e ambientais.
- Defesa de acordos preferenciais para o combate à desigualdade econômica e social entre os países.
- Proteger a soberania nacional tanto econômica, política, quanto cultural; embora se procurem alianças regionais; itens referidos a propriedade intelectual e compras governamentais devem ficar fora dos acordos.
- Os recursos privativos dos povos, como educação, saúde, energia, água e outros devem ser protegidos da abertura comercial e de investimentos estrangeiros; deve-se procurar que as populações tenham acesso a eles, antes que explorar os ganhos econômicos.

²³⁷ Páginas das organizações: RMALC: www.rmalc.org.mx; REBRIP: www.rebrip.org

- A educação e a propriedade intelectual são assuntos básicos que devem ser protegidos porque neles se condensa a identidade e a cultura dos povos.
- Referida á agricultura, a produção para exportação não pode por em perigo a estabilidade alimentar dos países; devem-se proteger os preços das matérias primas dos países países da região no mercado internacional sem beneficiar com subsídios aos exportadores.
- Todos os assuntos referidos a tecnologia agrícola devem ser discutidos pelos grupos sociais e deve se defender a saúde e o meio ambiente, questionando assuntos chaves como os produtos transgênicos.
- A integração regional deve ser dirigida por um Estado protecionista, capaz de defender as políticas agressivas dos organismos financeiros mundiais; porém, deve ser um Estado socialmente responsável, para garantir o projeto social definido democraticamente.
- Os tratados internacionais serão assinados apenas depois de ratificados pela população e terem mecanismos de solução de controvérsias que garantam a redução das desigualdades.
- Deveram-se proteger a soberania nacional não admitindo cláusulas jurídicas que sejam pressionadas desde o exterior, quaisquer marco jurídico deve ser elaborado pelo governo nacional.

Existe uma forte dinâmica das redes civis no continente; podemos falar que não existe movimento, ONG's, partido ou sindicato que não estejam participando de uma rede em qualquer uma das quatro escalas territoriais; ademais, a reivindicação contra a integração de tipo subordinada e panamericanista faz parte das agendas da maioria das organizações em rede,. Mas a atividade de maior sucesso da interconexão opositora é sem dúvida a chamada *Campanha Continental contra a ALCA, CCCA*.

É uma ação concreta surgida do *Conselho Hemisférico das Américas*, espaço de discussão e estratégias criado no FSM; em estreita parceria com a ASC foram convocados desde 2002 os "Encontros Hemisféricos contra a ALCA", de onde surgiu a iniciativa de fazer uma campanha estendida afim de evitar a assinatura do acordo panamericanista. As atividades coordenadas na CCCA são desenvolvidas praticamente por todos os opositores globalizados da América e pensamos que reúna as características principais do tipo de coordenação procurado pelas redes interconectadas: a) unir-se em uma iniciativa conjunta; b) difundir as atividades dentro dos espaços onde agem suas organizações; c) desenvolver as atividades combinadas; d) fazer um seguimento conjunto dos resultados e e) propor novas atividades relacionadas.

Podemos assinalar que as atividades da campanha, como os fóruns de discussão e elaboração de análise de todos os assuntos relacionados; a presença de grupos opositores nos eventos oficiais da ALCA; o envio de boletins, cartas e comunicados às sedes dos organismos que coordenam a iniciativa oficial, influíram na suspensão temporária que as negociações tem desde 2005. Neste resultado positivo é fundamental o papel dos nexos que as redes opositoras tem construído com instituições chaves dos Estados como as universidades e meios de comunicação, básicos na difusão de cultura e informação e, por tanto com influência no poder. Também é chave a conjuntura política favorável dos últimos cinco anos, desde que governos de tendência esquerdista chegaram ao poder, o que significa maior recepção dos discursos dos opositores globalizados.

No final do ano de 2006 tem-se contemplado uma atividade que, segundo nosso ponto de vista, sintetizaria a organização sobre a integração alternativa desses atores: a *Cúpula Social para a Integração dos Povos*, paralela à oficial Cúpula oficial de Presidentes da Comunidade Sul-americana de Nações, CSN. A própria convocatória²³⁸ estabelece que as mudanças políticas na região abram uma grande oportunidade de inclusão nas políticas oficiais das propostas alternativas, elaboradas pelos movimentos e organizações contidos nas duas redes fundamentais numa outra integração: a ASC e a CCCA.

O terceiro eixo estratégico da Cúpula estabelece atividades de pressão no processo formativo da CSN, para que assuntos concretos da integração como energia, infra-estrutura, financiamento e participação social sejam incorporados à agenda oficial; são temas que também procuram colocar nos tratados já existentes, como o MERCOSUL e a CAN. Estas linhas de ação fazem da ASC e a CCCA agentes globalizados com projeto, ou seja, com atitude de negociação com as instâncias governamentais.

Este é o perfil dos principais atores opositores à integração, que reúnem em rede um numero número cada vez maior de grupos. A sua vez, esses grupos, no tempo que reivindicam ações concretas se pronunciam também contra a integração neoliberal e neopanamericana.

Vale a pena fazer algumas observações sobre a expectativa que as características e as ações dos opositores globalizados despertam; pela sua potencialidade para construir uma ordem social diferente, tem construído uma corrente apologética que exalta todas as lutas pela reivindicação cultural e se maravilha pelos recursos tecnológicos que podem levar a emancipação.

Considerando que um dos antecedentes da existência de opositores globalizados é que a modernidade cancelou símbolos e instituições tradicionais, é legítima a luta pela reivindicação de tradições perdidas; porém, não pode haver uma vã defesa de todos os fundamentos culturais

²³⁸ Pode ser encontrada em qualquer um dos sites das organizações da ASC; a nossa referência é a RMALC, <<http://www.rmalc.org>>.

difundidos porque alguns não são libertários; como falamos na parte segunda da tese, existem reivindicações ultranacionalistas que pretendem impor suas simbologias a outros grupos étnicos, acompanhados usualmente de atitudes racistas; reivindicações de supremacia religiosa ou o patriarcado se dimensiona também por grupos que subordinam as mulheres, as crianças e têm atitudes homofóbicas contra gays.

Existem conexões na Internet de diversos tipos, como por exemplo, a chamada “Libre Opinión”, uma rede que coordena e difunde desde Argentina páginas racistas, como “Viking Llobregat”, grupo racista catalã, ou o “Partido nacional-socialista do México”. Homofóbicas como “Godhatesfag”²³⁹ Podemos repetir a pergunta que Boaventura Santos faz (SANTOS, 2002, p.24) “[...] Corremos o risco de promover a opressão social usando a linguagem da emancipação social?” Muitos desses grupos têm formado associações terroristas que organizam as “conexões perversas” (CASTELLS).

No uso expandido da comunicação eletrônica não podemos esquecer que a sociedade comunicacional é uma criação dos grupos hegemônicos para aumentar a sua dominação; quem não possuir os grandes avanços tecnológicos será relegado por um *apartheid digital* (DUPAS, 2005, p.201). Nações vêm transferir capitais e desaparecer investimentos através de uma simples operação computacional, se despedindo da soberania. Fica também diluído o espaço do público e do privado, sendo o indivíduo vítima da vigilância extrema da privacidade, quer seja econômica quer seja o pessoal.

Embora avance a capacidade dos grupos opositores para se manifestar, as elites controlam os meios, e como fala Castells (1999, p. 382), aproveitam sua posição política de privilégio para ter o acesso estável aos recursos e as conexões sociais No domínio dos meios os poderes hegemônicos levam a vantagem.

O aspecto positivo do uso de meios eletrônicos pelos opositores globalizados para expandir a luta contra o poder globalista, é inspirada na idéia que Dupas sintetiza claramente:

O que Rousseau não pôde colocar em prática – reunir para um debate todos os cidadãos – a tecnologia atual permitiria realizar [...] a democracia pode ser aprimorada com o cidadão virtual, para além da óbvia vantagem de socialização da ação das ONGs e dos movimentos formadores da contra-opinião (DUPAS, 2005, p. 202-203)

No entanto, o autor continua dizendo que a democracia não se restringe em suma, a indivíduos que se manifestam; exige um processo reflexivo entorno daquilo que vai ser decidido; os meios de comunicação altamente tecnológicos provêm de informação abundante e acelerada, deixando um

²³⁹ Sites: <<http://www.libreopinion.com>>; <<http://www.godhatesfag.com>>

espaço de discussão muito limitado (DUPAS, 2005, p. 202-5) as decisões correm risco de ser tomadas superficialmente.

O poder tenta dimensionar a participação privada, também na dimensão dos meios eletrônicos; para fazer efetivas as ações das redes alternativas, a resposta continua sendo o resgate do espaço público, as ações coletivas e as manifestações voltadas em fatos reais. Retomamos Castells quando diz que sem o espaço público, o uso da tecnologia em rede provocaria comunas de todo tipo; em vez de classes sociais apareceriam tribos; em lugar de interação conflitiva entre os grupos, as elites globais dominantes se isolariam em palácios imateriais compostos de redes de comunicação e fluxos de informação, portanto, a experiência das pessoas ficaria disseminada em múltiplos lugares segregados, a sua existência submetida e a sua consciência fragmentada, e a falta de manifestação se transformaria em violência cotidiana sem sentido (CASTELLS, 1999, p. 386-387)

Por último, pensamos mesmo que os objetivos dos sujeitos-movimentos, tem ainda mais possibilidade de se manifestar e construir alternativas maiores, se tentam a vinculação e articulação com as outras grandes instâncias de organização coletiva fundamentais, os partidos; além, do resgate da importância da organização política-institucional, restabeleceria a importância que os sindicatos devem ter na rede capitalista, para a defesa concreta dos direitos laborais. E também fechamos esta ultima parte, sublinhando que a interconexão entre os atores, não só os opositores, é o que constrói o cenário da integração na América Latina, daquela que queremos concretizar com a caracterização geral do que acontece nos dois modelos paradigmáticos, NAFTA e MERCOSUL.

CONCLUSÕES

Consideramos que a utilidade de nossa tese consiste em mostrar as múltiplas possibilidades de estudo da integração regional quando seu enfoque são as práticas dos atores-agentes. Oferecemos apenas o mapa dos resultados das ações daqueles que identificamos como os participantes da integração; fica ainda muito por pesquisar, sobretudo se apelar às próprias vozes dos protagonistas.

Alguns conceitos que foram desenvolvidos no trabalho poderão ser utilizados em estudos posteriores, apenas como propostas a serem melhoradas, mas que servem como ponto de partida para explorar os temas expostos.

Nossa proposta básica é que a integração, além de se interpretar como uma estratégia para obter crescimento econômico, seja estudada através das características que a sociabilidade define: a integração é um relacionamento multiforme, que determina as atividades, o tipo de vinculações e com quem são estabelecidas. É um relacionamento organizado que identifica a preparação das capacidades e dos fins dos atores participantes. É um relacionamento instrumental que analisa as estratégias concretas. É um relacionamento conflitivo, antes que solidário, que observa os pontos problemáticos, as forças e confrontações, ou também, os consensos e as alianças. Por último, é um relacionamento supranacional, para identificar as práticas desenvolvidas além do marco estadual.

As práticas dos participantes na integração devem também considerar que todos os espaços sociais, até as pequenas comunidades, são tocados pela reestruturação capitalista, a revolução das comunicações e da informação, as mudanças do Estado e a renovação dos movimentos sociais. É uma *conjuntura em transição* que definimos como *Sociedade Emergente* na que convergem padrões habituais e novos. Propomos sua definição, que julgamos poder ser útil para estudos posteriores.

A sociedade emergente é uma rede de conexões sociais conduzidas por parâmetros de relacionamento tradicional que se convergem em novos critérios, provocando situações transformadoras: perde força a ação coletiva de atores sociais que mediavam com o Estado - sindicatos e partidos políticos; desfazem-se instituições históricas - como trabalho e família tradicionais; desprestigiam-se instituições estatais - como as políticas sociais assistencialistas-, e se constroem novos símbolos e comportamentos sociais a partir da saída pública de assuntos antes mantidos no privado - como gênero, etnia, sexualidade, religiosidade. A sociedade emergente se constrói no interior dos Estados nacionais, mas suas novas concepções transcendem o âmbito global.

É emergente *no sentido do novo*, porque surge uma inovação na sociabilidade: de um lado, as pressões do mercado global e a sobrevivência do Estado determinam normas diferentes para a organização social. De outro lado, as próprias demandas dos grupos sociais constroem paulatinamente

padrões de vida distintos convenientes às novas necessidades. Também emergente *no sentido do velho*, porque não desaparecem antigos critérios que têm guiado às práticas comunitárias, necessários porque uma ordem baseada só na novidade provoca incertezas.

Em um ambiente de transformação, outro elemento básico da integração é a identidade; o processo que cria a auto-percepção dos sujeitos, preservando a imagem já formada e construindo outros componentes. Também forma o imaginário através do qual os sujeitos se relacionam entre si. A identidade outorga os significados que definem as posturas dos atores-agentes e identifica com quem pode se unir e atuar, em outras palavras define os perfis políticos dos participantes da integração.

Os componentes da transição mundial fazem complexo o fenômeno da integração regional, mas o enfoque dado desde as conexões entre seus participantes evidencia uma maior multiplicidade de conteúdos. Quando decidimos apresentar as práticas dos sujeitos através dos cenários que elas constroem, observamos que, dependendo da capacidade que eles tenham para fazer prevalecerem seus interesses, definem-se como atores ou agentes; todos os grupo sociais participantes são definidos como atores porque compreendem a situação em que estão envolvidos e em certas circunstâncias podem provocar mudanças dos cenários, convertendo-se em agentes. Porém, o poder que tem um grupo, quando confrontado com outro em um contexto diferente, pode fazer relativa sua capacidade de agente, e ficar subordinado às práticas do oponente. Essa razão não permite definir um grupo sempre como ator ou como agente, por isso, quando nos referimos a um protagonista o fazemos combinando ambas as categorias: atores-agentes impulsores, atores-agentes executivos ou atores-agentes diferenciados.

Na definição do cenário mundial, percebemos que no desenho da economia global os principais parâmetros estão determinados fundamentalmente pelos Impulsores da integração, se definindo como agentes - ao passo que os demais ficam na categoria de atores-. Suas práticas definem o contexto global e influenciam as políticas regionais. As estratégias econômicas das empresas transnacionais, do BM, BID, FMI, tentam se impor aos Estados, definem o perfil dos SIR's e motivam reações diferenciadas dos grupos de interesse que existem ao interior das nações.

Contudo, nos contextos regionais e nacionais os protagonistas mudam, porque as sugestões econômicas dos agentes globais dependem também das práticas dos Estados; são estes os que tomam as decisões diretas referidas á integração e, se associando entre eles, dão vida a um outro ator determinante, os Sistemas de Integração, como o MERCOSUL e o NAFTA. Estado e SIR são agentes executivos das políticas de associação econômica regional, e quando praticam sua administração, os sujeitos impulsores e os grupos diferenciados são atores que acompanham o processo.

Nos espaços concretos da ação da sociedade civil, novamente observamos a relatividade das influências dos sujeitos da integração. Os grupos de interesse representam diferentes sujeitos

coletivos, que manifestam um posicionamento específico ante o fenômeno da integração. Tanto o papel econômico das elites empresariais quanto as ações dos foros continentais opositores fazem relativo o papel dos Estados e dos SIR's como agentes da integração.

As elites políticas e econômicas locais, que têm liderança em comunidades estratégicas, e as equipes administrativas, que organizam as políticas públicas sob parâmetros econômicos e técnicos, são consideradas na planificação da integração. Porém, os grupos que se convertem em agentes com poder de decisão nos Estados, são os empresários nacionais, que têm como principal característica serem os sócios das empresas transnacionais e se convertem nos representantes diretos dos agentes impulsores da integração.

Já os grupos de interesse que rechaçam a integração de corte globalista, os partidos e sindicatos de esquerda, e os opositores globalizados, têm maior dificuldade para serem agentes, embora, pela sua capacidade crítica, sejam sem dúvida atores fundamentais do processo. O fato de se opor tanto ao Estado quanto às elites econômicas nacionais e aos agentes globais os obriga a uma maior capacidade de organização para suas práticas transcenderem a manifestação e a denúncia, e para que suas propostas tenham possibilidade de influenciar na tomada de decisões. Observamos que as múltiplas redes que estão constituindo, como o FSM, a mais consolidada na atualidade, permitem se fortalecer pelo intercâmbio de experiências e se posicionar melhor pelas atividades conjuntas que impulsionam, conseguindo paulatinamente ser considerados pelos poderes. No nível regional, as práticas da ASC e sua Campanha Continental contra a ALCA, são as experiências mais importantes dos opositores à integração subordinada.

Do relacionamento entre os atores-agentes Impulsores e o Estado, resulta o primeiro cenário da integração que analisamos: a globalização, que por sua importância pode ser considerada como um novo fantasma que recorre o mundo. Diferente daquele espectro comunista, sobre o qual Marx falava em 1848, este fenômeno não traz consigo em absoluto a utopia de vida melhor, que emocionou milhões de pessoas no mundo e pôs em alerta os donos do capital. Contudo, a globalização em geral tem sido precipitadamente desqualificada por estar associada a uma só prática dominante e excludente, a qual temos denominado globalismo, que efetivamente significa miséria e exclusão.

Como está baseado na especulação, o globalismo não assegura nem mesmo os lucros dos próprios condutores do capital e das finanças, sendo assim, temos testemunhado a queda de fortunas - com sua simultânea mudança a outros espaços-, produto das conseqüências dos efeitos *tequila, tango, e samba*, exemplo das seqüelas que prejudicaram o mundo econômico.

O projeto de transformação social, que o fantasma comunista difundiu pelo mundo lentamente, lutava contra o poder e tentava formar marcos hegemônicos alternativos, da mão de ativistas políticos e intelectuais. De outro lado, o globalismo nasceu das práticas das empresas

multinacionais e dos organismos financeiros, tornando-se assim um projeto hegemônico e velozmente difundido através da poderosíssima rede das comunicações eletrônicas.

O poder hegemônico desses agentes é tão grande, que seu próprio projeto de expansão especulativa usurpou a ampla dinâmica social da globalização, monopolizando o seu nome. Nossa intenção tem sido recuperar outras concepções de globalização. Para nós, além do termo globalização definir o grande contexto mundial, onde as práticas das empresas e organismos financeiros são determinantes, também é um conceito que pode ser reconstruído com a contribuição das várias áreas do conhecimento e, em qualquer de suas aproximações, a postura epistemológica necessária é a flexibilização ante um mundo de paradoxos que o constitui. É o momento de tirar o mito de monstro de duas cabeças: uma responsável por tudo de ruim e negativo que acontece no mundo, outra, como a solução a todos os problemas gerados dentro dos marcos nacionais.

Concebemos a globalização como um processo formado da interação entre os sujeitos em uma escala mundial cujas práticas manifestam *tendências* á globalidade que se fazem evidentes em certos espaços mais que em outros. É um conceito que não pode ser monopolizado pela prática exclusiva de apenas um grupo, ou uma só atividade, por consequência, é factível ser acompanhado de adjetivos: globalização econômica (globalismo), globalização cultural (glocalização), globalização política, globalização social, globalização ambiental, etc.

Assumido como conceito de conteúdos concretos – adjetivado-, aportaria o conhecimento de ações diversas que se convergem em diferentes partes do mundo, mas que estariam particularmente caracterizadas em cada espaço e desenvolvidas em ritmos específicos. Nesse sentido, pensamos que para definir um fenômeno em processo de expansão devemos identificar 1. *Quem assume o processo* (o agente). 2. *Os objetivos que persegue* (a atividade) 3. *Os espaços que sua prática abrange* e 4. *O compasso que ali desenvolve*.

A tendência à globalização é um processo irreversível, no sentido da dinâmica do intercâmbio, da relação e das práticas de sociabilidade mundial, e, também, é um fenômeno de longo prazo. As diferentes caras da globalização permitiriam também ver a formação potencial de alternativas globais.

No assunto específico do questionamento do Estado nacional, é um erro falar do seu desaparecimento – argumento ideológico do globalismo. Mesmo seus agentes necessitam de suas instituições. Defendemos, em geral, o Estado-nação frente à agressão neoliberal, porque seria a permanência da organização política coletiva diante dos interesses de elites especulativas e oportunistas. Contudo, não podemos defender um Estado nacional que, argumentando a favor da soberania, desenvolve políticas internas autoritárias e antidemocráticas. Muito menos, Estados que, desde sua integração nacional, excluíram índios, negros e pobres, prática que ainda existe. Nações que, argumentando ser intermediários econômicos, utilizaram seu poder para desviar riquezas às elites

burocráticas e para proteger os produtores que levaram à falência econômica. Ao analisar a forma e justificativa do Estado, no meio do falso debate da necessidade de seu desmantelamento, e observando as características que historicamente tem assumido, sobretudo na América Latina, pensamos que o defensável, mais que uma forma específica, é a política mesma, ou seja, o motor de participação que dá vida ao Estado.

Numa escala continental, a interação entre atores-agentes Estado e impulsores, provoca as políticas de integração regionais. Concretamente, a integração na América Latina tem sido uma política pública econômica, comercial prioritariamente, organizada através dos Sistemas de Integração Regionais. É um processo matizado pelas particularidades de cada região, sua história, os objetivos pretendidos pelos SIR's e pelos Estados nacionais. Apesar dos Estados serem agentes no interior dos espaços nacionais, e a integração regional na América Latina ser uma política pública para lograr o desenvolvimento dos países, os princípios do integracionismo estão dirigidos à inserção econômica mundial, portanto, os parâmetros definitivos são ditados pelos agentes globais. Essa é a razão pela qual a característica geral da integração regional desenvolvida pelos países latino-americanos seja a subordinação à lógica do globalismo.

A integração subordinada também responde às circunstâncias geopolíticas e geoeconômicas assimétricas no continente, surgidas no percurso histórico, a partir da formação das nações na América. Definimos-na como um mecanismo teórico-instrumental que tenta criar uma região comercial estendida por todo o continente, sujeitando as sub-regiões latino-americanas aos critérios das empresas transnacionais e aos interesses estadunidenses em sua concorrência pela hegemonia do mercado mundial; apóia-se nos critérios do globalismo, aceitos e praticados pelas elites econômicas e pelas políticas nacionais concordantes com as medidas neoliberais. É uma situação de privilégios para certos grupos e de exclusão para outros, os que não cumprem as condições de participação nas atividades prioritárias para o intercâmbio regional.

Na integração subordinada as decisões sobre políticas econômicas são monopolizadas pelos organismos financeiros e empresas, guiados pelos parâmetros do consenso de Washington. No nível continental, excluem-se nações e SIR's menos fortes, como o caso do SICA; no âmbito nacional, excluem-se grupos econômicos menos prioritários e atores políticos opositores. A subordinação também se apresenta no interior dos SIR's, sendo o caso mais claro o NAFTA, onde as decisões de maior peso são dos EU. A situação de exclusão se acentua porque o Estado não tem desenvolvido uma estrutura de contenção para contra-balançar os efeitos negativos da abertura comercial (seguro de perdas, inversão para elevar a produtividade, condições para um mercado interno que consuma a produção dos grupos não participantes na integração econômica, etc.)

Os resultados da subordinação são percebidas no campo econômico, objetivo principal da integração. Em nossa região, a formação de blocos econômicos se considera fator estratégico para obter maiores recursos e desenvolver a economia. Dois objetivos são pretendidos pelos SIR's atuais: aumentar a inserção das economias nacionais no mercado mundial e fortalecer o intercâmbio comercial intra-regional. O primeiro objetivo tem resultado de maneira geral no MERCOSUL; para o México, que participa do NAFTA, embora as estatísticas mostrem uma diminuição dos índices de exportação e importação no PIB, continua sendo uma das economias latino-americanas participantes da economia mundial: nos últimos cinco anos tem havido um incremento econômico proveniente da exportação e importação no caso do MERCOSUL. As porcentagens do PIB em exportações foram de 14,4% em 2000 a 27,2% em 2005; em importações, de 19,5% em 2000 e de 24% em importações, mostrando uma balança comercial favorável. Os mesmos indicadores no caso do México não têm tido muita variação, sendo que as exportações de 2000 foram de 30,9% e 29,9% em 2005; e as importações foram de 32,9% em 2000 e 31,5% em 2005; de acordo com esses dados, podemos observar uma diminuição e, também, que existe uma balança comercial negativa.

O objetivo de aumentar o comércio intra-regional não mostra resultados favoráveis, e evidencia a desigualdade entre as economias participantes. No interior do NAFTA, as estatísticas no caso do México assinalam a dependência para os Estados Unidos, com uma média em exportações de 83,06% e em importações de 59,29% de seu comércio total nos últimos 6 anos; embora mostre balança favorável, também exibe a carência de diversificação comercial. No caso do MERCOSUL, a economia brasileira é a que mais compra e vende entre seus associados, porém, o significado do comércio desse país com seus parceiros, questiona que os blocos comerciais assegurem o intercâmbio interno. Em 2000, as exportações do MERCOSUL foram de 14,04%, e diminuíram para 2005, com 9,91%; também houve uma queda em importações, que em 2000 foram de 13,96% e em 2005 de 9,59%. Tem um comércio, muito mais diversificado do que o México, mas continua mantendo seu principal intercâmbio bilateral com Estados Unidos, 18,9% em exportação em 2005.

Os sistemas de integração ainda que desenvolvam instrumentos jurídicos e técnicos para o funcionamento do intercâmbio, não conseguem, todavia, cumprir os dois objetivos para os quais foram criados: o fortalecimento comercial interno e a inserção mundial da região em seu conjunto. Nesse último ponto, as capacidades particulares de cada nação são as que determinam sua inclusão no mercado mundial, como se observa no caso do Brasil. A economia brasileira vem se aproximando da economia mexicana, e no intercâmbio entre ambas, a vantagem do país sul-americano leva o próprio MERCOSUL a uma aproximação formal com o país do norte. A associação formal do México com o MERCOSUL fortalecera sem dúvida a liderança do SIR sul-americano, e isso significara para o México a procura de aumentar seu mercado com uma região da qual se manteve afastado.

Consideramos que a vantagem que o MERCOSUL pode ter em relação ao NAFTA, está na diversificação do intercâmbio comercial mundial. O NAFTA não significa para o México a projeção de sua economia em outras áreas do globo, foi, em realidade, a formalização em um convênio, da inércia subordinada que o México vem tendo com os Estados Unidos através da história, e que esta nação hegemônica tentaria repetir na escala continental com a assinatura da ALCA.

Os atores-agentes NAFTA e MERCOSUL têm respectivamente uma forma específica de desenvolver relações com os grupos sociais, especificamente com os trabalhadores. A CEPAL argumenta que a execução de políticas de comércio intra-regional, tem como objetivo superar o atraso econômico para, logo em seguida, melhorar as condições de vida das populações de nossa região. Nesse plano, também o sistema sul-americano apresentaria outra característica favorável. Sendo seu objetivo um nível mais ambicioso de associação regional, tem desenhado os rasgos gerais de uma política concreta dirigida á problemática laboral, que contrasta com o tratamento feito pelo NAFTA, onde o problema é excluído das mesas de negociações. A postura da Comissão de Livre Comércio e do Secretariado do NAFTA sobre a aprovação estadunidense do muro entre os Estados Unidos e o México, será fundamental para o futuro dos temas sociais no NAFTA.

Na comparação de ambos os SIR's, o MERCOSUL pode ser visto com simpatia por tentar fortalecer a identidade latino-americana e por ter objetivos sociais, porém, é um modelo também neoliberal. A formação de um MERCOSUL social e objetivo fundamentalmente dos Estados, agora com maior proeminência pela característica esquerdista dos regimes da Argentina, Brasil, Uruguai e a Venezuela - o novo sócio que levanta expectativas e incertezas. Este agente executivo no jogo geopolítico continental, através de seu discurso político e de seu desenho formal, teria características de se converter em modelo alternativo ao NAFTA, porém, continua sendo uma ferramenta do intercâmbio econômico-comercial, em que os atores impulsores do globalismo e as elites neoliberais se constituem em agentes que também dirigem suas políticas. Será interessante observar, no futuro, o resultado da interação entre os Estados e as elites econômicas, uns procurando desenvolver o modelo social do MERCOSUL e outros o modelo das diretrizes do Consenso de Washington.

Não podemos ser otimistas quanto aos resultados do desenvolvimento da integração regional, porque ela está dirigida ao desenvolvimento do comércio sob critérios neoliberais. Os agentes econômicos se guiam pelas normas, atitudes e expectativa do mercado, por valores de competitividade, de eficácia, de eficiência, e de produtividade, sendo mais evidentes no modelo pan-americano do NAFTA. As necessidades de crescimento econômico e de participação do comércio globalista se impõem sobre as demandas sociais. As políticas de abertura comercial têm significado crescimento da macroeconomia das regiões com maior tradição industrial e comercial – México, Brasil, Argentina, Chile – apesar disso, não se têm visto refletido nos níveis micro-econômicos de suas

populações e os países latino-americanos continuam na lógica de região periférica, ou seja, oferecem mão-de-obra suficiente, energéticos, produtos primários, e também possibilitam mercados para a inversão de produtos das empresas mundiais.

Há uma desvantagem dos valores públicos, de solidariedade de grêmio, tradição comunitária e dos bens públicos. À medida em que continuem desenvolvendo as redes opositoras, a integração subordinada será chave para que estes valores sejam recuperados. Mas a expectativa que provocam os movimentos opositores deve ser vista criticamente. Deve-se ter cuidado em não oferecer falsas saídas radicais com o pretexto de beneficiar os excluídos. Cair no binômio ricos contra pobres é fazer demagogia. Em uma realidade capitalista, as propostas não podem afetar atores que podem exercer sua participação no comércio mundial e regional sem prejudicar a sociedade, pelo contrário, incluir suas atividades para ajudar ao crescimento econômico. Na luta por uma integração inclusiva a proposta deve considerar os diferentes atores, promover seus encontros, sem deixar de insistir que os objetivos sociais sejam inseridos nos tratados, colocando como principal agente da integração um Estado democrático. Mas, a força desses movimentos está no resgate dos valores coletivos, na construção de uma nova forma de representação e na reivindicação das identidades, eixos dos modelos alternativos. E deve se apreender deles as formas de comunicação em rede que desenvolvem..

Concluimos afirmando que a integração pode ser analisada a partir da sua dimensão social, observando a interconexão entre seus atores-agentes participantes.

REFERÊNCIAS

AGUILAR CAMIN, Héctor, MEYER, Lorenzo. **A la sombra de la revolución mexicana**. 10 ed. México, DF: Cal y Arena, 1993, 343 p.

ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL. Documentos. Disponíveis em <http://www.asc-hsa.org>> Acesso em dezembro 2005

ALIMONDA, Héctor (Coord.) Integración: políticas y democracia. **Cuadernos de Nueva Sociedad**. Caracas, n. 2, Segundo Semestre. 1998. 345 p.

ALIMONDA, Héctor. Presentación. In: _____. Integración: políticas y democracia. **Cuadernos de Nueva Sociedad**. Caracas, n. 2, Segundo Semestre. 1998. p.5-13.

ALMEIDA, Rómulo. Reflexión acerca de la integración latinoamericana. In: URQUIDI, Victor; VEGA, Gustavo. **Unas y otras integraciones**. México, DF: Colmex/ FCE, 1991. 168-183

AMAYO, Enrique. Lima na história da América Latina. **PUC vivo**. Ano II – n. 7, p. 27-41, 1999

AMAYO, Enrique. Amazonia, Mercosur y las posibilidades de integración. In CONGRESO ALAS, 23. SIMPOSIUM ALTERNO: BRASIL E HISPANOAMÉRICA FRENTE A LA CRISIS GLOBALIZADA: RELACIONES, PROBLEMAS Y POSIBILIDADES, 2003, 4-7 nov., Universidad de San Agustín. Arequipa, 30 p.

AMIN, Samir. El futuro de la polarización global. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n. 134. p. 62-78. nov-dic.1994.

AMIN, Samir. Imperialismo y globalización. **La insignia**, Buenos Aires, 21 de junio 2001. Seção Cultura. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2001/junio/cul_067.htm> Acesso em: 17 mar. 2002.

AMIN, Samir, HOUTART, François (Org.) **Mundialização das Resistências**: O Estado das lutas 2003. São Paulo: Cortez, 2003. 406 p.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. 10 ed. São Paulo: UNESP, 2002, 353 p.

ASH, Timothy. O nascimento de pós-ocidente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 jan. 2005. Mais!, Caderno 671, p.4-5.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2002. Licencia de uso exclusivo para UNESP. Cópia impressa pelo sistema ABNT digital em 03/05/2004

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, maio 2003. Licencia de uso exclusivo para UNESP. Cópia impressa pelo sistema ABNT digital em 03/05/2004

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, maio 2003. Licencia de uso exclusivo para UNESP. Cópia impressa pelo sistema ABNT digital em 03/05/2004

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, maio 2002. Licencia de uso exclusivo para UNESP. Cópia impressa pelo sistema ABNT digital em 03/05/2004

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, ago. 2002. Licencia de uso exclusivo para UNESP. Cópia impressa pelo sistema ABNT digital em 03/05/2004

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, maio 2002. Licencia de uso exclusivo para UNESP. Cópia impressa pelo sistema ABNT digital em 03/05/2004

AYERBE, Luis Fernando. A Política externa dos Estados Unidos frente ao novo milênio: identidade cultural, interesse nacional e relações interamericanas. **Cenários**, Araraquara, n. 2. p.57-80, 2000.

AYERBE, Luis Fernando. A Política externa dos Estados Unidos nos Governos Clinton e Bush com a América Latina. Araraquara: FCLAR/UNESP, 2002, 28p.

A 12 días de elecciones legislativas, firma Bush la Ley de Valla Segura. **La Jornada**. México, DF, 26 out. Disponível em <http://www.lajornada.unam.mx> Acesso em 26 out. 2006

BALASSA, Bella. Á procura de uma Teoria de Integração Econômica. In: WIONCZEK, Miguel (Ed.) **A integração Econômica da América Latina**: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. p. 37-48.

BANCO MUNDIAL. Datos y estadísticas, datos por país, 1999, 2002 y 2003. Disponível em <http://www.devdata.worldbank.org/external> Acesso em 9 jul. 2005

BANCO MUNDIAL. Datos y estadísticas, datos por país, 2000, 2004 y 2005. Disponível em <http://www.devdata.worldbank.org/external>. Acesso em 15 out. 2006

BAUMANN, Renato. A geopolítica da Integração na América latina: uma perspectiva sul-americana. In: COSTA LIMA, Marcos (Org.) **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 455-471.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **La construcción social de la realidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 1997. 238 p.

BECK, Ulrich. **¿Qué es la globalización?**: falacias del Globalismo, respuestas a la globalización. Barcelona: Paidós, 1998. 224p.

BECK, Ulrich. **Un nuevo mundo feliz**: La precariedad del trabajo en la era de la globalización. Barcelona: Paidós, 2000. 270p.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. 1ra. Reimpressão. São Paulo: UNESP, 2001. 264 p.

BETANCOURT QUESADA Silvia. La industrialización latinoamericana: dependencia, deformación estructural y crisis In: **Economía y Desarrollo**. La Habana: Universidad de la Habana, 1988. p. 45-72.

BEYHAUT, Gustavo; BEYHAUT, Hélène. **América Latina III**: De la independencia a la Segunda Guerra Mundial. 4ta. Edición. México, DF: Siglo XXI. 1992. 295 p. (Colección Historia Universal Siglo XXI)

BOLIVAR, Simon. Carta de Jamaica. **Universidad**, Buenos Aires, n. 1. p. 5-24, 1996.

BONFIL BATALLA, Guillermo. **México profundo**: Una civilización negada. México, DF: Conaculta-Grijalvo. 1990, 250 p.
BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Indicadores e Estatísticas de Comercio exterior**. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br> secretaria de Comercio Exterior/Negociações internacionais>. Acesso em 24 de junho 2006.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Política Externa**. Disponível em: <http://www.mre.gov.br> política externa>. Acesso em 24 de junho 2006.

CALVA, José Luis. **Globalización y Bloques Económicos**: Realidades y Mitos. México, DF: Juan Pablos, 1995. 264p.

CAUDILLO, Gloria. La sexta declaración zapatista y la otra campaña. In FORUM SOCIAL MUNDIAL, 4, jan. 2006, Caracas. Ponencia. 17 p.

CASON, Jim; BROOKS, David. De Seattle al pentágono: impacto y presencia del EZLN en EU. **La jornada**, México, DF, 2 en. 2004 p45.

CASTAINGTS TEILLERY, Juan. Crisis del mito: crisis social. In GUTIERREZ GARZA, Esthela (Coord) **El Debate Nacional**. 4. Los Actores Sociales. México, DF: Diana / Universidad de Guadalajara, 1998. p. 33-52

CASTELLS. M. ¿Hacia el Estado red?: Globalización económica e instituciones políticas en la era de la información. In SEMINÁRIO SOBRE SOCIEDAD Y REFORMA DEL ESTADO, 26-28 de mar 1998, São Paulo: Ministério de administração e Reforma do Estado. 18 p.

CASTELLS, Manuel. **La era de la Información: Economía, Sociedad y Cultura**. Vol. II "El poder de la Identidad". México, DF: Siglo XXI, 1999a. 495 p.

CASTELLS, Manuel. **La era de la Información: Economía, Sociedad y Cultura**: Vol. III "Fin de Milenio". México, DF: Siglo XXI, 1999b. 446 p.

CASTELLS, Manuel. **La era de la Información: Economía, Sociedad y Cultura**. Vol. I "La sociedad red". 2da. Edición. México DF: Siglo XXI, 2000. 590 p.

CASTORIADIS, Cornelius. Para si e subjetividade In: PENA-VEGA, Alfredo; PINHEIRO, Elimar (Org.). **O pensar Complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. 3 ed. Brasília, DF. Garamond Universitaria: 1999. p.35-46.

CERDAS, Gerardo. Reforma del estado y sindicatos em América Latina. **Ser Humano y Trabajo**, San José, 2004. Disponível em <[http://www.sht.com.uy/archivo/mundo/reforma 2004](http://www.sht.com.uy/archivo/mundo/reforma%202004)> acesso em 17 jun. 2006

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA. **Transformación Productiva con equidad**. 3ra. Edición. Santiago: CEPAL, 1990. 185 p.

COSTA LIMA, Marcos (Org.) **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001. 471 p.

DI FILIPPO, Armando; FRANCO, Rolando. (Comp.) **Las dimensiones sociales de la integración regional en América Latina**. Santiago: CEPAL, 1999. 236 p.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA. **Anuario Estadístico 2003**. Primeira Parte. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico de América latina e O Caribe. I. Desenvolvimento Social e bem-estar. mar. 2004. Disponível em <<http://www.eclac.cl/publicaciones/estadisticas/htm>> Acesso em jul. 2005

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA. **Anuario Estadístico 2005**. Primer Capitulo. Estadísticas sociales de Poblacion y Trabajo. Disponível em <http://www.websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2005> Acesso em 19 abr. 2006.

DABAT, Alejandro. **El Mundo y las naciones**. México,DF: UNAM-CRIM, 1993. 231 p.

DE LA GARZA, Enrique. Neoliberalismo y Estado. In: LAURELL, Asa Cristina. **Estado y políticas Sociales en el Neoliberalismo**. México, DF: Fundación Friedrich Ebert, 1992, p. 59-73.

DI FILIPPO, Armando; FRANCO, Rolando. Aspectos sociales de la Integración Regional. In: _____ **Las dimensiones sociales de la integración regional en América Latina**. Santiago: CEPAL, 1999. p. 19-47 p.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio, MENDES, Ricardo. **Estados Unidos: a supremacia contestada**. São Paulo: Cortez, 2003, 150 p.

DUPAS, Gilberto, **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. 2da. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 241p.

DUPAS, Gilberto, **Atores e poderes na nova ordem global: Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. 2da. Edição. São Paulo: UNESP, 2005. 320p.

ERMIDA URIARTE, Oscar. Instituciones y relaciones laborales del MERCOSUR. In DI FILIPPO, Armando; FRANCO, Rolando. (Comp.) **Las dimensiones sociales de la integración regional en América Latina**. Santiago: CEPAL, 1999. p.103-120.

ESCOBAR LATAPI, Agustín (Coord). **La cuestión migratoria México-Estados Unidos: un enfoque binacional: Reporte Ejecutivo**. México, DF: Instituto Nacional de Migración, 2005. 30 p.

ESTAY REYNO, Jaime. Realidad y Retos de la Integración Económica Latinoamericana. Elementos para un Balance Crítico. In ENCuentro EN CIENCIAS SOCIALES, INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA, 5, 1991, Guadalajara. Feria internacional del libro. **Ciencias Sociales, Quinto Encuentro. Integración Latinoamericana**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1992 p. 185-205.

ESTAY REYNO, Jaime. La Globalización y sus significados. In: CALVA, José L.uis. **Globalización y Bloques Económicos: Realidades y Mitos**. México, DF: Juan Pablos, 1995. p. 156-184.

ESTAY RENO, Jaime. Pasado y presente de la integración económica latinoamericana. In: PRECIADO, Jaime, ROCHA, A.Iberto. **América Latina, realidad, virtualidad y utopía**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1997. p.105-124

EZLN. Declaración de la Selva Lacandona. Chiapas: 1994

FERRER, Aldo. El MERCOSUR. Entre el Consenso de Washington y la integración sustentable. In: ALIMONDA, Héctor (Coord.). Integración: políticas y democracia. **Cuadernos de Nueva Sociedad**. Caracas, n. 2, Segundo Semestre. 1998.. p.53-77

FOSTER, John Bellamy. Imperialism and "Empire" **Monthly review**, vol. 53, n7, p.1-9, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História de la sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FORO DE SAO PAULO, 1, 1990, São Paulo. **Declaración de São Paulo**. 4 jul. 1990, 2p.

FORO DE SAO PAULO, 2, 1991, México DF. **Declaración de México**. In **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 116 nov-dez . p. 117-120, 1991

FORO DE SAO PAULO, 6., 1996, San Salvador. **Documento Central del VI Encuentro del Foro de São Paulo**. 26-28 jul. 1996, 28p.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Carta de Princípios**. Disponível em <<http://www.forosocialmundial.org>> Acesso em jan. 2006

FRAMBES-BUXEDA, Aline. La Integración subordinada en América Latina. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 133 set-out. p.152-62, 1994.

FUENTES, Carlos. **El espejo enterrado**. 2da. Reimpresión. México, DF: Taurus, 2000, 590 p.

GALLINO, L.uciano. **Diccionario de sociología**. Madrid: Siglo XXI, 1995. 1,003 p.

GIDDENS, Anthony. **La Constitución de la sociedad: Bases para la Teoría de la Estructuración**. Buenos Aires: Amorroutu, 1998. 412p.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. 177p.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: Sexualidade, Amor & Erotismo nas sociedades modernas**. 4ª reimpressão. São Paulo: UNESP, 1993. 228 p.

GIDDENS, Anthony. **La tercera vía: La renovación de la socialdemocracia**. Madrid: Taurus, 1999. 198 p.

GIDDENS, Anthony. **Un mundo desbocado: Los efectos de la globalización en nuestras vidas**. Madrid: Taurus, 2000. 117p.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e violência**. São Paulo: EDUSP, 2001a. 374 p.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da Sociologia: Ensaios, interpretações e réplicas**. São Paulo: UNESP, 2001b. 393 p.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 233 p.

GÓMES, José María. **Política e Democracia em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: Voces, 2000. 188p.

GOMES, José María. **Ativismo transnacional e globalização contra- hegemônica: A propósito de Seattle, Porto Alegre e depois**. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2001 21p.

GONZÁLEZ CRAVINO, Santiago. Globalización, integración y cohesión social: el caso MERCOSUR. In: DI FILIPPO, Armando; FRANCO, Rolando (Comp.) **Las dimensiones sociales de la integración regional en América Latina**. Santiago: CEPAL, 1999, p. 49-66.

GRAMSCI, Antonio. **Excertos de Cadernos do Cárcere**. Vol.3. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000. p.235-36.

GRIEN, Raúl. **La integración económica como alternativa inédita para América Latina**. México, DF: FCE, 1994, 636 p.

GRISPUN, Ricardo; KREKLEWICH, Robert. Consolidación de las reformas neoliberales: el libre comercio como sistema condicionante. In ALIMONDA, Héctor (Coord.) Integración: políticas y democracia. **Cuadernos de Nueva Sociedad**. Caracas, n. 2, Segundo Semestre. 1998. p. 79-99.

GRUPO DE INVESTIGACIÓN SOBRE INTEGRACIÓN POLÍTICA REGIONAL EN AMÉRICA LATINA. **La dimensión político-institucional de la integración regional y subregional de América Latina y El Caribe**: estudio y antología de documentos oficiales. Guadalajara: U. de G. / CUCSH / DEI / DEILA, Junio 2002. 1 CD-ROM.

GUTIERREZ GARZA, Esthela. **El Debate Nacional**. 4. Los Actores Sociales. México, DF: Diana / Universidad de Guadalajara, 1998, 382 p.

GUTIERREZ, Manuel G. Globalización y nuevas contradicciones. In: CALVA, José Luis. **Globalización y Bloques Económicos**: Realidades y Mitos. México, DF: Juan Pablos, 1995.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 3ra Edição. Rio de Janeiro: Record, 2001. 501 p.

HELD, David. **La democracia y el orden global**: del Estado moderno al gobierno cosmopolita. 2ª edición. Barcelona: Paidós, 1999, 383p.

HELD, David; MC. GREW, Anthony. **Prós e contras da Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 107 p.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX, 1914-1991. 2ª. Edição. 18ª. Reimpresão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 598 p.

HUNTINGTON, Samuel P. **El choque de civilizaciones y la reconfiguración del Orden Mundial**. México, DF: Paidós, 1998.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 10a. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. 228 p.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 5ta. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. 256 p.

IANNI, Octavio. Sociologia do Terrorismo. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio, MENDES, Ricardo. **Estados Unidos: a supremacia contestada**. São Paulo: Cortez, 2003, 150 p.17-37

IGLESIAS, Enrique V. La difícil inserción internacional de América Latina. In: REYNA, José Luis. **América Latina a fines de siglo**. México, DF: FCE, 1995.

INSTITUTO BRASILEÑO DE GEOGRAFÍA Y ESTADÍSTICA. **Dados Geograficos**. Disponible en < [http:// www. ibge.gov.br/dados/htm](http://www.ibge.gov.br/dados/htm) > Acesso en 22 abr. 2005, 15:17:43.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA.. México. **Estadísticas**. Disponível em <http://www.inegi.gob.mx/estadísticas/> Acesso en 22 abril de 2005.

LAGROYE, Jaques. **Sociología Política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1994. 499 p.

LAURELL, Asa Cristina. **Estado y políticas Sociales en el Neoliberalismo**. México, DF: Fundación Friedrich Ebert, 1992, 230p.

LECHNER, Norbert. La política ya no es lo que fue. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, num. 144, p.104-113, julio-agosto 1996.

LESSA, Renato. A Invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: DE CARVALHO, Maria Alice. **República no Catete**. Rio de Janeiro. Museu da República. 2001. p.11-58.

LÉVY, Pierre. Manifiesto dos planetarios. In: _____. **A conexão planetária**: O mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: Editora 34. 2001. p. 15-50.

LIPSET, Seymour Martin. A novidade da nova nação. In: VANN WOODWARD. **Ensaio Comparativo sobre a História Americana**. São Paulo: Senac, 2000.p.76-85.

LOZA VÁZQUEZ, Martha. **La integración subordinada en América Latina**: la propuesta del Foro de São Paulo, oct. 1997. 247 f. Tesis (Maestría en Ciencias Sociales) universidad de Guadalajara, Guadalajara, 1997.

LUSTIG, Nora. Crisis de la deuda, crecimiento y desarrollo social en América Latina durante los años ochenta. In: REYNA, José Luis. **América Latina a fines de siglo**. México: FCE, 1995.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, democracia e integración**. Caracas: Nueva Sociedad, 1993.

MATSUSHITA, Hiroshi. El MERCOSUR y sus implicaciones sociopolíticas. In: ALIMONDA, Héctor (Coord.) Integración: políticas y democracia. **Cuadernos de Nueva Sociedad**. Caracas, n. 2, Segundo Semestre. 1998. p.275-307.

MAXWELL, Kenneth. Porque o Brasil é diferente? In MOTA, Carlos.Guilherme. **Viagem Incompleta**. São Paulo: Senac. 2002. p. 179-95.

MENDES, Ricardo. Apresentação. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio, MENDES, Ricardo. **Estados Unidos: a supremacia contestada**. São Paulo: Cortez, 2003, p.11-15

MERCADO COMUM DO SUL. **Declaração Sociolaboral**. Montevideu: Secretaria do MERCOSUL. 1998, 9p. Disponível em: <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em julho 2005.

MERCADO COMUM DO SUL. **Tratado de Assunção**. In ROCHA, Alberto. et. al. La Dimensión político institucional de la integración regional y subregional de América Latina y el caribe: 1980-2000, Antología de documentos oficiales. Guadalajara, Universidad de Guadalajara, jun.2002. 1 CD-ROM. Disponível também em: <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em junho 2004.

MERCADO COMUM DO SUL. **Protocolo de Brasília**. In ROCHA, Alberto. et. al. La Dimensión político institucional de la integración regional y subregional de América Latina y el caribe: 1980-2000, Antología de documentos oficiales. Guadalajara, Universidad de Guadalajara, jun.2002. 1 CD-ROM. Disponível também em: <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em junho 2004.

MERCADO COMUM DO SUL. **Protocolo de Ouro Preto**. In ROCHA, Alberto. et. al. La Dimensión político institucional de la integración regional y subregional de América Latina y el caribe: 1980-2000, Antología de documentos oficiales. Guadalajara, Universidad de Guadalajara, jun.2002. 1 CD-ROM. Disponível também em: <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em junho 2004.

MERCADO COMUM DO SUL. CMC. Decisão no. 18/05 de 19 de junho de 2005. Assunção. Dispõe sobre a Integração e o Funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul. **Diário oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 novembro 2006.

MERCADO COMUM DO SUL. XXX Reunião do CMC. **Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosur**. Rosário, 21 jul. 2006. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>> Acesso em 21 jul. 2006.

MÉXICO. Presidencia de la República. **Plan Nacional De Desarrollo 2001-2006**. México, DF: Documento dpf. 2001. Disponível em < <http://www.pnd.presidencia.gob.mx>> Acesso em 15 de junho 2006.

MÉXICO. Secretaría de Economía. **Impacto de los Acuerdos en el Comercio**. México, DF. Documento dpf. 2006a 15 p. Disponível em <<http://www.economia.gob.mx/NegociacionesComerciales/AcuerdosyNegociaciones>> Acesso em 27 de junho 2006

MÉXICO. Secretaría de Economía. **Relación de México con sus Socios Comerciales**. Documento dpf. 2006b 33 p. Disponível em <http://www.economia.gob.mx/NegociacionesComerciales/AcuerdosyNegociaciones>> Acesso em 27 de junho 2006

MÉXICO. Secretaría De Economía. **Tratados y Negociaciones**. 2006 Disponível em <<http://www.economia.gob.mx> Tratados e negociações Comerciais>. Acesso em 17 de junho 2006.

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre Normalidade e Desvio Social In: **Estudos de Sociologia**: revista do Dep. Sociologia / Pós-Graduação em Sociologia da UNESP, Araraquara, vol.13, outubro 2002.

MORSE, Richard M. **O espelho de próspero**: Cultura e ideais nas Américas. 3ra. Reimpresão. São Paulo: Companhia das letras, 2000. 190 p.

NEGRI, Antonio. A emancipação política en la constitución americana in _____ **O Poder Constituinte**: Ensaio sobre alternativas de la modernidade. Rio de Janeiro: DPA Editora. 2002, cap. IV

NIETZSCHE, Frederick. **Genealogía de la Moral**: Uma Polêmica. 4ª reimpressão, São Paulo: Companhia de las Letras. 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. **As possibilidades da política**: idéias para a reformedemocrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 305p.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. **Em defesa da Política**. São Paulo: Livre Pensar, 2001. 151p.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. La Sociedad civil como campo de luchas, como recurso gerencial y como espacio ético. **CLAD Reforma y Democracia**. Caracas, n. 25, p.63-86. feb. 2003.

NORTH AMERICAN FREE TRADE. Documento Constitutivo del Tratado de Libre Comercio entre Canadá, los Estados Unidos de América e los Estados Unidos Mexicanos. In **Diario Oficial de la Federación**, México DF. 20 de dic. de 1993a, 560 p. Disponível também em: <<http://www.economia.gob.mx>> Acesso em 20 out. 2004.

NORTH AMERICAN FREE TRADE. Acuerdo de Cooperación Laboral de América do Norte entre el gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, el gobierno de Canadá y el gobierno de los Estados Unidos de América. In **Diario Oficial de la Federación**. México, DF. 21 dic. 1993b. 25 p. Disponível também em : <http://www.stps.gob.mx/02_sub_trabajo/01_dgaj/aclan/p.df> Acesso em 13 nov. 2005.

NOVELO, Federico. Estado keynesiano y estado neoliberal In: LAURELL, Asa Cristina. **Estado y políticas Sociales en el Neoliberalismo**. México, DF: Fundación Friedrich Ebert, 1992, p. 43-58

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS. Sistema De Información De Comercio Exterior. **Tratado MERCOSUL-México**. Disponível em www.sice.oas.org. Aceso em 16 de junho de 2006.

PALACIOS, Guillermo. **Intimididades, conflictos y reconciliaciones. México y Brasil 1822-1993**. México, DF: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2001. 408 p.

PALMER, Richard. A revolução. In: VANN WOODWARD. **Ensaio Comparativos sobre a História Americana**. São Paulo: Senac, 2000. p. 58-75.

PISANI, Francis. A doutrina militar das redes. **Lê Mond Diplomatic Brasil**. São Paulo, jun 2002. Edições especiais.

PHILLIPS SHIVELY, W. **Introducción a las Ciencias Políticas**. 5ta. Edición. México, DF: Mc. Graw Hill, 1997. 409 p.

PINTO, Aníbal. **América Latina: una visión estructuralista**. México, DF: UNAM/ Facultad de Economía, 1991.

PRECIADO, Jaime, ROCHA, A.Iberto. **América Latina, realidad, virtualidad y utopía**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1997. 361p.

PRECIADO, Jaime. La geopolítica de las relaciones entre México y Estados Unidos. **Cenários**, Araraquara, n. 2. p.133-64, 2000.

PRECIADO, Jaime. Ni globalifílicos ni globalifóbicos, sino globalicríticos. **Interforum Revista Electrónica**, Santo Domingo, junio 2002. Disponível em <www.revistainterforum.com/espanol/articulos/021802artprin/html>. Acesso em 5 de outubro 2005.

PREVOST, Gary. Asuntos Interamericanos en los noventa: cumbres y libre comercio In: REDIR, **Anuario de integración Latinoamericana y Caribeña**. México: AUNA-Cuba / Morevellado ed., 2001. p. 69-74

RAMÍREZ SÁIZ, Juan; REGALADO, Jorge. Introducción. In GUTIERREZ GARZA, Esthela (Coord). **El Debate Nacional**. Vol. 4 "Los Actores Sociales". México D.F.: Diana / Universidad de Guadalajara, 1998, p. 11-29.

- RATTNER, Henrique (Org). **Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2000. 370 p.
- REDIR. **Anuario de integración Latinoamericana y Caribeña**. México, DF: AUNA-Cuba / Morevellado ed., 2001. p. 304
- REGUEIRO, Lourdes María. MERCOSUR 2001: ¿Crisis Coyuntural o existencial? In: REDIR, **Anuario de integración Latinoamericana y Caribeña**. México, DF: AUNA-Cuba / Morevellado ed., 2001.p. 33-43
- REYNA, José L.uis. **América Latina a fines de siglo**. México, DF: FCE, 1995.
- RITZER, George. **Teoría Sociológica Clásica**. Madrid, Mc. Graw-Hill, 1993.
- ROCHA, Alberto. América Latina en su laberinto: integración subregional, regional y continental. In PRECIADO, Jaime, ROCHA, A.lberto. **América Latina, realidad, virtualidad y utopía**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1997. p.171-218
- ROCHA, Alberto. Posicionamiento de América Latina y El Caribe ante el Área de Libre Comercio de las Américas In: REDIR, **Anuario de integración Latinoamericana y Caribeña**. México: AUNA-Cuba / Morevellado ed., 2001.p. 75-84
- ROCHA, Alberto. et. al. **La Dimensión político institucional de la integración regional y subregional de América Latina y el caribe**: 1980-2000, Antología de documentos oficiales. Guadalajara, Universidad de Guadalajara, jun.2002. 1 CD-ROM.
- ROCHA, Alberto. **Configuración política de un mundo nuevo**: Dimensiones políticas de lo global, lo suprarregional, lo posnacional y lo local. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2003, 365 p.
- SIPRO. Los Saldos de la Crisis. México, DF: Sistema de Información Procesada A.C.1995. 35 p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Democratizar a democracia**. Os caminhos da Democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 720 p.
- SAXE-FERNANDEZ, John. **La compra-venta de México**. México. DF: Plaza & Janés, 2002. 598 p.
- SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO . Secretaria Permanente. El “dumping social” La política social como política comercial. In COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA. FRANCO, A. e DI FILIPPO, A. (Coord.) **Las dimensiones sociales de la integración regional en América Latina**. Santiago: CEPAL, 1999. p. 81-101.
- SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO. **La nueva etapa de la Integración Regional**. México: FCE, 1992. p.165
- STAKHOVITCH, A. Unas y otras integraciones In URQUIDI, Victor, VEGA, Gustavo. **Unas y otras integraciones**. México, DF: Colmex/ FCE, 1991.
- TOURAINÉ, Alain. **¿Podremos vivir juntos?** La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global. México, DF: CFE, 1997. 335p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Normas para publicações da UNESP**: Preparação e Revisão de Textos. 7ª reimpressão. São Paulo: Coordenadoria Geral de Bibliotecas/ UNESP, 1994. Volume 3, 25 p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Normas para publicações da UNESP**: Dissertações e Teses. 7ª reimpressão. São Paulo:Coordenadoria Geral de Bibliotecas/ UNESP, 1994. Volume 4, 93 p.
- URQUIDI, Victor, VEGA, Gustavo. **Unas y otras integraciones**. México, DF: Colmex/ FCE, 1991.
- VACCHINO, Juan Mario. Esquemas Latinoamericanos de Integración: Problemas y Desarrollo, una aproximación general al tema. **Pensamiento Iberoamericano**, Madri, n 15, 1989
- VALENZUELA FEIJO, Juan. Aníbal Pinto: Un Clásico Latinoamericano. In PINTO, A. **América Latina: una visión estructuralista**. México, DF: UNAM/ Facultad de Economía, 1991.
- VALEZUELA, José Carlos. El estilo neoliberal y el caso mexicano. In LAURELL, Asa Cristina. **Estado y políticas Sociales en el Neoliberalismo**. México, DF: Fundación Friedrich Ebert, 1992, p. 9-42
- WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno Sistema Mundial**. Madrid, Siglo XXI, 1994.

WALLERSTAIN, Immanuel. La reestructuración capitalista y el sistema mundo. In: SOSA, Raquel (coord.) **América Latina y El Caribe: perspectivas de su reconstrucción**. México, DF: ALAS/UNAM, 1996, p. 69-85.

WANDERLEY, Luis Eduardo. ALCA: Um repto para as Américas. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio, MENDES, Ricardo. **Estados Unidos: a supremacia contestada**. São Paulo: Cortez, 2003, p.105-24

WEBER, Max. **Economía y Sociedad**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1977

WIARDA, Howard. Consenso logrado, consenso perdido. Desfases en la política estadounidense hacia América Latina en el final de siglo. In: ALIMONDA, Héctor (Coord.) Integración: políticas y democracia. **Cuadernos de Nueva Sociedad**. Caracas, n. 2, Segundo Semestre. 1998. p.39-52.

WIONCZEK, Miguel (Ed.) **A integração econômica da América Latina: experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. 340 p.

ZIZEK, S. A fortaleza América. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 nov. 2004. Mais!, Caderno 664, p.5-6.

GLOSSÁRIO

AÇÃO. Conduta que se move por uma intenção clara de obrar dessa maneira, ou seja, há um processo reflexivo do ator o agente sobre a atuação que desenvolve (GIDDENS, 1998, p. 45)

AÇÃO CONCRETA. Fatos manifestos das atividades do ator, aquelas atos reconhecidos por ele mesmo e os outros registrados externamente.

AÇÃO POLÍTICA. Desde a sociologia, a conduta relacionada ao governo de uma sociedade em conjunto; os atos que pretendem organizar e dirigir a vida em sociedade (LAGROYE, 1994, p. 21)

AGENTE. Ator que compreende e participa em um processo social com a capacidade de gerar mudanças (GIDDENS, 1998, p.39-75).

ATOES COLECTIVOS. Sujeitos que se conduzem de maneira associada, seja sua união constituída voluntariamente ou por intermediação de estruturas. Realizam atos externamente observáveis e criam regras internas para conseguir resultados. (GALLINO, 1995, p. 178-180; 168-170, 51-56)

ATOR SOCIAL. Sujeito que exerce sua ação motivada pelo contexto social e age considerando as conseqüências coletivas de seu proceder. Mantém fins determinados, o seja, tem um comportamento racional (GIDDENS, 1998, p.39-75).

CULTURA. Marcos de uma identidade primaria geral mantida no tempo e no espaço. Se considera que essa identidade é também produto de uma dialética que vai nutrindo os registros originais.

CONDUTA ESTRATÉGICA. Estudo de como os agentes reflexionam sobre sua ação e como aplicam recursos para viver e modificar a instituição (GIDDENS, 1998, capítulo 6, p. 313-314). Em outras palavras, é o comportamento público do ator que mostra a capacidade de calcular as possibilidades da sua ação e as habilidades para dirigir seus objetivos.

CONTEXTO. É o resultado das relações sociais de todos os atores identificados com a integração regional; um conjunto de acontecimentos relacionados diretamente às ações de atores específicos que se manifesta como um cenário múltiplo vindo dos vários níveis da participação dos atores totais.

DEMODIVERSIDADE. Coexistência pacífica ou conflituosa de diferentes modelos e praticas democráticas (SANTOS, 2002, p. 71).

DUALISMO. Corrente acadêmica hegemônica nos anos sessenta que se sustenta na diferenciação às vezes irreconciliável entre as sociedades, tanto ao interior dos Estados como entre eles. Constroem-se categorias sustentadas em divisões fixas de sociedade, como desenvolvidas e subdesenvolvidas; pré-capitalistas e capitalistas, retrasadas e avançadas, tradicionais e modernas.

ESTADOS ASSOCIADOS. Países não membros dos SIR's mas têm aceso privilegiado nele e potencialmente poderão se tornar membros.

ESTADOS MEMBROS. Atores que conformam os Sistemas de Integração Regional.

ESTADO POPULISTA. Forma histórica que o Estado nacional na América Latina desenvolveu com características particulares em cada nação; a época histórica também é diferenciada, mas, em geral, foi desenvolvido aproximadamente nos anos quarenta, e fortalecido após a segunda guerra. Suas características principais: a) interventor da economia; b) baseado em acordos "Inter-setoriais", a dizer, procurando negociações entre padrões e operários, camponeses e trabalhadores em general; c) liderança política demagógica, se apoiando numa retórica de aliança com as classes populares; d) autoritário e repressivo dos não participantes ou os que saíam do pacto; e) comandado por elites político-econômicas de marcada dependência a determinações de países industrializados, sobre todo dos Estados Unidos, e f) impulsionador da política substitutiva de importações. A decadência desta forma estadual se evidencia na década dos anos oitenta.

GEOECONOMÍA Características econômicas decisórias do jogo internacional que acompanham os critérios das estratégias territoriais; têm um papel cada vez mais decisivo na hegemonia mundial tanto de nações, blocos, empresas ou instituições financeiras.

GEOPOLÍTICA. Dinâmica das negociações que se estabelecem entre países devido à influência da posição geográfica, o tamanho do território nacional e o acesso a certos recursos que definem as prioridades externas e os critérios de status e poder. (PRECIADO, 2000, p.135-136)

GLOBALIZAÇÃO. Processo que inicia nas dinâmicas econômicas, se expande como produto de relações geopolíticas, em um jogo de agentes mundiais que emergem desde suas singularidades culturais e conseguem criar espaços comuns. (BECK, 1998). Seria um processo formado da interação entre os sujeitos em uma escala mundial cujas práticas manifestam *tendências* à globalidade que se fazem evidentes em certos espaços mais que em outros. É um conceito que não pode ser monopolizado pela prática exclusiva de só um grupo, ou uma só atividade, por consequência é factível ser acompanhado de adjetivos: globalização econômica (globalismo), globalização cultural (glocalização), globalização política, globalização social, globalização ambiental, etc.

GRUPOS DE INTERESSE. São grupos organizados pela sociedade civil para estabelecer correspondência com o Estado e conseguir que desenvolva políticas favoráveis a eles. (PHILLIPS, 1997, p. 243). Sua organização é através de partidos e sindicatos, mas também fazem acordos com os grupos de poder sem mediação. Os grupos mais novos organizam movimentos de identidade cultural usando a tecnologia das comunicações como meio de interconexão e instrumento de luta.

HEGEMONIA. Luta entre grupos de uma sociedade política organizada (embora no privada de conflitos internos), para fazer prevalecer sua visão do mundo e obter poder (GRAMSCI, 2000, p.235-236)

IDENTIDADE. A auto-imagem do ator construída por ele mesmo, tendo como referente aos demais; cria também um imaginário, feito dos conhecimentos e valores das estruturas sociais onde vive, projetado para se mesmo ou os outros. A identidade surge da intermediação de binômios dialéticos do subjetivo/objetivo e individual/coletivo e é produto da interseção entre passado/presente. Significa também a identificação do ator respeito a sua procedência imediata (de raça, gênero, religião, etc.) e respeito a seu papel na estrutura social (posicionamento econômico, de classe, de interesse, etc.) cuja análise se complementam na definição de seus comportamentos políticos.

IMAGINÁRIO. Conjunto mais ou menos articulado de elementos cognoscitivos e valorativos com os quais os membros de uma sociedade, ou parte de ela, representam para si mesmos, e às vezes para os outros, as estruturas fundamentais da sociedade na qual vivem. (GALLINO, 1995, p. 512)

INGRESSO NACIONAL BRUTO. Antes Produto Nacional Bruto PNB, é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em determinado período de tempo. As siglas em inglês, como referidas nas estatísticas do BM são **GNI**: Gross National Income, antes de 2004 referido como **GNP**: Gross National Product

INSTITUIÇÕES. Práticas rotineiras que os atores repetem com o objetivo de se adaptar ao contexto espacial e temporal no qual vivem. Estes comportamentos rotineiros terminam criando normas, códigos e leis. (GIDDENS, 1998, 53-54; 64-69).

MÉTODO TRANSDISCIPLINAR: Etapa superior da metodologia na qual existem relações ou reciprocidades entre os conteúdos e a abordagem do tema é num plano total, sem fronteiras entre as disciplinas. (DUARTE, 1995).

MODERNIDADE. Estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. (GIDDENS, 1991, p. 11)

PARTES. Termo jurídico-instrumental que designam aos Estados que formam os SIR.

PRÁTICAS. Ações dirigidas a fins estabelecidos, que desenvolvem procedimentos determinados e constituem pautas para se reproduzir habitualmente.

PRODUTO INTERNO BRUTO. Valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos pelos residentes permanentes de uma nação em determinado período de tempo. As siglas em inglês, como referidas nas estatísticas do BM são **GDP**: Gross Domestic Product

RELAÇÕES SOCIAIS. Conexões, interdependências de sujeitos individuais ou coletivos, vinculados por uma condição comum, agindo de determinados modos e gerando a exclusão de outros, sejam induzidos ou com consciência do nexo existente entre eles (GALLINO 1995, p.752)

SENTIDO. Identificação simbólica que os atores sociais têm do objetivo de sua ação (CASTELLS, 1999a, p.29).

SISTEMA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL. Marco institucional formado a partir de códigos ou tratados comerciais para organizar normas reguladoras, mediadoras e de solução entre Estados assinantes, criam zonas onde se adotam critérios comuns, fundamentalmente para o comércio entre países que compartilham características mínimas, sejam geográficas ou de interesses recíprocos. Tentam ser estruturas supra-nacionais para mediar interesses entre países e grupos econômicos.

SOCIABILIDADE. Disposição genérica dos seres humanos para estabelecer entre si qualquer relacionamento sobre a base de necessidades e interesses, seja organizada ou espontânea; solidária ou conflitiva; instrumental ou gratificante. Pode ter, segundo a aproximação que trate, uma manifestação concreta sob formas como grupo, associação, comunidade, massa. (GALLINO, 1995, p.798). Também se entenderia como a rede de relações estabelecidas entre os seres humanos que convivem num espaço determinado e as maneiras que assumem para solucionar os problemas referentes à vida cotidiana, e assim satisfazer necessidades correspondentes a espaços mais complexos; o resultado é a criação de um conjunto de práticas simbólicas, políticas, econômicas e legais que são a essência das instituições e suas mudanças (BERGER E LUKMAN, 1997), (GIDDENS, 1994)

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO ou SOCIEDADE EM REDE. Estrutura social específica ligada à ascensão do paradigma informacional, que permite às funções e processos dominantes se organizar em rede; as redes de informação constituem a nova morfologia social; a expansão da sua lógica de enlace modifica substancialmente a operação e os resultados dos processos de produção, a experiência, o poder e a cultura (CASTELLS, 1999, 2000)

SOCIEDADE EMERGENTE. Rede de relações sociais manifestadas no marco do Estado nacional, porém só gerada em aqueles onde convergem novos e tradicionais parâmetros de relacionamento. Nela se tem perdido força a ação coletiva de atores sociais que mediavam com o Estado, sindicatos e partidos políticos; se desfazem instituições históricas, – por exemplo, trabalho e família tradicionais; a mediação das instituições estatais nacionais é cada vez menos eficaz - como o esgotamento das políticas sociais assistencialistas-, e se constroem novos símbolos e comportamentos sociais a partir da saída pública de assuntos antes mantidos no privado - como gênero, etnia, sexualidade, religiosidade-, agora reivindicados no âmbito global (LOZA, 2002, p. 5-6)

SOCIEDADE ORGANIZACIONAL. Sociedade de gestão sistêmica e tecnocrática que serve de legitimação e referência aos direitos da pessoa e, portanto, define uma liberdade de maneira totalmente privada; reduz-se ao exercício pragmático do controle e da influência e a referência à cidadania fica na participação nas eleições, numa sociedade de massa totalmente aberta à propaganda e amplamente entregue às solicitações mercantis e às modas. (DUPAS, 2005, p. 45)

SUJEITO. São os participantes em geral da interação social. Aqueles indivíduos que obram humanamente, seja como resposta reativa ou com intenção de obrar de uma maneira determinada (GIDDENS, 1998, p. 45). Podemos dizer que é o universo mais amplo que envolve aos que sentem os resultados da ação social e os que participam na sua geração.

ANEXO A - QUADROS DESCRIPTIVOS DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES SOCIO-POLÍTICAS²⁴⁰

Tabela 13-Aspectos Gerais

O QUE SE PERDE?	O que se apresenta?	Significados e Consequências
Economia e Política pensadas através do Estado Nacional	Globalismo e Globalização ²⁴¹	TRANSFORMAÇÃO DA POLÍTICA: mudanças paulatinas na organização social, nas concepções e na participação.
Sistema Mundial Bipolar	Economia Capitalista Neoliberal	Mudanças não radicais, por etapas, com maior ou menor ênfase segundo a dinâmica social.
Clima Cultural Coletivo	Clima Cultural Individualista	Perigos e expectativas

Tabela 14-Nova Complexidade Social

O QUE SE PERDE?	O que se apresenta?	Significados e Consequências
Ordem hierárquica de classes e status sociais.	Múltiplos papéis sociais dirigidos segundo as funções dos subsistemas econômico, político, social, cultural, legal, etc.	QUESTIONAMENTO DO ESTADO e por consequência da própria política como requerimentos de representação e coordenação da sociedade
Princípios universais e crenças coletivas como eixos de identidade.	Pluralidade de espaços autônomos normalizados por critérios contingentes e flexíveis.	A política como espaço social perde sua centralidade
Unidade social e sentido de se própria.	Múltiplas lógicas específicas	Cada espaço possui ritmo e lógica próprios

Tabela 15-Sociedade de Mercado e Nova Sociabilidade

O QUE SE PERDE?	O que se apresenta?	Significados e Consequências
Tradição comunitária ao redor de âmbitos e bens públicos	Sociedade modulada pelas normas, atitudes e expectativas do mercado.	REDEFINIÇÃO DE CIDADANIA abarcando o público e o privado.
Princípios como amor, solidariedade e amizade relegadas ao âmbito do privado.	Dinheiro, competitividade, eficiência, produtividade, se transladam do mercado ao âmbito dos valores públicos.	Cultura étnica, identidade sexual, prescrições religiosas, são identificações cidadãs.
Soterramento ao âmbito privado dos assuntos de gênero, etnia, sexualidade, direitos privados e religiosidade.	Dimensão política da vida cotidiana	Coletividade dos valores de mercado

²⁴⁰ Todas as tabelas de este anexo foram elaboradas por Martha G. Loza Vázquez.

²⁴¹ Lechner não faz a distinção entre globalização e globalismo; nos colocamos a distinção seguindo a lógica da parte 3.

Tabela 16-Novo Relacionamento entre Estado e Sociedade

O QUE SE PERDE?	O que se apresenta?	Significados e Consequências
Estadismo: a) interventor da economia, b) eixo regulador da política social segundo instituições fixas, c) inibidor da cidadania. Integração social dirigida pelo Estado	Anti-estadismo, liberdade de mercado, redução de empresas públicas, descentralização, desburocratização, racionalização da gestão pública Facilitador da competitividade do país no mercado mundial	DESMANTELAMENTO DO ESTADO porque toda decisão pública se encontra "sobre-determinada" pelo impacto econômico

Tabela 17-Novos Processos de Comunicação

O QUE SE PERDE?	O que se apresenta?	Significados e Consequências
Preeminência da palavra, os grandes relatos e discursos políticos. Competição pela idéia, deliberação cidadã. Pertencimento, limites estabelecidos, enraizamento. Tempo preciso para o aprendizado e a maturidade das idéias.	Cultura da imagem Competição pela imagem, venda do político. Novos horizontes, novas opções. Precipitação nas opiniões que dependem do imediato	ALTERAÇÃO DA IDÉIA DA POLÍTICA baseada na ilustração da decomposição das chaves com as quais o mundo era interpretado Faz-se difícil a conformação de um sentido comum, ou seja, do consenso pelo qual se podem afrontar os desafios do futuro.

Tabela 18-Novas Incertezas

O QUE SE PERDE?	O que se apresenta?	Significados e Consequências
Certezas, agir com segurança segundo "o que já foi e pode ter sido" Valores, hábitos: religiosos tradicionais, normas obrigatórias. Demanda de Cambio Social (esperança por o novo) Demandas de Liberdades coletivas (a liberdade não é só um assunto individual)	Desamparo geral Fanatismos às verdades naturais, ecletismo religioso, concertos relativos como ancora de solução. Demanda de Estabilidade (assegurar o perdurável no tempo) Demanda de Segurança (suspeita de forças escuras)	INCERTIDÃO GERAL que demanda soluções não políticas, sem consenso, nem diálogo ou negociação. A democracia perde sentidos originais

Norbert Lechner, La política ya no es lo que fue. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, num. 144, p. 104-13, Julho-Agosto 1996.

ANEXO B - SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA.²⁴²

REGIONAIS.

Tabela 19-ALALC.

Associação Latino-Americana De Livre Comercio ALALC	
Membros	Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Perú, Uruguai e Venezuela.
Fundação	18 de fevereiro de 1960. <i>Tratado de Montevideu</i>
Institucionalidade	Comitê das Partes Contratantes; Conselho de Ministros; Comitê Executivo Permanente, Secretaria Executiva, Conselhos Consultivos.
Objetivos	Lograr inicialmente uma Área de Preferências Econômicas para chegar à meta de criar um Mercado Comum (aec)
Características	Instancia geral que dá impulso as iniciativas regionais; projeto que ao término de doze anos lograria liberar o essencial do intercambio intrazonal.

Fontes: GIIPRAL; Grien, 1994, p.247-64

Tabela 20-ALADI.

Associação Latino-Americana de Integração ALADI	
Membros	Todos os países membros dos SIR regionais
Fundação	12 de agosto de 1980 <i>Segundo Tratado de Montevideu</i>
Institucionalidade	Conselho de Ministros de Relações exteriores Conferencia de Avaliação e Convergência, Comitê de Representantes, Secretaria Geral
Objetivos	Re-fundação da ALALC para as novas necessidades de coordenação entre todos os sistemas sub-regionais para conseguir de forma progressiva um Mercado Comum Latino-americano (aec)
Características	Classifica a seus membros em três categorias: Países de Menor Desenvolvimento Relativo; Países de Intermédio Desenvolvimento e os Outros países, baseando nessa lógica seus princípios de “não reciprocidade” e “cooperação comunitária”, que por sua vez outorga sentido ao mecanismo de Sistema de Preferências. Apóiam-se fundamentalmente nos mesmos princípios da sua antecessora, porém eliminando os prazos rigorosos e flexibilizando os acordos, inclusive chegou a usar a troca como instrumento simples de integração por seu fácil acesso e regulamentação. Nessa flexibilização, a ALADI foi por momentos, registradora de acordos bilaterais, devido ao enfraquecimento dos planos gerais.

Fontes: GIIPRAL; Estay, 1992, p. 11-5; Grien, 1994, p.264-82.

SUB-REGIONAIS

Tabela 21-MCCA.

Mercado Comum Centroamericano MCCA	
Membros	Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica.
Fundação	13 de dezembro de 1960. <i>Tratado de Manágua</i> .
Institucionalidade	Um dos mais complexos, com perto de 50 organismos para seu funcionamento. Os mais importantes foram o Conselho Econômico Centroamericano, Conselho Executivo, Secretária Permanente e Secretária de Integração Econômica Centro Americana SIECA

²⁴² Todas as tabelas de este anexo foram elaboradas por Martha G. Loza Vázquez

Objetivos	O primeiro objetivo era lograr a União Aduaneira e depois chegar ao Mercado Comum (aec). Nesse contexto foi firmada a Carta da Associação de Estados Centroamericanos ODECA (12/12/1962)
Características	Foi o primeiro esquema regional a ser formado, contemporâneo da CEE. Considerava que a tradição de unidade centroamericana permitiria agilizar o caminho, assim se planejou que as tarifas fossem eliminadas rapidamente. Embora ter sido um SIR que cresceu aceleradamente nos seus primeiros anos, logrando se colocar como exemplo, o problema foi que não foi capaz de sustentar seu crescimento –além do grave endividamento e a violência social e política da região, desatendeu a distribuição equitativa dos benefícios do comércio segundo os distintos graus de desenvolvimento de seus membros, além priorizou a atividade industrial e comercial por cima da coordenação de políticas sociais.

Fontes: GIIPRAL; Grien, 1994, p.283-315

Tabela 22-CARICOM.

Caribbean Community Caribbean Common Market (CARICOM)	
Membros	Antigua-Barbuda-Redonda, Barbados, Guiana, Trinidad e Tobago, Jamaica, Dominica, Granada, San Cristobal- Saint Kitts Nevis-Anguila, Santa Lucia, San Vicente, Montserrat, Belize, Barlovento e Sotavento
Fundação	1 de maio de 1968 <i>Tratado de Saint John</i> ; 4 de Julho de 1973 <i>Tratado de Chaguaramas</i>
Institucionalidade	Também com uma organização administrativa ampla e complexa, este SIR conta com uma serie de instituições associadas, desde a universidade das Índias Ocidentais até a Companhia Marítima das Antilhas.
Objetivos	Inicialmente se intentou estabelecer a união aduaneira para posteriormente alcançar o Mercado Comum (aec)
Características	Reúne a países de língua inglesa que desde antes da formação da ALALC e o MCCA tinham estabelecido ia uma serie de acordos facilitados por pertencer à ordem colonial do Commonwealth. Lograram uma Zona de Livre Comercio, o 1 de maio de 1968, conhecido como CARIFTA, Associação de Livre Comercio do Caribe. As circunstancias políticas da pós-independência de vários dos países, fazem que o Acordo de Saint John (Antigua) e outros se ratifiquem em Chaguaramas (Trindade e Tobago), além ampliado a buscar uma União Aduaneira.

Fontes:GIIPRAL; Grien, 1994, p. 198-202

Tabela 23-GRAN.

Grupo Andino GRAN	
Membros	Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela
Fundação	26 de maio de 1969 surge o <i>Tratado de Cartagema</i>
Institucionalidade	Comissão de Ministros, Junta Técnica
Objetivos	Zona de Livre Comercio
Características	A cooperação regional resultou benéfica para seus membros porque o comércio intra-zonal conseguiu crescer consideravelmente. As experiências acumuladas permitiriam que o GA fora o projeto mais elaborado e preciso, embora não se logro obter a Tarifa Externa Comum, em certos momentos o GA logro coordenar a produção industrial –metal-mecânica e petroquímica- e a planificação econômica. Também pode obter regulamentos comuns em assuntos fiscais e investimentos estrangeiros. A Venezuela ainda participar desde as primeiras negociações em 1966, se incorporaria até 1973. Chile por sua parte se retirou da GRAN em 1976, porque sua política de investimento estrangeira (de precoces linhas neoliberais), se opôs ao protecionismo da Associação.

Fontes:GIIPRAL, Grien, 1994, p.202-5, Frambes, 1994, p.154

ANEXO C - SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO DA SEGUNDA ETAPA (Ou de Nova Geração)²⁴³

REGIONAIS.

Tabela 24-ALADI.

Associação Latino-americana de Integração ALADI	
Membros	Todos os países membros dos SIR regionais
Fundação	12 de agosto de 1980 <i>Segundo Tratado de Montevideu</i>
Institucionalidade	Conselho de Ministros de Relações exteriores, Conferencia de Avaliação e Convergência, Comitê de Representantes, Secretária Geral
Objetivos	Re-fundação da ALALC para as novas necessidades de coordenação entre todos os sistemas sub-regionais para lograr de forma progressiva um Mercado Comum Latino-americano (aec)
Características	O maior problema que tem enfrentado a ALADI desde sua formação, é que ainda os múltiplos esforços por impulsionar o comércio intra-regional, a prioridade dos países por negociar fora das regiões é forte, inércia que impede à ALADI de cumprir seus objetivos. Para as negociações frente ao ALCA, considera que o fortalecimento de cada SIR permitirá uma melhor negociação, devendo preservar o sistema de preferências.

Fontes: GIIPRAL; Estay, 1992, p. 11-5; Grien, 1994, p.264-82.

Tabela 25-ALCA em negociação.

Área de Livre Comércio das Américas ALCA	
Membros	Todos os países de América, exceto Cuba
Fundação	Dezembro, Proposta de formação I Cúpula das Américas
Institucionalidade	Comitê de Negociações Comerciais (CNC) nove grupos de negociação - Acesso a Mercados; Agricultura; Serviços; Investimentos; Compras Governamentais; Solução de Controvérsias; Direitos de Propriedade Intelectual; Subsídios, Antidumping e Medidas Compensatórias; e Políticas de Concorrência - e em três instâncias não negociadoras - Grupo Consultivo sobre Economias Menores; Comitê de Representantes Governamentais sobre a participação da Sociedade Civil; e Comitê Conjunto de Especialistas do Governo e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico
Objetivos	Eliminação das barreiras ao comércio e aos investimentos na região
Características	E o plano mais ambicioso do projeto pan-americano estadunidense dirigido a América que pretende estabelecer uma ZLC no nível continental. Em outro sentido constitui a expansão do modelo NAFTA. Proposto durante a I Cúpula das Américas em dezembro de 1994, na cidade de Miami, na presença dos Chefes de Estado e de Governo de 34 países do hemisfério. O plano pretendeu se consolidar em 2005, mas a complexidade nas negociações entre os governos da região e a franca oposição ao projeto, que criou um Movimento Contra a ALCA, impediu realizar a meta. Por enquanto as negociações continuam. Tem sido realizadas seis reuniões ministeriais: em 1995, em Denver nos Estados Unidos; em 1996, em Cartagena na Colômbia. Em Belo Horizonte, Brasil em 1997; em março de 1998, em São José da Costa Rica; em novembro de 1999, em Toronto, Canadá e Buenos Aires Argentina, em 2001. Na quarta reunião ministerial, marcou o final da fase preparatória e o início efetivo das negociações. Foi criado o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), reunido pela primeira vez em Buenos Aires, abril de 1998. Na Segunda Cúpula das Américas, abril de 1998, se avaliou o estágio das negociações comerciais, medidas de facilitação de negócios –com limite no ano 2000-, e outros temas de interesse hemisférico, recordando que as negociações deveriam estar concluídas até 2005. Têm sido adotadas 18 medidas de facilitação de negócios. As discussões da ALCA desenvolvem-se em nove grupos de

²⁴³ Elaboração: Martha G. Loza Vázquez.

	negociação. Para estabelecer interação com órgãos governamentais, entidades sindicais e patronais e com a sociedade em geral. O MERCOSUL e a CAN pretendem que os acordos na ALCA sejam por consenso, gradual, simultânea e equilibrada, porém sem prejudicar a consolidação e aprofundamento dos SIR Mercosul. Países como o México e o SICA, tem aceitado entrarem quase sem questionamentos à ALCA, provocando certos protestos de empresários sobre a flexibilidade com que a ALCA se negocia, contrariamente as difíceis condições com que negociaram o NAFTA.
--	---

Fonte: Governo do Brasil, Ministério de Relações Exteriores, disponível em <<http://www.mre.gov.br>> política externa/ALCA aceso em 27/06/2006

SUB-REGIONAIS. Re-estruturados

Tabela 26-CARICOM.

Caribbean Community/ Caribbean Common Market CARICOM	
Membros	Antigua, Bahamas, Barbados, Belice, Dominica, Grenada, Guiana, Jamaica, Montserrat, Sant.Kitts-Nevis-Anguilla, Santa.Lucia, San Vicente, Trindade e Tobago.
Re-Fundação	Re-estruturação do sistema o 7 de julho de 1989, <i>Declaração do Grande Anse</i> ; Re-estruturação da Comunidade do Caribe o 4 de julho 1997, <i>Declaração de Montego Bai</i> e re-estruturação do MCC o 27 de outubro de 1999, <i>Consenso de Chaguaramas</i> que modifica o <i>Protocolo II</i>
Institucionalidade	Conferencia de chefes de Governo; Conselho Comunitário de Ministros; Conselhos Ministeriais; Corte Caribenha de Justiça; Secretaria Comunitária; Instituições da Comunidade e Instituições associadas.
Objetivos	Criar a Comunidade do Caribe e o Mercado Comum do Caribe. Começando por uma união aduaneira (aec) até chegar ao mercado comum. Ampliação das políticas de integração para a área social e política.
Características	Tem desenvolvido atividades de fortalecimento interno em vista da proposta do ALCA. Conseguiu certo acordo para negociar em conjunto sua participação, embora entre os países que conformam a Organização de Estados do Caribe Oriental OECO , os que têm mais desenvolvimento (Barbados, Guiana, Jamaica, Suriname e Trindade e Tobago) se inclinam por participar, enquanto as economias mais fracas não querem entrar na negociação. O CARICOM tem possibilidades de continuar fortalecendo-se, não entanto sua vinculação com EEUU seja forte pela assinatura da Iniciativa da Bacia do Caribe ICC , e com Canadá pelo programa CARIBCAN .

Fontes: GIIPRAL; Rocha, 2002, p.78-9

Tabela 27-SICA/Ex MCCA

Sistema de Integração Centroamericano SICA Ex MCCA	
Membros	Membros originais de ODECA e Panamá por primeira vez.
Re-Fundação	13 de dezembro de 1991. <i>Protocolo de Tegucigalpa</i> que modifica a carta da ODECA
Institucionalidade	Reunião de Presidentes; Conselho de Ministros; Comitê Executivo e Secretária Geral
Objetivos	O objetivo fundamental é a integração de Centroamérica, para constituir primeiro uma união econômica e fortalecer o sistema financeiro centroamericano; criar-se-ia assim um bloco econômico para se inserir na economia internacional. Também a integração se busca para consolidar a democracia, concretizar um novo modelo de seguridade regional e alcançar um sistema regional de bem-estar e justiça econômica e social.
Características	Panamá se incorpora às iniciativas centroamericanas pela primeira vez. Com a iniciativa para formar a Aliança para o Desenvolvimento Sustentável Centroamericano ALIDES , o SICA busca se fortalecer ao interior e participar como grupo na região mesoamericana diante ao ALCA. Não obstante, na prática os governos da região priorizam as relações com outras regiões. A assinatura de Honduras e El Salvador para formar o TLC-Triangulo do Norte com México, sua participação no Plano Puebla-Panamá, os tratados bilaterais de Costa Rica e Nicarágua respectivamente com México, coloca em perigo a estabilidade do SICA; sobre tudo é o risco de ser absorvido pelo panamericanismo devido a seu total apoio ao ALCA, o estreito nexos com EEUU mediante a ICC e um possível TLC; igualmente se pretende assinar outro tratado com Canadá, com o qual se tem forte relacionamento através do CARIBCAN.

Fontes: GIIPRAL; Rocha, 2002, p. 79-80

Tabela 28-CAN/Ex GRAN

Comunidade Andina de Nações CAN Ex GRAN	
Membros	Bolívia, Colômbia, Equador, Perú e Venezuela
Re-Fundação	10 de marzo de 1996 <i>Protocolo de Trujillo</i> que modifica ao <i>Acordo de Cartagena</i>
Institucionalidade	A CAN se materializa através do Sistema Andino de Integração, cujos principais instituições são: Conselho Presidencial Andino; Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores; Comissão da Comunidade Andina; Secretária Geral; Tribunal de Justiça; Parlamento Andino; Conselhos Consultivos: Empresarial e de trabalho.
Objetivos	criar a Comunidade Andina e o Sistema Andino de Integração SAI; promover o desenvolvimento equilibrado mediante a integração e a cooperação econômica e social; harmonização gradual de políticas econômicas e sociais e aproximação das legislações nacionais; integração industrial; liberação do intercâmbio; Tarifa Externa Comum, cuja etapa previa será a Tarifa Externa Mínima Comum; desenvolvimento agropecuário e agroindustrial; financiamento das investimentos; integração física; e tratamentos preferenciais de Bolívia e Equador. Como complemento: ações externas comuns no campo econômico; programas científicos e tecnológicos, de turismo, de serviços e de desenvolvimento social; ações na integração fronteiriça, no aproveitamento e conservação dos recursos naturais e do meio ambiente e em comunicação social.
Características	É o SIR que projeta com mais clareza suas metas econômicas, políticas e sociais, diferenciando o que seria uma comunidade de nações e uma institucionalização de políticas dirigidas à integração. Tem desenvolvido iniciativas de fortalecimento no seu interior através de duas estratégias: a criação do Sistema Andino de Integração SAI e a negociação com o MERCOSUL, para formar a Área de Livre Comércio de América do Sul ALCASUR . No caso do ALCA tem declarado que priorizará outros acordos regionais, embora participará em bloco.

Fontes: GIIPRAL; Rocha, 2002, P.80-81

SUB-REGIONAIS. Nova Criação.

Tabela 29-MERCOSUL

Mercado Comum do Sul MERCOSUL	
Membros	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.
Fundação	17 de dezembro de 1994, <i>Protocolo de Ouro Preto</i> parte integrante do Tratado de Assunção (26/03/1991) quando oficialmente é reconhecida sua institucionalidade.
Institucionalidade	Conselho do Mercado Comum; Grupo Mercado Comum e Comissão de Comércio do Mercosul têm capacidade decisória. Comissão Parlamentar Conjunta, representa os parlamentos nacionais e age para acelerar a formação do Mercosul; Foro Consultivo Econômico-Social tem uma função deliberativa e se manifesta mediante Recomendações e a Secretária Administrativa, para a implementação instrumental das decisões.
Objetivos	Ampliação das dimensões dos mercados nacionais através da integração. Inicialmente procurar a União Aduaneira (tec) e chegar à meta de Mercado Comum. Procurar ampliar a integração a outras esferas depois de consolidar a macroeconomia da região, considerada como requisito para o desenvolvimento político e social.
Características	É um SIR que pretende transpassar a aliança econômica e criar uma integração sóciopolítica, embora inicialmente seus objetivos sejam econômicos. Pela importância que têm Argentina e Brasil, o MERCOSUL têm sido considerado uma opção viável da integração Latino-americana. Nesse sentido, acordo-se apresentar como um bloco forte e com capacidade de negociação frente ao ALCA, tendo superado o conflito que antes tinha ao interior em tanto a postura pro panamericanista de Menem e em certo modo do antecessor, De la Rúa. Outro momento de perigo para o MERCOSUL foi quando Chile aspirou a entrar ao nafta. Hoje é clara a intenção de fortalecimento do sistema: busca estabelecer associações formais com outros SIR ou com países no individual; são os casos de criar o ALCASUR (união com a CAN) e Chile tem manifestado seu intenção de se incorporar como membro, o que fortaleceria enormemente ao MERCOSUL e a integração Latino-americana em geral. Também tem firmado diferentes tratados bilaterais, como com o México. Procura desde seu início a cooperação continua com a UE.

Fontes: GIIPRAL; Rocha, 2002, P.81-2

Tabela 30-NAFTA / TLCAN/ l'ALENA.

North American Free Trade Accord NAFTA	
Membros	Canadá, Estados Unidos e México.
Fundação	17 dezembro de 1992; vigência em 1994
Institucionalidade	Comissão de Livre Comercio; Secretariado; Comitês e Grupos de Trabalho.
Objetivos	Criar exclusivamente uma zona de livre comercio baseado nas diretrizes do GATT, OEA e outros tratados internacionais; considerando princípios e regras de <i>trato nacional</i> , <i>trato de nação mais favorecida</i> e <i>trato com transparência</i> . Para lograr a zona de livre comercio, se pretende: eliminar obstáculos ao comercio e facilitar a circulação trans-fronteiriça de bens e de serviços; competição leal; aumentar substancialmente o investimento; direitos de propriedade intelectual; procedimentos eficazes conjuntos para cumprimento do tratado, administração conjunta e solução de controvérsias; estabelecer linhas para a ulterior cooperação trilateral, regional e multilateral.
Características	Construído sobre a base de um acordo bilateral entre Canadá e EEUU, este é o tratado mais controvertido no qual participa um país latino-americano. Responde ao modelo do panamericanismo, porque é eminentemente de características assimétricas, a dizer, entre economias fortes e as que não são; é o exemplo hegemônico experimental entre três níveis econômicos, que pretende se consolidar para ser a base do ALCA, fazendo que participem nele o resto da América Latina e O Caribe. Os tratados de livre Comercio firmados em América, em geral repetem o padrão do TLCAN ou NAFTA; especialmente, os tlc's que têm firmado México, são réplica do NAFTA.

Fontes: GIIPRAL; Prevost, 2002, P.74

Tabela 31- AEC

Associação de Estados do Caribe AEC	
Membros	Antiga e Barbuda, Barbados, Belize, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, México, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, As Bahamas, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, St. Kitts e Nevis, São Vicente e As Granadinas, Santa Lucia, Suriname, Trindade e Tobago e Venezuela. Associados: Anguila, Bermuda, Ilhas Caimán, Ilhas Turcos e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Montserrat, Porto Rico, República Francesa A Título De: Guadalupe, Guiana, Martinica, (Francia) e Aruba e as Antilhas Neerlandesas (Reino dos Países Baixos)
Fundação	24 de julho de 1994. <i>Declaração de Cartagena de índias</i>
Institucionalidade	Conselho de Ministros, Secretária e Comitês especiais.
Objetivos	Discussão de assuntos de interesse comum em foros multilaterais; instrumentação de políticas e programas para a cooperação no cultural, econômico, social, científico e tecnológico; a preservação do médio ambiente do Mar Caribe. No econômico estabelece a meta de zona de livre comercio. Fortalecimento das relações com outras regiões que se acordem.
Características	Um dos SIR mais novos, dos mais grandes e com objetivos diferenciados que não pretende criar uma União Econômica. É um organismo de consulta, de acordo e cooperação para promover políticas e programas orientados a utilizar as capacidades coletivas dos Estados que compartilham o Caribe para o desenvolvimento cultural, econômico, social, científico e tecnológico da região. A integração econômica supõe a liberalização comercial, de investimentos, do transporte e de outras áreas relacionadas, e estabelece a necessidade de participar dos acordos com a OMC. Não existe muita claridade em quanto às negociações com o ALCA, porque é um esquema que pretende seu fortalecimento interno, razão que leva aparentemente a se inclinar por uma participação individual dos membros, só que apoiando às economias mais vulneráveis na negociação. Também intenta criar um mecanismo institucional supranacional eficiente para agilizar acordos de cooperação respondendo à diversidade cultural. É um SIR que considera os diferentes sujeitos sociais como parte das decisões.

Fontes: GIIPAL, Rocha, 2002, p. 76-7

Tabela 32-G-3

TLC-Colômbia-México-Venezuela G-3	
Membros	Colômbia, México e Venezuela*
Fundação	13 de junho de 1994
Institucionalidade	Comissão Administradora; Secções Nacionais, Órgãos Nacionais Responsáveis: Colômbia, Ministério de Comercio Exterior; México, Secretaría de Comercio e Fomento Industrial e Venezuela, Instituto de Comercio Exterior. Comitês, Sub-comitês e Grupos de Trabalho.
Objetivos	Criar exclusivamente uma Zona de Livre Comercio se baseando nos lineamentos do GATT e ALADI.
Características	Produto da febre integracionista se chega a pensar que o comercio livre de Colômbia e Venezuela com México poderia se priorizar frente à CAN; por sua parte, México veia com este acordo o fortalecimento de sua presencia em Sulamérica. As condições sóciopolíticas e as visiones diferenciadas respeito ao ALCA, enfraqueceram este SIR. Em maio de 2006 a Venezuela declara sua saída formal, argumentando não se ter beneficiado com o acordo, mas as diferencias ideológicas não poderiam manter juntos aos dois regimes mais conservadores da Latinoamérica, o México e a Colômbia e o mais radical de esquerda, a Venezuela. Enquanto a sua postura ante o ALCA, os dois membros que ficam têm estabelecido sua negociação individual, assim, possivelmente este SIR quedará absorvido pelo projeto continental.

* Saiu definitivamente em maio de 2006

Fontes: GIIPRAL; Rocha, 2002, P.77-8

Tabela 33-TLC-M/TN.

Tratado de Livre Comercio entre México e o Triangulo Do Norte TLC-M/TN	
Membros	México, O Salvador, Guatemala e Honduras.
Fundação	Setembro de 2000
Institucionalidade	Comissão Administradora; Subcomissão Administradora, Secretariado das secções nacionais; comitês e sub-comitês de trabalho.
Objetivos	Criar exclusivamente uma área de Livre Comercio. Para Isto: expansão e diversificação do comercio de bens e serviços; livre competição; eliminar barreiras ao comercio e facilitar a circulação de bens originários e serviços; eliminar barreiras ao movimento de capitais e <u>pessoas de negócios</u> ; aumentar investimento; proteger direitos de propriedade intelectual; estabelecer diretrizes e procedimentos eficazes para a cooperação e administração conjunta, para ampliar e melhorar os benefícios deste tratado solucionar controvérsias.
Características	O caso do TLC-México/TN, é um resultado mais da febre integracionista e um experimento para impulsionar a integração econômica que não se compromete além do intercambio de mercadorias, sem tocar temas controvertidos como migração ou bem-estar social. O TLC-M/TN, o G-3, a AEC são tentativas do México para se vincular com países de América Latina, devido a ser evidente seu afastamento da região o que lhe significou críticas severas. É também tentar diversificar seu mercado, que depois do NAFTA, foi para 80% de intercambio só com EE.UU. Por outra parte, resulta perigoso tanto para o PA como SICA os acordos entre seus membros e o México, porque poderiam canalizar atenção para esse intercambio, porque a assinatura de um tlc é menos arriscada e comprometedora que uma união aduaneira, e o México, em termos comerciais e estratégicos, resultaria mais atrativo que outros países da região andina ou centroamericana, mesmo que no caso específico do TLC-México/TN, se estabelece que as disposições do tratado se aplicam entre México e El Salvador, Guatemala e Honduras e não entre El Salvador, Guatemala e Honduras, na tentativa de não interferir com o SICA. O México se relaciona em seus diferentes tratados, seguindo o padrão ditado pelo NAFTA, de não ultrapassar a linha de zona de livre comercio, que além seria um ensaio da forma que o ALCA quer se implementar no Continente.

Fontes: GIIPRAL.

ANEXO D - INSTITUIÇÕES DE APÓIO AOS PROCESOS INTEGRACIONISTAS DA PRIMERA E SEGUNDA ETAPA²⁴⁴

ECONOMICAS:

Tabela 34-CEPAL.

Comissão Econômica para América Latina CEPAL	
Membros	27 países latino-americanos e 6 extra-regionais
Fundação	28 de fevereiro de 1948
Institucionalidade	Faz parte do Conselho Econômico e Social da ONU.
Objetivos	Consecução do desenvolvimento econômico dos países da região, orientação aos governos mediante seus estudos e análises para solução de problemas. Propostas baseadas fundamentalmente na cooperação intra-regional, derivadas da observação técnica.
Características	Ainda que sem objetivos especificamente dirigidos à integração, a CEPAL é uma base fundamental para consegui-la, sobre todo na primeira etapa e como complemento de sua máxima proposta regional: a Política de Substituição de Importações. Não entanto os EEUU fazem parte do organismo, a CEPAL tem mantido seu perfil latino-americano, manifestado como uma característica de origem, às vezes parecendo escapar de qualquer controle institucional.

Fontes: GIIPRAL, Grien, 1994, p. 212-14

Tabela 35-BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento BID	
Membros	24 países América Latina e 17 de fora da região
Fundação	30 de dezembro de 1959
Objetivos	Inicialmente sem fazer referencia à integração, tento acelerar o processo de desenvolvimento econômico, individual e coletivo dos países membros, o que levaria a se guiar pelos critérios dos SIR e estimar prioritários os projetos de intercambio regional, integração fronteiriça, infra-estrutura regional, etc.
Características	Fundado em Washington com o aporte econômico de 19 países latino-americanos e o investimento mais forte dos EEUU, é uma instituição que tenta, sobre todo na segunda etapa de integração, agilizar o projeto pan-americano. Formou em 1965 o <i>Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe</i> (BID-INTAL) por meio de um acordo com o Governo da Argentina; a sua tarefa principal é a pesquisa, cooperação técnica a governos e instituições nos âmbitos acadêmico e empresarial, e capacitação em apoio aos processos de integração e cooperação regionais. Em 1976 modifica sua política, hoje aberta à vinculação econômica, considerando como um requisito para os empréstimos pedidos pelos países, que nos projetos solicitantes de financiamento tenham intenções integracionistas. Tentaria ser chamado o Banco da integração Esse mesmo ano também participariam os países europeus. Formou o

Fontes: Grien, 1994, p.207-8

Tabela 36-INTAL

Instituto Para A Integração De América Latina INTAL	
Fundação	3 de dezembro de 1964
Objetivos	Investigação sobre processos de Integração regionais
Características	Especialistas teóricos e técnicos convocados pelo BID. Depende de seu diretório e as recomendações feitas aos governos. Tem se convertido num degrau entre as intenções pan-americanas e as ações de integração latino-americanas.

Fontes: GIIPRAL, Grien, 1994, p. 208

Tabela 37-SELA

Sistema Econômico Latino-americano SELA	
Membros	28 países latino-americanos e caribenhos
Fundação	17 de outubro de 1975 Convenio de Panamá; reorientado pela Declaração de La Habana em 1998.
Institucionalidade	Conselho Latino-americano, Secretária Permanente e Comitês de Ação
Objetivos	Impulso à cooperação intra-regional e apoio aos processos de integração regional, através de ações concretas e factíveis. Sua intenção explícita é executar a integração entre os países latino-americanos e caribenhos, e representar-lhes sobre temas econômicos e sociais diante grupos e organismos internacionais, assim como com terceiros países.
Características	Organismo regional de consulta, coordenação, cooperação e promoção econômica e social conjunta, permanente e com personalidade jurídica internacional (Art. 2 Convenio Constitutivo) Em 1998 se acordo uma reestruturação do organismo para adaptar-se às características da segunda etapa de integração observando que as integrações regionais, sub-regionais e a hemisférica não são excludentes e podem avançar simultaneamente. Considera ao processo de integração regional numa etapa de definições, sobre todo ante a criação do ALCA; aos SIR os define como dinâmicos, porém sem coesão suficiente de seus

²⁴⁴ Elaboração: Martha G. Loza Vázquez.

	membros respectivos. Embora não têm ingerência direta nos esquemas de integração, constitui um espaço para investigação e análise crítico aos processos. Mantém o princípio de ser uma coordenação exclusivamente Latino-americana e, por tanto, um dos seus argumentos centrais é o questionamento ao enfraquecimento da soberania que são consequências das formulas integracionistas diante ao comercio internacional.
--	---

Fontes: GIIPRAL; Grien, 1994, p.214-15; Rocha, 2002, p.76

POLÍTICAS:

Tabela 38-PARLATINO

Parlamento Latino-americano PARLATINO	
Membros	22 países latino-americanos e caribenhos Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, O Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.
Fundação	10 de dezembro de 1964 Declaração de Lima; institucionalizado pelo Protocolo de Lima de 1987; criado seu Estatuto em 1991 e a reforma deste em 1995.
Institucionalidade	Assembléia Geral, Junta Diretiva, Conselho Consultivo, Comissões Permanentes, Secretária Geral, Secretárias Coordenadoras. Estatuto criado em agosto de 1991 e reformulado em 1997. Regulamento estabelecido em julho de 1993.
Objetivos	Promover e encaminhar a integração política, social, econômica e cultural dos povos latino-americanos (Art. 5 do Ata Constitutiva)
Características	Instituição paralela à integração econômica, para criar respaldo político a este processo. Considerada como Unicameral Subcontinental formada por um agregado de parlamentares multinacionais; mantém um mínimo de características comuns para poder responder à heterogeneidade de concepções ideológicas, políticas e de governo presentes em nossa região. Nos primeiros 10 anos, suas resoluções não tiveram valor jurídico até 1986 quando foi juridicamente reconhecido pelos governos participantes. Na sua duodécima assembléia, Buenos Aires, 1988, o PARLATINO obteve capacidade de recomendação sobre os parlamentos nacionais. Se acordo sugerir mudanças constitucionais para viabilizar a integração Latino-americana através da criação de uma Comunidade Regional e possibilitar assim, um convênio sobre cidadania comum latino-americana. De seu interior surgiram a sua vez dois Parlamentos Regionais: PARLAMENTO ANDINO, PARLATINO, 25 de outubro de 1979, em La Paz, Bolívia e PARLAMENTO CENTROAMERICANO, PARLACEN, 2 de outubro de 1987, Esquipulas, Guatemala, os que pretendem eleger a seus representantes em voto universal e direto independentemente dos parlamentos nacionais.

Fontes: GIIPRAL, Grien, 1994, p.224-28

Tabela 39-GR

Grupo de Rio GR	
Membros	18 países latino-americanos e um representante de CARICOM
Fundação	Dezembro de 1986, "Declaração de Río de Janeiro"
Institucionalidade	Reunião de Chefes de Estado e de Governo, Reunião de Chanceleres e Secretária Pro-Témpore rotatória.
Objetivos	Estímulo aos processos de cooperação e integração entre os países de América Latina e O Caribe, assim como com outras regiões ou países.
Características	Considerado como o foro político regional mais importante, em tanto a reunião de chefes de Estado outorgam caráter executivo a suas iniciativas. Em 1999 se incorporaram os países centroamericanos e República Dominicana (membro do CARICOM) Uma de suas últimas decisões foi desenhar uma estratégia conjunta regional para participar no processo do ALCA e em foros internacionais.

Fontes: GIIPRAL

Tabela 40-CLAN

Comunidade Latino-americana de Nações CLAN	
Membros	Todos os países de América Latina e O Caribe que têm representação no PARLATINO.
Fundação	Agosto de 1991 "Declaração de Cartagena"
Características	Emanada da iniciativa do PARLATINO em 1988 para criar uma comunidade regional e viabilizar a integração do subcontinente a todos os níveis.

Fontes: GIIPRAL; Rocha, 2002, p.83

ANEXO E - PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DO MERCOSUL E NAFTA.²⁴⁵

Tabela 41-MERCOSUL. Território e Principais Dados Demográficos

País	Território ^a	Ano	População ²⁴⁶ bcd	% + Anual ef	Fecundidade Filhos/Mulher ef	Mortalidade Infantil ^{ef} 1 / 1000	Expectativa De vida ef	% População Urbana ^{gh}	População Ativa ⁱ h
Argentina	2 766 889 km ²	1999	35,5	0,9	--	--	--	--	--
		2000	36,9	1,1	2,5	17,2	73,8	89,6	15,6
		2002	36,5	0,9	2,4	--	74,3	90,6	--
		2003	38,4	0,8	2,3	17,0	74,5	91,4	--
		2004	38,4	1,0	2,3	16,2	74,6	--	--
		2005	38,6	1,0	--	--	--	91,8	17,0
Brasil	8 514 876 km ²	1999	168,0	1,3	--	--	--	--	--
		2000	173,9	1,5	2,4	35,0	69,7	81,2	80,7
		2002	174,5	1,2	2,1	--	68,6	81,7	--
		2003	183,9	1,2	2,1	33,0	68,7	83,1	--
		2004	183,9	1,4	2,3	31,8	70,9	--	--
		2005	184,4	1,3	--	--	--	83,4	89,1
Paraguai	406 752 km ²	1999	5,2	2,3	--	--	--	--	--
		2000	5,5	2,4	4,0	23,0	70,4	53,3	1,9
		2002	5,5	2,2	3,8	--	70,8	59,6	--
		2003	5,8	2,4	3,5	25,0	71,0	62,9	--
		2004	6,0	2,3	3,7	20,6	71,2	--	--
		2005	6,5	2,3	--	--	--	58,4	2,3
Uruguai	177 414 km ²	1999	3,3	0,4	--	--	74,3	--	--
		2000	3,3	0,7	2,2	14,1	74,9	91,3	1,3
		2002	3,4	0,6	2,3	--	75,2	93,1	--
		2003	3,4	0,6	2,2	12,0	75,4	93,7	--
		2004	3,4	0,7	2,1	15,0	75,2	--	--
		2005	3,3	0,7	--	--	--	91,9	1,6
Total*	11 865 931 Km ²	2005	232,8	1,32	2,6	21,0	73,0	81,4	110,1

- a. IBGE. ATLAS GEOGRÁFICO 2DA.Ed. Rio de Janeiro. IBGE, 2004, p. 173-179
b. IBGE. ATLAS GEOGRÁFICO 2DA.Ed. Rio de Janeiro. IBGE, 2004, p. 173-179 para os anos 1999, 2002 e 2003.
c. BANCO MUNDIAL; www.worldbank.org Acesso em 15/10/2006 para dados de 2000 e 2004
d. Para 2005: Argentina, www.indec.mecon.arg Brasil, www.ibge.gov.br Paraguai, www.indexmundi.com/es/paraguai Uruguai, www.inecub.uy acesso em 18/10/06
e. BANCO MUNDIAL; www.worldbank.org Acesso em 09/07/2005 para dados de 1999, 2002 e 2003
f. BANCO MUNDIAL; www.worldbank.org Acesso em 15/10/2006 para dados de 2000, 2004 e 2005
g. CEPAL. Anuário Estatístico 2003. Primeira Parte. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico de América Latina e O Caribe. I. Desenvolvimento Social e Bem-estar. Março 2004 para os anos 1999, 2002 e 2003
h. CEPAL. Anuário Estatístico 2005. Primer Capítulo. Estadísticas Sociales de Población y Trabajo; www.websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2005 Acesso em 19/10/2006 para 2000 e 2005

* Os totais de Fecundidade, Mortalidade Infantil e Expectativa de Vida são de 2004, último ano que reporta cifras.

²⁴⁵ Elaboração: Martha G. Loza Vázquez

²⁴⁶ Milhões de habitantes.

Tabela 42-NAFTA. Território e Principais Dados Demográficos.

País	Território ^a	Ano	População ²⁴⁷ _{bcd}	% + Anual _{be}	Fecundidade Filhos/Mulher _{bef}	Mortalidade Infantil ^{be} 1 / 1000	Expectativa De vida _{be}	% População Urbana _{fg}	População Ativa ¹ _{fg}
Canadá	9 976 139 km ²	1999	30,5	0,8	--	--	--	23,860	24,444
		2000	30,8	0,9	1,5	--	78,9	--	--
		2002	31,4	0,9	1,5	5,0	79,2	--	--
		2003	31,6	0,9	1,5	--	79,3	--	--
		2004	32,0	1,1	1,5	5,2	79,8	--	--
		2005	32,3	0,9	--	--	--	--	25,80
Estados Unidos	9 363 520 km ²	1999	279,0	1,1	2,0	--	76,9	--	--
		2000	282,2	1,1	2,1	6,9	77,0	--	--
		2002	288,4	1,1	2,0	--	77,2	--	--
		2003	294,1	0,8	2,0	--	77,4	--	--
		2004	293,7	1,0	2,0	6,7	77,4	--	--
		2005	296,5	1,0	--	--	--	--	--
México	1 958 201 km ²	1999	96,6	1,4	--	--	--	74,8	40,60
		2000	98,0	1,4	2,4	25,0	74,0	--	--
		2002	100,8	1,4	2,5	--	73,5	77,22	--
		2003	103,5	1,4	2,3	23,0	73,6	78,8	--
		2004	102,0	1,0	2,2	22,6	75,1	--	--
		2005	103,3	1,0	--	--	--	76,5	41,88
Total*	21 297 860 km ²	2005	432,1	0,96	1,9	11,5	77,4	--	--

a. IBGE. ATLAS GEOGRÁFICO 2DA.Ed. Rio de Janeiro. IBGE, 2004, p. 173-179

b. BANCO MUNDIAL; www.worldbank.org Acesso em 09/07/2005 para os dados de 1999, 2002 e 2003

c. BANCO MUNDIAL; www.worldbank.org Acesso em 15/10/2006 para dados de 2000 e 2004

d. Para 2005: Canadá, www.statcan.ca Estados Unidos, www.census.gov México, www.inegi.gob.mx Acesso em 18/10/06

e. BANCO MUNDIAL; www.worldbank.org Acesso em 15/10/2006 para dados de 2000, 2004 e 2005

f. Para o México: CEPAL. Anuário Estatístico 2003. Primeira Parte. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico de América Latina e O Caribe. I. Desenvolvimento Social e Bem-estar. Março 2004 para os anos 1999, 2002 e 2003 e www.websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2005 Acesso em 19/10/2006 para 2000 e 2005

g. Para Canadá www.statcan.ca

* Os totais de Fecundidade, Mortalidade Infantil e Expectativa de Vida são de 2004, ultimo ano com cifras registradas; dos últimos indicadores não foi possível fazer o calculo pela carência de dados.

Tabela 43-MERCOSUL. Principais Dados Econômicos

País	Ano	INB	INB Per Capita ²⁴⁸	PIB	% + PIB ano	Inflação	% PIB Agrícola	% PIB Indústria	% PIB Serviços	% PIB Exportação	% PIB Importação
Argentina	1999	276,3	7.780	283,5	-3,4	1,0	4,8	28,3	66,9	9,8	11,15
	2000	275,6	7.470	284,2	-0,8	1,0	5,1	28,1	66,9	10,9	11,5
	2002	153,9	4.220	102,0	-10,9	--	10,8	32,4	56,8	27,7	12,9
	2003	140,1	3.810	129,6	8,8	--	11,1	34,8	54,1	25,0	14,2
	2004	137,3	3.580	153,0	9,0	9,2	10,4	35,6	54,0	25,3	18,1
	2005	173,0	4.470	183,3	9,2	8,9	--	--	--	--	--
Brasil	1999	660,8	3.930	529,5	0,8	--	7,2	27,5	65,3	10,3	12,0
	2000	623,8	3.590	601,7	4,4	8,4	7,3	28,0	64,7	10,7	12,2
	2002	499,8	2.860	460,8	1,9	--	5,8	20,6	73,5	15,5	13,4
	2003	479,5	2.720	492,3	-0,2	--	5,8	19,1	75,1	16,9	13,1
	2004	551,6	3.000	604,5	4,9	8,2	10,4	4,0	49,6	18,0	13,4
	2005	644,1	3.460	794,1	2,3	7,2	9,8	37,9	52,3	22,7	15,0
Paraguai	1999	8,5	1.650	7,7	0,5	--	21,9	26,0	52,1	23,7	36,7
	2000	8,0	1.460	7,7	-0,3	11,8	20,4	26,1	53,5	20,8	34,2
	2002	6,5	1.170	5,5	-2,3	--	23,6	25,1	51,3	30,7	43,6
	2003	6,3	1.110	6,0	2,6	--	27,2	24,2	48,5	32,3	46,7
	2004	6,9	1.114	7,4	4,0	9,2	27,2	24,2	48,5	36,0	37,2
	2005	7,9	1.280	8,2	2,7	11,3	26,8	23,8	49,4	33,4	36,0
Uruguai	1999	20,9	6.320	20,9	-2,8	--	5,6	27,4	67,0	18,0	19,3
	2000	20,5	6.150	20,7	-1,4	4,0	5,9	26,0	68,1	19,3	21,0
	2002	14,7	4.370	12,3	-11,0	--	9,3	26,7	64,0	22,0	20,0
	2003	12,9	3.820	11,2	2,5	--	18,8	27,3	59,9	25,6	23,2
	2004	13,4	3.890	13,2	11,9	7,4	11,4	28,5	60,0	29,6	27,9
	2005	15,1	4.360	16,8	6,5	1,7	--	--	--	--	--
Total*	2005	840,1	3.392	1,0 ²⁴⁹	5,2	7,3	14,5	31,4	53,9	27,2	24,2

Bilhões de Dólares

*Total da região segundo os dados mais recentes em cada categoria. O resultado de INB e PIB e a soma dos quatro países. Os demais refletem a média.

²⁴⁸ Milhares de dólares²⁴⁹ Trilhões de dólares

Tabela 44-NAFTA. Principais Dados Econômicos

País	Ano	INB ²⁵⁰	INB Per Capita ²⁵¹	PIB ¹	% + PIB ano	Inflação	% PIB Agrícola	% PIB Indústria	% PIB Serviços	% PIB Exportação	% PIB Importação
Canadá	1999	627,1	20.560	651,2	5,6	--	2,5	31,7	65,8	43,7	40,0
	2000	671,0	21.810	714,5	5,3	4,2	2,3	33,7	64,0	46,1	40,3
	2002	709,0	22.610	724,9	3,3	--	--	--	--	41,5	37,2
	2003	773,9	24.470	856,5	2,0	--	--	--	--	--	--
	2004	905,0	28.310	978,0	2,9	3,0	--	--	--	--	--
	2005	1,1 ³	32.600	1,1 ³	2,9	3,2	--	--	--	--	--
Estados Unidos	1999	9,0	32.270	9,2	4,5	--	1,6	24,7	73,7	10,8	13,6
	2000	9,7	34.400	9,8	3,7	2,2	1,2	24,2	74,6	11,2	15,1
	2002	10,2	35.430	10,4	2,2	--	--	--	--	9,7	13,7
	2003	11,0	37.870	10,9	3,1	--	--	--	--	--	--
	2004	12,2	41.440	11,7	4,2	2,6	--	--	--	--	--
	2005	13,0	43.740	12,5	3,5	2,7	--	--	--	--	--
México	1999	430,8	4.460	481,1	3,7	--	4,7	28,7	66,6	30,8	32,4
	2000	501,0	5.110	581,4	6,6	12,1	4,2	28,0	67,8	30,9	32,9
	2002	599,9	5.590	648,5	0,7	--	4,0	26,5	69,5	26,8	28,7
	2003	637,2	6.230	626,1	1,3	--	4,0	26,4	69,6	28,4	30,1
	2004	706,7	6.930	683,5	4,1	7,4	3,9	26,3	69,8	29,6	31,6
	2005	753,4	7.310	768,4	3,0	5,4	3,8	25,9	70,2	29,9	31,5
Total^{252*}	2005	14,7	29,1	14,4	3,1	3,8	--	--	--	--	--

Bilhões de dólares

Fonte: BANCO MUNDIAL. <[http://www.bancomundial.org/datos e investigaciones/datos y estadísticas/datos por país](http://www.bancomundial.org/datos_e_investigaciones/datos_y_estadísticas/datos_por_país)>. Para dados de 1999, 2002 e 2003, Acesso em 9 jun. 2005

Para dados de 2000, 2004 e 2005, Acesso em 15 out. 2006

* O total da região reflete o 2005 ate a variável de inflação. O resultado do INB e do PBI e a suma dos três países.

²⁵⁰ Canadá e México em Bilhões de dólares. Estados Unidos em trilhões de dólares.²⁵¹ Milhares de dólares²⁵² Trilhões de dólares.

Tabela 45-Dados econômicos de NAFTA e MERCOSUL para o ano 2005

2005	INB ²⁵³	INB ² Per Cápita	PIB ²⁵⁴	Crescimento % PIB Anual	Inflação	% PIB Agrícola	% PIB Industria	% PIB Serviços	% PIB Exportações	% PIB Importações
NAFTA	14,7	29.090	14,4	3,1	3,8	..	..	..	..	..
MERCOSUL	840,1	3.392,5	1.002	5,2	7,3	14,5	31,4	53,9	27,2	24,2

BANCO MUNDIAL www.worldbank.org. Acesso em 15/10/2006 para dados de 2005

²⁵³ Para NAFTA em trilhões de dólares. Para MERCOSUL em bilhões de dólares.

²⁵⁴ Ambos em trilhões de dólares

ANEXO F - FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MERCOSUL²⁵⁵

Tabela 46-CMC

Conselho do Mercado Comum
I.Vela pelo cumprimento do TA, Protocolos e acordos firmados em seu marco.
II.Formula políticas e promove as ações necessárias para conformar o MC
III.Exerce a titularidade da personalidade jurídica do Mercosul; Negocia e firma acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. Ditas funções poderão ser delegadas por mandato expreso ao Grupo Mercado Comum;
IV.Pronuncia-se sobre as propostas que lhe envia o GMC;
V.Cria reuniões de ministros e se pronuncia sobre seus acordos;
VI.Propõe ao GMC novas normas ou modificações em matéria comercial e aduaneira do Mercosul;
VII.Propõe a revisão das alíquotas acancelarias do aec, inclusive para novas atividades produtivas no âmbito do Mercosul;
VIII.Estabelece os comitês técnicos necessários, os dirige e supervisa;
IX.Desempenha tarefas de política comercial comum que lhe solicite o GMC;
X.Adota o Regulamento Interno, que submeterá ao GMC para sua homologação.

Fonte: Protocolo de Ouro Preto, Capítulo I, Seção I. Artigo 8

Tabela 47-GMC

Grupo do Mercado Comum
I.Vela, dentro de sua competição, pelo cumprimento do TA, Protocolos e acordos;
II.Propõe projetos de Decisão ao CMC;
III.Toma medidas necessárias para cumprir as Decisões adotadas pelo CMC;
IV.Fixa programas que assegurem avanços para estabelecer o MC;
V.Cria, modifica ou suprime órgãos tais como subgrupos de trabalho e reuniões especializadas, para cumprir seus objetivos;
VI.Manifesta-se, dentro de sua competição, sobre propostas ou recomendações que lhe são enviadas pelos demais órgãos do MERCOSUL;
VII.Negocia acordos a nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais, com participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do CMC e dentro de limites estabelecidos em mandatos específicos para essa finalidade. Poderá firmar os acordos mencionados quando disponha de mandato para tal fim e quando seja autorizado pelo CMC. Pode delegar esses poderes à Comissão de Comercio do Mercosul;
VIII.Aprova os recursos e os relatórios de contas anuais apresentadas pela Secretária Administrativa do Mercosul;
IX.Adota Resoluções financeiras e de orçamento, segundo orientações do Conselho;
X.Submete ao CMC seu Regulamento Interno;
XI.Organiza reuniões do CMC e prepara informes e estudos que este lhe solicite;
XII.Elege ao Diretor da Secretária Administrativa do Mercosul;
XIII.Supervisa atividades da Secretária Administrativa do Mercosul; Homologa os Regulamentos Internos de 1a Comissão de Comercio e do Foro Consultivo Econômico-Social

Protocolo de Ouro Preto, Capítulo I, Seção II. Artigo 14

²⁵⁵ Tabelas elaboradas por Martha G. Loza Vázquez

Tabela 48-CCM

Comissão do Comercio do MERCOSUL
I.Vigiar a aplicação de instrumentos comuns de política comercial intra-Mercosul e com terceiros países, organismos internacionais e acordos de comercio.
II.Se pronunciar sobre solicitudes apresentadas pelos Estados Partes respeito ao cumprimento do aec e outros instrumentos de política comercial comum
III.Efetua o seguimento da aplicação de instrumentos de política comercial comum nos Estados Partes
IV.Analisa a evolução de tais instrumentos comum para o funcionamento da UA e formula Propostas ao respeito ao GMC
V.Toma decisões vinculadas à administração e aplicação do aec e os instrumentos de política comercial comum acordados
VI.Informa ao GMC sobre a evolução dos instrumentos, sobre a tramitação de solicitudes recebidas e sobre decisões adotadas ao respeito das mesmas;
VII.Propõe ao GMC novas normas ou modificações em matéria comercial e aduaneira do Mercosul;
VIII.Propõe a revisão das alíquotas tarifarias de itens específicos do aec, inclusive referentes a novas atividades produtivas.
IX.Estabelece os comitês técnicos necessários para cumprir seus funções e supervisa seus atividades.
X.Desempenha tarefas vinculadas à política comercial comum que lhe solicite o GMC;
XI.Adota o Regulamento Interno, e o submete ao GMC para sua homologação.
Protocolo de Ouro Preto, Capítulo I, Seção III Artigo 19

Tabela 49-SAM

Secretária Administrativa do MERCOSUL
I.Serve como arquivo oficial da documentação do Mercosul;
II.Realiza a publicação e a difusão das normas adotadas no Mercosul. Neste contexto lhe corresponde:
III.a)Realizar, em coordenação com os Estados Partes, as traduções autenticadas nos idiomas espanhol e português das decisões dos órgãos.
IV.B)Editar o Boletim Oficial do Mercosul.
V.Organiza os aspetos logísticos das reuniões do CMC, do GMC e da CCM e dentro de suas possibilidades e dos demais quando são celebrados na sua sede permanente.
VI.Proporciona apoio ao Estado em que se realize uma reunião quando são fora de sua sede permanente;
VII.Informa regularmente aos Estados Partes sobre as medidas implementadas por cada país para incorporar em seu ordenamento jurídico as normas dos órgãos do MERCOSUL.
VIII.Registra as listas nacionais dos árbitros e expertos assim como desempenha outras tarefas determinadas pelo Protocolo de Brasília;
IX.Desempenha as tarefas que lhe sejam solicitadas pelo CMC, o GMC e a CCM;
X.Elabora seu projeto de orçamento e o submete ao GMC para sua aprovação:
XI.Apresenta anualmente sua rendição de contas e um informe ao GMC
Protocolo de Ouro Preto, Capítulo I, Seção VI. Artigo 32.

ANEXO G. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DE ARGENTINA, BRASIL, MÉXICO, URUGUAI E PARAGUAI.²⁵⁶
Tabela 50-Território e Principais Dados Demográficos

País	Território ^a	Ano	População ²⁵⁷ bcd	% + Anual ^{ef}	Fecundidade Filhos/Mulher ^{ef}	Mortalidade Infantil ^{ef} 1 / 1000	Expectativa De vida ^{ef}	% População Urbana ^{gh}	População Ativa ⁱ h
Argentina	2 766 889 km ²	1999	35,5	0,9	--	--	--	--	--
		2000	36,9	1,1	2,5	17,2	73,8	89,6	15,6
		2002	36,5	0,9	2,4	--	74,3	90,6	--
		2003	38,4	0,8	2,3	17,0	74,5	91,4	--
		2004	38,4	1,0	2,3	16,2	74,6	--	--
		2005	38,6	1,0	--	--	--	91,8	17,0
Brasil	8 514 876 km ²	1999	168,0	1,3	--	--	--	--	--
		2000	173,9	1,5	2,4	35,0	69,7	81,2	80,7
		2002	174,5	1,2	2,1	--	68,6	81,7	--
		2003	183,9	1,2	2,1	33,0	68,7	83,1	--
		2004	183,9	1,4	2,3	31,8	70,9	--	--
		2005	184,4	1,3	--	--	--	83,4	89,1
Paraguai	406 752 km ²	1999	5,2	2,3	--	--	--	--	--
		2000	5,5	2,4	4,0	23,0	70,4	53,3	1,9
		2002	5,5	2,2	3,8	--	70,8	59,6	--
		2003	5,8	2,4	3,5	25,0	71,0	62,9	--
		2004	6,0	2,3	3,7	20,6	71,2	--	--
		2005	6,5	2,3	--	--	--	58,4	2,3
Uruguai	177 414 km ²	1999	3,3	0,4	--	--	74,3	--	--
		2000	3,3	0,7	2,2	14,1	74,9	91,3	1,3
		2002	3,4	0,6	2,3	--	75,2	93,1	--
		2003	3,4	0,6	2,2	12,0	75,4	93,7	--
		2004	3,4	0,7	2,1	15,0	75,2	--	--
		2005	3,3	0,7	--	--	--	91,9	1,6
México	1 958 201 km ²	1999	96,6	1,4	--	--	--	74,8	40,6
		2000	98,0	1,4	2,4	25,0	74,0	--	--
		2002	100,8	1,4	2,5	--	73,5	77,2	--
		2003	103,5	1,4	2,3	23,0	73,6	78,8	--
		2004	102,0	1,0	2,2	22,6	75,1	--	--
		2005	103,3	1,0	--	--	--	76,5	41,9
Total	13 824 132 km ² .	2004	333,7	1,2	2,4	23,0	74,0	80,0	152,5

a. IBGE. ATLAS GEOGRÁFICO 2DA.Ed. Rio de Janeiro. IBGE, 2004, p. 173-179

b. IBGE. ATLAS GEOGRÁFICO 2DA.Ed. Rio de Janeiro. IBGE, 2004, p. 173-179 para os anos 1999, 2002 e 2003.

c. BANCO MUNDIAL; www.worldbank.org Acesso em 15/10/2006 para dados de 2000 e 2004

d. Para 2005: Argentina, www.indec.mecon.arg Brasil, www.ibge.gov.br Paraguai, www.indexmundi.com/es/paraguay Uruguai, www.inecub.uy México, www.inegi.gob.mx Acesso em 18/10/06.

e. BANCO MUNDIAL; www.worldbank.org Acesso em 09/07/2005 para dados de 1999, 2002 e 2003

f. BANCO MUNDIAL; www.worldbank.org Acesso em 15/10/2006 para dados de 2000, 2004 e 2005

g. CEPAL. Anuário Estatístico 2003. Primeira Parte. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico de América Latina e O Caribe. I. Desenvolvimento Social e Bem-estar. Março 2004 para os anos 1999, 2002 e 2003

h. CEPAL. Anuário Estadístico 2005. Primer Capitulo. Estadísticas Sociales de Población y Trabajo; www.websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2005 Acesso em 19/10/2006 para 2000 e 2005

²⁵⁶ Elaboração: Martha G. Loza Vázquez

²⁵⁷ Milhões de habitantes.

Tabela 51-Principais dados econômicos

País	Ano	INB	INB Per Capita ²⁵⁸	PIB	% + PIB ano	Inflação	% PIB Agrícola	% PIB Industria	% PIB Serviços	% PIB Exportação	% PIB Importação
Argentina	1999	276,3	7.780	283,5	-3,4	1,0	4,8	28,3	66,9	9,8	11,15
	2000	275,6	7.470	284,2	-0,8	1,0	5,1	28,1	66,9	10,9	11,5
	2002	153,9	4.220	102,0	-10,9	--	10,8	32,4	56,8	27,7	12,9
	2003	140,1	3.810	129,6	8,8	--	11,1	34,8	54,1	25,0	14,2
	2004	137,3	3.580	153,0	9,0	9,2	10,4	35,6	54,0	25,3	18,1
	2005	173,0	4.470	183,3	9,2	8,9	--	--	--	--	--
Brasil	1999	660,8	3.930	529,5	0,8	--	7,2	27,5	65,3	10,3	12,0
	2000	623,8	3.590	601,7	4,4	8,4	7,3	28,0	64,7	10,7	12,2
	2002	499,8	2.860	460,8	1,9	--	5,8	20,6	73,5	15,5	13,4
	2003	479,5	2.720	492,3	-0,2	--	5,8	19,1	75,1	16,9	13,1
	2004	551,6	3.000	604,5	4,9	8,2	10,4	4,0	49,6	18,0	13,4
	2005	644,1	3.460	794,1	2,3	7,2	9,8	37,9	52,3	22,7	15,0
Paraguai	1999	8,5	1.650	7,7	0,5	--	21,9	26,0	52,1	23,7	36,7
	2000	8,0	1.460	7,7	-0,3	11,8	20,4	26,1	53,5	20,8	34,2
	2002	6,5	1.170	5,5	-2,3	--	23,6	25,1	51,3	30,7	43,6
	2003	6,3	1.110	6,0	2,6	--	27,2	24,2	48,5	32,3	46,7
	2004	6,9	1.114	7,4	4,0	9,2	27,2	24,2	48,5	36,0	37,2
	2005	7,9	1.280	8,2	2,7	11,3	26,8	23,8	49,4	33,4	36,0
Uruguai	1999	20,9	6.320	20,9	-2,8	--	5,6	27,4	67,0	18,0	19,3
	2000	20,5	6.150	20,7	-1,4	4,0	5,9	26,0	68,1	19,3	21,0
	2002	14,7	4.370	12,3	-11,0	--	9,3	26,7	64,0	22,0	20,0
	2003	12,9	3.820	11,2	2,5	--	18,8	27,3	59,9	25,6	23,2
	2004	13,4	3.890	13,2	11,9	7,4	11,4	28,5	60,0	29,6	27,9
	2005	15,1	4.360	16,8	6,5	1,7	--	--	--	--	--
México	1999	430,8	4.460	481,1	3,7	--	4,7	28,7	66,6	30,8	32,4
	2000	501,0	5.110	581,4	6,6	12,1	4,2	28,0	67,8	30,9	32,9
	2002	599,9	5.590	648,5	0,7	--	4,0	26,5	69,5	26,8	28,7
	2003	637,2	6.230	626,1	1,3	--	4,0	26,4	69,6	28,4	30,1
	2004	706,7	6.930	683,5	4,1	7,4	3,9	26,3	69,8	29,6	31,6
	2005	753,4	7.310	768,4	3,0	5,4	3,8	25,9	70,2	29,9	31,5

Bilhões de dólares

Fonte: BANCO MUNDIAL. <<http://www.bancomundial.org/datos e investigaciones/datos y estadísticas/datos por país>>. Para dados de 1999, 2002 e 2003, Acesso em 9 jun. 2005

Para dados de 2000, 2004 e 2005, Acesso em 15 out. 2006

Tabela 52-Intercambio Comercial.

2005	Argentina		Brasil		Paraguai		Uruguai		México	
	Ex.	Im.	Ex.	Im.	Ex.	Im.	Ex.	Imp.	Ex.	Im.
Argentina	--	--	7,37	5,58	,10	,52	,22	,66	,42	1,0
Brasil	5,58	7,37	--	--	,31	,87	,48	,66	,57	3,94
Paraguai	,52	,10	,87	,31	--	--	,58	,45	,11	,04
Uruguai	,66	,22	,66	,48	,45	,58	--	--	,34	,11
México	1,0	,42	3,94	,57	,04	,11	,11	,34	--	--

Bilhões de dólares.

Fontes: CEPAL. Anuário Estadístico 2005. Segunda Parte. Estadísticas Económicas. Sector Externo. Comercio Exterior de bienes y servicios. Comercio Intraregional. Disponível em <http://www.websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2005/datos_2.2.2.55.xls>. Acesso em 22/10/2006

Tabela 53-Tratados assinados pelo Brasil, sócios e data de início.

ACE's assinados pelo Brasil como país independente ou como MERCOSUL.

Nome do ACE	Países Assinantes	Data
ACE 02	Brasil e Uruguai	
ACE 14	Brasil e Argentina	
ACE 35	MERCOSUL e Chile	
ACE 36	MERCOSUL e Bolívia	
ACE 43	Brasil e Cuba	
ACE 53	Brasil e México	2 maio 2003
ACE 54	MERCOSUL e México	Julho 2002
ACE 55	MERCOSUL e México (automotriz)	Janeiro 2006
ACE 58	MERCOSUL e Peru	
ACE 59	MERCOSUL e CAN	

Acordos de Alcance Parcial AAP, Acordos de Preferências Tarifárias, APT e Acordos de Preferência Comercial, APC

Nome do AAP	Países Assinantes	Data
AAP	Brasil e Trindade e Tobago	
AAP	Brasil e Guiana	
APTR ²⁵⁹	Países da ALADI	
AAP Intra-regionais de sementes	MERCOSUL e Sulamérica	
APT Fixas	MERCOSUL – SACU South African Customs Union União Aduaneira da África Austral	16/12/ 2004
APC	MERCOSUL e Índia	25/01/ 2004
APC	MERCOSUL e Egito	06/ 2004
APC	MERCOSUL e Marrocos	26/11/ 2004
APC	MERCOSUL e CCG Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo	10/05/ 2005
APC	MERCOSUL e AELC Associação Europeia de Livre Comércio	15/12/ 2000
APC	MERCOSUL e Israel	8/ 2005

Fontes: Governo do Brasil. Ministério de Desenvolvimento, disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br> Secretaria de Comercio Exterior/Negociações internacionais e Ministério de relações Exteriores, disponível em <http://www.mre.gov.br> Política externa.

Elaboração:Martha G. Loza Vázquez

²⁵⁹ APT Regional assinado por todos os países–membros da ALADI segundo sua respectiva categoria de ingressos: PMDER, PDI e Outros.

Tabela 54-Exportações-Importações mexicanas por países e blocos 2000-2005

Exportações						Importações					
Ano	Países					Ano	Países				
2000	EU	Canadá	UE	Japón	China	2000	EU	Canadá	UE	China	Japão
US \$ 166,45	147,68	3,35	5,61	,930	,203	US\$ 174.458	127,53	4,01	14,77	2,87	6,46
% 100	88,72	2,01	3,4	0,6	0,12	% 100	73,10	2,3	8,5	1,65	3,7
Ano	Países					Ano	Países				
2001	EU	Canadá	UE	Japón	China	2001	EU	Canadá	UE	China	Japão
US \$ 158,44	140,29	3,06	5,33	,620	,281	US\$ 168.397	113,76	4,23	16,165	4,027	8,08
% 100	88,54	1,93	3,4	0,4	0,17	% 100	67,6	2,5	9,6	2,4	4,8
Ano	Países					Ano	Países				
2002	EU	Canadá	UE	Japón	China	2002	EU	Canadá	UE	China	Japão
US \$ 161,04	143,04	2,806	5,21	,465	,455	US\$ 168.679	106,55	4,48	16,44	6,27	9,34
% 100	88,82	1,74	3,2	0,3	0,28	% 100	63,17	2,6	9,7	3,71	5,5
Ano	Países					Ano	Países				
2003	EU	Canadá	EU	Japón	China	2003	EU	Canadá	UE	China	Japão
US \$ 164,76	146,80	2,83	5,59	,605	,463	US \$ 170.546	105,68	4,12	17,81	9,40	7,62
% 100	89,09	1,7	3,4	0,36	0,28	% 100	61,96	2,41	10,44	5,51	4,47
Ano	Países					Ano	Países				
2004	EU	Canadá	UE	Japón	China	2004	E. U.	Canadá	UE	China	Japão
US \$ 188,62	165,11	2,76	6,46	,551	,466	US \$ 197.157	109,55	5,41	20,91	14,45	10,72
% 100	87,56	1,5	3,4	0,3	0,25	% 100	55,6	2,75	10,6	7,3	5,4
Ano	Países					Ano	Países				
2005	EU	Canadá	UE	Japón	China	2005	E. U.	Canadá	UE	China	Japão
US \$ 213,71	118,91	2,12	5,73	,640	,298	US \$ 221.270	76,01	3,75	15,80	10,70	7,96
% 100	55,64	0,99	2,7	0,3	0,14	% 100	34,35	1,7	7,1	4,8	3,6

Bilhões de dólares

Fonte: Banco de Comercio Exterior www.bancomext.gob.mx /centro de información. Cifras Comercio Exterior. Documento pdf Aceso em julho 2006 y Secretaria de Economia www.economia.gob.mx /negociaciones comerciales. Comercio de México. Aceso em julho 2006

Tabela 55-Exportações-Importações brasileiras por países e blocos 2000-2005

Exportações						Importações					
Ano	Países					Ano	Países				
2000	Argentina	Paraguai	Uruguai	EU	UE	2000	Argentina	Paraguai	Uruguai	E. U.	U.E.
US\$ 55.085	6,23	,83	,66	13,18	15,21	US \$ 55.838	6.842	351	601	12.895	14.517
% 100	11,31	1,5	1,21	23,93	27,62	% 100	12,25	1,08	,62	23,09	26,00
Ano	Países					Ano	Países				
2001	Argentina	Paraguai	Uruguai	EU	EU		Argentina	Paraguai	Uruguai	E. U.	U. E.
US \$ 58.222	5,00	,72	,64	14,18	15,23	US \$ 55.572	6.206	300	502	12.898	15.397
% 100	8,52	1,24	1,10	24,37	26,18	% 100	11,2	,54	,90	23,21	26,00
Ano	Países					Ano	Países				
2002	Argentina	Paraguai	Uruguai	EU	UE	2002	Argentina	Paraguai	Uruguai	EU	UE
US \$ 60.361	2,34	,55	,41	15,34	15,40	US \$ 47.240	4,74	,38	,48	10,28	13,47
% 100	3,88	0,92	0,68	25,42	25,52	% 100	10,04	,81	1,02	21,77	28,52
Ano	Países					Ano	Países				
2003	Argentina	Paraguai	Uruguai	EU	UE	2003	Argentina	Paraguai	Uruguai	E U	U E
US \$ 73.084	4,56	,70	,40	16,69	18,46	US \$ 48.304	4,67	,47	,53	9,56	13,01
% 100	6,24	0,97	0,55	22,83	25,26	% 100	9,67	,98	1,11	19,80	26,94
Ano	Países					Ano	Países				
2004	Argentina	Paraguai	Uruguai	EU	UE	2004	Argentina	Paraguai	Uruguai	EU	U E
US \$ 96.475	7,37	,87	,66	20,03	24,15	US \$ 62.834	5,56	,29	,52	11,35	15,92
% 100	7,64	0,69	0,9	20,77	25,04	% 100	8,86	0,47	0,83	18,07	25,34
Ano	Países					Ano	Países				
2005	Argentina	Paraguai	Uruguai	E. U.	U. E.	2005	Argentina	Paraguai	Uruguai	EU	U E
US \$ 118.308	9,91	,96	,84	22.472	26.492	US \$ 73.591	6,24	,31	,49	12,66	18,14
% 100	8,38	0,81	0,71	18,99	22,39	% 100	8,48	0,43	0,67	17,21	24,66

Bilhões de dólares

Fonte: GOVERNO DO BRASIL. Ministério de Desenvolvimento. Secretaria de Comercio Exterior/ Intercâmbio Comercial. Disponíveis em< <http://www.desenvolvimento.gov.br>>

Tabela 56-Principais Produtos do Comércio México – Brasil / Janeiro – Junho de 2006

Produtos Mexicanos Importados Pelo Brasil	Saldo total das Importações US \$ 572. bilhões		Produtos Brasileiros Exportados ao México	Saldo total das Exportações US \$ 2.143	
	US \$ Bilhões	% do total		US \$ Bilhões	% do total
Automoveis C/Motor Explosão 6 Passag	108.796	19.02	Automóveis c/motor explosão 1500<cm3<=3000,ate 6 passag	624.899	29,16
Tubos Catodicos P/Recept. de Televisão Em Cores,Etc	39.905	6.98	Outros Veículos Automóveis C/Motor Explosão,Carga<=5t	89.541	4,18
Outros Motores De Explosao, P/Veic.Cap.87,Sup.1000cm3	21.211	3.71	Outros prods.semimanuf.ferro /aco,c<0.25%,sec.transv.ret	81.298	3,79
Outros Prods.Semimanuf.Ferro/ Aco,C<0.25%,Sec.Transv.Ret	18.911	3.31	Carroçarias P/Veic.Automov. Transp>=10pessoas Ou P/Carga	38.222	1,78
Outs.Microprocessadores	18.784	3.28	Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aços	37.672	1,76
Outras Partes P/Aparelhos Transmissores/Receptores	11.107	1.94	Outros pneus novos para ônibus ou caminhões	37.579	1,75
Acetato De Vinila	10.079	1.76	Outras partes e acess. p/tratores e veículos automóveis	35.168	1,64
Tereftalato De Dimetila	10.000	1.75	Caixas de marchas p/veículos automóveis	31.872	1,49
Tereftalato De Polietileno Em Forma Primaria	9.179	1.61	Ferro fundido bruto não ligado, c/peso<=0.5% de fósforo	30.668	1,43
Pigmento Rutilo, Particula>=0.6 Microns,C/Modificadores	8.967	1,57	Minérios de ferro não Aglomerados e seus Concentrados	30.410	1,42

Fonte: Ministério do Desenvolvimento. www.desenvolvimento.gov.br/secex aceso em julho 2006